



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 49

QUARTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1994

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 40ª SESSÃO, EM 10 DE MAIO DE 1994

Sessão especial de homenagem póstuma a Ayrton Senna da Silva.

2 - ATOS DO PRESIDENTE

- Nºs 200 e 201 de 1994

3 - ATAS DE COMISSÕES

4 - MESA DIRETORA

5 - LÍDERES E VICE - LÍDERES DE PARTIDOS

6 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 40ª Sessão, 10 de maio de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

Presidência do Sr. Humberto Lucena

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco - Alexandre Costa - Almir Gabriel - Antônio Mariz - César Dias - Chagas Rodrigues - Cid Sabóia de Carvalho - Dario Pereira - Eduardo Suplicy - Epitácio Cafeteira - Esperidião Amin - Fernando Henrique Cardoso - Flaviano Melo - Francisco Rollemberg - Gilberto Miranda - Guilherme Palmeira - Henrique Almeida - Humberto Lucena - Iram Saraiva - João França - João Rocha - Josaphat Marinho - Júlio Campos - Jutahy Magalhães - Levy Dias - Lourival Baptista - Magno Bacelar - Mário Covas - Maurício Corrêa - Mauro Benevides - Nabor Júnior - Odacir Soares - Rachid Saldanha Derzi - Reginaldo Duarte - Ronan Tito - Valmir Campelo - Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal que, em atendimento ao Requerimento nº 292, de 1994, de autoria do nobre Senador Gilberto Miranda e outros Srs. Senadores, destina-se à homenagem póstuma a Ayrton Senna da Silva.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB - AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena, Exmª Srª Ministra da Ação Social, D. Leonor Franco, Exmº Embaixador Celso Amorim, Ministro das

Relações Exteriores, Srs. Embaixadores, Exmº Srs. Senadores, Srº e Srs., o Brasil, este País irreverente, que tem a maestria de ocupar pódios no mundo inteiro, lançando ao vento seus gritos de vitória no mesmo ritmo que tremula a Bandeira Nacional, está com um nó na garganta.

Não sai mais o seu grito de guerra e a Bandeira ficou a meio pau.

O Senna não está mais entre nós.

Perdemos o nosso herói!

Parecemos querer acreditar que heróis como Senna não morrem.

Certamente foi injustiça dos deuses com aquele que dignificou a existência humana em todos os momentos.

Ayrton Senna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o brasileiro comum que deu certo.

Ele foi desses brasileiros que, aos domingos de corrida, fazia parte de nossa casa e de nossa família.

Realmente, o sentimento nacional perdeu um brasileiro exemplar, que conseguiu o milagre de unir corações em frente dos televisores.

O mundo inteiro rende homenagens a esse campeão.

A mídia mostra tudo e a todo tempo, tentando energizar o sentimento de perda com as imagens desse herói.

É assim que os heróis devem ser lembrados. Ayrton Senna da Silva, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não morreu.

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ 23,53 URV

Tiragem: 1.200 exemplares

A 300 Km/h, seguiu mais rápido para a reta final de outros espaços, outras dimensões. Certamente, ganhou de novo esta corrida. Subirá, finalmente, ao pódio dos deuses, para sempre.

Senna, daqui, o nosso aplauso pela sua vitória eterna.

Mas Senna, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não se tornou herói por acaso ou por falta de personalidades na vida do País, pois já nasceu herói, ao transpor todas as barreiras naturais que obstaculizam a vitória de um esportista vindo do Terceiro Mundo perante a exuberância do chamado mundo civilizado.

A sua incontestável eficiência profissional, a sua retidão de caráter, a par do arraigado sentimento de brasilidade, fizeram deste compatriota idolatrado o símbolo e o modelo de uma raça que ainda acredita em si e na imensa Nação que construiu.

Forjado na tempera dos fortes, porque ele era um forte, Ayrton Senna da Silva deixou a este seu amado País e a seu povo o maior legado que um homem pode transferir a seus semelhantes: o exemplo de correção de atitudes, de dignidade, de honradez, de simplicidade e de afeto à sua gente.

Afastando de si o fantasma do orgulho mesquinho pelo sucesso alcançado, jamais negou um aceno, um sorriso ou uma palavra de estímulo a seus colegas e colaboradores e nunca esqueceu a frenética massa de compatriotas que acompanhou aflita, mas confiante, a sua trajetória brilhante nas mais sofisticadas pistas de alta velocidade em todos os quadrantes da Terra.

O simpático gesto de empunhar a Bandeira Nacional nos finais felizes dos Grand Prix tornou-se um tônico para milhões de brasileiros que, muitas vezes, já quase descrentes e abandonados pela sorte e pelo Estado, experimentavam uma sensação de esperança no seu País.

Nascido a 21 de março de 1960, na cidade de São Paulo, estreou no mundo das quatro rodas aos 8 anos de idade, na cidade de Campinas, vindo a correr no Autódromo de Interlagos, numa prova de Kart, em 1973, portanto com apenas 13 anos de idade, quando ainda estudava no Colégio Rio Branco.

Nessa modalidade, já em 1977, "Béco", como era chamado, foi campeão sul-americano, repetindo o feito em 1978.

Sagrou-se tetracampeão brasileiro de Kart ao vencer os campeonatos de 1978 a 1981 inclusive, tornando-se, nesse mesmo período, vice-campeão mundial por duas vezes.

Nesse mesmo ano de 1981, e poucos dias antes de adquirir a maioridade civil, foi convidado para participar da Fórmula 1600, quando venceu a sua primeira prova na Europa, em Brands Hatch, tornando-se campeão inglês dessa categoria. Ainda na Inglaterra, ganhou o campeonato inglês e europeu de Fórmula 2000 em 1982 e foi campeão inglês de Fórmula 3 no ano de 1983.

O jovem e notável piloto Ayrton Senna ingressou no seleto e restrito círculo da Fórmula 1 em 1984, integrando a escuderia Tollemann. Sua primeira vitória se deu no circuito de Estoril em 1985, ano em que obteve a 4ª colocação no mundial, pela equipe Lotus, havendo, em 1986, repetido essa colocação. Em 1987, sobe para o 3º lugar no campeonato e, em 1988, já pela McLaren, sagrando-se, pela primeira vez, campeão mundial da Fórmula 1. No campeonato de 1989, obtém a 2ª colocação e confessa, publicamente: "Pilotar é a minha paixão. Eu carrego essa paixão no sangue".

No curso desse mesmo ano de 1989, revela sua enorme força interior ao divulgar: "Luto com todas as minhas forças e a cada volta. Quero a perfeição". E, noutra oportunidade, afirma: "Canalize todas as energias para ser o melhor do mundo".

Essas palavras refletiam uma verdade incontestável, pois Senna venceu em 90 e tornou-se tricampeão em 91.

Nesses 10 anos de competição no mais complexo e sofisticado círculo do automobilismo mundial, em que participou de 161 Grandes Prêmios, obtendo 41 vitórias, 65 pole positions, o inesquecível herói brasileiro somou 614 pontos nos diversos campeonatos de que participou e fez 19 voltas mais rápidas.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, a sua admirável missão entre nós não se circunscreveu a demonstrações de habilidade e perícia na direção de um automóvel, mas caracterizou-se, sobretudo, pela irretocável conduta como pessoa e pelo exemplo deixado à juventude. A nova geração deve muitas alegrias a esse notável brasileiro que há pouco nos deixou, e as gerações futuras serão devedoras pelo modelo de lisura, honradez, dignidade e fraternidade legado pelo inesquecível piloto brasileiro, que jamais permitiu que a glória empanasse a simplicidade do seu modo de ser.

Ayrton Senna foi uma das unanimidades nacionais. Senna tornou-se o símbolo da eficiência e da correção de caráter perante a descrente sociedade brasileira. Ao lado de tantos outros pilotos brasileiros que honraram o nosso País nas pistas de todo o mundo, quer como autênticos campeões, quer como arrojados aspirantes ao pódio, Ayrton integra essa plêiade de bravos que tanto orgulho nos têm proporcionado. A descrição da sua vida particular, aliada à união com sua família, demonstra, por si só, a retidão de caráter de uma das personalidades mais conhecidas e admiradas internacionalmente no cenário desportivo.

Quis o destino que justamente aquele que mais se batia em prol da segurança dos circuitos e dos carros de Fórmula 1 viesse a sofrer a maior tragédia que até hoje se abateu sobre essa modalidade de automobilismo.

A luta iniciada com coragem e desprendimento por Senna certamente não será abandonada pelos seus colegas, pois a sua antevisão do gravíssimo problema da segurança de pilotos há de le-

var, obrigatoriamente, as autoridades responsáveis pelos eventos da Fórmula 1 a revisar as normas relacionadas com a integridade física dos pilotos.

Ayrton Senna plantou a semente, e o fez com plena consciência dos perigos que ameaçavam as corridas. Resta aos que ficaram a conclusão dessa obra, que provavelmente colidirá com muitos interesses não revelados.

As homenagens a ele prestadas na semana que passou deixaram evidenciada a admiração e o afeto de milhões de pessoas em todos os continentes. As manifestações populares ocorridas na chegada do seu corpo ao Brasil e por ocasião dos funerais na cidade de São Paulo, onde milhares de pessoas de todas as camadas sociais se uniram na dor, como se fosse ele um membro da família de cada brasileiro, revelam a liderança natural e carismática de Senna, cidadão brasileiro que tanto contribuiu para a divulgação de seu País no exterior e que tantas alegrias proporcionou a seus patrióticos.

As demonstrações de carinho que presenciamos no último adeus a Senna foram comoventes.

A afirmação de que o sentimento dos brasileiros com a morte de Ayrton Senna equiparou-se à perda de um ente da família não é exagero, nem fruto de retórica, mas pôde ser constatada por este Senador que vos fala, no seio de sua família.

No fatídico dia 1º de maio comemorávamos o aniversário de minha filha Juliana. Preparado um almoço, com a presença de amigos e familiares, aquele encontro que deveria ser motivo de festa e alegria transformou-se, abruptamente, a partir da notícia do falecimento de Senna em Imola, numa reunião funesta, onde o riso e a felicidade deram lugar à lágrima e à desolação. Esta cena familiar, naquele infausto domingo, ocorreu em todos os lares brasileiros.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, nesta hora de extrema emoção, na qual prestamos homenagem a um vulto da vida nacional que tanto fez pelo seu País, especialmente divulgando o nome do Brasil nos mais longínquos continentes, consternado com o trágico desaparecimento do compatriota Ayrton Senna da Silva, apresento, em meu nome particular e no de meus familiares, as condolências à família desse ilustre brasileiro, especialmente a seus pais Sr. Milton e Dona Neide e seus irmãos Viviane e Leonardo.

Valeu, Senna!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena, Exmº Sr. Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Exmº Sr. Leonor Franco, Ministra da Ação Social, Exmº Srs. Embaixadores, Exmº Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, uma comoção, como nunca se viu igual em toda a História do Brasil, marcou o desaparecimento do piloto de Fórmula 1, Ayrton Senna.

São Paulo, uma das maiores e mais importantes cidades do Planeta, quedou-se incrédula diante da tragédia que encerrou a carreira do maior herói das pistas que o mundo já conheceu.

Todas as nações da terra sensibilizaram-se com a morte prematura do campeão brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ayrton Senna, ídolo internacional de corridas de automóveis, era um brasileiro virtuoso que fazia direito e competentemente o seu ofício. Sua morte, aos 34 anos, deixa um espaço quase impossível de ser preenchido no esporte internacional. Para o povo brasileiro, no entanto, alguma coisa muito maior se perdeu no trágico acidente do dia 1º de maio, na traiçoeira pista do autódromo de Imola.

Senna, como nenhum outro brasileiro na atualidade, encarou a esperança e deu alegrias a um povo sofrido, carente de heróis, ávido por uma motivação de orgulho, num País assolado pela decepção e pela descrença.

Senna era jovem, forte, gentil, vitorioso e amava profundamente o Brasil e sua gente. Talvez tenha sido o mais nacionalista dos nossos desportistas, tamanha a sua obsessão em mostrar ao mundo sua condição de brasileiro. A mesma bandeira verde-amarela que cobriu seu caixão foi dezenas de vezes desfraldada para festejar seus triunfos nos quatro cantos do mundo.

Senna tinha orgulho do Brasil, e o Brasil amava Senna. Admirava seu talento, seu espírito combativo e sua vontade de vencer. Senna foi um exemplo do que todo brasileiro aspira ser: um vencedor.

Homenagear Ayrton Senna, Sr. Presidente, na verdadeira dimensão do que ele representou para o Brasil e o mundo me parece impossível. O povo brasileiro, maciçamente mobilizado, já prestou a esse herói nacional as honras devidas a um semideus, a um mito.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, quero, humildemente, em nome do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, juntar-me à imensa Nação brasileira, para, deste plenário do Senado da República, prestar minhas homenagens póstumas a um dos maiores desportistas de todos os tempos, agradecendo de todo o coração aos momentos de profunda alegria e esperança que ele proporcionou a todos nós.

Bravo! Bravo, Ayrton Senna! Você foi um deus da velocidade; este mundo era muito lento para você. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Humberto Lucena; Sr. Ministro Celso Amorim; Srª Ministra Leonor Franco; Srs. Embaixadores; Srs. Senadores, talvez eu devesse, neste instante, tão-somente ouvir; mas tive o privilégio e a honra de ter sido uma testemunha da fase inicial da carreira de Ayrton Senna. Vi-o em algumas oportunidades, iniciando sua atividade profissional como kartista.

Como pai de piloto, eu próprio senti as mesmas emoções que os seus pais sentiram.

Vi-o correr a primeira corrida com o veículo de nº 42, aquele estilo longilíneo, aquele brilho estranho nos olhos, aquela vontade irreconhecível de ganhar. Vi-o já vencedor na segunda corrida. E, daí por diante, pude acompanhar, fascinado, como todos que o acompanharam, sua seqüência de vitórias e sua obstinação em vencer. Mas havia algo na sua maneira de ser; não se tratava apenas de alguém que perseguia vitórias, que lutava como um concorrente entre vários outros que desejam o primeiro lugar. Era uma obstinação tão acentuada, era uma tamanha vontade de ganhar que transferia a disputa de entre ele e os seus concorrentes para dele consigo próprio.

Era um permanente auto-superar que percorreu em longas caminhadas as várias categorias e culminou, no dia 1º de maio, num desastre que nos afastou do convívio.

Creio que até mesmo a sua morte foi escolhida por ele. Depois de um primeiro lugar na classificação, liderou a corrida e nessas condições encontrou a morte. Num segundo, num átimo, num instante ele nos foi levado e, com ele, um pouco de cada um de nós.

Li, recentemente, que a partir de sua morte nasceu esta Nação. Não creio nisso. Creio que a partir dessa morte esta Nação exibiu-se para si própria, exteriorizou as suas melhores potencialidades.

É dele, afinal, um conceito que trata da morte: "O dia que chegar, chegou. Pode ser hoje ou daqui a 50 anos. A única coisa certa é que ela vai chegar."

Era um intímido. Sabia que o medo era parte da sua atividade e dizia: "O medo faz parte. Algumas pessoas não sabem como enfrentá-lo; outras, aprendem".

Mas a verdade é que certos conceitos nele não apareciam como absurdos:

Em condições normais, corro para vencer; nas impossíveis, também sou páreo.

Creio que a maior das virtudes do Ayrton tenha sido saber dividir, com o seu povo, com a sua gente, com a sua Nação, cada um dos desafios que enfrentava. Cada um de nós era co-participante de cada uma das curvas que ele percorria e de cada uma das voltas finais, quando portava uma Bandeira brasileira, no instante em que todos nós, aliviados pelo resultado, comemorávamos com ele a vitória que era de todos.

Era um profundo obstinado:

Canalizo todas as minhas energias para ser o maior piloto do mundo!

Não se tratava apenas de ser bom, nem mesmo de ser ótimo. O seu esforço era para ser o melhor de todos. Por isso, mereceu o adeus que recebeu.

Um jovem encaminhou a um jornal uma carta, onde citava o ensinamento do filósofo chinês Confúcio:

Quando nasceste, todos sorriam e só tu choravas. Vivas de tal forma que, ao morreres, todos chorem e só tu sorrias.

Certamente escreve o leitor:

Senna morreu sorrindo, na velocidade que amava, na liderança que conquistou, com todo os seus compatriotas chorando a perda de um verdadeiro herói.

Foi ao encontro de Deus – ninguém acreditava! – com uma intimidade diferente da de todos.

A sua amiga Leda, mulher do Jornalista Milton Coelho da Graça, dele dizia:

Deus existe para Senna. Isto o tranquilizava e lhe dava confiança. Naquele momento em que seu corpo inerte, imóvel foi colocado no chão de Imola, alguma coisa subiu para o céu: não sei se um anjo ou um guerreiro.

Entre as pessoas que compareceram ao seu funeral, predominavam os jovens. Foram formadas filas de até quilômetros em torno da Assembléia Legislativa de São Paulo, e o comparecimento não era sequer individualizado; eram famílias inteiras que carregavam até mesmo crianças de colo.

Na hora em que estávamos na Assembléia, vi passar, aos prantos, acenando adeus para o caixão de Senna, uma garota de 14 anos com a perna engessada, mancando, sem a mínima queixa, depois de muitas horas de espera na fila. Ao seu lado, um senhor já humilde, barba por fazer, bonezinho azul, igual ao de Senna, olhos cheios de lágrimas, exibindo uma folha de cartolina com uma frase que se tornou a marca da homenagem dos brasileiros: "Valeu, Senna"! Uma caligrafia canhesta, mas cheia de amor. Outro levava, sobre o casaco, uma pomba branca, que soltou ao passar em frente ao caixão.

Os jovens repintaram os seus rostos, rabiscando o verde/amarelo com o nome de Senna na testa. Eram 8 mil pessoas por hora. A espera para chegar ao caixão levava de 4 a 5 horas.

O que impressionava naquelas filas e nas pessoas que definham naqueles poucos segundos permitidos, no salão nobre da Assembléia, era exatamente isto: a espontaneidade, a generosidade. Cada um querendo expressar, à sua maneira, a dor e, ao mesmo

tempo, a enorme admiração por Senna. Exemplo maior disto foi a extraordinária manifestação das torcidas que enchiam o Maracanã e o Morumbi no domingo – dia da sua morte. Como que regidas por um maestro invisível, mas sensível e sintonizado pelo sentimento do povo, naquele momento, as torcidas dos dois grandes clássicos, que se encontravam a 400 quilômetros de distância um do outro, cantaram o mesmo e conhecido refrão amoroso:

Olê, Olê, Olê, Olê,

Senna, Senna!

Foi de arrepiar! Como foi de arrepiar a manifestação do juiz de futebol, no Pacaembu, na quarta-feira, quando interrompeu a partida, aos cinco minutos, para fazer um minuto de silêncio.

A colossal torcida corintiana, nos gaviões da FIEL, desenrolou, aos poucos, nas arquibancadas, uma imensa Bandeira com a frase: "Acelera, Ayrton"!

Minutos depois, um dos jogadores comemorava o seu gol, correndo pelo gramado, com a Bandeira brasileira na mão, imitando os gestos de Senna nas vitórias que dedicava ao povo brasileiro. De pé, o povo todo aplaudia o gol recém feito e a vida recém ceifada.

Senna foi grande até neste instante. Ele permitiu, talvez, uma das maiores exibições de generosidade do seu povo. Povo que se entrega à emoção e ao sentimento, nas Diretas Já, na crença do messianismo de Fumero, na morte de Tancredo e nas exéquias de Senna, sem questionamento, de peito aberto, sem esmorecer com as dificuldades que enfrenta; povo que acredita sempre, que espera sempre.

Senna permitiu, finalmente, que cada um de nós retirasse da sua história, da sua vida, do seu passamento uma profunda lição – e talvez ela se direcione fundamentalmente para nós, que nos chamamos de "as elites deste País".

É preciso que retribuamos com a mesma generosidade, com a mesma luta, com a mesma garra, o empenho, o apreço, o bem-querer do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, têm sido muitos os sofrimentos do povo brasileiro e muitas as suas agruras, em função dos nossos diversos problemas. Entretanto, o nosso País, volta e meia, depara-se com pessoas como Garrincha, Pelé, Éder Jofre, Dener e como o excepcional Ayrton Senna, que soube levar tanta alegria, tanta felicidade aos 150 milhões de brasileiros, quando, no seu funeral, prestaram uma das mais bonitas homenagens, expressaram o seu profundo patriotismo diante daquele que, para muito alto, levou o símbolo da nossa Pátria.

Durante o seu velório, o pai de Ayrton Senna disse-me que, em algumas ocasiões, pedia a ele que não ficasse levantando tanto a Bandeira nacional. Creio que o fazia porque se preocupava com a própria segurança de seu filho. Mas Ayrton Senna levava a Bandeira brasileira, especialmente nos momentos em que sabia que era profunda a comunhão de todo povo. Ele compreendia bem o que significava para o Brasil ter o melhor piloto de Fórmula 1, entre todos os países do mundo.

Ayrton Senna gratificou aos brasileiros, especialmente aos jovens, demonstrando que tudo é possível quando se utiliza talento, inteligência, força de vontade e disciplina; deu o melhor de si para aquilo que tanto amava e constituiu-se em um extraordinário exemplo. Os jovens viam em Ayrton Senna a possibilidade de construir um mundo melhor para si e para os brasileiros menos favorecidos, pobres, com os quais Ayrton Senna, sem divulgar, sabia

solidarizar-se. Registro, portanto, as nossas homenagens a Ayrton Senna.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Sr. Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Sr^a Leonor Franco, Ministra da Ação Social; Srs. Embaixadores; Sr^s e Srs. Senadores, a Presidência associa-se à homenagem que o Senado Federal presta à memória do desportista Ayrton Senna, herói nacional e ídolo popular, reiterando à sua família, ao Estado de São Paulo e a todos nossos concidadãos a expressão de seu sentimento de pesar e de solidariedade.

O extraordinário desempenho de Ayrton Senna nas pistas dos autódromos pelo mundo afora não foi apenas a demonstração de habilidade e destreza. A serenidade com que sempre recebeu as honrarias da vitória estava acompanhada pelo patriotismo altaneiro de um brasileiro que constantemente quis elevar, por cima de si, as cores de seu País e o coração de todos os brasileiros.

Nós, os brasileiros, comprazemo-nos em nos identificar com as glórias desportivas, cujo brilho realça nosso legítimo amor próprio e nosso engajamento pelas coisas de nosso País. Em Ayrton Senna esse engajamento teve um atlante, portador de sonhos e alegrias, firme sustentador da perseverança na adversidade, dando testemunho de fé cristã.

Sua confiança nos desígnios do criador fez com que estivesse preparado para o que dispôs a Providência, que o chamou no ápice da carreira, deixando, para todos nós, um exemplo.

Estejamos conscientes de que o legado desse desportista inclui a disciplina de trabalho, a dedicação às causas mais elevadas e a pertinácia na execução de todas as tarefas. Que o Brasil entristecido emergja fortalecido e ativo de mais essa provação.

Agradeço a presença das autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h55min)

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 200, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve designar DARLETH LOUSAN DO NASCIMENTO PAIXÃO, Analista Legislativo, Área de Orçamento Público, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir a Diretora da Secretaria de Controle Interno, FC-9, em seus impedimentos eventuais.

Senado Federal, 10 de maio de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 201, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 3º, § 3º, da Resolução nº 51, de 1993, resolve nomear ANDRÉIA GOES BAKAJ REZENDE, ocupante do cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, para exercer o cargo em comissão de Secretário-Geral da Mesa Adjunto.

Senado Federal, 10 de maio de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATAS DE COMISSÕES

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 935, de 1991-SF, "destinada a investigar a situação atual da evasão fiscal no País".

23ª Reunião realizada em 10 de março de 1994

Às onze horas e dezenove minutos dos dez dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa e quatro, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Tonan Tito (Presidente), Meira Filho (Vice-Presidente), Marluce Pinto, João Calmon, Jutahy Magalhães (Relator), Esperidião Amin, César Dias e Carlos Patrocínio, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Investigar a situação atual da Evasão Fiscal no País". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Ronan Tito, declara abertos os trabalhos da Comissão. Em seguida, o Senhor Presidente submete à apreciação da Comissão o Requerimento de autoria do Senhor Senador Jutahy Magalhães, o qual requisita informações ao Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, relativas ao levantamento procedido por este órgão nas declarações de Imposto de Renda. Lido e submetido a votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade pela Comissão. Em seguida, é discutida e submetida à apreciação da Comissão a convocação do Senhor Joelmir Beting, Editor de Economia da Rede Globo de Televisão, sendo esta aprovada por unanimidade. Usam da palavra os Senhores Senadores Carlos Patrocínio, Meira Filho, Jutahy Magalhães, Esperidião Amin, Marluce Pinto, César Dias e João Calmon. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, agradecendo a presença de todos, encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada irá à publicação com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta ata.

ANEXO À ATA DA 23ª REUNIÃO DE TRABALHO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO ATUAL DA EVASÃO FISCAL NO PAÍS, REALIZADA EM 10-3-94 NA SALA Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Ronan Tito

Vice-Presidente: Senador Meira Filho

Relator: Senador Jutahy Magalhães

(Íntegra de acompanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Temos alguns assuntos da maior relevância. Há um ofício que o Relator me fez e que eu gostaria de pedir a cópia. Aprovei de ofício.

Vou ler o ofício, pois, embora já o tenha despachado, ele pode ser sustado, caso V. Ex^a discordem da decisão.

Requeiro de V. Ex^a seja oficiado o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, requisitando as informações abaixo relativas ao levantamento procedido por aquele órgão nas declarações de Imposto de Renda, pessoa física, referente ao exercício de 1993, ano-base 1992, deliberando-se preliminarmente acerca da transferência do sigilo fiscal, acaso exigida.

Informações solicitadas:...

Senador João Calmon, chamo a atenção de V. Ex^a... – qual o montante da soma do patrimônio dos declarantes com renda acima de 12 milhões de UFIR:...

Isso é uma peneira em que verdadeiramente só ficarão em baixo os "bagrinhos". Vamos nos assustar com a cristalização das fortunas no Brasil. Por mais que V. Ex^s pensem que estão em poucas mãos, vamos nos assustar. Estão em muito menos mãos do que pensamos.

- quantos declarantes têm patrimônio líquido entre 12 milhões e 540 milhões de UFIR;
- quantos declarantes existem com renda acima de 540 milhões de UFIR;
- quantos contribuintes estão na faixa de 180 milhões a 1 bilhão e 500 milhões de UFIR, segundo os campos de declaração de bens e direitos;
- para os campos da declaração segundo o patrimônio líquido, em quantas classes foram divididos os contribuintes, de acordo com o valor declarado;...

Senador, agora estamos numa senda que, além dela ser proveitosa, é inclusive perigosa.

- qual o valor inferior e superior para cada classe e sua frequência;

- quantos contribuintes existem com renda acima de 1 bilhão e 500 milhões de UFIR.

Penso que teremos trabalho com isso. Estão aqui dois excelentes assessores nossos. O Dr. Corsato ficou inclusive de visitar o Secretário Osiris, que se colocou à disposição para que fossem enviados mais dois assessores. Conseguiu, Dr. Corsato?

O SR. CORSATO - Ainda não consegui falar com o Dr. Osiris.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) - Assim que terminarmos a reunião, daqui mesmo ligo para o Dr. Osiris e peço para S. S^a recebê-lo, para que então sejam trazidos os assessores. Penso que com esses elementos na mão iremos precisar de um bom grupo de assessores, além do Prodasen.

a) Está confirmado o número de 6 milhões, 438 mil declarantes do Imposto de Renda, pessoa física, no exercício de 1993, ano-base 1992?

b) Confirmada a informação, é real o número de 1 milhão, 635 mil declarações com fraude?

c) Das 6 milhões, 431 mil declarações do Imposto de Renda, pessoa física, de 1993, ano-base 1992, queremos saber o montante recebido, segundo os questionamentos abaixo:

1 - Qual o montante arrecadado de pessoa física? Qual o montante arrecadado de pessoa jurídica? Qual o montante arrecadado sobre o Carnê Leão? Qual o montante arrecadado sobre previdência, sobre ganhos de capital, sobre despesas médicas, sobre imposto pago por pessoas jurídicas? Qual o total do imposto devido?

Requeiro também seja deliberado por esta Comissão acerca da criação da Subcomissão para acompanhamento especial do Imposto de Renda, pessoa jurídica, já em andamento no Serviço Federal de Processamento de Dados.

O Relator, Senador Jutahy Magalhães, pede-me que o submeta a V. Ex^{as} para que, se aprovado, façamos um requerimento ao Serpro, a fim que ele nos envie esses elementos. (Pausa.)

Penso que todos estamos de acordo. O ofício já está pronto, esperando apenas o ad referendum do Plenário para nós o remetemos.

O segundo assunto a ser tratado é o seguinte: quisemos dar uma arrancada, convidando o Joelmir Beting, comentarista econômico da Rede Globo e de mais uma centena de jomais, para que ele prestasse o seu depoimento. A Adriana teve um contato com a secretária dele, que é a sua esposa, e ela disse que ele não poderia vir de maneira alguma.

Em virtude da resposta, resolvi não fazer um convite, e sim uma convocação. E a sua mulher disse que, mesmo convocado, ele não viria - inclusive não tratou muito bem a nossa secretária. Ela, além de secretária, é a caixa registradora da sua empresa. Pedi então à Adriana que lhes remetesse a lei. Ninguém pode ignorar a existência da lei, mas o fiz numa prova de nossa boa-vontade.

Dessa forma, constatando que não poderia faltar sem uma justificativa, Joelmir Beting enviou-nos uma correspondência, que passo a ler:

Exm^o Sr. Senador Ronan Tito, Presidente da Comissão Parlamentar de inquérito.

Nobre Senador,

Compromissos profissionais absolutamente inarredáveis e anteriormente assumidos impedem-me de comparecer à sessão da CPI presidida por V. Ex^a, marcada para 9 de março, e a mim comunicada pelo Ofício n^o 54/94, de 2 de março de 1994. Reitero as justificativas oferecidas em correspondência anterior...

Houve correspondência anterior com justificativas? Por favor, verifique.

... datada de 3 de março de 1994, justificativas agora ampliadas pelo plantão do Plano FHC 2, que me impõe jornadas de até 15 horas, incluindo sábados, domingos e feriados.

Não desfruto, por hora, de condições técnicas nem físicas para pesquisar e produzir um depoimento realmente útil aos relevantes objetivos da CPI.

Certo da compreensão, antenciosamente

Joelmir Beting

Vou ver agora a correspondência anterior. É a sua própria agenda, o seu programa de trabalho, informando que no dia tal ele está em tal lugar, noutro dia está em outro; no dia da reunião ele estaria num debate, às 16h, na Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade, gestão da qualidade total. É uma entidade empresarial.

Quis colocar a V. Ex^{as} essa situação, primeiro, para saber se entendem como suficientes ou não as justificativas apresentadas; e se vamos abrir mão do seu depoimento ou se precisamos dele.

Coloco isso em discussão e para decisão do nosso Plenário.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas observações. Acho bem provável que o nobre comentarista Joelmir Beting também esteja incluído na lista elaborada pelo Senador Jutahy Magalhães. Sabemos da alta remuneração cobrada por aquele comentarista econômico para comparecer a eventos, palestras e conferências.

Não tenho visto Joelmir Beting fazer críticas a esse ou àquele Parlamentar ou ao Congresso Nacional, enquanto outros, como a apresentadora Hebe Camargo, fazem críticas, as mais veementes e estapafúrdias possíveis. E não a primeira vez que esta senhora dirige acusações a todos os Parlamentares, sem distinção. No caso do economista Joelmir Beting, temos que usar a lei no sentido que ele possa comparecer aqui, pois sua contribuição será inestimável à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) - Gostei muito da resposta do Senador Esperidião Amin à provocação que um jornalista fez, a respeito das declarações da animadora Hebe Camargo, veiculadas hoje no *Correio Braziliense*. Temos que tratar desse assunto com bastante superioridade, pois quem ouvir o Boris Casoy falar sobre o Congresso Nacional, todas as tardes, não imagina que aquela emissora de televisão - o SBT - ganhou uma tenha, uma concessão do Congresso que é usada para duas coisas claras: uma é a tele-sena, Baú da Felicidade, o que para mim é o conto do baú. Já denunciei isso aqui, há uns quatro anos atrás. Devemos lembrar que o poder concedente também pode cancelar aquele benefício que aquela emissora passe a atacar contra instituições perenes como Congresso Nacional.

O SR. MEIRA FILHO - Sr. Presidente, isso nada mais é que o descumprimento da lei, há um abuso dos meios de comunicação em nosso País, e não se respeita mais ninguém.

O que a Hebe Camargo e a Dercy Gonçalves disseram naquele programa não se diz nem em salão de bilhar, nunca vi tanta

pomografia, tanta baixeza como vi naquela noite. Aquilo foi uma agressão não só aos Parlamentares, mas à família brasileira, pois faltou ética, moral, não existiu nada. Aquelas senhoras desceram a um nível muito baixo na linguagem usada, inclusive menosprezando a instituição do casamento. Isso foi transmitido pela televisão brasileira. Ouvi, está na gravação, é uma indecência, é o fim do fim.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Não quero agora tratar desse assunto. Gostaria de decidir sobre a vinda ou não do Joelmir Beting.

Até pretendo fazer um pronunciamento sobre a permissividade, pois uma coisa é permissão, outra é permissividade. O Congresso Nacional e o Executivo quando concedem, são poderes concedentes, mas quando permitem que a lei seja afrontada, passam a ser poderes permissivos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sr. Presidente, é sobre o Joelmir Beting. Acredito que tenhamos considerado importante sua vinda. Se ele quiser falar, terá muita coisa a acrescentar à CPI da Evasão Fiscal.

Por isso, se a Comissão decidiu favoravelmente em relação à sua vinda, precisamos utilizar os recursos da lei para que ele aqui compareça. Por mais importante e conceituado que seja, deve acatar as determinações da lei, aqui comparecendo, inclusive abrindo mão de outros compromissos que, porventura, tenha.

Segundo, com relação à concessão de rádio e TV, queria apenas que tomassem conhecimento do meu projeto neste sentido. Se votássemos o projeto que apresentei muita coisa seria evitada, inclusive o absurdo da manipulação da opinião pública no Brasil, como vem sendo feita. Para a aprovação desse projeto de minha autoria, será necessário enfrentar forças poderosas, e eu estarei disposto, mas não sei se outros estarão.

O SR. ESPERIDÃO AMIN – Manipulam tanto que até o PFL está se interessando pela candidatura do Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – É verdade, estão querendo fazer a segunda via, estávamos procurando ser a terceira via e querem fazer de nós a segunda via. Não conseguiram fazer Maluf, nem Antônio Carlos, então querem fazer-nos de segunda via.

O SR. ESPERIDÃO AMIN – Sr. Presidente, quero fazer minha colocação e deixar minha solidariedade com relação ao que a Comissão decidir. Se tivesse que dar um palpite no começo, não obrigaria o Joelmir Beting a vir aqui, mas já que foi estabelecida esta correspondência, não seria eu – nem me sentiria leal com o Presidente e com os companheiros da comissão – a negar solidariedade no prosseguimento da ação.

Por isso, deixei meu voto em consonância com o que disse o Senador Jutahy Magalhães. Foi dado o passo, agora não podemos voltar atrás. V. Exª tem carta branca para prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Quero dar uma sugestão à Comissão. Já tive oportunidade de participar de um almoço, que por sinal foi muito agradável, com o Joelmir. Se me for permitido, entro em contato com ele e digo-lhe que, baseado na lei, pretendemos convocá-lo caso não se dispuser a vir espontaneamente, acrescentando que não é um convite, mas uma convocação. Pretendo fazê-lo entender que trata-se de uma contribuição cívica ao País; pediria a ele então que marcasse a data.

Agora, se ele se negar, dizendo que não pode vir, que não tem condição, colocaremos a lei em funcionamento. Faço a ele primeiro um convite, para que também ele não diga que estamos sendo truculentos ou agressivos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, permita-me, mais uma vez, fazer uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Pois não.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, desculpe-me, mas não sei o porquê de tanta deferência e parcimônia para com essa pessoa, mesmo porque já foram mandadas cópias das leis que obrigam o seu comparecimento aqui nesta CPI.

Então, penso que se deve convocá-lo. Mas é claro que, se V. Exª prefere a delicadeza...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Estou submetendo essa questão à decisão do Plenário; o que o Plenário decidir é o que vou cumprir.

O SR. MEIRA FILHO – Sr. Presidente, penso que V. Exª está seguindo com muita fidalguia e com muita educação um caminho que o comentarista não conhece: o da educação cívica. Penso que, no sentido de buscar uma harmonia, o seu gesto é louvável e muito importante; eu até aprovo a sua atitude, pois ela é digna de um Parlamentar digno. Mas será que ele é tão digno quanto V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Temos que fazer a nossa parte, Senador.

Concedo a palavra a nobre Senadora Marluce Pinto.

O SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, nobres Colegas, primeiramente foi efetuado um convite, e ele se negou a atendê-lo. Se V. Exª quiser fazer um novo convite a ele, tudo bem. Agora, não poderemos nunca deixar de exigir a presença dele aqui, porque isso irá comprovar como as pessoas, principalmente as que fazem parte da imprensa, estão desconsiderando o Congresso.

Não admito que uma pessoa do nível intelectual do Sr. Joelmir Beting desconheça essa lei. Mas as pessoas acham que, hoje, o Congresso pode levar pancada e pode ser desconsiderado. O Sr. Joelmir Beting dá prioridade a um convite em que ele é pago e, como falou o nosso Senador Jutahy Magalhães, não quer nem obedecer à lei; é inadmissível que ele desconheça que a lei o obriga a vir a esta Comissão.

Realmente, pelo que se acompanha através dos jornais, dos programas de televisão, ou se toma uma medida muito séria a esse respeito, ou vai-se chegar a um ponto em que os Parlamentares não poderão mais nem andar na rua.

É incrível o que escutamos em salão de beleza, ou em casa, ou até mesmo nas ruas, fazendo compras; hoje, somos comparados a vilões. Temos de ver que, no mundo inteiro, existiu e não vai deixar de existir uma certa corrupção em congressos. Isso existe em todas as facções, seja no Executivo, no Legislativo, na classe empresarial ou no meio mais pobre. Mas estão fazendo declarações generalizadas, querendo mesmo nos deprimir; penso muitos vão até pensar se vale a pena disputar uma vaga para Parlamentar. Somos cobrados, muitas vezes, até da própria família, embora esta, no caso específico de cada um, não coloque dúvida quanto ao seu familiar. Mas a família põe dúvida quanto aos outros.

Então, penso que é uma falta de consideração muito grande ele não querer vir a esta Comissão, por mais ocupado que ele seja. Ele tinha que eliminar qualquer compromisso remunerado e vir aqui para nos atender de qualquer maneira. Somos autoridades e estamos precisando que ele preste alguns esclarecimentos. Não podemos, de maneira nenhuma – penso que esta atitude da parte de V. Exª é muito louvável –, entrar em contato com ele, ainda mais que já houve encontros pessoais afáveis.

Caso contrário, se ele não aceitar o seu segundo convite, ele deve ser trazido a esta Casa, mesmo contra a sua vontade. Não se trata de forçar uma situação; muitas vezes, temos que nos impor,

para mostrar que, neste Congresso, há pessoas sérias, que trabalham e que querem exatamente retirar, daqui de dentro, aqueles que não são sérios, a respeito dos quais e sobre cuja moral a opinião pública possa ter qualquer dúvida.

Sr. Presidente, essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Concedo a palavra ao Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de saber se foi convocado também um outro comentarista de uma outra emissora. Estive ausente por alguns dias da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Na pauta de convocação está o Sr. Aloysio Biondi, um articulista econômico da maior relevância, um homem muito qualificado, que escreve sempre sobre questão fiscal.

Haveria o depoimento de um outro comentarista importante da TV Bandeirante. Mas este se aprofunda muito mais na questão do mercado de capitais do que na questão fiscal. Falo daquele rapaz que faz comentários na TV Bandeirantes à noite; é um rapaz jovem ainda, de ascendência sírio-libanesa.

O SR. – O seu nome não seria Nassif?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Exatamente. O seu nome é Luiz Nassif. Ele se dedica muito ao mercado de capitais. Não costumo assistir muito à televisão, mas nunca o vi comentando sobre questões fiscais.

O SR. – Talvez o jornalista Joelmir Beting esteja pensando que esta Comissão irá fazer uma investigação sobre a sua vida e sobre as declarações que estão em sua posse.

Sugiro que, nesse mesmo dia, seja convocado um outro comentarista e que seja feita uma sessão mais longa, o que desinibiria de vir aqui. Quando V. Ex.^a for entrar em contato com ele, poderia ser dito isso a ele.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Neste momento, temos que discutir sobre a questão da lei. Na verdade, já faz mais de seis meses que foi feita a sugestão de convocá-lo; essa sugestão é antiga.

Fiz muitas tentativas por telefone, conversando com a esposa dele. No final do ano, foi dito que ele estava muito comprometido. Não quis prejudicá-lo. Não quis prejudicar o seu faturamento, porque, hoje ele é o conferencista mais bem pago do Brasil; ele chega a cobrar 10 mil dólares por um simpósio.

O SR. – Quem sabe se oferecermos a ele 10 mil dólares, ele não vem aqui?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Acontece que não é previsto no nosso Regimento dar cachê.

O SR. – Talvez, tenha ocorrido isso. O Senado não ofereceu cachê, e, por isso, ele não vem aqui. Isso é feito numa casa absolutamente venal, que é a Rede Globo de Televisão.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Nós todos batemos palmas. Aquela, sim, é uma casa corrupta, não é? Tenho dito isso da tribuna do Plenário do Senado.

Gostaria de ouvir o Senador João Calmon, que foi, na época, quem sugeriu o nome do Sr. Joelmir Beting e do Sr. Aloysio Biondi. Primeiramente, eu gostaria de ouvir o depoimento do Sr. Joelmir Beting, para, depois, ouvir o Sr. Aloysio Biondi. Mas essa decisão cabe a V. Ex.^{as}; eu apenas a cumprirei.

O SR. JOÃO CALMON – Sr. Presidente, creio que o jornalista Joelmir Beting ainda não compareceu a esta CPI por culpa

exclusiva de desinformação sobre o que representa uma Comissão Parlamentar de Inquérito e sobre os seus poderes.

Há muitos anos, na década de 60, a Câmara dos Deputados decidiu aprovar um pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de autoria do Deputado Eurico Oliveira, do PTB. Esse parlamentar mantinha um programa na Rádio Nacional, sobre temas religiosos. Estava no auge uma campanha, uma cruzada liderada pelo então Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Foi solicitado a mim o apoio a esse requerimento e eu, por uma questão de ética, me recusei a dar a minha assinatura, porque, a esta altura, eu já não mantinha relações de amizade com o Sr. Roberto Marinho.

Foi aprovada a CPI e, em seguida, a relação das pessoas que deveriam ser convocadas a depor, e uma dessas pessoas era o Dr. Roberto Marinho. Também, na mesma oportunidade, foi convocado o Sr. Joseph Wallack (?), que era, na estrutura da TV Globo – naquele tempo não se chamava Rede Globo –, o representante do grupo norte-americano Time-Life, que havia celebrado um acordo com o Sr. Roberto Marinho para instalação de emissora de televisão no Brasil. O Sr. Roberto Marinho tinha como advogado um dos mais notáveis profissionais deste País, Dr. José Nabuco. Ao se aprovar a relação dos depoentes, não houve, nem da parte do Sr. Roberto Marinho, que é o principal acionista, esmagadoramente majoritário, da Organização Globo, nem da parte do Sr. Joseph Wallack (?), a menor restrição. Eles foram informados, com a maior clareza, pelos seus advogados, de que seria impossível deixar de aceitar aquela convocação, porque, de acordo com a lei – e isso já foi salientado nesta reunião –, quando o depoente tenta recusar-se a comparecer, ele é obrigado a vir – para usar a expressão jurídica – "debaixo de vara".

Conheço o jornalista Joelmir Beting, que é um profissional do mais alto nível, e creio que a atitude dele se deve exclusivamente à desinformação. O acionista esmagadoramente majoritário da Rede Globo aceitou a convocação para depor na CPI sobre os acordos Time-Life/TV Globo. O Sr. Joseph Wallack(?), cidadão americano, também aceitou a convocação, compareceu à reunião da CPI, prestou o seu depoimento e respondeu a todas as indagações formuladas pelos parlamentares. Da mesma forma procedeu o Sr. Roberto Marinho, que não se esquivou de qualquer pedido de esclarecimento.

Inclusive, existe essa informação adicional, da qual talvez os Parlamentares presentes nem tivessem conhecimento. Joelmir Beting é um profissional do mais alto nível, sob o ponto de vista técnico – eu diria também moral e ético. Creio que é um problema de desinformação.

E vou completar essa informação narrando um episódio que ocorreu comigo, envolvendo o jornalista Joelmir Beting. Quando foi aprovada a vinculação de um percentual mínimo da receita de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino – que é, como todos sabem, de iniciativa minha –, eu me vi obrigado a enfrentar a má-vontade do então tecnocrata que exercia as funções de Ministro do Planejamento, o atual Deputado Delfim Netto. Como um dos seus antecessores, o Ministro Delfim Netto tinha os mesmos preconceitos contra a vinculação. Também o atual Deputado Roberto Campos, quando era Ministro do Planejamento do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, convenceu o Chefe da Nação de que deveria eliminar dois percentuais sobre a receita de impostos que constavam da Constituição de 1946. Um, de 10% sobre a receita de impostos federais, para o ensino superior, e outro, de 3% sobre a receita de impostos federais, para combate à seca no Nordeste. Houve uma iniciativa do Parlamentar Manuel Novaes posterior a esse fato a que estou aludindo; os 3% foram anteriores, e depois o Deputado Manuel Novaes aproveitou o pre-

cedente aberto para combater a seca no Nordeste e conseguiu a aprovação de um percentual de 1% para o vale do São Francisco.

O Ministro Delfim Netto, fiel aos seus princípios, um economista notável – apenas não gosta de proferir discurso do plenário da Câmara –, concedeu entrevista a um matutino desta Capital, o *Jornal de Brasília*, que considerei profundamente ofensiva, não a mim, mas ao Congresso Nacional. S. Ex^a afirmou que o Congresso Nacional, ao aprovar aquela vinculação, havia esclerosado o Orçamento. E como essa declaração foi feita também no programa jornalístico de Joelmir Beting, na Rede Bandeirante de Rádio, esse profissional do mais alto nível na área da Economia tomou a iniciativa de entrar em contato com um filho meu, em São Paulo, para solicitar que eu comparecesse ao seu programa no dia seguinte, ou em outro dia da minha preferência, para exercer o direito de defesa, que é sagrado. Aceitei o convite do jornalista Joelmir Beting. O programa começava às 7h, mas lá estava pontualmente e dei ao Sr. Delfim Netto a resposta que ele merecia receber. E confesso – esta é uma confissão gravada, então, é um pouco precária – que, na defesa da minha tese em favor da educação, me deixei dominar pelo excesso de emoção e respondi de uma maneira demasiadamente violenta ao comentário do então Ministro Delfim Netto. Iniciei a minha resposta serenamente, como é do meu feitio, mas, em certo momento, eu me excedi. Declarei que eu era um homem tranquilo, um homem calmo, um homem moderado, que raramente me exaltava, mas, embora eu não desejasse mal a ninguém, eu temia, e temia sinceramente, que o Ministro Delfim Netto, se continuasse a defender teses tão impatrióticas, poderia ter o mesmo fim que os seus antepassados italianos deram a Benito Mussolini, que havia sido fuzilado e depois pendurado de cabeça para baixo como um porco.

Faço esta confissão de culpa, eu diria de arrependimento: excedi-me, mas também a ofensa feita não a mim, mas à instituição a que eu pertencia naquela época e que ainda pertencço, realmente merecia um revide, embora o revide tivesse sido realmente violento.

Cito este episódio para mostrar a correção do jornalista Joelmir Beting, que garantiu a alguém que havia sido ofendido através do seu programa o direito de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Senador, sem V. Ex^a requerer, ele ofereceu.

O SR. JOÃO CALMON – Ele tomou a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Isso é muito importante.

O SR. JOÃO CALMON – Ele tomou a iniciativa.

Estou certo de que informado o jornalista Joelmir Beting que mesmo o dono da Rede Globo de Televisão, depois de ouvir os seus advogados, inclusive uma estrela de primeira grandeza das letras jurídicas deste País, Dr. Nabuco, compareceu à CPI. Não há, portanto, nenhuma justificativa, a não ser o problema de falta de informação para essa atitude do Jornalista Joelmir Beting. Estou convencido de que, informado de que até o todo-poderoso proprietário da Rede Globo de Televisão, do Sistema Globo de jornal, de revista, comparecerá aqui e dará as informações que forem solicitadas por esta CPI.

Presto esta homenagem ao jornalista Joelmir Beting, porque tem um precedente muito animador.

O SR. – V. Ex^a me permite um aparte, Senador João Calmon?

O SR. JOÃO CALMON – Pois não.

O SR. – Talvez eu não tenha entendido bem, eminente Presidente, mas me parece que já foi enviado para o jornalista Joelmir Beting a lei que o obriga a comparecer a uma convocação.

Eu gostaria só que ficasse patenteado isso.

O SR. JOÃO CALMON – Além da lei, estou fornecendo uma informação adicional importante: ele pertence a uma poderosa organização de comunicação social que abrange jornais, revistas, rádio e televisão, e até o acionista controlador, que tem um altíssimo percentual das ações do Sistema Globo de Rádio e Televisão, depois de consultar o seu advogado, compareceu, prestou todas as informações, respondeu a todas as indagações, inclusive formuladas por mim.

A SRA. MARLUCE PINTO – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO CALMON – Com o maior prazer.

A SRA. MARLUCE PINTO – Meu nobre colega, hoje, a conclusão a que chegamos, depois até do seu depoimento, é que naquela época o Congresso era tão respeitado, e o Ministro Delfim Netto ter falado o que falou, imediatamente V. Ex^a foi convocado, o que não aconteceu hoje. Hoje, já está se tornando uma rotina. Então, admito que até a concepção do jornalista Joelmir Beting já não é o daquela época, porque, mesmo V. Ex^a achando que ele não está bem informado, a lei foi encaminhada para ele, ele é uma pessoa muito esclarecida, ele não ignora – admito – essa responsabilidade que tem de atender a essa convocação, a esse convite. Agora, simplesmente é porque está se tornando algo generalizado. O Congresso já não está mais sendo respeitado. E é por isso que, mais do que nunca, não poderemos abrir mão da sua vinda aqui para fazer respeitar não só a lei como ele chegar à conclusão de que realmente merecemos consideração, porque ele mandar esse expediente, quer dizer, porque ele tem uma agenda cheia, não pode se dar ao luxo de dispensar um de seus compromissos para atender a uma convocação do Congresso. É essa a linha opinião.

O SR. JOÃO CALMON – Considero a intervenção de V. Ex^a muito lúcida, mas eu gostaria de acrescentar um detalhe muito importante: estou certo de que ele ignora que, no caso de não cumprimento de uma intimação feita pela Comissão Parlamentar de Inquérito, ele será obrigado a comparecer debaixo de vara, que é a expressão jurídica.

Estou absolutamente certo de que não será necessário que ele compareça aqui debaixo de vara. Informado sobre esses detalhes, acredito que ele vai comparecer, como o todo-poderoso acionista majoritário da Rede Globo de Rádio e Televisão, jornais e de revistas compareceu. Mesmo com esse desgaste que se agravou nos últimos tempos, a crédito – e falo com autoridade, não tenho relações pessoais com o Sr. Roberto Marinho – que o jornalista Joelmir Beting irá comparecer e dará as informações que lhes forem solicitadas.

Esta é a minha convicção

Da mesma maneira, creio que o jornalista Aloysio Biondi, o outro depoente, virá a esta Comissão e prestará o seu depoimento. Esta é a minha convicção, com um detalhe adicional que aumenta até esta minha convicção: não fui signatário do pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os acordos Time Life e TV Globo, porque julguei que eu não teria isenção para tomar uma iniciativa desse tipo. E, depois, um Parlamentar amazônida, como V. Ex^a, Senador, que, desgraçadamente para todos nós, se suicidou, Fábio Lucena, conseguiu uma proeza que parecia absolutamente inimaginável, ele solicitou uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Rede Globo de Televisão, pediu a minha assinatura, novamente eu me recusei a assinar, porque se tratava de um inimigo pessoal meu; não assinei esse pedido, mas a Comissão se instalou.

Então, veja a força do Congresso Nacional que tornou possível não apenas a CPI na Câmara, mas depois uma CPI aqui no Senado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – V. Ex^a me permita uma informação: a CPI foi instalada, mas não deu em nada. Não deu em nada porque nem os depoimentos foram válidos. No final das contas, a CPI chegou a uma conclusão para dizer nada consta, nada temos a apresentar. Foi um fracasso total.

O SR. JOÃO CALMON – Só para prestar um esclarecimento ao nobre Senador Jutahy Magalhães: o fato concreto é que, ao contrário do que aconteceu em várias tentativas anteriores, essa iniciativa do Senador amazonense foi aprovada também sem a minha assinatura, conforme já destaquei.

Obviamente, é conhecida uma frase de um famoso filósofo inglês, que afirmou que a televisão é a mais poderosa arma da civilização contemporânea. Por isso mesmo, não foram convocados cidadãos que pudessem prestar uma contribuição relevante a esta CPI. O único que poderia prestar um depoimento seria o Senado que, neste momento, abusa da paciência dos seus colegas.

Se dependesse de mim, eu não teria sido incluído entre os depoentes. Obviamente, o nosso saudoso colega Pompeu de Souza se encontrou comigo no túnel do tempo, colocou a mão no meu ombro e disse: Senador, vamos à sala onde se realiza a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Rede Globo de Televisão. Eu lhe expliquei que eticamente me sentia impossibilitado de estar participando dessa CPI. Ele alegou que eu iria apenas como ouvinte, e, diante desse convite insistente, aceitei, compareci.

Lá na hora, fui convocado a prestar um depoimento em um outro dia. Expliquei, pressionado por essa ética que, sob certos aspectos, não é colocada no Brasil em um alto nível de prioridade, mas o Presidente dessa CPI – já não lembro quem era – insistiu em me arrolar como depoente. E apenas pedi que fosse o último depoente.

O nobre Senador Jutahy Magalhães foi membro dessa CPI?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Não, não fui membro, porque não me indicaram. Mas consegui com que houvesse um entendimento para a indicação do Senador Fábio Lucena.

Antes, conversei com ele e perguntei-lhe se estava disposto a enfrentar as dificuldades que aparceriam no decorrer dos trabalhos da CPI. E, com aquele seu espírito, de que nos lembramos, ele disse: pode deixar comigo; vou em frente, e ninguém me tira do caminho. Infelizmente, ele próprio se retirou.

A sua substituição foi por um Senador competente, que merece todo o respeito. Mas, infelizmente, depois veio o Wilson Martins. Com toda a sua preocupação e com todas as dificuldades, não conseguiram fazer a convocação das pessoas que poderiam trazer as informações devidas. Não conseguiram o número, porque a CPI era dirigida pelo PFL na época. Era o Gadelha que estava à frente disso.

Então, não conseguiram trazer as pessoas que poderiam dar as informações, e a CPI extinguiu-se com o decorrer do tempo. Não conseguiram nem fazer uma nova convocação ou prorrogar os trabalhos.

Veja V. Ex^a a dificuldade de se chegar ao final.

O SR. JOÃO CALMON – Antes, havia sido convocado o Secretário-Geral do Ministério das Comunicações. Convocaram também um homem da área de comunicação social: o educador Arnaldo Niskier. Não aceitei ser o primeiro depoente; como não poderia negar, fui convocado e colocado como último depoente. E antes da data do meu depoimento, que seria forçado a prestar, para cumprir o que determina o Regimento, foram encerrados os trabalhos da CPI.

Isso é apenas para prestar um esclarecimento que me parece importante, e com um detalhe adicional, com o qual encerro esta minha intervenção:

Foram pedidas várias Comissões Parlamentares de Inquérito na Câmara sobre a Rede Globo de Televisão e sobre a Fundação Roberto Marinho. Foram obtidas as assinaturas exigidas pelo Regimento da Casa. Posteriormente, depois de aprovadas, com o número suficiente de assinaturas, surgiu uma pressão irresistível dos setores interessados na não-realização dessas CPI; os Parlamentares riscaram os seus nomes e as Comissões Parlamentares de Inquérito não se instalaram.

É este o esclarecimento que me sinto no dever de prestar, ao mesmo tempo em que reitero a minha convicção de que, devidamente esclarecido, o jornalista Joelmir Beting comparecerá a esta CPI, como o acionista majoritário da Rede Globo de Televisão, de todo o Sistema Globo de Comunicação, compareceu a uma CPI na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Senador João Calmon, penso que a maioria tende para esse tipo de contato, para o esclarecimento junto ao jornalista Joelmir Beting; mas remanesce uma pergunta, e gostaria de chamar a atenção do Plenário a respeito, fazendo-o com a maior insistência, dados os antecedentes que já citei e não vou repetir. Vou ler o tópico sobre a questão:

No caso de não-comparecimento de testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal.

O art. 218 diz o seguinte:

Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar auxílio da força pública.

Também tenho certeza de que, sendo esclarecido, ele comparecerá; mas, caso não compareça, dizendo "não, não posso, não vou, meus compromissos são mais importantes do que isso, não vou poder ir", gostaria de saber o que farei, porque não posso, sem autorização da maioria da CPI, tomar a atitude que penso deva ser tomada, que é cumprir a lei!

O SR. JOÃO CALMON – Se V. Ex^a transmitir a ele, oficialmente, reproduzindo, inclusive, o texto da lei, não há a menor dúvida de que ele comparecerá.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, também tenho a inteira convicção de que o jornalista Joelmir Beting haverá de comparecer.

Concordo com V. Ex^a, que está dispensando a ele essa deferência toda especial. Mas gostaria, também, já que estamos gastando bastante tempo nesse assunto, de chamar a atenção para a justificativa.

Temos aqui o ofício; nunca vi esse termo, "impedem-se de comparecer à sessão da CPI", Não sei se está correto; parece-me que está errado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sobre isso, tive uma discussão outro dia, porque essa expressão, "impedem-se", a qual estranhei, estava num documento que eu deveria assinar. Mas ela está no vernáculo.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – É forma indireta, está correta, consta do vernáculo. Também estranhei, tanto que, na

hora em que li, fiz uma observação. Mas agora estou observando: o que impede? Os compromissos que ele assumiu.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Mas observe V. Ex^a: "Não desfruto, por ora, de condições técnicas..." "Se Joelmir Beting não desfrutar de condições técnicas para prestar esclarecimento a uma CPI que trata de assunto da sua especialidade e, nem física, pois trata-se de um homem dos mais forte, mais robusto da televisão brasileira. Parece que temos que olhar que, de uma certa forma, o Congresso Nacional está sendo desconsiderado ou, pelo menos, a CPI está sendo desconsiderada.

Concordo com tudo o que o Senador João Calmon disse, pois se trata de um homem da mais alta respeitabilidade, pois todos o admiramos. V. Ex^a já tem autorização desta Comissão para tomar as providências cabíveis no caso. Quando decidimos, pela unanimidade dos membros, a convocação dele, entendo que deve ser aplicada a lei. Estamos pois delegando a V. Ex^a todos os poderes para tomar a decisão que achar conveniente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Pois não, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Acredito que, conversando com V. Ex^a ele perceba que será convocando de qualquer maneira. Se não vier, a lei tem que ser cumprida por mais desagradável que seja.

Não me lembro de nenhum caso nosso que chegasse a tanto, em que houvesse necessidade de se chegar a tal ponto. Não me lembro de nenhum caso, embora há aproximadamente vinte anos esteja eu neste Congresso.

O jornalista Joelmir Beting Beting é quem diz e repete, a cada instante, nos seus artigos, as preocupações com a democracia, com o fortalecimento das instituições, dos partidos políticos, e tem que dar o exemplo.

Sou um leitor constante dele, tenho inclusive um arquivo com muitos artigos escritos por ele, e se qualquer pessoa precisar saber o que foi que ele escreveu em tal dia, é só procurar em minha pasta que tenho. Tenho todos os seus artigos e, em vários discursos, referi-me a ele – ultimamente nem tanto – mas, há alguns anos passados, eu o citava constantemente em meus pronunciamentos sobre a questão econômica.

Hoje à noite vou à Bahia e, de lá, vou para o exterior, voltando a Brasília somente no dia 4 de abril. Sei que existe a possibilidade do Presidente da FEBRABAN e, talvez, do jornalista Joelmir Beting a esta comissão. Por isso, preparei uma série de indagações, através de consultas e pedidos feitos à Assessoria da Comissão, a amigos meus que atualmente fazem parte do Poder Executivo e têm uma outra visão dessa questão da evasão fiscal e também através de busca aos artigos do jornalista Joelmir Beting, de acordo com declarações e afirmações dele, para fazer certas indagações na sua presença e também de outras razões que me levaram a fazer algumas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Agradeço a V. Ex^a É claro que determinarei na hora alguém que faça essas perguntas, dizendo que são da lavra de V. Ex^a

No entanto, ainda nos resta a possibilidade de compatibilizar a vinda dele com o retorno de V. Ex^a, porque se nos vai ficar a oportunidade de dialogar com ele para criar um dia para que ele venha aqui, a não ser "sob vara", como disse o Senador João Calmon, pode ser...

O SR. JOÃO CALMON (fora do microfone) – É uma expressão legal.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Sei, mais essa é a expressão da lei: "sob vara". Atualmente, já poderíamos modificar para "sob o cacetete".

Estou autorizado, vou tentar entrar em contato com ele ainda hoje. Se não conseguir, vou colocar amigos comuns para dizer a ele como é importante.

Gostaria de dizer a V. Ex^s que, autorizado, não terei o mínimo constrangimento para tomar todas as medidas necessárias e, não é contra o Joelmir Beting, por quem tenho a maior simpatia, mas contra qualquer pessoa, pois a lei não pode ser afrontada.

Devo dizer ainda hoje um pronunciamento no Congresso Nacional sobre a questão das afrontas que a imprensa vem fazendo ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo, à sociedade brasileira; e nós, como autoridades concedentes, acabamos nos tornando autoridades complacentes, coniventes, acumpliciadoras. Estamos vendo o que a imprensa faz com o Brasil e estamos de braços cruzados.

O Senador José Fogaça vez aprovar no Congresso Nacional uma lei, que está lá na Câmara dos Deputados dormitando, e a exigência de boa técnica daqueles que não querem lei sobre a imprensa, é colocar uma coisa muito mais forte, pois não se aprova e ficamos sem lei: é a *vacatio legis*.

Estamos sob o império da imprensa, pois ela está governando o Brasil e, nós...

O SR. MEIRA FILHO – Sr. Presidente, vou confessar algo do meu íntimo: não virei à apresentação desse moço no Congresso Nacional com muito agrado. Estou falando com toda a sinceridade.

Entendo que isso é um desafio ao Parlamento brasileiro. Não vejo a imagem dele com muito agrado e virei assisti-lo com um certo asco.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Mas vamos participar, Senador.

Pergunto aos Srs. Senadores se têm mais alguma coisa a colocar.

O ofício do Senador Jutahy Magalhães foi aprovado. Vamos já assiná-lo. Há a questão do Joelmir Beting, com o qual vou tentar entrar em entendimento. Tenho certeza de que ele virá, sem dúvida nenhuma, espontaneamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sobre o ofício, gostaria de informar a V. Ex^a e aos Colegas que recebi uma série de informações, uma delas é de que o SERPRO pode responder exatamente ao que aí está. Todos os dados estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Acho que são dados da maior importância.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Os dados estão lá e podem ser respondidos.

Tenho a resposta a um requerimento que fiz ao Ministério da Fazenda a respeito de quais as empresas que fizeram importação de mercadorias, levando em consideração o fato de serem inscritas no Conselho de Assistência Social e Serviços Sociais – INSS. V. Ex^a sabe, como todos aqui também, que todas essas empresas podem importar-se com a isenção de impostos. Como sei que várias empresas importaram, com isenção de impostos, determinados produtos que nada têm a ver com a assistência social, como uísque e carros, fiz uma solicitação, para mostrar o que representava de evasão fiscal essa liberalidade que havia com determinadas empresas. E recebi a resposta de que o sigilo fiscal não permitia que me informassem.

Estou levantando a questão na área jurídica do Senado, porque já temos uma decisão no caso daquele pedido de informações

do então Senador Jamil Haddad à Ministra Zélia Cardoso, num parecer da minha lavra, mas com a assistência de importantes juristas desta Casa, determinamos que eles seriam obrigados a dar a informação, remetida, evidentemente, com o carimbo de confidencial.

Temos a responsabilidade de não divulgar as informações. Eu mesmo já recebi vários documentos daquela questão Brasil-Iraque. Há vários documentos que estão no cofre do Senado há anos e nunca foram divulgados; também recebi a relação dos 500 maiores devedores do INSS, que nunca foi divulgada.

É verdade que, às vezes, alguns colegas terão facilidade em divulgar essas coisas, mas a nossa obrigação é manter o sigilo, e ninguém pode se negar a dar informações, baseado nesse sigilo. Eles são obrigados a fornecê-las, principalmente quando for para a CPI.

Essas informações estão todas no SERPRO; porém, não tenho condições de dizer quem me forneceu essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Mas vamos requerê-las.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Estou lhe avisando sobre isso apenas porque, na certa, eles irão dizer que não podem ou não têm condições de fornecê-las. Mas eles têm condições!

O SR. JOÃO CALMON – Nobre Presidente, Senador Ronan Tito, permite-me uma intervenção?

O SR. RONAN TITO – Pois não, Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON – Penitencio-me de não ter feito esta observação antes.

Nesse entendimento ou nesse contato com o jornalista Joelmir Beting, oficialmente ou extra-oficialmente, ainda não foi citado um detalhe que hoje me parece ainda mais relevante do que no passado próximo: o nome do autor dessa iniciativa, que foi o então Senador Fernando Henrique Cardoso, hoje titular da Pasta da Fazenda e candidato notório à Presidência da República.

Esse detalhe tem de ser explicado até extra-oficialmente, ele, obviamente, ignora isso, porque pessoas não bem informadas podem pensar que esta CPI resultou de uma tentativa de represália ou vingança de algum inimigo dessas pessoas que estariam envolvidas em qualquer problema de sonegação fiscal. O detalhe do autor da iniciativa me parece importante.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Transmitirei também essa informação ao Joelmir Beting, caso ele me atenda por telefone.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h19min.)

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1994

Às dez horas e trinta minutos do dia sete do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e quatro, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ronan Tito, Presidente, Jutahy Magalhães, Relator, Jonas Pinheiro, João França, Gilberto Miranda, Roberto Campos, Dirceu Carneiro, José Richa, Hélio Duque, Eduardo Suplicy, Luis Roberto Ponte. Reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "INVESTIGAR A SITUAÇÃO ATUAL DA EVASÃO FISCAL NO PAÍS". O Senhor Presidente, Senador Ronan Tito, declara abertos os trabalhos da Comissão para ouvir o depoimento do Doutor Joelmir Beting, Editor de Economia da Rede Globo de Televisão. Logo após, a Presidência convida o depoente para sentar-se à mesa, solicita que proceda o juramento e concede-lhe a palavra para fazer sua exposição. A seguir, usam da palavra para interpellar o depoente os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Gilberto Miranda, Roberto Campos, Meira Filho, João Calmon e

Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar a Presidência agradece a presença de todos, encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada irá à publicação com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta ata.

ANEXO À ATA DA 24ª REUNIÃO PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO DOUTOR JOELMIR BETING, EDITOR DE ECONOMIA DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO ATUAL DA EVASÃO FISCAL NO PAÍS, REAKUZADA EM 7-4-94 NA SALA 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Ronan Tito

Vice-Presidente: Senador Meira Filho

Relator: Senador Jutahy Magalhães

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Senhores, vamos dar início a mais uma reunião da CPI da Evasão Fiscal, hoje enriquecida com a presença do jornalista sociólogo Joelmir Beting.

Por uma falha do nosso gabinete não lhe foi solicitado o minicurriculo, e eu peço, embora inteiramente dispensável – todo o Brasil conhece por demais Joelmir Beting – que faça uma breve apresentação. Aliás, antes disso, Dr. Joelmir Beting, peço a V. Sª e a todos os presentes que fiquem de pé para a prestação do compromisso de depoente do CPI.

Com a palavra o depoente.

O SR. JOELMIR BETING –

Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me será perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Podemos sentar.

Com a palavra o depoente, para uma breve apresentação e, em seguida, pelo tempo que julgar necessário.

O Vice-Presidente da CPI acaba de chegar de maneira que podemos começar.

O SR. JOELMIR BETING – Bem, Senadores, estou aqui na condição de repórter da economia especialista em coisa nenhuma.

É uma condição que me coloca até mais na posição de cidadão e contribuinte do que propriamente de um depoente tecnicamente gabaritado, até porque estou chegando aqui para chover no molhado. A CPI já está com o relatório parcial e, apenas a leitura que me foi passada agora, no seu índice básico, já me informa que, realmente, o assunto está praticamente esgotado. Talvez com mais três ou quatro depoimentos poderá ser fechado o Relatório final.

Eu, como jornalista, trabalhando portanto com informação no dia-a-dia, gostaria de passar aqui algumas dicas – para não dizer algumas pistas – que poderiam eventualmente enriquecer o Relatório parcial ou o final.

Evidentemente, tenho alguma posição pessoal, alguma opinião pessoal a respeito dos assuntos já aqui exaustivamente tratados.

Começaria falando de uma discussão que está nos lares e nos bares do Brasil de hoje, que é a questão fiscal. Como cidadão e não como jornalista, eu me sinto muito feliz de estar participando de um momento histórico da vida nacional que eu chamaria de o despertar do contribuinte. Nunca se discutiu tanto no Brasil Orçamento nacional, ajuste fiscal e reforma tributária, algo muito maior do que pacote fiscal de fim de ano, do que de uns dois ou três anos para cá. Por conta, quem sabe, até do próprio sufoco da crise do tipo rosca sem fim, o brasileiro está se descobrindo contri-

buinte dentro do cidadão, contribuinte dentro do eleitor e dentro, sobretudo, do consumidor.

E aqui toca-se num ponto base da questão fiscal no Brasil. A maioria da população ainda não se deu conta de que é contribuinte quando simplesmente consome produtos ou serviços. A maioria pensa que contribuinte é aquele que ganha muito, que ganhando muito tem a obrigação e deve pagar mesmo.

Acontece que se se colocar para um favelado desempregado a idéia de que ele, para beber cerveja, está mandando para o Governo cerca de 73% – quer dizer: ele bebe uma garrafa e manda três garrafas para o Governo – ele vai se sentir até um cidadão revoltado.

Uma vez simulei uma história dessa para um auditório de metalúrgicos lá em São Bernardo do Campo. Disse que se alguém fosse para um boteco, tomasse uma cerveja e topasse de repente com uma legislação nova do tipo: tributação da cerveja no rótulo e pagamento em separado do imposto, quer dizer, ele paga no balcão um quarto do preço da cerveja e aí o dono do boteco fala para ele colocar os outros três quartos do valor da cerveja numa caixa vermelha escrito, na época, "Mailson", seria hoje "Ricupero" para não dizer "Osires", que tipo de reação teria esse favelado desempregado, naquela dramática descoberta de que estava bebendo imposto e não cerveja?

Ele tomaria uma de duas atitudes: ou pagaria um quarto da cerveja no balcão e três quartos dela no caixa, na caixa vermelha, ou simplesmente sairia direto sem pagar o caixa vermelho. Se ele sai direto, ele vai parar de reclamar da vida. No ato, ele vai perceber que não tem mais o direito de reclamar da falta de tudo na vida dele, até de futuro. Mas, se ele botar o dinheiro naquela caixinha, sabendo a que se destina aquele dinheiro, que são os três quartos da cerveja que ele acabou de beber, aí ele se transforma num democrata feroz, num cidadão cobrador. A primeira coisa que ele vai fazer, talvez, é pegar o vereador na esquina e começar a esganá-lo, dizendo: "Eu quero, hoje, uma creche na favela; eu quero uma escola na favela; um posto de saúde na favela; quero emprego para o meu filho mais velho". Quer dizer, ele passa a ser um cidadão realmente cobrador. Na descoberta da condição de contribuinte ele se transforma num cidadão ativo.

Eu, pela primeira vez na minha vida, vi um cidadão que imaginava fosse um disco voador – o cidadão – e vi um disco voador, pela primeira vez, em carne e osso, há exatamente 20 anos. Estava eu em Estocolmo, no mês dezembro, nevava, e um domingo em Estocolmo com neve é dose para leão. Não tinha o que fazer; peguei o meu carro, fretado, e fui para uma ilha da cidade visitar o museu de arte moderna que estava com uma individual do Miró. Lá chegando, por volta das 11 horas da manhã, tinha uma vaga bem na porta, na escadaria do museu. Uma única vaga. Vou para a esquerda da escadaria e penso: "Que sorte"! Entrei na vaga. No momento em que estou estacionando, da porta giratória lá em cima aparece uma senhora idosa e faz gestos largos lá de cima para mim. Eu estava de pé, já do lado do carro, fechando a porta e pensei: "Deve ser comigo porque não tem mais uma criatura aqui, num raio de 16 milhas nórdicas". Ela lentamente se aproximou e disse: "O senhor não pode estacionar aí." E eu disse: "Mas está todo mundo estacionado". Ela falou: "Mas é proibido estacionar. Lá está a indicação". Eu falei: "Mas está todo mundo estacionado". Ela falou assim: "Mas eu não vi os outros estacionarem; e o senhor estou vendo. Por favor, queira retirar o carro." Aí, como brasileiro, quase soltei um palavrão, mas fiquei olhando e falei – olha o cidadão aí: "A senhora por acaso trabalha no museu? É porteira do museu? É guarda de trânsito?" Não; ela foi visitar o museu, estava na saída e – a cidadã – se manifestou. Eu estava fazendo – digamos – uma contravenção, e ela interferiu.

Agora, no momento em que descobri o cidadão acabei descobrindo também o contribuinte, porque no socialismo fiscal da Suécia o cidadão nasce aposentado mas, em compensação, paga para trabalhar. E, ali, ela deve ter reagido como contribuinte porque ela vai pensar o seguinte no ato: se todo mundo fizer isso vamos ter que botar um guarda e para botar um guarda esse negócio vai sair do meu bolso. É a reação que o alemão tem no trânsito, no sinal vermelho: Quando se atravessa fora da faixa, todo mundo na rua chama a atenção e repreende: "Passe pela faixa porque senão vamos ter que botar um guarda na esquina." E é o contribuinte que está reagindo.

No caso brasileiro, o despertar do contribuinte está se manifestando agora. Como já disse, nunca se falou tanto em ajuste fiscal no Brasil; foi eleito agora como pau da barraca do Programa de Estabilização. Já se discute abertamente que o Plano do Ministro Fernando Henrique Cardoso, agora do Ministro Rúbens Ricupero, o Plano do Governo, o Plano do Real, da URV corresponde a um primeiro choque no setor público no lugar de um sexto choque no setor privado, porque se trata exatamente da questão fiscal ou da questão da austeridade orçamentária, do saneamento global das contas públicas.

Essa era uma discussão anterior, e eu, como repórter de economia há 25 anos, sou um testemunho interessante: nunca tive retorno do leitor, do telespectador ou do ouvinte de rádio. Faço, hoje, 48 jornais diários da minha coluna, 55 estações de rádio no sistema Globo e, além disso, sou o único comentarista do Jornal Nacional sobre matéria econômica. Então o meu retorno do público em geral, sobre matéria fiscal, de repente explodiu. Passei 25 anos falando do assunto sem nenhum retorno e, nos últimos três anos, todo mundo se manifesta a respeito da questão fiscal no Brasil e não, como disse, por conta do aumento do imposto, mas por conta da reforma tributária.

A reforma tributária, que pegou, andando, o bonde da Revisão, é vital para a própria realização do Plano Econômico porque, sem a remoção do tumor intestino, que é a "gastança" pública, não se fará do Real ou da URV nada mais que uma anestesia, todavia, agora, com pinta de "desinercializador".

O Plano tem duas pernas: "desinercializar" a inflação através da URV e remover a causa primária da inflação, que é o desarranjo orçamentário de todo o setor público. Essas são as duas pernas. Parece que o povão está ligado à segunda perna, está começando a fazer ligação entre ajuste fiscal e o Brasil do Real, ou seja, o Real como fator condicionado e o ajuste fiscal como fator condicionante.

Já estou recebendo um retorno do público da classe média, no sentido de que o ajuste fiscal não foi a ressurreição do IPMF ou a invenção do Fundo Social de Emergência; foi um acerto do Orçamento de 1994 que, aliás, não foi nem colocado em órbita. Ainda não está pronto.

O povão está começando a perceber que o ajuste fiscal tem de passar necessariamente pela Revisão Constitucional. A classe média já começou a perceber que para o ajuste fiscal não é somente a reforma tributária que é o essencial. Diria que ela seria a primeira das reformas, mas teria de dar carona à reforma da Previdência e de rebocar a reforma administrativa e, por tabela, a reforma patrimonial.

Estas são as quatro patas desse animal esquisito chamado ajuste fiscal: reforma tributária, reforma previdenciária, reforma administrativa e reforma patrimonial. Dentro da reforma patrimonial há a questão da privatização, dos monopólios. Já é de domínio público esse conceito de que, sem o ajuste fiscal, não teremos o Brasil do Real, ou seja, o Real seria apenas uma troca de nome de

moeda e não um moeda forte ou a caminho de. Também já se percebe, pelo retorno que obtive ainda ontem em um debate com executivos da indústria automobilística – mais de 600 – em São Bernardo, que ajuste fiscal é Revisão Constitucional. Se a Revisão ficar para 1995, não se fará ajuste fiscal este ano, e o Real nascerá morto como baiano burro, que nasce morto.

Estamos assistindo a este fato não-notícia que considero muito importante do ponto de vista político e até cultural: finalmente no Brasil está havendo o nascimento do contribuinte dentro do cidadão, dentro do consumidor e dentro do eleitor. Há o despertar do contribuinte. Esse é o fato realmente novo, para o qual chamaria a atenção desta CPI. Seria o caso de se investigar, discutir e fazer, inclusive, a avaliação e medição do fenômeno. O que o povo está sentindo na condição de contribuinte, quando o cidadão se redescobre contribuinte?

Vem aí uma cobrança política feroz, que talvez tenha o seu primeiro teste na eleição que se aproxima, até porque a questão orçamentária na CPI dos anos do Orçamento também empolgou, mais que o futebol, toda a opinião pública brasileira, o que ajudou a cristalizar esse fenômeno social que chamo de "despertar do contribuinte no Brasil".

Isso, do ponto de vista político, significa, a médio e a longo prazo, uma mudança importante: o mais sagaz na questão política terá de entregar o bastão ao mais capaz, porque o contribuinte, agindo como eleitor, será finalmente um eleitor seletivo. É disso que estamos precisando.

O que a CPI já deve ter discutido, segundo consta do relatório parcial, é, entre outras coisas, o tamanho comparativo da carga fiscal no Brasil.

Essa é uma discussão que começou no Governo Sarney, dando conta de que, à época, o empresário brasileiro andava chorando de barriga cheia porque estava recolhendo 24% do PIB contra, no Primeiro Mundo, 30, 35, 40 ou 46% do PIB. Mas, na verdade, essa era uma colocação um tanto quanto ambígua porque o que conta não é carga fiscal em relação ao PIB – isso pode ser uma simples ilusão estatística –, o que conta é o que cada contribuinte está realmente pagando. E, no caso brasileiro, é sabido – está aqui no relatório – que a carga é muito mal distribuída ou – se preferem – grandemente concentrada. Poucos estão pagando por muitos, para não se dizer, por todos. Quem está pagando, está pagando muito mais do que pagaria o seu parceiro do Primeiro Mundo.

Tenho alguns estudos sobre esse assunto mas, infelizmente, um deles não tenho em mãos, mas posso remetê-lo posteriormente. Trata-se de um estudo feito pela Universidade de Harvard sobre a indústria química americana, em que se observa que da receita líquida dessa indústria, depois de efetuados todos os pagamentos de fornecedores e outros custos, 7,6% são remetidos para o Fisco e 48% para o salário.

O pessoal da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, fez uma simulação parecida usando a mesma metodologia com a indústria química fluminense e descobriu que, no mesmo critério, a receita líquida estava assim colocada: para o Fisco, 42,4% e para o salário, 17%. Um dos dois está errado, ou Brasil ou os Estados Unidos. Isso sem se considerar na questão do salário o elemento nobre: o cidadão, o homem.

Temos no Brasil essa consideração que deve estar – não vou chover no molhado – sobre o tamanho, a dimensão ótima da carga fiscal para as condições de uso e abuso da economia brasileira. A questão não está na dimensão da carga, mas na distribuição dela dentro do sistema econômico e dentro da sociedade como um todo.

É bom lembrarmos que em 1973, com alíquotas menores, tínhamos uma carga de 27% do PIB e, atualmente, com alíquotas

maiores, a carga não chega a 24% do PIB. Em vinte anos, o Imposto de Renda, que dá carona a uma certa contribuição que é o "Imposto de Renda Envergonhado", a Contribuição Social, na pessoa jurídica, passou de 22,4 para 39%. Em vinte anos, houve um aumento de 74% do Imposto de Renda e o ICMS um aumento de 43% porque passou de 14,3 para 20,5%.

Em alguns produtos, por exemplo, como é o caso da cerveja, o IPI saltou de 53% para 73%, com um aumento de 36% reais. A cachaça é da cesta básica do pobre, a exemplo da cerveja, passou de 29% para 46%, com um aumento de 57%.

No encargo social, a contribuição para a Previdência, do empregador, subiu de 12,6% para 25,5%, perfazendo um aumento de 102%.

Para quem está pagando, dobrou a carga ou a carga subiu de 50%, mas para o conjunto da sociedade, a carga caiu de 27% para 24%. Houve uma concentração ainda maior nos últimos anos, uma redistribuição pior.

O modelo ideal também está aqui devidamente discutido e entra na hora da verdade porque a Revisão Constitucional vai dar espaço para a reforma tributária. Já temos a proposta revisional nº 8.227 que vai ser colocada agora na Revisão Constitucional. Não vamos entrar no mérito da proposta e não tomei conhecimento integral dela, mas o que sabemos é que, a grosso modo, para reduzir o que está dito no relatório parcial da CPI, é que temos que mudar esse modelo tributário do Brasil, esse aparelho que é, como diz o Prof. Gandra, um manicômio fiscal para todos, até para a própria Receita. Temos que fazer um sistema simplificado para redistribuir a carga, rebaixar a alíquota por unidade de contribuição, facilitar a fiscalização, facilitar a arrecadação e inaugurar a modernidade tributária no Brasil, finalmente. A reforma tributária seria embrião de uma "brasileiróica". Chegou a sua hora dentro dessa revisão. Não pode ficar para o ano que vem, em nome da eleição. Tem que ser feita agora, até por causa da eleição, e não apesar da eleição. Temos que garantir pelo menos a reforma tributária. Porque, sem ela, o governo que assume o poder em janeiro vai colocar no peito, não uma faixa presidencial, mas um conto do vigário, que é um setor público finalmente quebrado, finalmente inadmissível.

É bom lembrar aqui, como me ensinava sempre o Prof. Roberto Campos, aqui presente, que também na revisão constitucional – ainda que alguém dê a isso o nome de pauta mínima –, temos que priorizar as prioridades. Não podemos trabalhar com todas as reformas a um só tempo. Deveríamos, até pela exiguidade do tempo – gastamos seis meses em troca de nada, só temos dois meses para fazer agora a revisão, ou nem isso –, fazer como prioridade primeira, para não dizer única, a reforma tributária. Até porque, no estado da emergência nacional, é a única que pode produzir resultados a curto prazo, com data marcada, que é 1º de janeiro de 1995.

A reforma administrativa ou a reforma patrimonial, que deve ser iniciada, mas não pode ser concluída assim num prazo tão exíguo, produzirá efeitos fantásticos, mas a médio e longo prazo. Como estamos discutindo uma emergência nacional, entendo que a prioridade primeira, para não dizer única, na revisão, seria a reforma tributária. Estou falando só do ajuste fiscal. Em segundo lugar, a reforma previdenciária, que guarda relação estreita com a reforma tributária. Se sobrar tempo, faríamos a reforma administrativa e desencadearíamos o processo de reforma patrimonial, que é muito mais um processo do que um projeto. A reforma tributária é um projeto; a reforma patrimonial é um processo, mas com resultados fantásticos a médio e longo prazo. A lição do Deputado Roberto Campos é esta: a melhor maneira de aviltar as prioridades é eleger um monte de prioridades. Depois, aviltamos todas elas. No caso da emergência nacional, com data marcada, porque é o

Brasil do real, que pode ser o Brasil de 1º de julho, temos que garantir, na revisão constitucional, pelo menos a reforma tributária. Digo mais, sem entrar no mérito da proposta, já arredondada pelo próprio Congresso: qualquer reforma é melhor do que o sistema existente. Não dá para piorar. Qualquer reforma haverá de melhorar o nosso manicômio fiscal.

Evidentemente que alguns países já caminham na direção de um sistema compacto, eficiente. Até porque, hoje, a coletoria é o computador, no mundo todo. A economia da informação já chegou ao sistema tributário. E o computador faz com que o sistema do nosso neto seja realmente um sistema compacto, com meia dúzia de impostos, de preferência não-declaratórios, de recolhimento automático. O próprio sistema financeiro se encarregaria de se transformar numa coletoria automática dos tributos, restando ao sistema de fiscalização, à auditoria fiscal, o trabalho apenas de checagem do processo, mas não de garimpagem da receita. Seria o trabalho de auditoria propriamente dito e não de extração fiscal, como se coloca até hoje.

Temos um trabalho da Consultoria Trevisan, recente, concluído em fevereiro, dando-nos conta da carga tributária média na economia brasileira, a carga geral. Não vou discutir aqui a metodologia. Recomendando esse trabalho, que a CPI pode obter junto à Trevisan Consultores. É um trabalho de noventa laudas aproximadamente, com toda a metodologia. Vou dar apenas o resultado final da perícia: "A construção pesada no Brasil, cujo maior cliente é o setor público, está recolhendo uma carga fiscal de 20,45. Na lateral, a construção civil, que alcança a população pobre, que tem barraco para construir, barraco para reformar, está recolhendo 34,30% de carga fiscal. A agropecuária, que dispensa apresentação, 29,7%. É um recorde mundial. Alimentos industrializados, dentro da área da cesta básica, 58,3%. Supermercados, 47,7%. Remédios, 40,2%. Roupas, 46,4%. Bebidas, 73,6%. Fumo, 75,4%. Transporte coletivo, 32,5%.

Ora, o pobre brasileiro, uma "ninguenzada" de setenta milhões de excluídos, que não têm sequer emprego fixo ou salário em carteira, portanto, não têm nenhuma proteção ou nenhuma indexação, nenhuma correção, está sendo tributado na comida, na roupa, no remédio, na casa, no barraco, no ônibus, acima de 30, 40, 50, 70%. Ou seja, o que menos tem está pagando tanto quanto o que tem. O que tem também paga isso. A classe média também paga isso e a classe rica também paga isso de imposto. Mas o pobre também paga, porque essa tributação oculta, indireta, trata igualmente os desiguais; ao contrário da renda ou do patrimônio, que trataria desigualmente os desiguais.

Então, por aqui, já percebemos que a estrutura tributária do Brasil nasce e cresce a partir de uma iniquidade fiscal monstruosa. O pobre paga na cerveja tanto quanto o rico: 73,6% de impostos. São os impostos indiretos que dão, no leite em pó, no Brasil, 20,65%; na Europa, isento – até porque eles não sabem onde estocar leite em pó. Mas nos Estados Unidos são 6% no leite em pó. Vamos pensar numa coisa do tipo televisor: 40,65% no Brasil (televisor Philips), 17,50% na Holanda (televisor Philips); 40,65% no Brasil (televisor Sony), 3,10% no Japão (televisor Sony). E o automóvel, que dispensa apresentação – essa é uma discussão também já de domínio público –, 45,65% no Brasil, 8,25% nos Estados Unidos e 4,50% no Japão. Ah, Primeiro Mundo não vale! Então, vamos comparar com a Argentina: 22%, a caminho de 16%, a partir de 1º de janeiro. E aqui 45,65%, no carro dito popular; popular que custa 112 salários mínimos. O fusca custa 112 salários mínimos. Imagina um carro popular na Alemanha custando 112 salários mínimos. O cidadão alemão tinha que entrar no carro popular pagando 96 mil dólares. Seria o carro popular da Alemanha, para comparar com o carro popular do Brasil. Noventa e seis mil dóla-

res é o carro popular na Alemanha, se compararmos pelo salário mínimo do alemão. No caso do Brasil, o carro fica em 7.200 dólares. Pensando bem, no caso, não é só o imposto que é grande, o salário é que é pequeno. Sabemos que o salário mínimo no Brasil tornou-se refém da incapacidade de pagamento do setor público e não da capacidade de pagamento do setor privado. O que significa, para a Previdência, um autêntico bumerangue, porque o salário mínimo é utilizado como indexador do salário médio da economia privada. E como esse salário médio foi achatado – na indústria paulista não deve passar hoje de 390 dólares –, a Previdência sofre, porque ela é sócia do salário na contribuição que recolhe. Então, ela não pode pagar salário mínimo, porque a receita caiu; e a receita caiu porque o salário mínimo ficou defasado. Mas essa é uma discussão lateral, que faz parte do ajuste fiscal.

Penso que, aí, nessa questão de comparar leite em pó do Brasil com leite em pó da Europa ou dos Estados Unidos, os remédios para uma observação feita pelo Professor James Mead, que é um prêmio Nobel de 1977, é uma lição que, parece, é do Conselheiro Acácio, tributar menos sobre mais e não mais sobre menos, eis a verdadeira sabedoria fiscal. Porque fora desse esquema, se não sair isso agora dentro da reforma, tributar menos sobre mais, se essa não for a linha da reforma tributária, vamos cair na sentença de John Naisbitt, que é um perito americano em megatendências, que diz que o futuro da corrupção universal é a fraude fiscal, porque ela vai precisar de bons contadores e ótimos computadores, e isso já temos. Simplificar o sistema é minimizar o futuro da corrupção no mundo: a fraude fiscal.

Uma outra linha básica da Revisão, na questão tributária, é igualmente uma lição que o Presidente Reagan desenvolveu na Casa Branca em oito anos de salão oval. Ele estabeleceu a seguinte descoberta: "Toda nova receita cria sua própria despesa, deixando o déficit intacto." Está citado também no artigo do Professor Campos de Domingo: "Toda nova receita cria sua própria despesa;" isso é automático, ou, como diria o próprio Reagan, no seu discurso de despedida da Casa Branca: "Todo governo em qualquer tempo ou lugar" – não é só o nosso, o deles também – "funciona exatamente como um bebê, é um simples tubo alimentar, com muito apetite numa ponta e nenhuma responsabilidade na outra."

Temos que apostar também nessa reforma tributária, na chegada do que chamei de coletoria eletrônica no lugar da coletoria burocrática. Temos também de lembrar, na questão da pessoa jurídica, que a empresa, na verdade, não paga impostos, ela transfere impostos que recolheu do consumidor. Ela é uma coletora de impostos, não uma pagadora de impostos. Até porque quando ela não transfere, cai na tipificação de infiel depositária no delito de apropriação indébita flagrante.

O despertar do contribuinte passa, a partir de amanhã, sexta-feira, em São Paulo, a ganhar uma campanha de outdoors, uma campanha de televisão e rádio massiva, patrocinada pelas entidades do comércio e pelos seus associados na capital e no interior em defesa da reforma tributária dentro da Revisão Constitucional. É uma reação de baixo para cima, no caso, através do comércio varejista. A campanha leva o nome de "Chega de imposto. Pela reforma tributária já."

O apelo da televisão amanhã, dentro do *Jornal Nacional*, um apelo de trinta segundos, é: "A comida, no Brasil, paga 32 de imposto, no mundo paga 7. Um dos dois está errado: o Brasil ou o mundo." Vamos desconsiderar esse número 32 aqui ou 7 lá porque já temos outras indicações, aqui deve ter outras indicações, quer dizer, é conforme a fonte. O que se sabe é que carga, realmente, é inaceitável.

Uma informação que vai ser colocada também em outro anúncio da campanha "Chega de Imposto" é que uma empresa

pontual nos seus compromissos fiscais está gastando 30% da sua gestão burocrática só com a contabilidade fiscal, quando deveria estar cuidando de outros assuntos mais sérios como, por exemplo, a construção do País ou desenvolvimento do seu próprio negócio.

Para resumir, o que está aqui, no relatório parcial e que deve chegar ao relatório final, é um sistema tributário, o nosso, tecnicamente superado, economicamente suicida, juridicamente esotérico a tal ponto que hoje a Advocacia-Geral da União encara só sobre questão tributária mais de seiscentas mil ações judiciais na contramão dela, com seus duzentos e doze advogados para seiscentas mil ações só na questão tributária, além de ser um sistema ou sobre ser um sistema socialmente perverso e, de certa forma, politicamente sacana, porque esconde o grosso da carga nos preços finais dos bens e serviços, quer dizer, o contribuinte, o cidadão, o eleitor não sabe que está pagando imposto, então, é um sistema politicamente sacana, porque deixa a classe política, assim, à cavaleira de uma situação de uma cobrança que não seria tão feroz se o "povão" soubesse que está pagando tudo isso. Para beber uma cerveja, bebe uma e paga quatro. Já imaginaram? Bebe uma e paga quatro. Ele começa a cobrar do vereador a creche, para repetir o que já foi dito.

Agora, as causas da sonegação, por tabela, a primeira delas começa exatamente pela existência de um aparelho tributário que é um convite e até uma justificativa à sonegação. O relatório já contém aqui as causas do ponto de vista técnico, do ponto de vista administrativo, do ponto de vista econômico, do ponto de vista político e até do ponto de vista moral. Na questão moral temos dois aspectos: o negativo, que é a "lei de Gerson" que deita e rola na questão fiscal, e o lado positivo do ponto de vista moral é que temos aí no despertar do contribuinte uma certa sensação de que sonegar é um protesto político.

Depois da CPI do Orçamento essa consciência de que a sonegação é uma reação política e não um desvio moral, está começando perigosamente a contaminar as pessoas. Já tenho lido isso até em artigos de jornal ou em debates de televisão, gente defendendo isso de cara limpa, que sonegar é uma reação – não é propriamente no sentido da gandaia italiana do passado, porque na Itália ninguém pagava imposto porque o governo não fazia nada e o governo não fazia nada porque ninguém pagava imposto e eles viviam muito bem sem Estado. Mas aqui no Brasil o sonegador às vezes se coloca como vítima do governo, vítima da sistema, vítima da sociedade, de um governo que gasta muito e gasta mal. Também na pessoa jurídica ele se coloca como vítima da concorrência, porque se ele não sonegar quebra, porque a concorrência é feroz, é massacrante, então, se não sonegar, quebra. Sem contar a figura, na pessoa jurídica, do fiel depositário que está se financiando, ele não está deixando de pagar, ele está se financiando com imposto recolhido do consumidor ou do próprio empregado no imposto de renda na contribuição social.

Agora chamaria a atenção, não sei se já está aqui no relatório, para um outro detalhe, por dentro da reforma tributária ou na linha de uma reforma tributária que procura arrecadar cada vez sobre cada vez mais, a chamada curva de Lafer, do Professor Arthur Lafer da Universidade de Stanford, que desenvolveu no final dos anos setenta um trabalho interessante, matemático e que lhe deu o direito de assinar uma curva, que é o sonho de todo economista, ter uma curva com seu próprio nome. Penso, Professor, que não devemos ter uma dúzia de curvas nominadas, mas parece que o Lafer é uma das últimas. Ele demonstra que num certo ponto da escala ou do aclave tributário começa um declive fiscal, ou seja, uma unidade a mais de imposto pode resultar em uma unidade a menos de receita, ou, na maioria dos casos, uma unidade a mais de

imposto não vai aumentar a receita. Em certos casos extremos pode até derrubar a receita.

No Brasil, essa discussão pode ser agora devidamente colocada junto à opinião, que vai entender o alcance dela, a questão da Curva de Lafer, se pegarmos como modelo o mais recente de todos, que é o assunto mais cinematográfico do brasileiro depois do futebol e da mulher, é o automóvel. Vamos falar do automóvel. De repente um acordo setorial, meia sola, conseguiu uma redução do ICMS de dezoito para doze, do IPI de trinta e cinco para vinte e sete no carro dito popular, que ocupava então 10% do mercado. Agora já chegou a 42% no mês passado. E chegou por causa disso. Houve uma redução na carga fiscal. O mercado de carro popular acabou desencadeando o troca-troca do usado, que, por sua vez, aciona todo o mercado de carros novos. É um processo que só funciona no mercado do automóvel, porque ele é o único produto usado que continua tributado. Ninguém vai tributar geladeira ou sapato ou roupa, mas vai tributar o automóvel todo ano, sem contar as contribuições fiscais do pedágio, da multa e da licença. Então, o que aconteceu, no Brasil, foi que caiu o imposto e subiu a receita do automóvel – a receita tributária, a receita fiscal.

Os números estão aqui, atualizados para março: a produção, nos últimos doze meses, aumentou 39%; as vendas internas, 43%; o emprego, 4%; o salário, 7% e a receita do ICMS, 22%, em São Paulo.

O lucro das empresas caiu de 9 para 7%. No próprio acordo, elas tiveram de reduzir a margem de lucro. Aliás, a redução era maior do que 9 para 7%. Era de 9 para 5%, mas ficou em 7%.

Agora, perdemos o bonde desse processo, ou derrapamos na Curva de Lafer, porque, na renovação do acordo junto ao CONFAZ, na semana passada, ele prorrogou por quatro meses, porque está querendo voltar de 12 para 18%. Na reunião do CONFAZ deveria ser colocada uma questão mais ousada, ou seja, já que funcionou no ICMS e, de certa forma, no IPI e, com certeza, no carro popular, façamos a mesma coisa nas demais faixas. Vamos baixar essa carga bruta de 42 do automóvel para 27%, como era há 14 anos. Na Argentina, estava em 22%, a caminho de 16%, em janeiro. Vamos trabalhar aqui com a redução da carga total do automóvel brasileiro, e não pelos belos olhos da General Motors ou da sua matriz no exterior, mas pelos belos olhos da Receita Federal e da saúde, da habitação, da educação do povo brasileiro. Vamos aumentar a receita no carro brasileiro, reduzindo a carga fiscal do automóvel. A Curva de Lafer explica isso.

Outra demonstração eloquente da Curva de Lafer aconteceu com a cerveja, que, repito, faz parte da cesta básica de impostos, mas da cesta básica do pobre. A cerveja é o único lazer cotidiano do pobre.

Vamos usar os dados que me foram passados pela Receita Federal. O barril de 100 litros – estou usando esta medida, porque é uma referência externa – custa, na sua realização na fábrica, 28 dólares no Brasil, 44 dólares na Argentina, 63 no México, 104 dólares nos Estados Unidos. A nossa cerveja é a mais competitiva do mundo, além de ser igualmente saborosa. Imaginem, o custo de fabricação de um barril – e não é só por conta da mão-de-obra – é de 28 dólares no Brasil, e de 104 dólares nos Estados Unidos; de 28 dólares no Brasil, e de 44 dólares na Argentina, que está aqui ao lado. Por isso, as fábricas brasileiras estão colocando as suas plantas na Argentina. Na abertura do MERCOSUL, fluirão para lá. Os argentinos finalmente vão beber a nossa cerveja. No momento, estão importante de caminhão, até porque estão com a moeda mais forte do mundo, o peso argentino, que pesa 56% mais do que vale fora da Argentina.

Mas, de qualquer forma, o barril, no Brasil, custa 28 dólares, e lá fora, 104 dólares. Então, o brasileiro está bebendo a cerveja

ja mais barata do mundo? Não. Em dólar, não é a mais barata do mundo, porque, da receita líquida da Brahma ou da Antártica ou da Kaiser o Brasil retira, da cerveja, 151%; ou 73% do preço final. Na receita líquida, 151% no Brasil, 61% no México, 39% na Argentina, apenas 15% nos Estados Unidos. E essa façanha de colocar 151% no Brasil praticamente dobrou, pois saiu de 79 para 151% em julho de 91, na administração da Ministra Zélia Cardoso de Mello.

Resultado até dezembro de 92: temos uma base de 18 meses para avaliarmos a Curva de Lafer. Com um índice 100 em julho de 91 e chegada em dezembro de 92, os impostos saltaram para o índice 245; os preços para o índice 208; o consumo para o índice 78 e a receita para o índice 93. Ou seja, a carga quase dobrou e a receita caiu 7%. A carga poderia ter dobrado com aumento de receita de 20% ou 15% ou 7%. Mas não, ela recuou 7%, ou seja, a cerveja nossa de cada dia também capotou na Curva de Lafer.

E o efeito residual disso? O consumo caiu de 100 para 78. Aquele pobre que bebia duas passou a beber uma; o que bebia uma passou a beber meia, e o que bebia todos os dias passou a beber dia sim, dia não. Esse foi o efeito. De baixo para cima, foi o pobre que parou de beber. Aliás, ele foi para a cachaaça.

Nesse período de 18 meses, que parece curto, a tragédia se consumou: 12 mil demissões na indústria, 18 mil demissões na distribuição – já são 30 mil –, cinco fábricas foram desativadas – e, depois, com a grande reação de 93, reabertas –, 600 milhões de dólares de investimentos foram paralisados e só retomados no ano passado, e o mercado, naquela queda de consumo de 100 para 78, caiu de seis bilhões de dólares para quatro bilhões e meio de dólares. Então, o prato quente da receita, que era de 6 bilhões, caiu para 4 e meio. Ela perdeu 7.

Tudo isso nos remete para o objeto desta CPI, a sonegação. O último trabalho sobre que tenho informação preliminar... É uma pista que passo para a CPI, que pode providenciá-lo ainda hoje junto à Receita Federal. Faço até uma recomendação: que se ouça na CPI, se o calendário permitir, Deane Bressan, que é o chefe da Fiscalização da Receita em São Paulo. Ele foi o piloto de uma pesquisa, que chamo de investigação, inédita na vida da Receita brasileira, alcançando, nos últimos doze meses, 214 mil empresas de quase todos os ramos da indústria brasileira. Ele só trabalhou com o setor industrial nessa investigação. Essa pesquisa, a primeira do gênero, localiza a dimensão e a natureza da evasão e da sonegação no setor industrial brasileiro. Empresas sonegadoras, que continuam resguardadas pelo sigilo fiscal, não podem ser nominalmente identificadas nesse estudo da Receita, a não ser que a CPI tenha condição jurídica de obter essa nomeação.

O mosaico armado pela Receita comprova que metade do PIB fiscal na indústria anda sendo realmente sonegado. O caso extremo nessa investigação é o da construção civil, que tem empresas grandes, médias, pequenas e bagrinhos – há muitos construtores clandestinos também –, mas, de qualquer forma, 7 mil delas foram pesquisadas e apenas 1 mil e 800 em 7 mil estão recolhendo o Imposto de Renda de pessoa jurídica. E somente 12 delas – 12 em 7 mil – recolheram o IPI em 1993. A COFINS, 2 mil e 600 neste mesmo universo de 7 mil. É o caso extremo.

Nas pequenas e médias empresas de todos os setores, temos uma em dia para cada 4 em atraso. Não chega a ser sonegação, chamam de inadimplência. Em Santo André, na Grande São Paulo, de 935 pesquisadas, 412, praticamente metade, alegaram prejuízos em relação ao Imposto de Renda, não têm como pagar porque estão no vermelho. Entretanto, na perícia por amostragem, verificou-se que há maquiagem até muito bem feita de perdas meramente contábeis, ou seja, Caixa 2 com a sonegação devidamente planejada e programada, vulgo prejuízo contábil; muitas empresas

utilizando firmas fantasmas de prestação de serviços fictícios com notas fiscais pertinentes.

Deu, então, o seguinte resultado na investigação por setor – vou destacar apenas os principais: na indústria química, a evasão mais a sonegação de Imposto de Renda é igual a 58%; IPI, 59%; INSS, 68%. Na indústria têxtil, incluindo confecções, no Imposto de Renda, 55% de evasão; IPI, 54%; INSS, 94%. Por quê? Porque é uma indústria extensiva de mão-de-obra e o trabalho informal, que é também um trabalho sazonal pela própria natureza da indústria, deu esse resultado aparentemente espantoso. A evasão do INSS na indústria têxtil é de 94%. Não sei como a Previdência está respirando. Na indústria farmacêutica, Imposto de Renda, 54, 55. Está tudo por aí. Na metalúrgica, 54 e 52; 59 na Previdência. Na alimentação, 53, IPI, 98. Até porque no caso do alimento há mais ICMS do que propriamente IPI.

Nos produtos de higiene e limpeza, que já alcançam pelo menos dois terços do mercado operado por meia dúzia de grandes empresas, das quais metade multinacionais, temos uma evasão da ordem de 53% de Imposto de Renda em higiene. Quer dizer, isto é uma estatística da catástrofe. É o que eu chamaria de primeira simulação da dimensão e da natureza da evasão fiscal no setor industrial, que seria supostamente o setor mais organizado da economia do ponto de vista contábil, para não dizer o mais fiscalizado ou fiscalizável.

O que a Receita está fazendo neste momento, esta semana? Isto pode ser conferido ainda hoje. Está emitindo cartas de alerta para esses 214 mil contribuintes pessoa jurídica pesquisados, comunicando a situação fiscal de cada um e exigindo explicações – por enquanto, explicações. Essa carta de alerta já foi distribuída em janeiro. O retorno, até a semana passada, não chegou a 45%. E das explicações que chegaram, na proporção de 45%, menos da metade, conforme já foi dito antes, 64%, ou quase dois terços das explicações falam em prejuízos contábeis. Todo mundo perdeu dinheiro.

Está saindo agora uma segunda carta, amarrando de vez as contas e exigindo a imediata apresentação, para quitação parcelada do débito. A Receita, com base nesse trabalho, está articulando a montagem de um serviço de inteligência com dados confidenciais do tipo "praticantes de ilícitos nos moldes do extinto SNT".

Uma das condições da metodologia foi estabelecer estreita ligação entre os computadores da Receita e os da Previdência. Isto que estou dizendo é novidade, por incrível que pareça é novidade mesmo. E por que isto? Para levantar um dado como este aqui, por exemplo, que é basilar. Temos, no Brasil, 360 mil pessoas jurídicas no Imposto de Renda e 3,5 milhões de pessoas jurídicas na Previdência. Como pode ser isto? Está na cara. É praticamente 1 para 10. Onde estão os outros 9? O leão está dormindo, vinha dormindo ou sempre dormiu. Se a Previdência tem um cadastro de 3,5 milhões e meio de pessoas jurídicas e o Imposto de Renda tem 360 mil?!

A CPI trata do quadro da Receita, do desmanche da Receita, especialmente de 1990 para cá. Eu diria que nos últimos 10 anos o PIB cresceu, o quadro caiu. O quadro da Receita, hoje, no Brasil – tem todos os dados aqui, não vou repetir –, representa um décimo do quadro da Receita francesa. E uma outra pista que dou para a CPI, para as assessorias buscarem ainda hoje, é que na UNAFISCO e na própria Receita temos um estudo, a pedido do FMI e financiado pelo Banco Mundial, dirigido pelo próprio Vito Tanzi do FMI, um trabalho que oferece de mão beijada para o Brasil um modelo de modernização, capacitação e melhoramento do serviço de fiscalização e arrecadação sem reforma tributária.

Esse estudo, com reforma tributária, ganha uma dimensão muito maior, e aumentaria o potencial de combate à evasão e à so-

negação. É um estudo, repito, conduzido por Vito Tanzi, que é um especialista contratado do FMI e que é também dono de uma curva, o chamado Efeito Tanzi, que estabelece a estreita relação entre inflação e receita fiscal no mundo inteiro. Só que no Brasil o Efeito Tanzi quebrou a cara, pois topou com um disco voador chamado UFIR e desapareceu. A UFIR tragou o Efeito Tanzi, porque a UFIR faz a correção da receita, pelo menos teoricamente, e não faz a correção da despesa, o que é um bom negócio, pois quanto maior a inflação, melhor a saúde fiscal do Estado, porque a receita está corrigida e a despesa não. É uma espécie de Efeito Tanzi ao contrário, bem ao estilo do Brasil. É caso único no mundo e está no Guinness: Efeito Tanzi ao contrário, ou seja, o Governo é sócio fiscal da inflação inercial.

Gostaria também de lembrar, se é que já não foi lembrado, que na questão da receita, da fiscalização ou da arrecadação, temos um corpo estranho – se vocês consideram isto uma denúncia, que seja levada como denúncia. Temos aqui uma indústria do cursinho. Todo ano o cursinho promete um concurso para auditor da Receita Federal. Temos 90 mil brasileiros cursando os cursinhos para os concursos. Se a Receita continuar estocando os candidatos aprovados, não terá necessidade de fazer concurso até o ano 2013 ou 2028 – estou chutando lá para frente. Não precisa mais concurso, é só ativar os aprovados. Aliás, é um concurso realmente severo. Acredito que no setor público é um dos mais pesados, depois do Rio Branco. São 12, 15, 18, 90 mil candidatos, aprovados 3 mil, chamados 27, 38 ou 315 e pára por aí.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – No momento, há um movimento de 5 mil aprovados no concurso de 1990 que ainda não foram chamados, quando já se anuncia um novo concurso, muitos fizeram o segundo concurso, foram aprovados de novo e não são chamados.

O SR. JOELMIR BETING – Exatamente. Conheço uma pessoa que já fez três concursos, não foi chamada, e foi aprovada nos três. E não era engenheiro não; não tirou nota 40 em Contabilidade, já que também há uma distorção no concurso: Contabilidade não é eliminatória; com nota 40 o candidato passa; deveria ser 70, pelo menos.

De qualquer forma, fiz uma denúncia desse tipo, sobre a indústria do cursinho, para não falar a máfia do cursinho, denunciei a indústria do cursinho na televisão e recebi um retorno interessante; aí sim, chamou-me a atenção para a importância do problema: fui ameaçado de morte, literalmente, comprovadamente. E a minha mulher inclusive entrou num esquema de calúnia, porque distribuíram um fax em todas as redações do Brasil, dando conta de que a minha mulher era concusada e aprovada e eu, portanto, estava defendendo o maior trem da alegria da história do Brasil. Eu não sabia com quem estava lidando, fiquei sabendo.

Para concluir esse capítulo da exposição, eu gostaria de lembrar David Ricardo, um dos pais da ciência econômica, que dizia que as quatro maiores invenções da história da humanidade foram, pela ordem, ou pela cronologia, o fogo, a roda, a pólvora e o imposto; e nada mais.

Na questão do Brasil, da evasão fiscal, está na ordem do dia um assunto paralelo ou lateral, que pode enriquecer os trabalhos desta CPI: a questão do caixa dois, da contravenção, do tráfico, do crime organizado e das ilustres pessoas jurídicas do Brasil, e a discussão que já se faz e a investigação que começa a respeito do sistema de lavagem de dinheiro no Brasil, incluindo a sonegação; evidentemente, a lavagem do produto da sonegação. Segundo Keynes, o único risco econômico realmente sem risco é a sonegação – no Brasil, eu diria.

A questão das contas-fantasma explodiu no caso PC. Aí tivemos uma primeira noção do tamanho do caixa dois do País. Aí

descobriu-se também – uma descoberta esclerosada – que temos hoje em circulação oitenta milhões de CICs e CPFs, e ninguém pensa num recadastramento urgente desse processo. Parece que esse recadastramento já está projetado, mas ainda não foi desenhado. No tempo do computador penso que já era possível fazê-lo, até porque os bancos estão devidamente informatizados e poderiam colaborar para esse recadastramento urgente dos CICs e dos CPFs.

O SR. ROBERTO MIRANDA – Quantos?

O SR. JOELMIR BETING – Em números redondos – deve constar aqui do relatório parcial –, são aproximadamente oitenta milhões de CICs.

O SR. ROBERTO MIRANDA – De contas-fantasma?

O SR. JOELMIR BETING – Não, não se trata especificamente de contas-fantasma; contas-fantasma, por definição, não dá para contar; de qualquer forma, sabemos que o CIC dá para saber, porque tem algum registro em algum lugar, e a Receita reconhece a existência de oitenta milhões de pessoas físicas e quatro milhões de pessoas jurídicas.

O SR. ROBERTO MIRANDA – Para quantos contribuintes efetivos?

O SR. JOELMIR BETING – No caso do imposto de renda, trezentos e sessenta mil de pessoas jurídicas; e treze milhões de pessoas físicas como contribuintes.

O SR. ROBERTO MIRANDA – O Ministro Fernando Henrique Cardoso anuncia um total de contas-fantasma hoje de quarenta milhões, ou melhor, quatro milhões; um número alto! Lançados no ar são quatro milhões!

O SR. JOELMIR BETING – O sistema bancário é um biogestor fantástico para contas-fantasma; ele poderia, talvez cruzando as pontas, sem entregar ninguém, chegar pelo menos a esse número. É uma questão de entendimento entre a autoridade e o sistema.

Nos Estados Unidos, nessa questão da contas-fantasma, o banco é obrigado a comunicar ao banco central todo depósito acima de US\$10 mil. No Brasil, de certa forma isso já vem acontecendo; apertando o cerco depois do caso PC, já tivemos, e antes do caso PC, com o fim do cheque ao portador, o fim do fundo ao portador, e o depósito acima de dez mil no Brasil; o banco exige uma declaração de origem e no saque, acima de dez mil, uma declaração de destino e na transferência de conta, acima de dez mil, tem que ficar identificado no banco, ainda que não a disposição do Banco Central, a não ser por solicitação judicial. Os bancos já estão registrando, mas ainda não comunicando. Nos Estados Unidos, eles registram e comunicam automaticamente. Aqui, somente por solicitação judicial. Penso que é uma questão a ser considerada e debatida.

Verificou-se ainda, em relação a essa questão, que o expediente do cheque administrativo, adquirido por laranja, abaixo de dez mil, tal como o cheque de viagem abaixo de dez mil, estaria driblando nos Estados Unidos e também no Brasil esse bloqueio de dez mil, porque o cheque administrativo não é depositado como dinheiro, portanto fica fora do limite de dez mil. O cheque de viagem também não é depositado como dinheiro, fica fora do limite de dez mil, tanto nos Estados Unidos como aqui. É um ralo que talvez fosse interessante investigar se deve ou não ser fechado. Nos Estados Unidos ainda não foi fechado, mas já estão discutindo o assunto por meio de uma operação chamada Green Ice, ou gelo

verde, que traduziríamos corretamente para dinheiro frio, aqui no Brasil.

Essa operação começou em 1991, por conta da comoção nacional naquele país em relação ao narcotráfico, à lavagem do dinheiro dentro do próprio território norte-americano. Então, as conquistas dessa operação, os instrumentos que ela está produzindo ou sugerindo merecem a atenção desta CPI. Seria bom investigar os resultados da operação Green Ice nos Estados Unidos.

Sabemos que vinte mil brasileiros tiveram imóveis devidamente registrados na Flórida, na Califórnia, em Nova Iorque, antes de 1992, e a autorização para que isso fosse feito só saiu no ano passado. Faltou também uma comutação dos computadores americanos com os computadores do Brasil. E essa comutação deveria ser perseguida, até em nome do narcotráfico: Talvez isso aconteça e já está sendo até negociado, sem afetar a soberania nacional de nenhum país; ao contrário, é para a proteção da própria soberania de cada um. Essa ponte deve ser estabelecida. Na economia da informação, dentro da questão tributária, isso já é possível.

Também temos condição de desmontar, no Brasil, um esquema mais sofisticado de lavagem de dinheiro, também da sonegação e da evasão, que se instalou com a conta CG 5 - aquela Circular nº 5, do Banco Central - , cujo titular, residente no exterior, ainda que brasileiro, ou empresa brasileira instalada no exterior com subsidiária, pode movimentar livremente uma conta aqui no Brasil em divisas, entrando e saindo normalmente, que aliás é um traço de modernidade. Isso existe no mundo inteiro, e eu gostaria que permanecesse no Brasil, e já que foi instalado, que isso fosse preservado; mas temos que estabelecer algum tipo de controle nesse processo, porque parece-me que seria no momento brasileiro o maior ralo para a lavagem de dinheiro, inclusive o da sonegação, já que estamos falando aqui somente da sonegação.

Esse mecanismo da Carta Circular nº 5 é que está também permitindo a livre movimentação de capitais estrangeiros em bolsa no Brasil; isso também tem que ser mantido, preservado e protegido, porque é um mecanismo que funciona no mundo inteiro, e o Brasil faz parte do mundo, até porque o mercado de capitais é exatamente hoje o mercado mais globalizado da economia mundial, que está-se globalizando em tudo.

O SR. ROBERTO MIRANDA - E o motivo é que é sem taxação.

O SR. JOELMIR BETING - Sim, sem taxação; mas estou falando apenas do controle do processo, do controle preventivo e não punitivo, até para preservar o sistema, para que o abuso não sacrifique o uso. Parece que nessa situação criada agora no Rio de Janeiro, e que já está-se transplantando para São Paulo, na questão da contravenção do jogo do bicho, essa conta vai aparecer nas investigações e na documentação que já estão brotando.

Apenas gostaria de chamar a atenção, para que a descoberta desse mecanismo de lavagem não sacrifique o próprio mecanismo, que é de interesse nacional. Então, vamos combater o abuso e não o uso desse mecanismo.

Já disse que o Banco Central está também atento ao problema. No momento, o Banco Central está fazendo uma perícia no que o mercado financeiro chama de "operação dérmica", localizada especialmente no chamado "mercado futuro", onde ilustres pessoas jurídicas - nacionais e estrangeiras ou nacionais de controle estrangeiro - estão montando uma operação interessante. O investidor ganha ou perde no mercado futuro, tendo como parceiro um laranja dele mesmo. Se ganha, "esquenta dinheiro"; se perde, "esfria dinheiro". Essa operação já foi localizada em investimentos com dólar, com soja e com boi.

Então, a CPI poderia, junto ao Banco Central, investigar que tipo de ralo é esse, que sofisticação é essa, que desenvolvimento vem tendo esse procedimento para efeito de evasão fiscal, tanto dentro do País, como de dentro para fora do mesmo.

Temos ainda uma verificação a fazer. Esses controles de mecanismos tão sofisticados são, aparentemente, oníricos num País que, de repente, descobre que um Parlamentar ganhou 23 milhões para lavar 10 milhões, ou gastou 23 milhões para lavar 10 milhões só na Loteria Federal. Trata-se de muito dinheiro. Isso também está no Guinness Book.

O autor da façanha, que gastou 23 milhões para lavar 10 milhões, ganhou com isso, porque gastou o que não era dele. Esses 10 milhões têm um efeito multiplicador; ele ganhou em cima de algo, que está sendo investigado pela CPI. Ao que parece, ele teria obtido um rendimento maior, se tivesse operado com um laranja no mercado futuro, através desse mecanismo que o Banco Central está checando com a ajuda da Polícia Federal e da Receita Federal neste momento.

Tocamos num ponto, sobre o qual a CPI já deve ter discutido exaustivamente: a possibilidade de uma integração operacional e instrumental, além de jurídica ou institucional, da Receita Federal, Banco Central, Polícia Federal e Magistratura em toda essa operação, em relação à sonegação, à evasão, ao crime organizado e à contravenção.

Essa integração já acontece em alguns países; finalmente, já está acontecendo nos Estados Unidos, e pode ser instalada no Brasil. Trata-se de uma integração, via informática, importada, de Receita Federal, Banco Central, Polícia Federal e toda a Magistratura: a Receita Federal trabalhando em cima da declaração; o Banco Central, em cima da movimentação bancária; a Polícia Federal, em cima da origem e do destino da coisa e a Magistratura trabalhando na ação judicial propriamente dita, começando pela quebra do sigilo fiscal e do sigilo bancário, quando pertinente.

Chegamos, finalmente, ao jogo do bicho, que está na ordem do dia e que vai acabar com algum "contato imediato de 1º grau" com a evasão fiscal também. Esse é um novo campo para a CPI investigar, se ainda lhe sobrar calendário.

Na grande São Paulo, há um banqueiro assumido, chamado Ivo Noal, que detém ali 40% do jogo do bicho. Já começo falando de São Paulo, porque parece que o jogo do bicho é marca registrada do Rio de Janeiro. A mídia do jogo do bicho é do Rio de Janeiro, mas o jogo do bicho não está propriamente no Rio de Janeiro. Segundo consta, há 108 anos, o jogo do bicho foi inaugurado no Rio de Janeiro pelo Barão de Drumont, que fazia um joguinho no zoológico para ver quem adivinharia o primeiro bicho que iria cruzar numas paineiras imperiais. As pessoas apostavam no primeiro bicho que aparecia.

O General Gaspar Dutra trabalhou severamente no assunto e conseguiu do Governo - tomando-se, depois, Presidente e também Marechal -, em 10 de fevereiro de 1944, a Lei nº 6.259, que colocou o jogo do bicho na contravenção sumária.

Hoje, a contravenção está presente, devidamente contabilizada, em 16 Estados. Eu imaginava que a contravenção estivesse contabilizada em todos os Estados, mas parece que a contabilidade é referente a 16 Estados, de acordo com a minha fonte, o Sr. Ivo Noal. Ele tem uma contabilidade referente a 16 Estados e garante que está dando emprego, direto ou indireto, a 3 milhões de patriotas, devidamente não registrados e não "urvizados".

No interior de São Paulo há 1.500 bancas; na capital, 318 bancas. Apenas o Sr. Ivo Noal controla, pessoalmente, 1.100 pontos; praticamente, todos os municípios. O Sr. Ivo Noal - repito - controla 40% de 1.150 pontos da grande São Paulo, com uma for-

tuna pessoal estimada em 300 milhões de dólares e um faturamento líquido diário de 10 mil dólares; penso que esse valor é inferior ao real, mas é o que ele declara não no Imposto de Renda, mas em um documento que está em minhas mãos, o qual vou mostrar a V. Ex^{as}.

O Sr. Ivo Noal conta que São Paulo tem um faturamento dez vezes maior que o do Rio de Janeiro com o jogo do bicho; que somente a cidade de São Paulo movimenta por dia meio milhão de dólares no jogo do bicho. Penso que deva ser ele quem movimenta esse valor, e não o sistema; a fonte não deixa bem claro se está falando só dele ou do sistema. Ele diz que são movimentados 100 mil dólares no Rio de Janeiro e 500 mil dólares em São Paulo.

E diz que o bolo é o seguinte: o apostador fica com a metade; o cambista que está nas ruas, tomando chuva e com a polícia no seu calcanhar, com 20%; as despesas, que incluem advogados e subornos, totalizam 24%; e o banqueiro propriamente dito fica com 6% do valor bruto, porque é uma negociação política que se renova a cada tempo.

O documento está aqui, e o passo para a CPI. Trata-se simplesmente da entrevista do Sr. Ivo Noal, concedida a esta elegante revista, *Interview*, que se encontra nas bancas nesta semana; por acaso, eu a li no avião.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Obrigado.

O SR. JOELMIR BETING – Chegamos, então, numa reflexão rápida, que também já está registrada aqui no relatório, à economia informal ou marginal.

Já havia dito que não tive tempo de escrever essas sugestões; a CPI as receberá, no mais tardar, terça-feira.

Recomendo à Comissão, para o trato da economia informal, que é um capítulo do relatório, a leitura, o exame e a discussão de um trabalho acadêmico, sério, do Professor Nelson Barrizelli, da USP – talvez V. Ex^{as} possam até convocá-lo –, *Introdução ao Estudo da Economia Informal no Brasil*. Com a ajuda de uma equipe de pesquisadores da FIPE-USP, conseguiram montar alguma coisa parecida com o disco-voador da economia informal, setor por setor, no Brasil.

Em relação ao mundo todo, para uma referência procedente para os trabalhos da própria CPI, sobretudo o seu relatório, recomendo, das obras que conheço, um trabalho publicado nos Estados Unidos em 1983, que foi traduzido, por recomendação minha, pela Macro Hill, no Brasil, chamado *O Subterrâneo da Economia*, de autoria de Dan Bawly*. Cada membro da CPI deveria dispor desse livro, porque se trata de um ensaio espetacular sobre a economia informal, num estudo comparado de países do Primeiro Mundo entre si e de países do Terceiro Mundo no meio. É uma investigação que contou, inclusive, com financiamentos de uma agência do FMI.

O professor Dumbaille(?) desenvolveu esse trabalho, cujo título em português é "O Subterrâneo da Economia". A editora é a Macro Hill, de São Paulo; a edição é de outubro de 1983, no Brasil, quase juntamente com a edição americana, de janeiro desse ano.

Temos também uma outra recomendação para a CPI. Trata-se de um trabalho que pode ser obtido junto à representação do FMI – quem sabe, aqui mesmo em Brasília –, de autoria de Victor Tanzi, já conhecido de todos. Ele também estabelece, nesse estudo, uma comparação do Primeiro com o Terceiro Mundo, citando nada menos do que 25 países, com a ajuda, inclusive, de todo o staff e dos computadores do FMI. Faz um estudo sério, profundo, datado de 1990, de economia informal com evasão fiscal: todos os contatos da economia informal com a evasão fiscal e vice-versa. É

um trabalho de Victor Tanzi, que está por aí, em alguma gaveta, e é fundamental para esta CPI. Ele tem até uma frase interessante que abre esse estudo: "a economia informal é como o vento: ninguém vê, mas todo mundo sente".

No Brasil, a primeira questão é a seguinte: qual é o tamanho da economia informal? Aí vale tudo, porque, por ser informal, vamos trabalhar, realmente, com a "chutometria", muito mais do que com a econometria.

Sabe-se que ela é muito grande. Em certos setores, ultrapassa dois terços ou chega a 90% do PIB setorial. Dizem até que, no caso do boi gordo, já alcançou 80% do PIB da pecuária de corte. Mas essa é uma discussão estatística; o importante é a natureza do fenômeno.

Parece-me que a recomendação desses dois trabalhos sobre economia informal fecharia essa minha modesta contribuição para os trabalhos. Já poderíamos começar o debate, até porque o horário de todos nós já está devidamente esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Inicialmente, agradeço o depoimento rico do Dr. Joelmir Beting e passo aos debates, sem maiores delongas.

Quero comunicar à CPI que convidei o Deputado Roberto Campos, que já prestou depoimento nesta CPI. Todos sabemos que o nosso colega, ex-Senador, é grande conhecedor do assunto. Cedo-lhe a palavra, neste instante, para fazer as suas perguntas ao Dr. Joelmir Beting.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Sr. Presidente, infelizmente, não estive presente ao início da exposição de Joelmir Beting, mas a parte que ouvi foi extremamente rica e significa uma contribuição muito importante para os trabalhos da Comissão.

Minha concordância com os pontos de vista dele, em geral, é bastante elevada. Eu diria que é algo em torno de 95%. Admiro-o pela sua capacidade diária de traduzir o economês dos economistas em pastilhas absorvíveis pelo empresariado e pelo grosso da população. É também, indubitavelmente, o melhor frasista econômico que temos no momento.

Nossa percepção do Plano FHC II é um pouco diferente, um pouco mais otimista. Acho que o Plano começou pela "reengenharia" da moeda, quando o problema é a "reengenharia" do Estado. Acentua o Plano, demasiadamente, o coeficiente de memória de preços. Trata-se dos resíduos da teoria inercialista. Mas o realmente importante é a memória dos déficits do Governo; é a memória do comportamento deficitário do Governo, que propõe o agente econômico a fazer refletir nos preços futuros o que aconteceu no passado, em função da expansão monetária governamental.

É curioso que toda a mídia é extremamente alerta em torno de variações de preços mensais ou semanais e extremamente silente em relação ao que acontece do lado monetário, que é o determinante. Pouco se fala sobre a expansão da moeda; fala-se nos preços abusivos dos oligopólios, na falta de sensibilidade social dos empresários, e pouca gente se lembra de que a expansão da base monetária em setembro foi 80%, em termos nominais. Em janeiro, que é, habitualmente, o mês de contração, foi de 12%; em fevereiro, que é geralmente um mês contracionista, foi de 43%.

Existe, portanto, uma enorme injeção de combustível monetário, que explica, facilmente, a alta de preços, sem necessitar de acusar agentes econômicos de comportamentos anormais. Eles estão comportando-se normalmente, porque o Governo não mudou o seu comportamento inflacionário, em termos de expansão monetária.

Portanto, o problema não é "desinercializar" os preços, mas "desinercializar" o comportamento do Governo. Foi feito um esforço, sem dúvida, com o remendo fiscal, mas este criou mais complicações do que soluções. Em primeiro lugar, é insuficiente

como técnica e não fez mais do que agravar as distorções graves do sistema fiscal existente; foi, essencialmente, a restauração e legalização de alguns tributos de legalidade duvidosa e um aumento de alíquotas, deixando-se intacta a estrutura formal do sistema.

Isso, pelos efeitos que mencionou o ilustre depoente, inclusive a curva de Lafer, provavelmente não resultará num aumento substancial de receitas, se é que não provocará um grau maior de informalização da economia.

Mas o defeito mais grave do remendo fiscal que foi enviado ao Congresso e aprovado é o de que engessa o sistema tributário por dois anos. Ainda que a Constituinte venha a simplificar dramaticamente o sistema tributário, durante dois anos, as figuras tributárias mencionadas e ratificadas no Plano FHC II ficarão vigentes. Retarda-se, portanto, a reestruturação tributária, que é absolutamente necessária.

Foram sobretudo iluminantes os comentários de Joelmir sobre a carga fiscal brasileira. Apenas lhe solicitaria, talvez, com a sua enorme criatividade, inclusive semântica, uma mudança de semiótica: não se falar mais em carga fiscal; falar-se em taxa de extração governamental ou taxa de extração fiscal, porque os encargos para a sociedade não se exaurem com a carga fiscal. A isso temos de somar o imposto inflacionário e as consequências da ausência de contrapartidas governamentais, que criam despesas forçadas para o empresário, que nada têm a ver com o sistema fiscal.

Por exemplo, o empresário que é obrigado a fazer uma previdência privada, a instituir um sistema privado de saúde, porque esses serviços são objeto de contribuição para o Governo, sem contrapartida, está indiretamente sofrendo uma carga fiscal perversa pela ausência de contrapartida aos impostos e contribuições que faz ao Governo.

Há um outro problema também importante, mencionado por Joelmir Beting, que é o excesso das obrigações acessórias. O atual sistema tributário não implica apenas a carga monetária do tributo em si, em seu entorno há obrigações burocráticas extremamente graves. Ele próprio mencionou que o custo burocrático, não do imposto, mas do pagamento do imposto, o custo da obediência chega a representar algo como um terço do custo burocrático das empresas. Essas obrigações acessórias são gravíssimas e não são habitualmente levadas em conta, quando se calcula a carga fiscal relacionando-a ao PIB.

Há um outro componente que eu chamo de lubrificação da sobrevivência. Exatamente por ser a carga fiscal tão abusiva, as obrigações acessórias tão dispendiosas, a taxa de corrupção fiscal tão grande, muitos empresários são obrigados a pagar uma lubrificação de sobrevivência. É impossível examinar-se o problema de sonegação fiscal sem a análise de uma contrapartida, que é a extorsão fiscal.

Essa taxa de extorsão fiscal é alta e o seu não pagamento, em várias atividades, significa simplesmente a morte da empresa. É o que eu chamo de lubrificação de sobrevivência. E, se o nobre Deputado Ronan Tito, que tanto serviço está prestando, com a sua Comissão de Evasão Fiscal, adicionar um capítulo sobre a extorsão fiscal e chamar empresários dela vítimas, chegaríamos à conclusão de que existe um encargo oculto, que é a lubrificação de sobrevivência, que é o que permite a muitas pequenas e médias indústrias sobreviverem.

O SR. JOELMIR BETING – O Deputado propõe uma CPI da Extorsão Fiscal?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Da extorsão fiscal.

O SR. JOELMIR BETING – Para complementar a CPI da Evasão Fiscal.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Ou um capítulo novo da Comissão de Sonegação Fiscal. São os dois lados da medalha.

Entendo que a taxa de extorsão fiscal é muito grave e não tem sido medida, não tem sido estimada, não tem sido, sequer, adequadamente comentada.

Uma outra ressalva que eu faria são as comparações que relacionam a carga fiscal com o PIB. Uma carga fiscal de 24% em relação ao PIB seria ou não razoável? É alta ou é baixa para um país subdesenvolvido?

Na verdade, a comparação que interessa não é entre a carga fiscal e o PIB global; é entre a carga fiscal e o PIB do setor privado, que é o setor contribuinte. E medida por este critério, relacionando-se a carga fiscal de 24% ao PIB privado, que é realmente o PIB dos contribuintes, verificar-se-ia que o sistema fiscal brasileiro atual, convencional, clássico, é absolutamente extorsivo.

O ilustre Joelmir Beting, cuja palestra considero das mais úteis e iluminantes que já ouvi aqui, no Senado, menciona a importância prioritária da reforma tributária na Revisão Constitucional.

Diria que, logicamente, não será essa a sequência desejável, e o PPR e o PFL marcham por um caminho diferente, dizendo pura e simplesmente: é impossível excogitar-se um sistema fiscal, dar-lhe uma estrutura, mensurar-lhe a dimensão, sem antes se tomarem algumas decisões básicas. Uma delas é sobre a ordem econômica. Qual será o tamanho do Estado? Um Estado aberto à privatização será um Estado que drenará recursos fiscais da sociedade muito inferiores aos de um Estado monopolista.

Portanto, a simples possibilidade de privatização, reconhecendo que é um processo, ao invés de um projeto, em áreas hoje monopolísticas, já significará um novo panorama fiscal. Já podemos contemplar um fisco mais modesto, porque o Estado será mais modesto.

É impossível, a nosso ver, atacar também o problema da reforma fiscal, da reforma tributária, sem decidir algo sobre previdência. Qual será a carga previdenciária que devemos prever como financiável e suportável pelo Estado numa reforma constitucional?

A idéia prevaiente parece ser desconstitucionalizar ao máximo o capítulo da previdência, referindo isso para a lei complementar. Mas há ainda algumas coisas que serão necessárias decidir ao nível constitucional. Por exemplo, aposentadoria por tempo de serviço: continuará a aposentadoria nos níveis atuais que tornam a previdência atuarialmente inviável, ou marcharemos para um sistema diferente, com aposentadoria exclusivamente por idade, ou para um sistema misto? Sem essa decisão, também não sabemos qual será a dimensão desejável das contribuições fiscais e, portanto, qual será a reforma da estrutura fiscal necessária.

Há a questão das aposentadorias múltiplas. Há a questão das aposentadorias especiais, que se dividem em dois grupos: as aposentadorias especiais por insalubridade, que provavelmente terão que ficar no texto constitucional; e as aposentadorias especiais, que representam o exercício bem-sucedido de grupos de pressão, que, alegando condições especiais, que na realidade não existem, conseguem aposentadorias especiais que subtraem do bolo total de recursos, que deveria ser, em tese, disponível para os assalariados de menor renda em sua aposentadoria.

Existe ainda esta confusão básica, esta mixórdia que foi criada na Constituição de 1988, sob o vago conceito de seguridade social, englobando três coisas completamente diferentes: previdência, saúde e assistência social.

Estas coisas têm que ser desagregadas, porque suas fontes de financiamentos são diferentes. A previdência tem que ser essencialmente contributiva. Ela é basicamente uma responsabilidade do indivíduo; o governo não tem senão uma função suplementar.

Nós criamos algumas figuras de previdência não-contributiva, sobretudo ao setor rural, mais ou menos atabalhoadamente, sem relacioná-la com nenhum tipo de contribuição.

Em segundo lugar, é a saúde. A saúde tem um tipo de financiamento que não é exclusivamente orçamentário ou tributário; é repartido entre o governo e a iniciativa privada. A medicina preventiva é, de um modo geral, quase toda governamental. A medicina curativa pode ser muito bem dividida entre responsabilidade governamental e responsabilidade privada.

Há finalmente a assistência social aos desvalidos. Esse tipo de atividade, necessária ao governo, é exclusivamente orçamentária e não deve ser misturada, nem com o orçamento de saúde, nem com o orçamento da previdência social. Por isso, a nosso ver, a ordem lógica da reforma constitucional seria começar com dispositivos relativos à privatização.

E os efeitos talvez não sejam lentos. Por exemplo, o Governo não precisa mais cogitar de subsídios às estatais siderúrgicas. Esse problema desapareceu. Ao contrário, o Governo pode agora contar com uma receita dos impostos que virão dessas atividades.

A venda da TELEBRÁS traria enormes recursos. Mas, independentemente disso, simplesmente a abertura da telefonia celular, da transmissão de dados, das malas eletrônicas traria enormes recursos de investimentos, que gerariam receitas, independentemente do que aconteça com o sistema fiscal.

Há um outro aspecto que tem sido muito enfatizado, sobretudo pelo Deputado Dornelles: é impossível conceber-se um sistema fiscal sem primeiro se confirmar ou modificar o sistema alocativo de funções: quais são as funções do governo federal, estadual e municipal, previamente a se discutir a estrutura fiscal em si mesma.

Quando se chega à estrutura fiscal, — e está aqui o Senador Richa, que tem acompanhado muito este problema, com grande dedicação — há três correntes: os clássicos, que querem conservar a estrutura vigente e confiam sobretudo no combate à sonegação, que eu acho que é uma atividade de fôlego curto, até porque, se realmente for extirpada a sonegação, não haverá um grande número de empresas, haverá um morticínio muito expressivo, como já indicou Joelmir Beting. Há, como eu, os revolucionários, que acham que devemos abandonar os conceitos tradicionais e marchar para impostos do tipo não declaratórios. Também há os reformistas, que mantêm a estrutura básica do sistema, quer dizer, mantêm os impostos clássicos, apenas os simplificando grandemente.

Até agora, nas discussões em *petit comité*, porque isso é insuscetível de discussão em plenário, não chegamos a um ponto de vista unânime, mas a tendência será manter, na Constituição, os princípios gerais de tributação, relegando o resto à lei complementar, deixando flexibilidade para que triunfe no âmbito da lei complementar uma das três escolas. A clássica convencional é apoiada, sobretudo, pelos atuais fiscais. São três sistemas fiscais, mais o fisco trabalhista e o previdenciário. Quer dizer, há uma vasta gama de interesses alicerçados. Há, também, vaga noção da autonomia federativa a se expressar na competência tributária, quando entendo que a autonomia real é a autonomia do gasto. Em matéria de coleta, o que vale é a coleta mais rápida, mais eficiente e mais barata. A plena autonomia deve-se exercer do lado dos gastos.

A contribuição trazida por Joelmir Beting, para enfatizar a dramaticidade da carga fiscal brasileira em sua incidência sobre vários setores, é extremamente importante.

Pergunto se esses dados estarão disponíveis, porque sei que existe o relatório de previsão.

O SR. JOELMIR BETING — Tenho cópia do trabalho, que deixo por conta da Presidência.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Gostaria de ter acesso a esses dados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, congratulando-me com o expositor e com V. Ex^a por essa excelente iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Agradeço a presença do Deputado Roberto Campos e seus comentários valiosos, que muito ampliaram nossa discussão.

Passo a palavra ao seguinte inscrito, Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA — Dr. Joelmir Beting, em primeiro lugar, gostaria de agradecer-lhe, em nome dos Senadores, a exposição e os dados que V. S^a nos trouxe nesta manhã.

Fiquei assustado. Compartilho do pensamento do Deputado Roberto Campos. Penso que, se não redesenhamos o Estado o mais urgente possível, o que pelo jeito não acontecerá nesta Revisão Constitucional, começaremos 1995 sem uma Constituição que possibilite ao novo Presidente da República governar. Consequentemente, a Revisão se arrastará novamente, perderemos mais quatro anos e chegaremos ao final do século e do milênio numa situação dramática em termos de desemprego no País.

Todavia, entendo que, básica e urgentemente, pode-se redesenhar o Estado. Digo mais: pode-se redesenhar parte do Estado somente com o Executivo. Para redesenhar parte do Estado, o Executivo não necessita da aprovação de nova Constituição. Os gastos são brutais, e a geração de tributos dobra violentamente quando colocamos uma carga de corrupção em todas as estatais. Quando se trata de energia elétrica, telefonia, petróleo, todos sabemos que, quando compra, a estatal paga mais, paga mal, apesar de não ser tão inadimplente como dizem. O Governo, sim, é inadimplente, paga muito mais pelas suas concorrências, mas as estatais não; elas tomam dinheiro no *money marketing*, fazem de tudo, e o Governo não faz nada. A partir do momento em que essas estatais encarecem o custo do serviço, isso, consequentemente, entra na frase de Joelmir "no despertar do contribuinte". A imprensa pode contribuir muito mais, ela pode contribuir muito. As estatais no País é um verdadeiro câncer. Estou cansado de dizer isso e posso reafirmá-lo aqui, pois nenhum dos políticos presentes, tenho certeza, indicou nenhum membro de estatal. Quando um político, um amigo do Presidente indica o presidente ou o diretor financeiro de uma estatal pode ter certeza que não o faz para que essa estatal seja eficiente, mas, simplesmente, para assaltá-la. Se o Governo quisesse, não precisaria dar 800 cargos para o PMDB, 500 para outro partido e 300 para outro; o Governo, principalmente esse, poderia trabalhar com membros do quadro das estatais, que são capacitados. Consequentemente, não haveria tantos desmandos como existem.

Fico assustado porque, quando temos, por exemplo, acesso a relatórios sobre telecomunicações, sobre a PETROBRÁS, vemos que somos ineficientes, e o custo desse serviço é repassado, em última análise, para o contribuinte.

O Congresso Revisor poderia, também, rever o problema dos ex-territórios — lamentavelmente falo sobre meus companheiros de Bancada —, que jamais teriam condições de se tornarem Estado. Com a transformação deles em Estados, criou-se toda uma estrutura de Tribunais de Conta, Tribunais de Justiça, etc., gerando uma corrupção brutal.

É uma brutalidade Brasília, por exemplo, ter Governador, Câmara Legislativa, enfim, ter tudo o que tem. Vimos o que aconteceu na CPI do Orçamento, vemos o que acontece. Lamentavelmente, na sequência, não se apurou mais nada, não aconteceu mais

nada. Precisamos ter coragem de rever o problema dos Estados que não têm condições de se manter. Quando olhamos a arrecadação deles, verificamos que jamais deveriam ter sido transformados em Estados. Nós, da classe política, erramos muito nisso.

Quanto aos fundos de pensão, cabe, única e exclusivamente, ao Presidente – o que tenho afirmado nesse período em que estou no Senado – mudar a situação. Numa só canetada ele pode mudar tudo isso, e nós não o conseguimos. Nos últimos anos, praticamente mais de 25 bilhões de dólares foram transferidos para os fundos de pensão, e sabemos que nesses fundos a corrupção é brutal. Como a regulamentação da lei não é bem feita, são transferidos para as estatais muito mais despesas, que, conseqüentemente, são repassadas para as tarifas, que se tomam muito mais caras.

Falo em redesenhar o Estado agora, já, urgente, porque entendo que o Executivo pode, independentemente do Congresso Nacional e da Constituição, fazer isso. Houve denúncias, no início da segunda fase desse Governo, de aumento do preço na Hidrelétrica de Xingó, em que 1.2 bilhões de dólares foram pagos e renegociados a mais; porém, ninguém mais fala nisso. Até parece que a importância de 1.2 bilhões nada significa.

O Estado pode urgentemente resolver a questão dos 80 milhões de CPF que os bancos davam para quem quisesse, como quisesse, mas ele não faz nada. Lemos nas manchetes dos jornais, hoje, que a Receita Federal atrasou o envio de formulários porque não tem dinheiro para fazê-los. Acontece que as empreiteiras, que cresceram muito no governo militar, nesses últimos 30 anos, que têm sido um câncer, nada pagaram de Imposto de Renda. Há o caso de uma grande empreiteira, que está sob fiscalização, cuja sonegação fiscal, conforme cálculos da Receita Federal, chega, aproximadamente, a 600 milhões de dólares.

Outro escândalo ocorre com os bancos, e o Estado não fazer absolutamente nada. Todos sabemos – acredito que V. S.^a também saiba – que os bancos hoje oferecem prejuízo às grandes empresas. Eles procuram as empresas para vender prejuízo, dizendo: empreste-me dinheiro a 200% e o senhor compra de mim qualquer papel a 100; conseqüentemente, geramos um prejuízo de 100, e ele cobra 10%. Tive oportunidade de receber, em minhas fábricas, diretores de grandes bancos que ofereciam prejuízo. Eles fazem isso o ano todo, o tempo inteiro, como fazem a captação para uma evasão de divisas do País, como tivemos oportunidade de ouvir no depoimento do Sr. José Carlos dos Santos, na CPI do Orçamento, dizendo que ele foi procurado por um Diretor do Banco Nacional, aqui em Brasília, e nada aconteceu até agora. Fizemos a denúncia, tenho os documentos, e o Banco Central não fez nada. E não temos idéia de nada.

Com relação às exportações, cansamos de ver a indústria automobilística subfaturar e mandar recursos para fora. Houve época em que, em Minas Gerais, a FIAT mandava motores por 200 dólares para o exterior. Todos nós que temos carro sabemos que uma peça qualquer custa muito mais de 200 dólares. Imaginem mandar um motor pronto para a Itália por 200 dólares! Acontece que o Governo de Minas era sócio da FIAT. Conseqüentemente, pagava pouco ICM, o Estado aportava recurso. Na hora em que o Estado foi vender, sabemos como foi a negociação.

Acontece que a população é pouco preparada, não tem caminhos para percorrer. Eu não compartilho da sua esperança de que esse despertar do contribuinte vá realmente conseguir fazer com que a classe política seja mais eficiente.

V. S.^a disse que o Banco Central, a Receita Federal, a Polícia Federal podem efetivamente fazer um acompanhamento mais rápido e uma checagem dessa evasão, todos trabalhando bem sincronizados, para alcançarem sucesso. Mas nós nos esquecemos da fase

seguinte, na qual isso é humanamente impossível. Do sistema judiciário brasileiro, todo mundo tem medo de falar. V. S.^a sabe que em todos os Estados, inclusive São Paulo, são vendidas sentenças. Sabemos que o sistema também está bem corrompido e desatualizado em termos de informática. O que existem de processos para serem julgados é uma barbaridade. Só na Justiça Federal, em São Paulo, há dezenas de milhares de processos parados. E V. S.^a não citou praticamente seiscentos mil processos, só em termos de ações contra o Fisco, dados esses planos malucos que tivemos no passado.

A Advocacia-Geral da União, com 200 ou 220 Advogados, está desaparelhada nos Estados. Então, essas ações dão entrada em juízo e, conseqüentemente, correm dez a quinze anos. Nesse tempo, a pena criminal já pode estar prescrita porque o empresariado é bem mais ágil e transfere essas empresas para "laranjas" já velhos, que acabam morrendo ou que não são encontradas dentro desses oitenta milhões de CPFs.

Fico muito assustado com esse um ano e pouco que tenho de Casa. A população pensa que o Congresso pode fazer muito, ou que o Senado – no caso, a nossa Casa – pode fazer muito. Mas na hora de fazer o bem aqui é uma dificuldade brutal. Estamos também engessados e não conseguimos, por mais que se trabalhe – e nesta Casa há muitos parlamentares que trabalham.

Entendo que, urgentemente, temos que chamar a atenção para que o Estado seja redesenhado dentro das condições que tem agora. Vai ser muito difícil chegarmos às condições ideais, mas vamos tentando fazer cada um a sua parte. Pensó que a maneira como V. S.^a faz o seu programa, as suas aparições, que atingem o Brasil inteiro, podem contribuir muito para esse redesenho do Estado, com cada um começando a fazer aquilo que pode.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Vou passar a palavra ao Dr. Joelmir Beting, para que ele possa tecer comentários sobre as considerações do Deputado Roberto Campos, ex-Senador e ex-Ministro, e também do Senador Gilberto Miranda.

Quero dizer aos Srs. Senadores que ainda temos um inscrito para falar, que é o Senador João Calmon, um entusiasta desta CPI. Sem dúvida nenhuma, foi o homem que inspirou a sua criação, obstinado que é a buscar recursos para a educação. De maneira que eu gostaria de ouvi-lo. Em seguida, ouviremos o Relator.

O SR. MEIRA FILHO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Eu gostaria, primeiro, de ouvir as considerações do Sr. Joelmir Beting.

O SR. MEIRA FILHO – Sr. Presidente, a minha manifestação será muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Pois não.

O SR. MEIRA FILHO – Eu quero ficar calado, ouvindo e aprendendo. O meu entusiasmo é muito grande, tanto pelo Sr. Joelmir Beting quanto pelo ex-Ministro, ex-Senador, Deputado Roberto Campos.

Leio constantemente os artigos do Deputado Roberto Campos; ouço constantemente o Sr. Joelmir Beting. Então, hoje, para mim, foi um dia em que juntou a fome com a necessidade de comer.

Era só isso que eu desejava falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Todo o depoimento foi gravado, para que conste dos Anais da Casa – e, depois, do relatório final –, a fim de que possa ser compulsado no futuro.

Acabamos de ouvir o Senador Meira Filho, Vice-Presidente desta CPI. E, agora, com a palavra o Dr. Joelmir Beting.

O SR. JOELMIR BETING – Muito bem! O Deputado Roberto Campos coloca que a reengenharia do Estado precederia a reengenharia da moeda, porque a reengenharia da moeda seria o fator condicionado e a reengenharia do Estado, o fator condicionante de todo o processo de ajuste, que é um processo arrastado por natureza e necessidade.

Penso que se trata de um plano para um governo que toma posse e não para um governo que "puxa o carro".

De qualquer forma, penso que devemos "correr com os dois cavalos no mesmo péreo". Acho até que a reengenharia do Estado não dispensaria a reengenharia da moeda. Nesse caso, temos que atentar, na reengenharia do Estado, para uma segunda colocação do Deputado. Coloco a reforma tributária à frente da reforma patrimonial, e ele prefere inverter o processo, colocando a reforma patrimonial à frente da reforma tributária, ainda que admitindo, como já foi dito aqui, que o resultado da reforma tributária é de curto prazo para o estado de emergência nacional, até com data marcada, 1º de janeiro de 1995. Não há mais como perder esse bonde que passa!

Mas entendo que reforma patrimonial, tão importante quanto romper o monopólio e privatizar estatal, é desenvolver o que já foi iniciado; é a abertura do mercado ocupado exclusivamente pelas estatais.

Vamos isolar o caso da PETROBRÁS, que é o mais candente, o mais explosivo, o mais cinematográfico. Pessoalmente, entendo que o Brasil tornou-se refém do monopólio da PETROBRÁS, quando deveria trabalhar melhor o monopólio que é da União, e não propriamente da PETROBRÁS. Por quê? O Brasil caiu numa armadilha. Em petróleo, o Brasil não é uma potência de 6.2 milhões de de bacia sedimentar na terra e no mar. A terceira bacia sedimentar do mundo, sob uma só bandeira, depois da bacia russa, com a Sibéria, e da bacia americana com o Alasca, é a do Brasil com 6.2 milhões de Km². Só que a bacia russa está sendo investigada, pesquisada e prospectada por 47 multinacionais há mais de 20 anos – antes da crise do petróleo. Elas estão lá operando contratos de serviço; não existe contrato de risco nem na pesquisa. Também na pesquisa é contrato de serviço. Se achou ou não, recebe pelos serviços prestados. É contrato de serviço, não de risco. É serviço de produção, que é o essencial, porque, lá, em se furando dá. Então, o problema deles é tirar o petróleo do chão.

Nos Estados Unidos, temos 150 empresas perfurando, das quais 16 são maiores do que a PETROBRÁS – e faz tempo. Até me pergunto se eles não estariam querendo perfurar o jardim da Casa Branca, porque não há mais onde perfurar nos Estados Unidos!

E no Brasil? Estamos perfurando, com alguma tenacidade, há vinte anos, mas com uma capacidade instalada de máquina e de homem – e o homem leva 16 anos para ser formado. Para 900 furos por ano, o Brasil precisaria hoje de 10 mil furos por ano, como os americanos continuam fazendo hoje 38 mil furos anuais.

Então, o Brasil, em petróleo, ficou do tamanho exato da PETROBRÁS; e esta é muito pequena para o Brasil. Precisariamos de 10 ou 15 empresas, no mínimo, como a PETROBRÁS; poderia ser até mesmo uma Vale do Rio Doce. Por que não? Empresas nacionais e estrangeiras participando em contratos de serviços. E, se quiserem, em contrato de risco, de pesquisa no risco e de serviço na produção e lavra.

Agora, quanto às demais atividades, temos de repensar o desvio de rota, que é um desvio político, e não jurídico. O monopólio continua sendo da União pela Lei nº 2.004, e não da PETROBRÁS, que é uma simples empreiteira do monopólio. Portanto, não é preciso nem mudar a Constituição para colocar o que algumas pessoas, com uma certa discricção, estão falando em

flexibilização do monopólio; não! É o uso do monopólio ou o melhor uso do monopólio, que é da União, a tal ponto que sempre entendi que a PETROBRÁS deveria ser uma autarquia, e não uma empresa, porque ela deveria se reportar a uma assembléia de cidadãos chamada Congresso Nacional, e não a uma assembléia de acionistas, como empresa de capital aberto, cotado em Bolsa, quer dizer, uma empresa de capital aberto, coração fechado e contas idem.

Então, nesse caso, a reforma patrimonial é realmente urgente, mas o seu processo é muito mais emocional e a exigência do tempo não permitiria, acho que até o dia 31 de maio, realizar tudo isso.

Na questão da telecomunicação, temos a infra-estrutura econômica de um Estado que se desenvolveu a partir dos anos 70 com uma velocidade espantosa, a tal ponto que em 1978 o setor público no Brasil chegou a responder por 72% da formação bruta de capital fixo da economia brasileira. Eu acho que nem na União Soviética, que então funcionava, 72% do investimento era do setor público. Era a locomotiva do progresso. Hoje o setor público tem uma participação não de 72% da formação bruta. Mas, no ano passado, numa estimativa do IPEA, a participação não chegou a 5% da formação bruta de capital na economia brasileira. Quer dizer, já caiu na desproporção sumária. O setor público está desproporcionando; não está mais poupando e, por tabela, não está investindo.

Então temos uma infra-estrutura econômica num país onde a infra-estrutura social, de responsabilidade do setor público, transformou-se num atentado aos direitos humanos. É o caso da saúde e da própria educação. Na saúde estamos investindo, da parte do setor público, 52 dólares por habitante. É o orçamento federal, estadual e municipal, via SUDS deste ano: 52 dólares por habitante. Nos Estados Unidos, destinam-se 2.860 dólares por habitante, e o Clinton tem um programa para chegar a 3.500 dólares, em quatro anos, por habitante/ano.

No Brasil, são destinados 52 dólares. Quer dizer, estamos brincando de saúde pública, a tal ponto que hoje o atentado aos direitos humanos não é só do doente, que morre na fila, mas também do médico, que não tem condições de atender nem mesmo a uma condição humana sua de realizar um trabalho decente.

Conheço em São Paulo médicos de periferia, em clínicas de periferia e em postos de saúde de periferia, que estão realizando, neste momento, nesta data, o mesmo trabalho que o seu colega realiza num campo de batalha na Bósnia. Ou seja, escolhendo ali, ao vivo, quem vai morrer, quem vai viver, porque não há lugar para todos.

Eu compareci a um pequeno hospital da região metropolitana e presenciei a cena de campo de batalha:

- O que aconteceu com você?
- Eu caí do andaime e quebrei a perna.
- Você é casado ou solteiro?
- Eu sou solteiro.
- Então espera aí. E com você, o que aconteceu?
- Fui atropelado.
- É casado ou solteiro?
- Eu sou casado.
- Tem filho?
- Dois.
- E você?
- Eu tenho três filhos.
- Então vem você primeiro.
- E para o resto:

– Podem procurar outro lugar porque aqui só cabe um. Eu estou sozinho aqui, vou levar duas horas para atender. É melhor você sair, você está sangrando muito, vá procurar outro.

Quer dizer, isso é campo de batalha, na capital da prosperidade nacional, que é São Paulo. Mas, em compensação, as estatais do Estado empresário teriam necessidade este ano de 37 bilhões de dólares de investimentos. Para sair do quê? Sair da defasagem e do sucateamento na telecomunicação. E eu diria: só da defasagem em petróleo e energia – não chamaria de sucateamento no sistema TELEBRÁS ou no sistema PETROBRÁS, mas defasado sim – e do sucateamento radical, total, do setor de transporte.

Ora, se já ficou demonstrado que até mesmo a privatização por licitação já reduziu pela metade o custo da obra pública no Brasil, então não há tempo a perder nisso. Nesse ponto, estou de pleno acordo com as colocações feitas pelo Senador e pelo Deputado.

Agora, penso o quê em relação à CPI da extorsão fiscal? Devo aqui fazer um reparo: a corporação da Fazenda foi praticamente massacrada nos últimos anos. Quando se fala em isonomia, eu, por exemplo, como contribuinte interessado no assunto, gostaria que o fiscal no Brasil fosse o funcionário mais bem pago de todo o setor público, como acontece em alguns países, começando pela Alemanha ou mesmo Suécia, onde o auditor fiscal ganha mais que o presidente, o ministro e o marechal. E o marechal não reclama, o ministro não reclama e o presidente, muito menos, porque eles têm uma participação no produto do trabalho. Não há outra maneira de fazer a coisa funcionar.

E no Brasil nós temos condições de treinar e colocar o pessoal na rua. Mas aqui fizemos uma isonomia ao contrário. O pessoal da receita ganha menos do que o pessoal da previdência, realizando um trabalho similar. E na Receita Federal ganha menos do que na Receita Estadual. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Ceará, Bahia, onze Estados pagam mais do que a União aos seus respectivos auditores. É apenas um resguardo que faço para uma categoria que também, às vezes, é simplesmente apelidada de sacana, de que todo fiscal é corrupto. Acho que poupar munição no meio da batalha não é uma atitude inteligente. E o Brasil capricha na fiscalização em poupar munição no auge da guerra, destruindo o serviço, desencorajando e desmotivando os profissionais da área. Esse reparo eu gostaria de deixar registrado.

E numa outra questão que foi levantada, a dos fundos de pensão das estatais, aí estamos realmente diante de uma outra presença do Brasil no Guinness. É o melhor negócio do mundo, melhor do que o tráfico de drogas. Você, como funcionário, aplica um e recebe três ou quatro. E num retorno desses, você vai conseguir quatrocentos clientes. E onde você consegue isso? Nem no tráfico de drogas. Então, essa engrenagem deve ser desmontada e, ao que parece, está sendo.

Vamos moralizar e depois capacitar o esquema de fundos de pensão no Brasil. Não podemos condenar o sistema pelo abuso. Temos de preservar o seu uso, sanear esse processo, porque é por aí que trafega o futuro da sociedade humana. A tal ponto que já estamos assistindo lá fora a uma transformação um tanto quanto silenciosa do próprio capitalismo financeiro que se imaginava fosse o estágio superior do capitalismo. Não. Estamos descobrindo que os próprios fundos de pensão começam a substituir os bancos como os novos financiadores do mundo. Com a vantagem de que entram não apenas como credor, entram também como sócio ou principalmente como sócio. Então serão eles os futuros banqueiros do mundo. Só nos Estados Unidos estocam um patrimônio de 4,3 trilhões de dólares. Só o fundo de pensão do Sindicato dos Professores do estado de Nova Iorque tem um ativo de 92 trilhões de dólares, quase três vezes maior do que todo o ativo dos nossos fundos de pensão no país.

E eles já estão reservando para os países emergentes, que estão se abrindo no mercado de capitais, um fragmento meramente residual de 1 ou 2% do ativo total em mercado de capitais, mas já gostando do retorno que estão obtendo aqui no Brasil. Dobraram a aplicação em dólar no Brasil no ano passado. Na Turquia triplicaram o retorno. Quer dizer, este é um processo tipo água de morro abaixo ou fogo de morro acima. Ninguém segura a expansão dos fundos de pensão no mundo.

E do ponto de vista social e político é por aí que trafega o estágio, este sim, superior do capitalismo que acaba sendo o socialismo. Na Alemanha, o dono da Bayer é um conjunto de fundos de pensão da empresa, do sindicato da indústria química do vale onde se encontra, dos sindicatos da cidade, do clube da universidade. Todos os fundos de pensão da região controlam 63% do capital da Bayer, que é um gigante multinacional da química e da pesquisa.

Então eu diria de cara limpa que o povo alemão é dono da indústria química alemã. Isto é a forma superior do capitalismo que é socialismo? Ou será a forma superior do socialismo que é capitalismo?

Ora, essa onda passa por dentro do Brasil e está sendo desmoralizada, também aí, pelos fundos das estatais. Este me parece o prejuízo maior que estão dando. Estão denegrindo a imagem de um sistema que vai fazer a felicidade nacional bruta, seguramente do meu neto ou do meu bismeto. Porque é a sociedade negociada, pactuada, solidária, via um mecanismo aparentemente prosaico, chamado fundo de pensão, que estabelece o reinado do capitalismo sem o capitalista.

Outra colocação que eu gostaria de fazer a respeito dos comentários, é a de que o retorno do imposto tem muito a ver realmente com o valor dele. Se pagamos por uma cerveja e recebemos a cerveja, tudo bem. Agora, se eu pago pela saúde, pela segurança e não recebo segurança nem saúde nem escola nem habitação nem saneamento, aí é muito caro. Uma alíquota de 1% sem retorno já é uma extorsão. É um confisco a fundo perdido. Eu já disse que da saúde estamos recebendo de volta 50 dólares per capita do setor público. Não há condição. E o aparelho educacional no Brasil? E a segurança pública no Brasil? Foi tudo devidamente destruído, especialmente nos últimos oito anos. Então, a reconstrução do Estado é fundamental.

Eu, que gosto de pensar na cama, costumo fazer a seguinte consideração no meu travesseiro: não temos tempo a perder, porque temos aí embaixo 70 milhões de brasileiros não indexados. Isso é comentado pelo IBGE. É uma "ninguenzada" que não tem salário em carteira, portanto não tem URV; não tendo emprego fixo, não tem correção de salário, ainda que parcial; não tem talão de cheque, não tem caderneta de poupança; não tem nenhum ativo financeiro indexado; não tem patrimônio, nem automóvel, nem bicicleta talvez, nem barraco, vive em barraco de aluguel.

O cidadão que vive em barraco de aluguel só tem uma coisa – parece ironia, mas é uma tragédia –: o pobre no Brasil só tem dinheiro. O mendigo recebe o único valor da economia que não está indexado. Só que os indexados estão protegidos de 45% ao mês, e os não indexados passaram a ser atacados por 45% ao mês. Ou seja, setenta milhões de patrícios, nesta quinta-feira, estão sendo confiscados em 1,7%, que é a inflação de um semestre nos Estados Unidos ou no Japão. Agora, há um outro colega dele que está "urvizado" no seu salário, "urvizado" na sua caderneta.

O Brasil chegou, inclusive, nos primeiros três meses da Nova República, a colocar a correção monetária acima da inflação. Também está no Guinness.

Em nome de 70 milhões de brasileiros excluídos da indexação, cobro urgência da reengenharia da moeda, porque, na chegada do Real, ainda que contaminado por inflação inercial,

interrompemos a contagem regressiva de uma bomba-relógio que já foi ligada ninguém sabe quando e que vai zerar também ninguém sabe quando, mas desconfio que está pertinho de zerar. Alguém pode dizer: "Ah, mas não zerou lá com 84% ao mês". Mas até por conta daqueles 84% ao mês, acabou o osso lá, acabou a carne, acabou a gordura. Acabou o osso naquele período. E de lá para cá o pessoal está sobrevivendo só de teimoso ou de esperança de mudança, porque pode eleger-se um novo Presidente, pode haver uma revisão constitucional ou um plebiscito. Há sempre algo dando um fio de esperança para esse povo.

No dia em que ele perder a esperança final e ver sentir pela televisão que é bonito invadir uma farmácia, ver no *Jornal Nacional* que é bonito invadir um bar de esquina para pegar leite, haverá uma onda de arrastão no Brasil inteiro. Vão invadir nosso carro na esquina para pegar relógio, para pegar qualquer coisa. Vai ser bonito, politicamente bonito, fazer isso. Estamos a um passo disso.

Interromper não é desligar a bomba-relógio. Quem pode interromper a contagem regressiva? Ainda que do ponto de vista técnico seja uma simples anestesia como a dos planos anteriores, o que pode interromper, até para salvar a eleição, é o Real. Se o Real chegar com uma inflação de um por cento ao mês, ou – sejamos catastróficos – três por cento ao mês, para 70 milhões de brasileiros, muda de 45 para 3, ele está salvo. O futuro imediato dele está salvo. Porque aí ele terá a mesma bolha de consumo, a mesma bolha de sobrevida que ele teve no Plano Cruzado. Seria um novo estelionato eleitoral? Sei lá. Não vou entrar nessa questão. Mas, a meu ver, há uma "ninguenzada" para explodir e virar o País de cabeça para baixo de 70 milhões, de todas as idades, que poderá ser salva pela chegada do Real ou da reengenharia da moeda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Até em que nível a antecipação do Real é melhor do que esperarmos efetivamente uma deflação ou uma realidade mais real, na verdade, nos preços? Ou seja, esses preços que estavam sendo indexados param quando entra a URV. Se tivermos um tempo maior, isso deve chegar a um patamar aceitável de que aquela correria inflacionária que ele teve para, depois, entrar no Real. Por esses 70 milhões, o senhor acha que vale à pena antecipar?

O SR. JOELMIR BETING – Tivesse eu poder de decisão sobre o lançamento do Real, eu não marcaria data, por enquanto, porque eu condicionaria o lançamento da nova moeda a três pré-condições que eu chamaria de técnicas.

A primeira, a "urvização" ampla, geral e irrestrita de todos os contratos e valores, inclusive as tarifas públicas, que estão por aí um tanto o quanto incomodadas com o problema, não estão querendo fazer o efeito demonstração. E eu conheço empresas de grande porte, bem administradas, com matriz lá fora, que receberam a seguinte ordem de fora para dentro: "Ora, com essa solução marciana chamada URV, que é um dólar envergonhado, uma dolarização envergonhada, vocês vão aguardar a "urvização" dos custos antes de "urvizar" os preços". E dos custos fazem parte todas as tarifas do setor público, começando pela energia elétrica de uma indústria mecânica, por exemplo. Então, enquanto não sair uma "urvização" do custo, eu não vou fazer "urvização" de preços.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Com câmara setorial?

O SR. JOELMIR BETING – Com câmara setorial e tudo tentando acelerar, não dá para fazer o negócio. O executivo sabe administrar isso aqui, mas a matriz dele não autorizou que ele fizesse isso aqui, porque se nós não entendemos a URV, vamos entender a URV lá fora? Esse bicho é um disco voador também para eles, porque é uma dolarização envergonhada. Se tivesse dolarizado, a dolarização que eu chamo de indexado em dólar, porque o dólar é uma âncora, assim como a URV. Alguém já me chamou a

atenção falando: "Joelmir, você anda falando na televisão que nós temos inflação em URV". A URV é a inflação, pelo menos teoricamente. É a média aritmética de três índices confiáveis. Mas ela é inflação como indexador; agora, como âncora, ela pode carregar a inflação dentro dela. Se passo numa loja e vejo um sapato por 59 URV, e na semana seguinte está por 65 URV, eu estou diante do fenômeno: a inflação em URV, que eu chamaria de inflação em dólar, para facilitar o raciocínio.

Mas, então, a primeira pré-condição: todo mundo "urvizado"? OK. Todos os contratos, inclusive o setor público? OK. Inclusive os contratos de obras públicas com o Governo? OK. Essa que é uma condição jurídica complicada, como também é complicada a transformação da tarifa de energia elétrica em URV, do ponto de vista até jurídico – há uma filigrana que não me interessa nem discutir, sei que é complicada –, todo mundo "urvizado"? Quanto tempo vai levar essa maturação do processo? Por que isso é algo democraticamente negociado? Tudo bem, mais 40 dias, vamos supor.

A segunda pré-condição: não podemos ter inflação em URV. Temos que ter ou inflação zero ou deflação em URV. Estou falando de média, porque pode-se ter um produto ou um serviço acima dela, mas na média tem que estar abaixo, como indexador tem que estar abaixo.

E a terceira pré-condição é que não tenhamos inflação em cruzeiro, ou seja, inflação no active, em cruzeiro, mas inflação de declive em cruzeiro, ainda que depois da vírgula. É uma questão apenas de expectativa, de psicologia, que funciona. Eu, como sociólogo, acredito muito na sociologia do mercado, quando não encontro explicações na teoria da moeda. E o que observamos é o seguinte: se a inflação de abril ficar abaixo da de março, se a de maio ficar abaixo da de abril e a de junho abaixo da de maio, estão criadas as condições de reversão de expectativa, ainda que sem muito lastro de segurança para que consigamos prestigiar uma nova moeda tipo Real. Agora, com inflação zerada ou deflação em URV e com todo mundo devidamente "urvizado". Aí, eu lançaria o Real.

Pela minha "chutometria", teríamos condições de lançar o Real com essas três pré-condições em agosto, até porque se o processo não maturar até agosto, ele não vai maturar mais. Ou matura em noventa dias ou não matura mais. E como temos aí um prazo regimental de 35 dias de aviso prévio para acomodar a passagem do Cruzeiro, não da URV, para o Real, porque vai ter aquele problema de tablita e deflator mesmo entre os não "urvizados", inclusive o Sistema Financeiro, então eu acredito que o tempo ótimo do real é 1º de agosto, mês de cachorro louco. O Real merece o mês do cachorro louco. Agora, se não emplacar em agosto, pode-se desistir porque não vai emplacar mais. Primeiro de julho seria precoce. Então, eu acho que estamos numa situação realmente histórica, e não histórica, de fazer esse negócio decolar, sem saber que bicho que é, até 1º de agosto. Agora, dentro do processo, evidentemente, da reengenharia da moeda, temos que ter detonado na Revisão Constitucional a reengenharia do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o Senador João Calmon, para suas perguntas.

O SR. JOÃO CALMON – Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre depoente, Joelmir Beting, em virtude do adiantado da hora, eu não poderia formular as indagações, eu gostaria de apresentar e deseje apenas, violentando a minha modéstia, destacar que partiu de mim a iniciativa de convidar o jornalista, sociólogo e economista Joelmir Beting e um outro colega seu, Aloysio Biondi, para prestarem depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, a meu ver, parece ser a mais importante do Congresso.

Se este País tivesse juízo, utilizaria um artigo do Código Brasileiro de Radiodifusão – artigo que, por acaso, é de minha autoria –, que dá ao Poder Executivo Federal o direito de requisitar horário de televisão, inclusive na faixa nobre. Isso em circunstâncias excepcionais, para se dirigir à Nação sobre assuntos realmente da maior relevância; se o País tivesse juízo e respeitasse a escala de prioridades, o Congresso Nacional deveria requisitar a rede nacional de televisão para transmitir uma síntese que poderia ser apresentada pelo depoente de hoje e por tudo que ele nos revelou no seu rico, no seu extraordinário depoimento. O depoente aponta as soluções para os mais graves problemas do País, que são notórios na área da Educação, na área da Saúde, na área da Habitação e em outras áreas.

Só uma vez o Congresso Nacional requisitou essa rede em circunstâncias realmente importantes. Quando o Presidente do Congresso, à época Senador Auro de Moura Andrade, tentou fazer a segunda requisição, já se tinha iniciado a Revolução de 1964. O nosso depoente de hoje fez revelações realmente estardalosas, de uma forma didática, leve, não maçante e apontou caminhos, soluções com a coragem que o caracteriza.

Versando na área da minha predileção, afirmou o depoente que o sistema educacional brasileiro está destruído. O atual titular da Pasta da Educação fez o mesmo diagnóstico apenas com outras palavras. A educação brasileira está falida, e a situação tende a piorar ainda mais, segundo o corajoso Ministro Murilo Hingel afirmou em entrevista, publicada em manchete, pelo **JORNAL DO BRASIL** e pela **FOLHA DE S. PAULO**.

Temos uma idéia de que realmente Educação não é prioridade deste País. Os dados são realmente aterradores. O atual Governo envia ao Congresso Revisor um projeto de Fundo Social de Emergência em que está embutido um golpe na Educação, porque separa 20% do bolo de impostos federais e determina que sobre esse bolo de 20% dos impostos federais não deve incidir o percentual de apenas 18% da receita dos impostos federais para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Isto é feito depois dos diagnósticos, das afirmações do Ministro da Educação, do Mestre Joelmir Beting; e não há nenhum traumatismo neste País; ao contrário, a proposta foi aprovada por 400 e poucos Parlamentares contra o voto de apenas 80 e poucos que votaram contra o projeto enviado pelo Poder Executivo.

Creio, já que não posso me estender mais, que esta rica exposição considero do ponto de vista didático a mais importante, a mais acessível, porque há exposições que podem ser consideradas, do ponto de vista técnico, até bem mais importantes, de mestres da economia – um deles aqui se encontra, o Deputado, ex-Senador e ex-Embaixador e ex-Ministro, Roberto Campos. Mas a exposição do jornalista – por sinal também sociólogo, como o Ministro da Fazenda – Joelmir Beting é de extrema importância.

E eu poderia ocupar o mesmo tempo que foi ocupado por pessoas que têm muito mais credencial do que eu, mas gostaria de limitar-me a uma afirmação, que me parece ser a mais dramática de todas: que falta de imaginação é essa de retirar da educação, que está falida, que está destruída – citando novamente essas frases –, se o caminho é outro? O caminho foi focalizado, foi indicado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Evasão Fiscal e agora com esta exposição, que me parece a mais impressionante, a mais objetiva, diria a mais traumatizante de todas, poderíamos prestar um grande serviço ao País – refiro-me a nós, do Congresso Nacional –, utilizando esse artigo do Código Brasileiro de Radiodifusão para fazer uma síntese de tudo o que aqui foi afirmado para ver se despertamos a Nação para a extrema, a extraordinária gravidade da situação atual. O Brasil está obviamente – só cego não vê – no limiar de uma convulsão social. É só esperar

mais um pouco. Se o quadro continuar como está, não há dúvida alguma, e não seria a primeira convulsão social da história da humanidade.

Prefiro não me estender mais, felicitando o nosso depoente, Joelmir Beting, e deixando aqui, Sr. Presidente, essa sugestão de uma tentativa: encaminhar um pedido ao Presidente do Congresso Nacional para requisição da rede nacional de televisão e de rádio, que é requisitada às vezes até com certa frequência, para levarmos à Nação esse depoimento que tem importância jornalística, mas tem muito mais: tem extraordinário interesse nacional. Só assim poderíamos provocar um traumatismo, um choque, capaz de obrigar, nem diria os contribuintes, mas os sonegadores contumazes de impostos, que foram apontados inclusive pelo atual Ministro da Fazenda, num depoimento ao Congresso Nacional que durou 5 horas e meia, em que ele faz realmente essas afirmações. Ele não sabe ainda se há apenas um milhão de contas-fantasma. Há outras informações de que há 10 milhões de contas-fantasma, mas ele confirma no seu depoimento: "Não sei quantas são as contas-fantasma, mas foram entregues a nós 80 milhões de informações, 80 milhões de CPF e CGC. Não sei se haverá 80 milhões de correntistas, porque há boa parte de contas-fantasma. Isso vai dar um trabalho longo, paciente, discreto, sem alarme". Fica aqui, Sr. Presidente, meus eminentes Colegas, essa sugestão.

Permitam-me que, ao encerrar a minha intervenção – eu que faço isso raramente – novamente me felicite pela idéia de sugerir a esta CPI o convite a Joelmir Beting para fazer aqui essa dramática e impressionante exposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Senador João Calmon, permita também à Mesa e aos membros desta Comissão felicitá-lo por essa idéia. Todos estamos felizes e, principalmente, prenhos de boas informações e, como disse bem V. Ex^a, colocadas de maneira inteligente, leve, pedagógica, para que todos pudéssemos absorvê-las, e cabe a V. Ex^a o mérito desse convite. Eu estava deixando para o final, mas V. Ex^a fez muito bem em nos lembrar do convite ao Dr. Joelmir Beting, idéia aprovada por unanimidade dos membros da CPI, com o maior entusiasmo.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Peço ao Sr. Senador e também aos demais que sejam breves – os que ficam por último levam desvantagem – porque o Dr. Joelmir Beting tem compromisso em São Paulo. Estamos tentando, inclusive, retardar o voto dele, sem o seu consentimento, para que ele possa tomar um lanche aqui antes e, depois, viajar para São Paulo.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Não cabe a V. Ex^a, no dia de hoje, o alongamento do debate.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, procurarei ser extremamente breve, em que pese ao diálogo aqui havido, inclusive com o Deputado e ex-Senador Roberto Campos, tenha sido altamente estimulante. Sinto muito em não ter assistido desde o início o prezado Joelmir Beting, porque eu estava fazendo um pronunciamento da tribuna do Senado.

Vou referir-me a um dos temas que tocou na parte final, o jogo do bicho, porque hoje ocorreu um fato de grande relevância para o Brasil, qual seja, o de uma pessoa ter reconhecido um erro e exposto abertamente a verdade. É muito importante que as pessoas digam a verdade. Eu até estava comentando, da tribuna do Senado, a manifestação do Betinho sobre a questão de ter a ABIA recebido uma contribuição dos bicheiros. No diálogo da tribuna, muitos Senadores se pronunciaram, inclusive o Líder do Governo, Senador Pedro Simon, que falou de sua experiência como Governador, concordando que talvez seja a oportunidade de resolver de vez este problema. Este problema está relacionado a outro tema tão

candente que mencionou, relativo à questão da formalização e informalização da economia.

Fico pensando se poderia, já que refletiu sobre este assunto, fazer alguma sugestão. Qual seria o caminho para se conseguir formalizar, minimamente, até mesmo a legalização do jogo do bicho, ainda mais diante do fato de que o jogo está legalizado pela Tele Sena? O SBT e a Rede Globo estão fazendo hoje o jogo televisivo, que chega a casa. Então, por que este é legal e o outro é contravenção?

Diante de tal reflexão, talvez fosse interessante pensar que grau mínimo de formalização permitiria toda essa estrutura existente dar uma contribuição aos cofres públicos, que seria a substituição de toda essa contribuição, para a polícia e para toda essa rede, que chega até a Justiça superior do País, segundo as últimas indicações.

Mencionou V. S^a a questão do petróleo do Alasca. Como muito tenho pensado na questão da instituição, no Brasil, de um programa de garantia de renda mínima, lembrei-me de como no Alasca atualmente existe um fundo de administração para a receita do petróleo, resultado da contribuição das diversas empresas que ali exploram o petróleo para este fundo. Essa forma, pouco conhecida no Brasil, resulta em que cada um dos aproximadamente seiscentos mil residentes no Alasca tenham direito hoje a receber uma certa quantia. No ano passado, esse valor correspondeu a mil dólares por ano. Houvesse mil dólares por ano como garantia de cidadania aos brasileiros, seria um passo fantástico. No Alasca, não é tanto porque lá a renda per capita é da ordem de 26 mil dólares.

É interessante o conhecimento, para quem está batalhando sobre essa proposição, de que existem, como direito à cidadania para os residentes no Alasca, mil dólares de renda garantida por ano, decorrente desse mecanismo há alguns anos ali.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – V. Ex^a se refere ao royalty sobre o petróleo que é explorado e levado pelos Estados Unidos?

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Estado do Alasca tem esse mecanismo.

As diversas empresas que ali exploram o petróleo pagam para um fundo – em torno de 1.000 dólares –, administrado pelo Estado do Alasca, que, além de ser administrado como Fundo de Pensão, tem uma tal rentabilidade que eles resolveram conceder como um direito à cidadania a todos os residentes no Alasca. Isso varia a cada ano. No ano passado, eu estive visitando Washington e verifiquei, colhi informações a respeito do assunto. Foram 1.000 dólares por ano. Varia de acordo com a rentabilidade daquele fundo, mas está relacionado a outra idéia.

O prezado Joelmir Beting mencionou, em um de seus artigos, "o sonho de uma noite de verão" que, pela primeira vez, é causado pela URV, com ajuste diário dos salários para os trabalhadores, uma longa reivindicação existente há muito tempo. Fiquei até pensando que seria interessante que essa experiência não durasse apenas o verão; já estamos no outono, e acho que essas condições para a introdução do Real são adequadas; no entanto, avalio que outras condições mínimas seriam importantes. Refiro-me às regras de emissão do Real que ainda não estão explicitadas. Penso que será muito importante que o Congresso Nacional pense sobre a regra de emissão, sobre o sistema de lastreamento, levando em conta as experiências históricas de estabilização que acabaram tendo sucesso.

Quase todas as experiências históricas bem sucedidas, seja da Alemanha de 23, da Polônia na mesma época, seja a dos Estados Unidos, após a Guerra de Independência, a França após a Revolução – continentals e assignats – o dólar e o franco que os

substituíram, levaram em conta uma característica importante: o lastreamento foi baseado em ativos domésticos ou nacionais; é uma discussão complexa.

Chamo a atenção para uma preocupação que o Deputado Roberto Campos mencionou. Observei, na semana passada, a previsão de emissão de moeda para 94 e para 95, e o Presidente do Banco Central, Pedro Malan, encaminhou-me as informações. Para 1994 a emissão de moeda, ou *seigneuriage*, foi para efeito de saber em que medida estávamos pagando o serviço da dívida pública externa, algo compatível com a capacidade de pagamento do País; o cálculo, além do superávit primário, foi somado com o *seigneuriage* em 1994, de um 1,5% do PIB; em 1995, 1% do PIB. Ora, um PIB de 450 bilhões de dólares aproximadamente; 1% seria 4,5 bilhões de dólares; se forem 1,5% mais metade disso, para o ano que vem serão mais 4,5 bilhões de dólares.

Sabe-se que a quantidade de moeda em conceito M 1, no Brasil, não é muito; é em torno de 2% do PIB ou menos. Então, essa quantia é muito significativa. Não se trata de uma preocupação tão estrita, monetarista, mas tenho a impressão de que essa proporção não seja tão consistente como a estabilidade prevista que o Real venha ter em 95. Sem ser monetarista, coloco um pouco essa preocupação; fico pensando se o próprio Governo está consciente de que não vai ser tão fácil manter a estabilidade do Real, se a própria previsão de emissão de moeda para complementar aquilo que o Brasil vai ter que pagar aos credores da dívida externa é tão acentuada, além daquilo que será o superávit primário que é a parte principal.

A parte principal da capacidade interna de pagamento é o superávit primário. Mas tem sido, e fortemente complementado por um muito acentuado. Essa tem sido a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Concedo a palavra ao Sr. Joelmir Beting.

O SR. JOELMIR BETING – Eu gostaria de comentar que, na carpintaria monetária do Real, temos que levar em conta também a carpintaria cambial dele, uma coisa ligada na outra. O lastro da nova moeda teria uma importância menor se apelarmos para um câmbio fixo. Mas o câmbio fixo vai perpetuar uma defasagem cambial que não houve condições de ser desmontada antes do lançamento da URV, que acabou congelando. A URV é o teto do dólar e não o piso dele. Então, não deu para atualizar. Segundo consta, temos um atraso aí da ordem de 17 a 25%, conforme o setor e conforme o período considerado, alguma coisa parecida com 17 a 25% de atraso cambial. Isso prejudica a carpintaria cambial do Real. Quer dizer, isso deveria ser levado em conta pela equipe. Não houve tempo de atualizar o câmbio e agora temos esse problema instalado.

E mais, a questão do lastro poderia levar em conta as reservas e as ações das estatais, como alguém já propôs. Tudo isso deve ser considerado. A equipe econômica tem uma reunião exatamente hoje à tarde, não só para tentar definir, mas também divulgar, ainda que a título de balão de ensaio, esse processo de passagem do Cruzeiro para o Real e qual seria a política cambial: se vai usar banda e qual é o limite da banda na taxa de câmbio, e a questão do lastro da nova moeda.

Não vamos utilizar o exemplo da Argentina para o efeito de lastro, porque aí teríamos de contar com uma espécie de lastro ouro – que é o caso da Argentina –, com um banco Central realmente independente. Eu chamaria até de Conselho de Moeda. É uma proposta inclusiva do Professor Pérsio Arida.

Mas penso que tudo isso é uma "tecnalidade" que será devidamente avaliada pela equipe e discutida pela sociedade nessas próximas semanas, para não dizer já nos próximos dias, porque quem tem pressa agora por uma definição é o próprio Presidente

Itamar Franco. E quando Sua Excelência tem pressa, é melhor sair da frente.

Uma outra observação, sobre o jogo do bicho. Penso que o risco da sua legalização estaria na estatização do jogo do bicho, ou na "loterização" do jogo do bicho. Porque aí cairíamos no jogo do bicho paralelo, automaticamente, com a mesma dimensão do jogo do bicho de hoje. Teríamos dois jogos do bicho: um oficial, pela Caixa, e o paralelo, que continuaria com o Castor de Andrade e com o Ivo Noal. De qualquer forma, a legalização do jogo do bicho vai render realmente um jogo do bicho paralelo, no ato.

O pessoal que está pedindo a legalização, o pessoal do ramo vai ficar com o paralelo para se divertir. Até porque existe realmente a conexão com o tráfico, com o crime organizado e até com a evasão fiscal também. Parece que há um contato, que está surgindo nas investigações, com a evasão fiscal via jogo do bicho. Bom, é bem Brasil.

De qualquer forma, acho que podemos concluir a nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Pois não. Eu gostaria de ouvir o Relator, que é a peça chave.

O SR. JOELMIR BETING – Antes de mais nada, gostaria de passar ao Relator esse trabalho da Consultoria Ernest Yang, que estabelece uma comparação bem metódica e muito pertinente da pessoa física do Imposto de Renda no Brasil com a pessoa física nos Estados Unidos, para derrubar um mito, o de que o brasileiro paga pouco imposto e o americano paga muito. Porque aí ele estabelece uma relação: para um casal com dois filhos menores em escola particular, que é o modelo utilizado, em todas as faixas de renda e de alíquotas, ele demonstra que, na faixa média da classe média, o americano paga menos, porque lá há um negócio que funciona chamado dedução e abatimento e aqui é uma coisa fictícia, a dedução e o abatimento.

Portanto, alíquota menos dedução e abatimento faz com que o cidadão americano de classe média pague menos imposto de renda do que o cidadão brasileiro de classe média. Esse estudo que está aqui é de uma consultoria séria, que tem inclusive matriz nos Estados Unidos.

Um outro documento que eu gostaria de sugerir para cada Membro da Comissão, a própria CPI poderia cuidar de obter da Editora São Paulo os exemplares, é o livro "Economia Informal e o Direito no Brasil", do Professor Ney Prado, professor universitário e da Justiça do Trabalho de São Paulo, que fez um trabalho muito sério sobre a economia informal e o direito. Um terço do livro é dedicado exatamente ao contato da economia informal com a evasão fiscal, à luz das leis do Direito. Professor Ney Prado, Editora São Paulo, Edição 91, Economia Informal e o Direito no Brasil.

O problema é que ele está com um autógrafo tão bacana que não vou abrir mão dele. Então, sugiro que se consiga um exemplar deste estudo.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Estamos anotando todos os livros recomendados e vamos adquiri-los para a CPI.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sr. Presidente, ilustre depoente Joelmir Beting, não vou fazer comentários, porque, pelo adiantado da hora, não queremos que V. Sª permaneça em Brasília mais do que o necessário, sei que V. Sª tem outras atribuições. Agradeço-lhe por ter apresentado um verdadeiro roteiro de trabalho para esta Comissão no final dos nossos trabalhos, quando esperávamos já estar próximos de apresentar o relatório final. Mas penso que essas indicações, inclusive de futuros depoentes, serão de grande valia para todos nós.

Na minha vida parlamentar, na minha vida política, sempre me deparei com concentração de renda e concentração fundiária. Tive sempre grandes preocupações quanto a isso. Agora, por dever de ofício, estou me deparando com concentração tributária. V. Sª deu uma série de informações que podem fazer com que diminua essa injustiça que existe no País quanto a essa concentração fundiária.

Num artigo de sua autoria, V. Sª dizia que os bancos ficaram à margem dos pisos, porque se trata de uma contribuição calculada sobre o faturamento das empresas. O banco não fatura porque não há condição de cobrar ao bispo, por essa razão apresentada por V. Sª? E por acaso será que o banco não fatura o que seria uma receita bruta operacional, por exemplo?

No seu artigo também, não tenho aqui a indicação da data, V. Sª diz que a evasão fiscal no sistema financeiro é maior do que nas demais empresas. Qual a razão disso?

Também gostaria de ter uma informação ligeira sobre quais as vantagens e desvantagens da quebra do sigilo bancário e do sigilo fiscal. Apresento um exemplo: como Senador, fiz um requerimento de informações à Receita Federal a respeito daquelas empresas que eram registradas no CNSS e que, por serem registradas lá, tinham direito a fazer importações com isenção de tributos. Sabemos que, através desses mecanismos, clubes de futebol importaram carros, houve importações de verdadeiros containers de champanhe, de uísque e de outras coisas como tais. Há importações de grandes hospitais que merecem o respeito de cada um de nós – eu mesmo já utilizei um deles –, mas que não são beneficentes, cobram caro. Mas fizeram, através desse meio, por serem registradas no CNSS, importação de todo o seu material sem pagamento de impostos.

Então, fiz um requerimento de informações à Receita Federal, para que me desse a idéia de quanto representava a sonegação de impostos, a evasão fiscal – não digo nem sonegação, porque seria legal – dessas empresas, através desse sistema de CNSS. A resposta que recebi foi a de que isso era sigilo, que não poderiam dar as informações porque fazia parte do sigilo fiscal.

Vou fazer agora essa solicitação através da CPI, porque acho que temos que ter conhecimento disso e eles são obrigados a dar essas informações. Fiz outros requerimentos a respeito de outros assuntos da CPI – quero até comunicar ao Presidente – e o atual diretor do SERPRO me disse que vai dar todas aquelas informações.

Então, gostaria de ter, ligeiramente, a opinião de V. Sª a respeito dessas questões. Os demais, os diversos Senadores que se anteciparam a mim já apresentaram idéias. E fizeram comentários a respeito daquilo que V. Sª trouxe, para felicidade nossa e para conhecimento desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o depoente Joelmir Beting.

O SR. JOELMIR BETING – Sobre a posição dos bancos, que se apresentam com uma taxa de sonegação presumida muito grande, eu lembraria o seguinte: é o único segmento da economia privada que não tem fiscalização. É proibido por lei fiscalizar banco ou instituição financeira. Foi removida a fiscalização do sistema financeiro. Não consta aqui a data, mas essa decisão é recente, em torno de 5 anos. É proibido entrar um fiscal em banco, parece-me que isso foi instituído na entrada do Governo Collor. É bom verificar. Se houver algum auditor presente, poderia, talvez, esclarecer a questão. Não há condição técnica, nem legal de fiscalizar o sistema financeiro e ponto final!

Começando por aí e sabendo da engenharia financeira sofisticada com a ajuda dos computadores e todas as transas e transações.

es que circulam por dentro do sistema financeiro, presume-se que ali dentro realmente aconteça, não só em proveito dos bancos, mas em proveito também de terceiros, uma usinagem de sonegação que eu chamaria, realmente, de espantosa! É uma suposição, e não uma calúnia; uma suposição que tem um embasamento técnico para uma suspeita que tenho como contribuinte e cidadão, e não como jornalista. Por que não está sendo fiscalizado o sistema financeiro, se muitas das maracutaia que estão explodindo passam por dentro dele, inclusive as contas fantasmas? Esse é um ponto.

Avalio que a questão do sigilo bancário foi bem exposta no Brasil, pois, num País em que o sonegador, pessoa física, acaba sendo um herói nacional — de repente, quebra-se o sigilo bancário e a opinião pública aplaude —, vamos então aproveitar o aplauso da opinião pública e aperfeiçoar esse mecanismo de quebra ou de exceção.

A Suíça já está cuidando do assunto. Até no Brasil, tivemos o caso do Juiz Nestor José do Nascimento, fraudador do INSS do Rio de Janeiro, que teve, na Suíça, tanto o seu sigilo bancário quebrado como a sua conta bloqueada. É bom verificar o fato — isso, para dar um exemplo e calçar a discussão sobre os sigilos fiscal e bancário no Brasil. Quer dizer, até a Suíça já tirou o selo desse instituto que era aparentemente sagrado.

Senhoras e senhores, estou realmente no meu limite e penso que tomarei a liberdade de me antecipar à decisão da Presidência e gostaria de encerrar o meu depoimento com três reflexões. Uma delas, reportando-me à reflexão do Senador João Calmon, quando levanta no ar "a bola quadrada" do processo educacional, que também considero destruído no País.

O Professor Peter Drucker, papa da administração de recursos materiais e humanos do mundo, lembra que estamos na decomposição de um processo de globalização da economia que faz com que o sinônimo de soberania nacional seja competitividade das nações. Soberania das nações virou competitividade das nações; e a competitividade das nações não está na fazenda, não está na fábrica, não está na loja e não está no banco! A competitividade das nações sempre esteve, e passa a estar cada vez mais, na escola. Se quisermos cuidar de soberania nacional ou de competitividade nacional, temos que pensar na escola e posicioná-la acima de todas as coisas, porque até na escola resolvemos a fome e a miséria do pobre. E, no caso brasileiro, até mesmo a merenda do pobre. Portanto, façamos da escola a base, sobretudo a escola básica, uma cruzada nacional. Do contrário, não vamos consertar, vamos continuar fazendo círculo na água e enxugando gelo; e a máquina de enxugar gelo está quebrada e o gelo já está no fim.

As duas reflexões finais, tomo emprestado: a primeira, do Barão de Itararé, que já nos anos 40 dizia — imaginem se ele vivesse hoje! —: "O Brasil é feito por nós. Só falta desatar os nós". E para desatar os nós, a reflexão de um brasileiro que acredita em tudo, encara desafios e atravessa até mesmo o Oceano Atlântico a remo, Amir Klink diz — isso cabe para a Revisão, para a reforma, para a mudança do País, para a eleição, para a Revisão Constitucional, para a Campanha Contra a Fome e a Miséria e pela Cidadania —: "Para se chegar onde quer que seja, não é preciso utilizar a força, basta empregar a razão".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Muito Obrigado.

Quero dizer ao Senador João Calmon que vou entrar em contato, ainda hoje, com o Presidente do Congresso Nacional sobre a convocação de uma cadeia de rádio e televisão, para comunicar a importância desta CPI, talvez ao término.

Há uma coincidência muito grande, Dr. Joelmir Beting: do primeiro Depoente até hoje, todos chegaram a um número estare-

cedor. Para cada um cruzeiro que se arrecada, há um cruzeiro de evasão, ou seja, a sonegação é de 50%. E todos os depoimentos, do mais erudito, do fiscal que está no front, dos professores universitários que aqui estiveram, dos empresários que aqui estiveram, todos eles — é interessante — chegam a essa declaração catastrófica de que para cada um cruzeiro que se arrecada, há um cruzeiro de sonegação ou de evasão.

E, veja, tivemos uma CPI aqui que chamada "da máfia do Orçamento", em que os mais alucinados acusadores disseram que o rombo chegou a 250 milhões de dólares. E na CPI da Evasão Fiscal falamos em qualquer coisa em torno de 80 bilhões de dólares por ano, todo ano. E isso não assusta ninguém. Tínhamos até a vã esperança de que, quando viesse aqui o Jornalista Joelmir Beting — essa esperança era do Senador João Calmon e minha —, teríamos nesta Casa, pelo menos, repórteres interessados. Devo dizer ao ilustre Jornalista que comuniquei à Imprensa, fiz questão de ir pessoalmente e dizer ao Comitê de Imprensa que hoje viria o Jornalista Joelmir Beting fazer um depoimento. Nem assim despertamos o interesse da nossa Imprensa.

O SR. JOELMIR BETING — Mas aí, Sr. Presidente, justifico a minha categoria. Nunca colocamos "empada na azeitona do próximo". (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Muito bem. Agora, de início, mesmo que não consigamos essa cadeia de televisão para falar do resultado, eu queria fazer aqui um apelo — que já venho fazendo — ao Jornalista Joelmir Beting, e colocando, em doses homeopáticas, todos esses conceitos que ele colocou e que já aprendemos e vamos inserir dentro do nosso relatório final.

O SR. JOELMIR BETING — Na linguagem técnica do jornalista, Sr. Presidente, chamamos de "lide". Para entrar de sola num assunto é o lide. E o lide está aqui na minha mão agora.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Está ótimo.

O SR. JOELMIR BETING — O relatório parcial da CPI da Evasão Fiscal. Então, é a notícia.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Muito bem. Mas eu queria fazer mais um pedido: que eu pudesse editar uma separata do depoimento de V. S^a para distribuir aos Parlamentares que não puderam vir aqui hoje e também distribuir para a Imprensa.

O Senado Federal, infelizmente, e o Congresso Nacional não pagam direito autoral. Mas apenas eu queria a autorização de V. S^a para mandar imprimir na Gráfica do Senado, e fazer uma distribuição no meio dos Parlamentares e no meio também da Imprensa para que tomassem conhecimento do que aqui foi dito, aqueles que quisessem e que estivessem interessados nas soluções para este País, para lerem esse extraordinário depoimento de V. S^a

O SR. JOELMIR BETING — E qual é a praxe: com revisão ou sem revisão do Depoente?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Se V. S^a assim o desejar, poderá fazer a revisão.

O SR. JOELMIR BETING — A revisão é necessária porque usei muitos números de memória. Então, checarei esses números e colocarei tudo direito.

O SR. MEIRA FILHO — Sr. Presidente, eu queria apenas lembrar o seguinte: o Dr. Joelmir é um homem de rádio e televisão. Ele tem acompanhado — acho que até mais do que nós — a campanha de desmoralização que sofre o Congresso Nacional.

Peço a V. S^a que, ao sair daqui hoje, com esta sala vazia, não veja nisso um desinteresse dos Parlamentares em assistir à sua

palestra. Muitos têm outras coisas a fazer e acredito que mais por esse motivo esta sala não está repleta de Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – *Inclusive, no início da palestra de V. S^a, fui ao plenário tirar Senadores que lá estavam trabalhando, evidentemente. O Senador Eduardo Suplicy estava, inclusive, fazendo um discurso, denunciando aquela questão do jogo do bicho, etc. Esta é uma Casa mais ou menos de loucos, porque, nesse momento, devemos ter umas cinco CPI funcionando e não sei quantas Comissões – estamos gravando para registrar tudo o que foi dito e, depois que estiverem prontas, passarei as notas taquigráficas às mãos de V. S^a para que possa fazer as correções; e se V. S^a assim o permitir, mandarei editar a separata e distribuirei à Imprensa.*

O SR. JOELMIR BETING – Sr. Presidente, para que conste dos Anais, eu gostaria de fazer um reparo que acabo de receber:

"Alguns auditores fiscais presentes desconhecem a existência de algum ato proibindo a fiscalização do sistema financeiro. E até informam que o Banco Econômico da Bahia vem sendo fiscalizado há três anos por uma equipe de auditores".

Como cidadão, folgo em saber disso!

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Agradeço a presença de todos, inclusive dos auditores fiscais, dos assessores e dos Srs. Senadores.

Um agradecimento todo especial ao Dr. Joelmir Beting, que sabemos o quanto ocupado e o quanto solicitado é em todo o Brasil. Fica registrado o nosso agradecimento à grande contribuição que, não tenho dúvida nenhuma, prestou ao Congresso Nacional nesta tarde.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 13h46min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

13ª Reunião realizada em 26 de abril de 1994

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de abril de mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador João Rocha e com a presença dos Senadores João Calmon, Ronan Tito, Esperidião Amin, Raimundo Lira, Eduardo Suplicy, Magno Bacelar, Carlos Patrocínio, Moisés Abrão e Gilberto Miranda, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, comunica que a reunião destina-se às exposições dos Doutores André Franco Montoro Filho, Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, e Amir Khair, economista, sobre a privatização da Embraer. Em seguida Sua Excelência confere a palavra aos Senhores expositores para que suas explanações. Encerradas as exposições, inicia-se o debate. Participam os Senadores Ronan Tito, Eduardo Suplicy, João Rocha, João Calmon e Gilberto Miranda; o Deputado Ernesto Gradella; e o Senador Osiris Mendes Ribeiro, coordenador do serviço B da privatização da Embraer, e membro da Projeta Consultoria Financeira, líder de uma associação formada pela Iacopori, uma empresa de engenharia de São Paulo ARBI, e assessorada, na elaboração dos estudos de mercado, pela Avimac, uma empresa de consultoria internacional de aviação e, nos aspectos jurídicos, pelo escritório do Professor Amaldo Valdi. Não havendo mais perguntas, o Senhor Presidente agradece a presença do Doutor André Franco Montoro Filho e do economista Amir Khair, bem como dos demais convidados e público presente, encerrando a reunião às treze horas e

quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador João Rocha, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Iniciamos a nossa reunião de hoje, conviando para fazer parte da Mesa: o Dr. André Franco Montoro Filho e o Dr. Amir Khair. (Pausa.)

Convidamos o Senador Esperidião Amin, que se encontra no Gabinete da Presidência da Comissão. (Pausa.)

E, dando início aos nossos trabalhos, passamos a palavra, para a exposição sobre a privatização da Embraer, ao Dr. André Franco Montoro Filho, Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com prazer que compareço a esta reunião para prestar esclarecimentos, discutir, aprender, receber sugestões sobre o processo de privatização em geral, e especificamente com relação à privatização da Embraer.

Acho que seria conveniente, de início, colocar algumas observações a respeito do processo de privatização em geral e o porquê desse processo.

Muitos colocam a questão da privatização sob um ponto de vista ideológico e sob um ponto de vista de uma eventual onda neoliberal. Não é esse o meu ponto de vista; não é assim que vejo o processo de privatização no Brasil. Acredito que, da mesma forma como o Estado participou e entrou no processo produtivo por questões pragmáticas, por questões de desenvolvimento econômico, essas mesmas razões hoje colocam a necessidade da mudança do papel do Estado.

Nunca houve no Brasil revolução socialista ou governo de esquerda que tenha ideologicamente estatizado empresas, ou criado empresas estatais. Ao contrário, a participação do Estado na atividade econômica, no Brasil, foi decorrência das necessidades de crescimento. Tanto é que um dos períodos em que mais cresceu essa presença do Estado foi durante o regime militar autoritário, que pode ser acusado de muitas coisas, mas certamente não pode ser acusado de ter sido um governo esquerdizante. Eram razões de ordem pragmática que impunham a presença do Estado e das empresas estatais na atividade produtiva. E devemos reconhecer que a participação do Estado na atividade produtiva foi um sucesso em termos de crescimento econômico. O Brasil, durante quatro, cinco décadas, observou taxas altíssimas de crescimento econômico; talvez tenha sido a nação que mais tenha crescido no mundo, naquele período.

Em termos de crescimento, esse modelo estatizante, com a participação do Estado, foi um sucesso. Infelizmente, não teve o mesmo sucesso no que diz respeito à distribuição de renda. Ao contrário, esse modelo estatizante que vigorou na economia brasileira ou de grande participação e interferência do Estado na atividade econômica foi um modelo extremamente concentrador. A distribuição de renda teve uma deterioração ao longo de todo esse período. Como testemunho, há vários estudos, inclusive do nobre Senador Eduardo Suplicy.

Mudanças na economia mundial e brasileira passaram a exigir, por uma questão pragmática de eficiência e flexibilidade econômica, a mudança do papel do Estado na direção de se afastar das atividades operativas da economia, para poder concentrar-se nas atividades de articulação, coordenação e na área social e de distribuição de renda.

Esse novo paradigma tecnológico que hoje vigora no mundo, as novas condições tecnológicas passaram a exigir, na operação das empresas, uma flexibilidade que é praticamente incompatível com a burocracia, indispensável em atividades estatais.

Essa flexibilidade, essa necessidade de ter administrações flexíveis, orientadas para o cliente e para o consumidor é que levaram, no mundo inteiro, à questão da retirada do Estado da parte operativa das empresas, ou seja, o Estado saindo das atividades administrativas de operação de empresas, para poder concentrar-se naquelas atividades na qual é mais eficiente.

Essa constatação, ou essa revolução tecnológica, impôs essa nova realidade no mundo inteiro, não apenas no Brasil, a questão da privatização é quase um braço, uma perna de todo esse movimento mundial de reformulação do papel do Estado, que inclui até princípios muito importantes.

Nós observamos que, ao lado desse movimento, houve um claro movimento de modernização no mundo inteiro e, especialmente, na América Latina e no Brasil.

Não posso deixar de entender e analisar, como professor universitário e analista, que esses movimentos têm uma base comum nesse novo paradigma tecnológico, nessas novas relações que surgem na economia, que exigem um sistema político-econômico-social muito mais aberto.

Nesse sentido, não é de se estranhar que, durante a década de 70, tínhamos, na América Latina, a grande maioria dos países com sistemas políticos fechados, autoritários e, ao mesmo tempo, uma grande presença das empresas públicas, do Estado, estimulando o crescimento.

Concomitantemente com o processo de abertura política, veio o processo de abertura econômica como resposta adequada dos países da América Latina a essas novas condições. E essa resposta não se deu só na América Latina; também na Europa do Leste houve essa mesma constatação da incapacidade gerencial do Estado de tocar empresas. Acreditado que essa é a causa central do processo de abertura política e econômica dos antigos países comunistas e socialistas, de planejamento central.

É nessa prioridade que entendo a perspectiva da privatização no Brasil. Trata-se da retirada do Estado das atividades produtivas, empresariais, como, aliás, está expresso no art. 173 da Constituição, que estabelece claramente:

"Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei".

Ou seja, é necessário uma lei que defina os critérios para que possa ser constitucionalmente aceita uma empresa estatal, ou melhor, a exploração direta da atividade econômica pelo Estado.

Isso não significa que o Estado não tem nenhum maior compromisso com a economia, com a estabilidade econômica, com a estabilidade econômica, com o crescimento. O que entendo é que existem outros instrumentos mais flexíveis, mais adequados para que o Estado possa dar a sua contribuição para o crescimento econômico, para a melhoria da distribuição de renda, para projetos de âmbito nacional.

O que claramente se mostrou e tem-se mostrado ineficaz no Brasil e no mundo inteiro é o instrumento de participação governamental como proprietário de empresas públicas. Esse instrumento, essa forma de intervenção do Estado é que se tem mostrado um fracasso não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo. Não necessariamente a supremacia do mercado como definidor final de todas as ações.

Aí entramos num outro campo, pois existe muita controvérsia sobre qual deve ser a extensão e a profundidade da intervenção

e do controle estatal sobre a economia, se devemos ter leis que permitam uma maior ou menor ingerência do Estado, indireta, através de mecanismos como toda a legislação social, tributária, tarifária, a lei de proteção ao consumidor, a lei de patentes, toda a política salarial, previdenciária, social, etc. Existem inúmeros mecanismos possíveis de ação do Estado.

Quais desses instrumentos serão utilizados, em que profundidade e em que abrangência é uma matéria que considero objeto de muita controvérsia e muita discussão no Brasil e no mundo inteiro. O que me parece pacífico é que o Estado, como empreendedor, na exploração direta da atividade econômica, conforme diz a nossa Constituição, tem-se mostrado ineficaz.

Nesta perspectiva, e concluindo estas considerações iniciais, Sr. Presidente, é que se coloca a EMBRAER e a sua privatização. Ela foi uma das empresas criadas pelo Governo dentro do modelo anterior, justificado, naquelas condições, para o desenvolvimento da indústria aeronáutica no Brasil. A EMBRAER, indiscutivelmente, obteve grandes sucessos na sua área produtiva e na sua área tecnológica, e é um orgulho para o Brasil.

Criou-se, na área de São José dos Campos e ligada ao Centro Tecnológico da Aeronáutica, a EMBRAER, uma indústria altamente sofisticada e tecnológica, que foi criada exatamente por essa participação e por esse estímulo dado pelo Estado, seja na atividade de ensino superior especificamente, seja na parte de pesquisa, seja na parte empresarial, e que obteve inequívoco sucesso do ponto de vista tecnológico.

Infelizmente, esse mesmo sucesso não aconteceu do ponto de vista da sua eficiência administrativa, e especialmente dos seus resultados financeiros. A EMBRAER, ao contrário, tem acumulado vultosos prejuízos nos últimos anos. A administração pública, as próprias exigências de ordem regulamentar, tais como prestação de contas, empenhos, autorizações, etc., têm inibido a capacidade empresarial da EMBRAER.

Devo confessar aos Srs. Senadores que quando entramos no Programa de Privatização tive dúvidas a respeito da privatização dessa empresa. Não apenas eu, mas também alguns colegas da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização quiseram discutir e entender as razões pelas quais dever-se-ia privatizar a EMBRAER. Dentro mesmo desse quadro inicial que coloquei — a atividade de ciência e tecnologia, empresas altamente tecnológicas — existem argumentos possíveis que podem justificar a presença do Estado.

Acho que o Estado deve permanecer apoiando e incentivando a pesquisa e o desenvolvimento, o progresso tecnológico e a produtividade, que é derivada da tecnologia. Esta é uma das funções básicas do Estado, que se mantém no Brasil, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Europa, enfim, em todo o mundo.

Nesse sentido, sendo a EMBRAER uma geradora de tecnologia de alta ponta, é razoável pensar se não seria o caso de manutenção da EMBRAER como uma empresa estatal. Discutimos muito esta questão com os dirigentes de empresa e com o pessoal do Ministério da Aeronáutica e todos foram unânimes — e isto me convenceu pessoalmente assim como a outros companheiros — que o apoio que o Estado pode dar à ciência e tecnologia e à própria EMBRAER pode dar-se de outras formas, e não necessariamente pela manutenção da EMBRAER como empresa estatal. Pelo contrário, a sua manutenção como empresa estatal seria a decretação do seu fim e da sua falência.

Para a própria sobrevivência da EMBRAER, para que ela possa continuar a dar a sua contribuição ao progresso tecnológico do Brasil, seria importante, seria fundamental, seria indispensável que houvesse a sua privatização. Mas que, ao mesmo tempo, se criassem mecanismos que preservassem a contribuição tecnológica

que a EMBRAER sempre deu ao Brasil, a São Paulo, àquela região de São José dos Campos e a toda a indústria nacional.

Assim, foi aprovada pela Comissão Diretora uma modelagem de venda que preserva esse sentido tecnológico e cria, ou ao menos procura criar, mecanismos de garantia da manutenção do desenvolvimento tecnológico, do progresso tecnológico e da contribuição tecnológica que a EMBRAER possa dar à economia brasileira. Mas, ao mesmo tempo, promove-se a privatização, que dará à EMBRAER não apenas mais recursos, que o Estado não tem, como também maior liberdade administrativa e gerencial, algo capaz de fazer que ela possa buscar novos mercados, ser competitiva e gerar os resultados que todos esperam.

É nesse sentido que a Comissão Diretora – esse não é o meu ponto de vista pessoal, mas o de toda a Comissão Diretora – entende a privatização da EMBRAER, com aquela restrição ou com aquelas cláusulas de *golden share* ou de ação de direito especial que dão ao Ministério da Aeronáutica ou à União, através do Ministério, a garantia de continuidade da EMBRAER. Ao mesmo tempo, pelo fato de se tornar uma empresa privada, ela passa a ter condições de competitividade, de flexibilidade, de liberdade para poder gerar os recursos necessários. E, de acordo com o modelo, será mantida a participação da União, com 20% do capital na empresa, além de *golden share*. Os empregados irão participar com 10% e será feita também uma oferta pública de 10% do total do capital, de forma que 60% das ações com direito a voto vão a leilão. Quanto aos 60%, o critério de sucesso é que sejam vendidas 85% das ações, o que representa 51% do capital. Se houver sobras, promoveremos depois a oferta pública, ou seja, a pulverização desse capital. Ou, eventualmente, uma parcela poderá ainda ser oferecida aos trabalhadores ou ao próprio Ministério da Aeronáutica. Essa questão, se não me falha a memória, não está totalmente resolvida.

Com essa privatização, a nossa expectativa é que a EMBRAER possa recuperar o seu dinamismo, obter os recursos necessários e ter a flexibilidade administrativa capazes de torná-la uma empresa competitiva e, ao mesmo tempo, através da participação do Ministério da Aeronáutica, dos trabalhadores, da *golden share*, que se preserve a função social de EMBRAER no desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Foi colocado ainda um outro requisito nessa modelagem de venda: está proibida, para concorrentes da EMBRAER, a compra de ações. Então, deve haver um processo de identificação prévia dos candidatos, feito pelo Ministério da Aeronáutica, no qual concorrentes não poderão participar do leilão. Todas essas salvaguardas foram feitas para exatamente preservar o grande potencial de avanço tecnológico que a EMBRAER possui, que está sacrificado, está prejudicado, no momento, por suas dificuldades de ordem financeira e administrativa, que esperamos possam vir a ser resolvidas com a sua privatização. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Passamos a palavra ao Dr. Amir Khair.

O SR. AMIR KHAIR – Bom dia a todos. É uma honra muito grande poder estar nesta Comissão do Senado para debater, em uma das raras vezes que temos condição de fazer isso no Legislativo brasileiro, questões de extrema importância, como as relativas à privatização e à estatização, bem como, especificamente, à EMBRAER. Não sou daqueles que são a favor da privatização ou da estatização em bloco, porque, em determinadas situações mundiais, esse problema tem um impulso que, inclusive, está sendo revisto. Mas sou a favor de que se estude e de que se aprofunde o debate caso a caso. Há muitas situações em que não se justifica as empresas se manterem com o Estado, e há situações em que enten-

do que só o Estado tem condições efetivas de levar à frente determinados empreendimentos. Prova disso é que em uma situação bem diversa desta em que estamos hoje o Estado brasileiro impulsionou, por meio de suas estatais, o desenvolvimento econômico, o que foi mencionado pelo meu antecessor. Digo isso porque na medida em que se debate com profundidade as estatais no Brasil, coisa que não é feita, porque é encoberta pela capa da discussão ideológica, descobrem-se muitas coisas importantes, entre as quais está a relação profunda entre estatal e grandes grupos privados brasileiros, estrangeiros ou *joint venture*.

Falo isso porque participei como executivo na época em que o Estado exerceu essa função de tocar a economia, de ser seu impulsionador, vendo como age o Estado e os grandes grupos econômicos. Chamo a atenção para isso, porque, na área das grandes estatais, o que predomina não é a mão-de-obra intensiva como argumento básico que vemos colocado em discussão, mas a matéria-prima intensiva, ou seja, em outras palavras, preço de insumos e de produtos. Quando se começa a discutir PETROBRÁS, que é a maior estatal brasileira, com seriedade, quando começarmos a botar o dedo na questão da formação de preços e sua estrutura no DNC, poderão entender, quando esse debate ganhar profundidade na sociedade, que está longe de tocar a questão da privatização ou da estatização com seriedade.

Coloco isso porque é com grata satisfação que vejo o Congresso discutir a questão da privatização e, em particular, a questão da EMBRAER. Seria importante que esta Casa tivesse, através desta Comissão, acesso aos estudos que foram preparados para a privatização, especialmente os relatórios a e b, que constituem a base sobre a qual se dá o processo de privatização, aos quais até hoje não conseguimos ter acesso. Digo isso porque na medida em que se tem um processo normal, tranquilo, correto, tem-se efetivamente condições de se debater abertamente com a sociedade para haver um acordo ou não.

A nossa preocupação, quando fomos chamados a dar consultoria aos sindicatos que, desafiados pela direção da empresa, busquem uma alternativa, não nos preocupamos com a privatização, estatização, mas, muito antes disso, saber sob que condições a empresa era viável. E aí na análise que fizemos, estabelecemos condições tanto para o acionista majoritário Governo, quanto para a direção da empresa e para os próprios funcionários.

O que assistimos no Brasil hoje é um processo de desmantelamento das estatais e uma passagem disso para grandes grupos econômicos, sejam nacionais ou estrangeiros que mexem rapidamente na estrutura de preço de produtos e, portanto, transformam a questão econômica rapidamente.

Falo isso porque se existe uma péssima situação do Estado não apenas nas estatais, mas também na administração direta, daí a falência da saúde, da educação, que são questões estratégicas para qualquer País, também se justificaria o mesmo argumento para se tirar o Estado da administração direta, porque é incapaz, burocrático; ele é complicado, lerdo. Mas acho que falta a questão central é a entrada da sociedade nessa discussão. Se por um lado se tem grandes grupos econômicos, às vezes, alheio aos interesses mais amplos da sociedade, e, por outro, se tem um Estado que não representa a Nação, está na hora de se ter a sociedade debatendo de maneira clara, de maneira transparente e intensa aquilo que interessa a ela, ou seja, o seu patrimônio, porque o Estado é da sociedade.

E, nesse sentido, está longe de ter o processo de privatização no Brasil as condições mínimas para poder de fato aprofundar questões, concordar com determinadas privatizações, concordar com o preço que está sendo praticado ou discordar. Mas, simplesmente dar uma dimensão democrática muito mais alta, muito mais

nobre e muito mais dignificante ao País. Não é isso o que assistimos hoje; tenho certeza que na medida em que isso for sendo verificado com maior profundidade, que gostaria que fosse todo o processo de privatização, empresa-empresa com profundidade, muitas coisas poderiam vir à tona mostrando que esse processo não deve se dar da maneira apressada, porque existe uma onda de privatização no mundo.

Nesse sentido, dentro da análise que fizemos, primeiro procuramos localizar por que a EMBRAER é uma empresa altamente bem-sucedida como estatal, tendo ocupado 35% do mercado americano pela venda do avião Brasília e 46% do mercado mundial do Tucano, que é um treinador militar leve. E, de repente, passa a ser, a partir de 1989, uma empresa ruim. Se ela foi competente para disputar no mercado mundial, no mercado de altíssima capacitação, seja tecnológica e comercial, foi capaz de se impor e de se construir durante vinte e tantos anos com amplo sucesso, por que de repente passa a ser um insucesso? Ela era uma empresa estatal com uma característica diferente de todas as estatais brasileiras: tem o grosso da sua venda no mercado internacional. Então, temos de entender. Se ela fosse uma empresa ruim, tudo bem. Não vamos nos preocupar, essa empresa não tem jeito, vamos privatizá-la; vamos mudá-la de dono, mudar as condições de comando. Mas na medida em que ela desafiou um dos mercados mais sofisticados do mundo, teve competência para se impor, por que chegou nesta posição e mudou?

Acho que se não enfrentarmos e discutirmos esse assunto com profundidade não vamos conseguir entender especificamente o caso da EMBRAER. E a avaliação que fizemos foi simples: em primeiro lugar, se a EMBRAER obteve toda a força que tem do ponto de vista de agressividade comercial, porque tem aparelhos de extrema vantagem tecnológica e, conseqüentemente comercial. As pessoas que compram os aviões fazem as contas do custo por assento e por milha. Esse é o dado básico em que se apóia a decisão de quem compra, e a EMBRAER é imbatível nessas questões. Os seus produtos principais têm uma vantagem extraordinária sobre seus principais concorrentes; isso continua. É importante frisar que isso continua. Agora, o que mudou? Mudou a relação da EMBRAER com a sua filial americana EAC, onde o nosso trabalho de consultoria pôs o dedo. A ferida é essa, é a relação da EMBRAER com a EAC, sua filial americana. Por que isso? A EMBRAER transfere 12%, a título de comissão, por cada venda de seus aviões lá. Não há necessidade de ser nenhum expert em economia para verificar que o preço líquido, ou seja, preço menos as comissões, comparado com o custo variável, ou seja, o custo diretíssimo, não dá para se bancar essa posição.

Quando vimos isso, fomos questionar a direção da EMBRAER sobre a comissão dos 12%: perguntamos se eles queriam viabilizar a empresa, ou criar prejuízo aqui no Brasil, na matriz, e lucro na filial americana? Indagamos também sobre quem comanda a filial americana, se o governo americano e se temos ou não condições de comando efetivo daqui? Procuramos saber se essa questão estava sendo aprofundada nas auditorias ou no próprio BNDES. Todavia, não tivemos uma resposta afirmativa. A coisa avançou de tal maneira que, depois que fizemos o nosso relatório definitivo propondo alterações na relação comercial, essa matéria passou a ser levantada pela revista IstoÉ, da semana passada, mostrando o que está acontecendo, pelo menos, dando o primeiro retrato do que acontece nessa filial que responde por quase 90% da venda da EMBRAER; ou seja, as vendas da EMBRAER que, em 1989, atingiram o seu ponto máximo de 700 milhões de dólares, vieram ano a ano caindo de tal maneira que, no ano passado, atingiram apenas 200 milhões de dólares.

Quando se procurou analisar o insucesso comercial de marcas que têm tecnologicamente posições amplamente favoráveis, achamos que o problema principal da EMBRAER está na questão comercial. Daí por que fomos um pouco mais a fundo nessa questão.

Em primeiro lugar, a EMBRAER, até 1990, operava através da filial EAC, com comissões aos seus vendedores. Vale dizer que o vendedor tinha interesse direto na venda e ganhava, portanto, diretamente com o próprio processo de venda. A partir de 1990, esse esquema comercial é rompido de tal maneira que os salários diretos são altamente majorados e deixam de ter interesse. Evidentemente, qualquer empresa, com tal atitude, desmotiva a sua ação comercial; não há outra explicação para uma queda tão vertiginosa, se não existe qualquer interesse.

Simultaneamente, com uma queda forte na questão das vendas e um crescimento fantástico nas despesas, passamos a ter, na filial americana, uma situação também ruim. Perdeu a filial americana, perdeu a EMBRAER, e a revista coloca uma questão importante a ser analisada; coloca como informação que brotaram de dentro da empresa os salários dos executivos brasileiros, na sua filial nos Estados Unidos, da ordem de 300 mil dólares/ano e o responsável da faixa de 500 mil dólares/ano.

Coloco isso para ver como é que as estatais fogem do controle da sociedade. A proposta que fazemos é radicalmente diferente de privatizar ou estatizar, mas que a sociedade passe a ter o controle ou a informação das caixas-pretas que são as suas estatais.

Essa é uma posição nova e que sai fora dessa dicotomia absolutamente ultrapassada, na nossa opinião, que é a privatização versus estatização. Se a sociedade tem algo a ver com a questão, ou a sociedade se envolve, se isso ocorrer significa estar informada para que qualquer processo vá para frente ou para trás. Essa condição é fundamental em qualquer processo, em qualquer país democrático, país que pretende ser considerado sério, que analisa o seu patrimônio, os seus administradores, porque lhes está dando um voto de confiança para, em nome desta população, em nome desta sociedade, gerenciar as coisas sustentadas por ela através dos impostos.

Falo isso, porque penso que estamos longe de tocar, com seriedade, as questões mais cruciais da nossa vida econômica que estão não apenas nas questões das estatais mas também na própria administração direta, e o exemplo típico disso é o problema que está dando no Orçamento, que é apenas um pequeno problema da falta total de transparência do setor público para com a sociedade.

Quando analisamos, também, a causa financeira, aí constatamos uma grande incompetência do gerenciamento da direção da Embraer. A origem básica do problema financeiro da Embraer deu-se no desenvolvimento do projeto chamado CBA-123, isto é, um projeto de parceria do Governo brasileiro com o Governo argentino, no qual ambos teriam o compromisso de financiar o desenvolvimento desse projeto e comprar as unidades iniciais de produção. Nem o Governo brasileiro nem o Governo argentino cumpriram as suas partes. Eles não investiram um centavo no desenvolvimento desse projeto, e a Embraer, sem explicações, sem esquema financeiro arado para levar adiante o empreendimento, fez isso, lançando ações, lançando debêntures, entrando no mercado de curto prazo e se inviabilizando financeiramente. Isso é um crime, na nossa opinião; não entendemos como pôde prosperar uma ação dessas sem o conhecimento da sociedade. Ou seja, até hoje está embaralhada a situação da privatização, que não vai acontecer em maio — estou falando isso desde que nos contrataram; era para ser em novembro do ano passado —, pensamos que essa privatização não sai, porque está embaralhada nas pernas até para quem deseja fazer o processo de privatização.

Há muitas etapas e muitas coisas a serem vencidas. Entre elas, se formos levar a sério aqui a questão das informações, que

os estudos sejam atualizados até 31 de dezembro de 1993. O BNDES tem, através da consultoria, informações só até 31 de dezembro de 1992. Estou apenas dando um exemplo, porque se solicitarmos e tivermos chance de discutir seriamente com os técnicos do BNDES, podemos trazer isso a público e de forma aberta, podemos permitir que o Senado, através desta Comissão, aprofunde tecnicamente as questões, podemos contribuir até para privatizar a Embraer, se for necessário, mas, num outro patamar, dentro de um processo aberto e democrático.

Estou dizendo isso, porque a revista IstoÉ considerou um escândalo a compra pela EAC, que seria uma autocompra. Mas segundo a direção da empresa, a EAC é o único cliente que realmente tem condição de fazer negócio e comprar a Embraer. E estou dizendo isso baseado no que a direção da Embraer falou a mim. Então, se o principal cliente, a EAC, que estaria articulando essa compra, gera essa situação, imaginem V. Ex^{as} o resto. Eu duvido que exista comprador nacional. Temos informações sobre isso também.

É importante que pensem: ela vai trocar de posição, de mãos, de quem para quem? E se ela for trocar de mãos e houver uma maneira de fazer isso que passe a empresa para um concorrente internacional, existem formas e formas possíveis para que, em vez de ganhar 50 a 60% do lucro aqui, se faça o lucro na matriz. Em qualquer concorrência internacional, por que você vai ganhar através da empresa brasileira, em que você tem metade do lucro, se você pode ganhar 100% lá fora, através da sua própria matriz? Consequentemente, você pega os 30 ou 40 talentos da Embraer, do ponto de vista tecnológico, que ganham 2 ou 3 mil dólares, paga 5 ou 6 mil dólares a eles, os leva para a matriz, e o resto põe na rua, porque você não precisa desenvolver tecnologia aqui, o que estaria dentro da lógica das empresas internacionais, concentrando efetivamente know-how onde interessa concentrar. A Embraer corre o risco de virar uma mera montadora.

Estamos colocando estas posições, porque elas merecem reflexão sem preconceito, pois quem opera, quem trabalha ou já trabalhou com joint ventures, quem já trabalhou em multinacional, quem trabalhou em empresa privada brasileira em joint venture sabe como opera o sistema. A isso os técnicos, que, pelo menos, têm o domínio, deveriam estar atentos. Dizemos isso porque se por um lado não há uma solução boa para a privatização, não há também uma solução boa para a estatização. Está provado isso, pelo menos de 1989 para cá.

A nossa proposta é que existem responsabilidades específicas seja para a União, seja para a direção, seja para os próprios funcionários, que também se alienaram nesse processo. Tivemos uma discussão muito dura com os sindicatos sobre isso, porque na medida em que só fica a relação empresa como pagadora de salário e funcionário como recebedor de salário, qual é o risco do prédio cair, em cima dos próprios trabalhadores? E esse é o desafio que está posto, modernamente, para que quem participa efetivamente de um negócio assuma efetivamente também responsabilidades nele.

Nesse sentido, a nossa proposta impõe uma série de condições aos próprios trabalhadores para melhorar a produtividade, para obter determinados resultados que são essenciais para que a empresa volte a patamar, a um perfil sadio de operação. Ao Governo Federal, coisa simples: primeiro, que dê condições à Embraer de disputar em pé de igualdade com o concorrente estrangeiro. Não sei se o Senado sabe, mas a Embraer tem cerca de 20% de desvantagem na competição. Se uma pessoa quiser importar um avião, mesmo usado, não paga imposto, mas se for vender da Embraer para cá, paga imposto. Ou seja, o Governo cria uma situação que impossibilita a sua empresa de competir dentro de casa.

Segunda condição: que o Governo financie, de uma maneira mais competitiva, a venda de aeronaves lá fora. Por que nós colocamos isso? Porque na medida em que o Governo se dispõe a financiar a venda das suas estatais, a resolver e equacionar financeiramente o problema e, portanto, a investir dinheiro nisso, por que ele não põe dinheiro para manter essas empresas sadias ou pelo menos em pé de igualdade com as concorrentes internacionais, que são grandes empresas?

Em terceiro lugar, não dá para continuar operando a empresa com altíssimos estoques, porque isso mata financeiramente. Quem analisa o balanço dessa empresa constata que a relação estoque/faturamento conta com mais de um ano e, tecnicamente, é possível operar de forma muito mais eficiente, portanto melhorando a posição financeira. Aliás, a diretoria atual se deu conta disso no início do ano passado e já começou a fazer um primeiro movimento, que ainda é tímido, em relação a essa questão.

Além disso, achamos que é possível melhorar sensivelmente o perfil econômico da empresa se se reestruturar a relação com a sua filial, ou seja, se se baixar a comissão de 12 para 7%, se se mudar o esquema comercial lá, se se fizer uma auditoria na sua filial nos Estados Unidos, reduzindo custos altíssimos e, com isso, criando um perfil não só bom para cá como para lá. E, ainda mais, que a Embraer brasileira mande efetivamente na sua filial.

Essas são apenas questões. Não vou me alongar mais. Entre as propostas há a de participação dos trabalhadores, seja na direção, seja no conselho de administração, seja no conselho fiscal, ou ainda na criação de um conselho consultivo, envolvendo o Executivo federal, o Executivo municipal e a sociedade civil de São José dos Campos, que é altíssimamente interessada no sucesso da Embraer, uma vez que grande parte dos negócios, das atividades da cidade dependem da Embraer, para que tenhamos essa relação da sociedade com a empresa e, portanto, que as coisas que se passam no interior da empresa possam chegar, através desse conselho, ao conhecimento da sociedade.

Essas seriam as considerações iniciais que nós gostaríamos de fazer, com todo o respeito ao BNDES, que analisa a questão da privatização. Nós apenas achamos que essas questões só podem ganhar maturidade na medida em que forem abertas, não havendo essa pressão toda para que, a toque de caixa, se privatize uma empresa que, nós sabemos, é ainda muito pouco conhecida pela sociedade.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra está franqueada ao Dr. André Franco Montoro Filho.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer rápidos reparos ao que o Dr. Amir Khair colocou.

Em primeiro lugar, quero informar que eu, em nenhum instante, como Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, fui procurado pelo Dr. Amir ou alguém que tenha organizado isso tudo, pedindo informações ou estudos. Só soube disso por um telefonema que, segunda-feira, há duas semanas atrás, o Senador Eduardo Suplicy me deu, informando-me desse estudo. Até então, eu não tinha conhecimento e nenhuma informação foi requisitada à Comissão Diretora.

Segundo aspecto: a Comissão Diretora estabeleceu como norma que, uma vez aprovados pela Comissão, todos os editais, tirando-se a parte do segredo comercial, que é uma exigência da legislação, estão abertos e disponíveis a qualquer interessado, que pode consultar e xerocopiar o que for necessário. Para isso, basta comparecer ao BNDES e procurar. Se houve algo que impediu isso, gostaria que fosse formalmente denunciado, sendo informado

quem procurou, para que pudesse nos esclarecer, porque há uma resolução da Comissão Diretora nesse sentido: uma vez aprovados, os estudos ficam disponíveis, feita aquela censura relativa ao segredo comercial, etc., segredo de negócios, que a legislação estipula para não permitir concorrentes e coisas do tipo.

O terceiro aspecto é a crítica genérica ao processo de privatização e à transparência. Não acredito que exista no mundo um processo de privatização que tenha a transparência, as etapas e o detalhamento que tem o Programa Brasileiro de Desestatização. As reuniões da Comissão Diretora contam com a participação de inúmeras pessoas além dos seus membros: representantes dos empregados, representantes das empresas, os técnicos do BNDES; enfim, o acesso ali é enorme.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Da Imprensa?

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Da Imprensa não, porque existem coisas reservadas; mas o representante dos empregados, assim como o representante das empresas e vários interessados que pediram e que tinham algo a contribuir participaram. A legislação não prevê reuniões públicas.

Uma reunião pública certamente exigiria que se tivesse até um espaço físico adequado, regras e regimentos. Trata-se de reuniões de decisão e de informações, de discussões, que contam com uma participação bastante grande. Além disso, todos os relatórios são enviados ao Tribunal de Contas que faz um exame minucioso; depois, são encaminhados à Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, que tem uma subcomissão de acompanhamento das estatais que faz esses relatórios. Em todas as reuniões, logo após ou até mesmo durante a reunião, por causa do horário, faço entrevistas coletivas à imprensa, informando tudo aquilo que está ocorrendo, de forma que se tem uma total transparência do processo de privatização.

E, mais do que isso: a venda, que é o ponto final, a coisa importante, é feita através de um leilão público onde existe o livre acesso a todas as pessoas interessadas em participar; o leilão é a forma mais simples de preservar melhor preço.

Pode-se dizer que fiz uma má venda se vendi um automóvel ou um terreno por 100 e, no dia seguinte, o meu vizinho me disse que o compraria por 120. No caso, fiz um péssimo negócio. Todavia, quando se coloca algo em leilão, quando se dá livre publicidade, livre acesso, o que se vai obter será certamente o melhor preço de mercado, o que o mercado está disposto a pagar, afinal, a compra é um ato voluntário. Não se pode obrigar ninguém a comprar determinadas coisas. Na medida em que se dá o livre acesso, tem-se o melhor preço. Se, eventualmente, a avaliação feita pelos consultores for inferior à feita por eventuais investidores, irão ao leilão, irão disputar, e o preço será imediatamente corrigido.

Esse é o aspecto fundamental. Eu tinha até preparado algo para colocar em minha exposição inicial, mas achei que não seria conveniente, a respeito desse processo de avaliação e do preço mínimo fixado, em que a avaliação é um trabalho sério, especializado, mas é fundamentalmente subjetiva, baseada em opiniões a respeito do futuro da empresa, do setor, do Brasil, do mundo; evidentemente, ninguém tem uma bola de cristal para prever com toda exatidão, razão por que existe o leilão.

Em muitos outros países do mundo, ele não existe; há vendas diretas. No Brasil, o preço mínimo fixado é piso. Não se pode vender abaixo do preço mínimo. Em vários outros países, se não existem compradores por aquele preço mínimo da avaliação, é permitida uma negociação particular para a venda das empresas. Isso não é permitido no Brasil.

Portanto, temos um processo de privatização altamente transparente, com todas as cautelas e salvaguardas. Inclusive, tem

sido criticado pela imprensa em geral e por outros setores que o processo brasileiro de privatização é muito demorado, está indo muito devagar, está sendo protelado; não há crítica de que seja apressado. Apenas os setores que são contra a privatização é que falam que o processo está sendo apressado, de maneira contraditória. O próprio Amir Khair falou que a privatização era para ser em novembro e não ocorreu; será em maio. Está havendo todo um processo onde se procura articular todas as negociações, dar todos os esclarecimentos para que a coisa seja o mais transparente possível.

Alguns criticam que está muito apressado, como ouvimos agora; outros – editoriais e jornais – que está muito devagar. Repito o que disse em uma comissão da Câmara dos Deputados: sou tomista. A meu ver, a virtude está no meio. Se tenho críticas pelo fato de que está sendo apressado e, de outro lado, que está sendo devagar, a virtude está na média, e o programa está em um bom caminho.

Um outro aspecto importante a respeito dos estudos atualizados, bastante discutido na Comissão e realmente a base de formulação dos estudos, deu-se em dezembro de 1992. No entanto, os consultores nos informaram, assim como a empresa – e temos documentação que pedimos e exigimos –, que durante o ano de 1993 não houve nenhum fato relevante que alterasse aquelas condições de dezembro de 1992.

Pelo contrário, os fatos que ocorreram durante 1993 foram no sentido de prejudicar a empresa, e a avaliação seria por um valor menor, ocasionando um prejuízo. Não houve nenhum fato relevante que pudesse alterar ou melhorar aquela condição estabelecida em dezembro de 1992.

Quanto à questão da EAC, achei muito estranha a reportagem da revista IstoÉ, porque a EAC é uma subsidiária integral; todos os seus resultados estão dentro do balanço da Embraer. É uma questão contábil. Portanto, não entendo o que a revista IstoÉ quis colocar. Mesmo com relação à questão da autocompra, porque 100% do capital da EAC é da Embraer. Claro que existem grupos econômicos, conglomerados, que fazem manipulações de resultados, pegam o resultado de uma e colocam na outra, mas isso tem algum impacto quando há sócios diferentes em uma e em outra; tiram o lucro de onde existem outros sócios e o colocam onde existe a maioria. Essas manipulações existentes são ilegais. A CVM está atrás disso, mas sabe-se que existe no Brasil e no mundo inteiro esse tipo de manipulação de resultado entre uma empresa e outra.

No caso da EAC, é 100% Embraer. É quase que um escritório de compras. Assim como há a EAC, também há a francesa IAI, se não me engano, um escritório de vendas, organizado em forma de empresa, subsidiária integral, com 100% do capital, por uma questão administrativa, pelo entendimento que se achou mais adequado. Não entendo o que se está procurando ver nessas circunstâncias.

As críticas da revista IstoÉ também me parecerem com certa falta de lógica. Criticaram-se as comissões, e, ao mesmo tempo, dizia-se que eram as comissões que permitiam a venda. A comissão é um escândalo, mas permite a venda. Depois, a retirada da comissão é que se torna um escândalo. A meu ver, a reportagem sobre a EAC ficou um pouco confusa.

A última questão que eu gostaria de abordar diz respeito ao pagamento de impostos ou não. Acredito – pelo menos é a minha informação, posso estar equivocado – que até 1989 a Embraer tinha grandes vantagens fiscais no Brasil. Inclusive na questão do Imposto de Renda, havia uma parcela dada à Embraer. Apesar disso, os dividendos recebidos pelo Tesouro Nacional, como está no edital, foram insignificantes. No edital, há os dividendos desde 1971; no entanto, verifica-se que os dividendos pagos pela Embraer foram bastante pequenos, com exceção de um ou dois anos.

Não era uma empresa de alta capacitação financeira, tanto que de 1989 a 1992 a União foi obrigada a fazer várias operações de relending, de conversão de dívida externa, para ajudar a Embraer. Antes de 1988 ou 89, não era do ponto de vista financeiro. Do ponto de vista tecnológico, não nego. Do ponto de vista financeiro, não era essa maravilha, não era uma empresa altamente rentável e muito bem administrada. Tinham grandes favores fiscais. Entendo que nessa questão do pagamento é que a Embraer tinha dispensa do ICMS do ICM, naquela ocasião, que se tornou ICMS e que, com a Constituição, passou a ser cobrado. Isso inviabilizou a venda para o setor doméstico brasileiro.

Se houver maiores informações, tenho a impressão de que, no caso de aviões, existe a mesma sistemática que no caso de qualquer outro produto importado; o tratamento tributário é o mesmo. Não sei se existe algo específico que penaliza a produção doméstica de aviões. Se houver, é o caso de se encaminhar imediatamente ao Ministro Rubens Ricupero essa informação, para que se providencie a troca. Acredito que, se depender de alguma posição legislativa, tanto o Senado quanto a Câmara imediatamente tomarão providências a respeito.

Procurei ver isso e não percebi nenhuma discriminação. Da mesma forma que se importa uma caneta, um relógio ou um automóvel, importa-se um avião. O tratamento é o mesmo. Não existe, que eu saiba, essa discriminação, essa perseguição tributária para venda de aviões no Brasil. O que houve, a partir de 88/89, foi uma redução bastante grande dos subsídios que eram dados para a indústria aeronáutica do Brasil.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, seria melhor que cada um expusesse seus pontos de vista e, depois, o debate se estendesse ao Plenário. Caso contrário, ficaremos aqui assistindo a um debate que poderia ser assistido pela televisão, e a participação da Comissão seria apenas de espectadora ou telespectadora, embora seja aqui ao vivo.

Devo dizer que o Dr. Amir Khair tem algumas razões no que diz respeito à importação de aviões.

Há uma lei que favorece a importação de aviões usados para taxi aéreo. São verdadeiramente importados livres de impostos. A partir daí, todos os aviões usados importados vieram para ser taxi aéreo, evidente. Isso é verdade.

É verdade também que, quando vamos privatizar uma empresa, temos sempre a sensação de que se deve modificar aqui, ali e mais aquilo, de que não precisa nem privatizar, porque já houve até época em que essa empresa deu lucro.

Dr. Montoro tem toda e absoluta razão quando diz que, num determinado momento, a Embraer não tinha isenção fiscal; tinha era incentivos fiscais ilimitados. Pegava-se um percentual do Imposto de Renda e jogava-se na Embraer, *lost fund*, fundo perdido. Jogavam-se lá milhões. E isso foi subtraído do Imposto de Renda, devo dizer, com a minha aquiescência, com a minha cumplicidade. Eu achava que estava correto. Eu pensava: vamos fazer o capital dessa empresa e vamos dar a ela o benefício que ela precisa para fazer o seu capital, para que ela possa desabrochar.

Lembro-me de que, quando foi privatizada a Usiminas – não sei analisar as empresas lá de fora, vejo até algumas com algum sucesso –, o único Parlamentar de Minas Gerais que teve o descaramento de assumir a responsabilidade de dizer que a privatização era necessária fui eu. Diziam: "Ah, mas ela dá lucro". Sempre deu lucro, só que o lucro que ela deu o ano passado foi inferior

ao Imposto que o Governo recolheu sobre esse mesmo lucro. Só isso.

Há um outro senão muito interessante, que não foi dito na época e que fica sempre às escondidas. Trata-se do fato de que o Ministro da Fazenda, quando queria controlar o ímpeto inflacionário, tabelava os aço planos, que eram produzidos pelas aciarias. Com isso, tivemos anomalia extraordinária.

E, por coincidência, nos últimos vinte e poucos anos, todos os Ministros da Fazenda pertenciam ao Estado de São Paulo e as aciarias de aço plano estavam em Minas Gerais. Então, o que acontecia? Abaixavam os preços para 60% do preço praticado externamente; perdíamos o ICMS. Também fizemos transferências de capital, nos últimos onze anos, em torno de 2 bilhões de dólares para São Paulo e Rio Grande do Sul, que são os maiores formadores de aço plano.

Na verdade, não deveríamos nem estar discutindo isso agora. O Plenário do Senado, para aprovar o relending de 425 milhões de dólares, impôs a seguinte condição: "colocaremos, se for para privatizar; caso contrário, não aprovaremos". Essa foi a condição que o Plenário impôs. Está nos Anais. Por quê? Porque sabemos que o sorvedouro são 425 milhões hoje; amanhã tem que honrar o aval, e quem é que vai pagar? E de onde se vai tirar esse dinheiro? Evidente que se vai tirar da educação, da saúde e de outros setores importantes.

Acho que o investimento inicial para a Embraer foi extraordinário – deveria ter sido feito –, mas deve-se privatizar a Embraer justamente para preservá-la. Ou o Governo dispõe dos recursos de que precisa, neste momento, a Embraer? Dispõe? Qual o Parlamentar que tem coragem, neste instante, de dizer que pode tirar 1 bilhão de dólares? E com menos de 1 bilhão de dólares ela não gira.

Devo dizer aos Srs. Palestrantes que, no passado, fui empresário. Visitei a Embraer mais de uma vez e tenho um avião Embraer. Excelente avião, gosto muito dele. Acho que a Embraer teve um momento extraordinário de vida, principalmente naquele momento em que recebia incentivos fiscais. Todos lembramos o preenchimento da declaração do Imposto de Renda. Estava lá: Embraer: 2,5% do Imposto de Renda. Foi quando houve um sucesso extraordinário, entrava dinheiro.

Estou de pleno acordo com o fato de que a Embraer tem tecnologia, tem técnicos da melhor qualidade. Tem tecnologia? Tem. As aletas do Boeing, fabricadas com carbono especial, são produzidas com tecnologia apropriada e competem internacionalmente. Se quisermos preservar isso, temos que privatizar. Simplesmente porque o Estado tem-se mostrado um mau gestor.

O Dr. Montoro dizia que a filial dos Estados Unidos tem 100% do capital. Mas o saláriozinho do chefe do escritório de lá é de 500 mil dólares/ano, um saláriozinho modesto de 500 mil dólares/ano.

Os nossos funcionários do Senado devem estar felizes em ouvir isso, porque foram "garfados" em cinco dias na virada da URV. "Garfados", pura e simplesmente. E não podem falar nada; se falarem, podem ser chamados de subversivos. Esses funcionários vêem que o dinheiro do imposto que eles pagam, às vezes, destina-se a engrossar o capital de empresas que pagamos seus funcionários salários de 500 mil dólares/ano. Enquanto isso, um professor universitário ganha quanto? Não vou chegar aqui ao ponto de perguntar quanto ganha um desgraçado, como o meu irmão, que leciona no primeiro grau. Não vou fazer isso. Não vou cometer essa inconfidência e nem causar escândalo a esta Comissão. Mas estamos falando de 500 mil dólares! O outro ganha só 100 mil dólares. Só 100 mil dólares!

Meus amigos, pouquíssimos executivos do mundo – John Reed e mais meia dúzia – ganham 500 mil dólares/ano. Se breca-mos essa anomalia, quem duvida que amanhã vai surgir outra? Por que a gestão de uma empresa deve ficar com o corpo dos acionistas, com os donos?

Ouvi o Dr. Amir Khair dizer que a empresa precisava ter representantes na direção. O Banco do Brasil, Dr. Khair, era exemplo de extraordinário gestor neste País. Mas agora houve uma invenção extraordinária, o Brasil está na frente inclusive da Rússia: existem auditores sindicais. Sabia V. S^a disso? Cada diretoria tem um auditor sindical. Sabe o que aconteceu com o Banco do Brasil? O Banco do Brasil quebrou a agricultura pura e simplesmente. Criou uma letra "A" e uma letra "B", em que faz algumas contas.

Padeço deste mal: sou agricultor, meu pai era, meus vizinhos são. Fui passar um final de semana na fazenda e ouvi de um vizinho: "Eu devia ao Banco do Brasil". E sabe por que ele devia? Porque teve frustração de safra. Mas tinha um seguro que se chama Proagro, que não é seguro agrícola, é seguro do banqueiro, porque só se pode fazer Proagro da parte que se financia. Quer dizer, é o seguro do banqueiro.

Esse vizinho, como o Proagro é administrado pelo Banco Central, não pôde pagar porque não tinha recursos. Ele entrou em dívida, com juros de inadimplência, mais juros, mais isso e mais aquilo. Cinco anos depois, recebeu o Proagro, com correção monetária. O senhor não acha que o Banco Central é extraordinário em pagar correção monetária? Enquanto isso, ele teve que pagar inadimplência, rompimento de contrato, mais isso e mais aquilo.

Muito bem! Por brincadeira, peguei um boletim do Banco Central onde constava o que ele recebeu do Banco do Brasil, coloquei juros de 12% capitalizado, e o total da dívida desse moço chegava a oitocentos mil dólares. Mas ele assinou um contrato, porque passou da letra "A" para a letra "B", de um milhão oitocentos e setenta mil dólares com o Banco do Brasil. Fomos discutir com a diretoria do Banco do Brasil Alegaram que ele havia passado da alínea "A" para a alínea "B". Foi uma reunião dos auditores sindicais, porque eles acharam que deveriam cobrar, penalizar a agricultura. Depois fizemos essas denúncias, a coisa estorou, e constituímos uma CPI para apurar o endividamento da agricultura.

Outras coisas interessantíssimas acontecem. Com isso, temos hoje o Banco do Brasil altamente rentável porque tem um representante dos trabalhadores lá dentro. Mas a finalidade principal para a qual o Banco do Brasil foi criado, que era o fomento da economia no interior, inclusive da agricultura, está inteiramente falida na mão do Banco do Brasil.

Na Praça Sete, em Belo Horizonte, montaram um Banco do Brasil. Escreveram Banco do Brasil e desenharam um agricultor, do tipo caipira, de barbicha, um biótipo desenhado pelo Monteiro Lobato, o Jeca Tatu. Ele sai correndo com um saco de dinheiro do Banco do Brasil enquanto eles dizem: "Pega ladrão! "E – é claro! – a TV Globo colocou como sendo os agricultores roubando o Banco do Brasil. Quer dizer, no Brasil, o agricultor é o ladrão do agente financeiro. E tudo isso foi criado por esses representantes extraordinários que inventamos aqui.

Na Rússia, havia os chamados comissários do povo. Aqui, é comissário do trabalhador da entidade. Quer dizer, é o corporativismo no último detalhe. E quem paga, Dr. Amir? Paga a população. Sou como V. S^a: acho que o dilema Privatizar ou estatizar" é falso pura e simplesmente. Acho isso absolutamente falso. Desculpe-me o Dr. Montoro, mas acho que está devagar demais.

Visitei a Alemanha. O raciocínio alemão é estúpido, mas vamos repeti-lo apenas para tentarmos perceber a astúcia daquele

povo. Eles pensam: você tem o marco, nós uma empresa para te vender. A Alemanha não quer ser dona de nenhuma empresa. No entanto, não abre mão de ser dono de nenhuma empresa. No entanto, não abre mão de ser sócio de todas. Ela tem 42% do PIB recebido em impostos. Então, ela é sócia de todas as empresas. Não tem esse negócio de Estado mínimo. Estado mínimo para mim é conversa de uma meia dúzia de empresários sabidos que querem esvaziar o Estado. Sou pelo Estado soberano, Estado forte, Estado alemão – 42%. Somos sócios de todas as empresas. Não queremos ser donos de nenhuma. Estado soberano, Estado que possa induzir o desenvolvimento.

Mas V. S^a também descreveu que, se vendermos a Embraer para uma multinacional, meia dúzia de brasileiros superinteligentes serão levados para os Estados Unidos, pois lá pagam um salário alto. As empresas que utilizam alta tecnologia funcionam assim, como a indústria automobilística, para citar um caso. Temos casos de estatais, por exemplo, que funcionam aqui. A Rhône-Poulenc é uma estatal francesa. O produto Rhodia é da Rhône-Poulenc. No entanto, o Dr. Edson Musa é Diretor do board francês; senta lá com 5 ou 6. Sabe, Dr. Amir, acho que o mundo está cada vez mais reduzido, que as fronteiras estão acabando. Gostei muito daquele depoimento que tivemos aqui, na

CPI da Evasão Fiscal. Joelmir Beting disse que a cada dia está mais difícil sabermos como fica a autonomia do País, mas ele hoje está consciente de que a autonomia virá e está cada vez mais se afirmando através da tecnologia.

Na medida em que continuarmos investindo na educação, esse mundo de dinheiro que investimos, com essa quantidade de pessoas fora da escola e achando que temos que acudir a Petrobrás, temos que acudir Embraer, temos que acudir não sei mais quem... E dinheiro para a educação: nada. Pelo contrário, faz-se é reduzir, como reduzir agora o pacote: 20%. Por quê? Devemos dar uma olhada no Orçamento – esse Orçamento que foi retirado do Congresso, veio para cá, voltou; é o chamado "orçamento-estilingue", que vai e volta; disseram-me que volta semana que vem, não o Orçamento de 95, mas o de 94. Justamente na época em que os Estados Unidos da América do Norte estão remetendo o Orçamento do ano de 1995 para o Congresso, vamos receber o deste ano – e veremos coisas extraordinárias, como, por exemplo, um bilhão de dólares para comprar navios para a Petrobrás.

Será que o povo brasileiro – o povo a que me refiro, Dr. Amir é o povo sem voz e sem vez lá do Vale do Jequitinhonha, do norte de Minas, do Nordeste do Brasil –, está sabendo que esse dinheiro que está sendo subtraído das suas escolas, da sua saúde está indo para estatais ineficientes? Será que estamos dando essa transparência para eles?

Concordo plenamente: não é uma questão ideológica. Privatizar ou estatizar não é uma questão ideológica, porque, se fosse, meu Deus do céu! O Muro de Berlim caiu em cima da esquerda que estava no divã e, até agora, ela não se recuperou. Acho que é uma questão de bom-senso.

Nos Estados Unidos, houve um terremoto e caíram uns pontilhões, e aqueles estultos estúpidos começaram a construir imediatamente os pontilhões. Com um detalhe: quem adiantasse o cronograma ganha um prêmio de US\$ 100.000,00 por dia. Um negócio extraordinário! Nós aqui teríamos feito uma CPI, uma averiguação, para saber por que caiu aquele pontilhão. Ora, quem é que não sabe? Será que as construtoras não sabem que era uma área de terremoto? Mas aqui temos de averiguar, averiguar, averiguar. Averiguar o quê? Será que não sabemos que estamos com 8 a 9 milhões de desempregados, que temos um déficit tremendo nas escolas, que não temos dinheiro para a saúde e que, apesar disso, este Senado aprovou 425 milhões de dólares de relending para a

Embraer? Mas com uma obrigação: de ser privatizada, para que esse sorvedouro pare. Será que isso nós não sabemos, ou temos de entrar na contabilidade moída, naquela miudinha? Mas, e se fizermos isso?

Tenho uma autocrítica agora para fazer. Uma vez defendi aqui que não se deveria privatizar – isso consta nos Anais – o Lloyd, que aquilo era um absurdo, porque tínhamos um patrimônio enorme, tínhamos que transportar carga, às vezes tínhamos que transportar cargas, às vezes, subsidiados. Havia a questão dos fretes internacionais, o valor das linhas era enorme. Tivemos uma grande batalha dentro do Congresso Nacional.

Aquela época, liberei um grupo que acabou vencendo, ou derrotando o Brasil. Agora estou sabendo que estão querendo privatizar o Lloyd. Será que alguém quer comprar? Qual é o prejuízo que o Brasil teve de lá para cá? O que estou dizendo está nos Anais do Congresso Nacional.

Outro dia, citei o caso da Mafersa. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o Sr. Jair Meneguelli e outros trabalhadores pediram-me para que não se privatizasse a Mafersa. O prejuízo foi de mais de 30 milhões de dólares, porque depois a empresa precisou ser privatizada. E quem pagou esses 30 milhões de dólares para o Orçamento? Nem eu, no caso do Lloyd; nem o Lula, no caso da Mafersa.

Se verdadeiramente precisamos privatizar, vamos privatizar.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Aproveito a oportunidade sobretudo para pedir esclarecimentos, uma vez que foi este o sentido do convite ao Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, Professor André Franco Montoro Filho, bem como ao Economista Amir Khair. Este, uma vez convidado e contratado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e também pelo Sindicato dos Engenheiros que trabalham na Embraer, teve oportunidade de fazer um estudo relativamente ao caso da Embraer.

Faço apenas uma observação ao prezado Senador Ronan Tito. Em relação ao texto da Resolução nº 30, relativa à privatização da Embraer, ou seja, à operação do relending, observo o seguinte: caso ocorra a privatização, o edital deveria ser apreciado e aprovado pelo Congresso Nacional, por sugestão do Senador Nelson Carneiro. É esse o sentido. Não há ali propriamente uma obrigatoriedade da privatização, muito embora naquele...

O SR. RONAN TITO – V. Ex^a me permite, só para um esclarecimento?

O SR. EDUARDO SUP LICY – Pois não.

O SR. RONAN TITO – O Senador Nelson Carneiro colocou essa observação. Trata-se de uma observação, porque a lei da privatização estabelece as regras; portanto, apenas um óbice colocado na questão do empréstimo não pode superar a lei. A lei diz que, para haver privatização, as regras devem ser obedecidas. No mesmo dia em que o Senador Nelson Carneiro fez essa observação, o Senador Jarbas Passarinho e eu tomamos o microfone e dissemos: "Estamos dispostos a aprovar o relending de 450 milhões de dólares, desde que a empresa seja privatizada." O Senador Nelson Carneiro fez essa colocação que está lá nos Anais. Mas a Lei da Privatização não exige.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Queríamos fazer um adendo. A Resolução nº 30, de 1º de julho de 1991, extrapola, porque pede que seja consultado o Congresso Nacional. Portanto, uma resolução do Senado está extrapolando a competência. Pedi-

mos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estudo sobre a legitimidade dessa resolução do Senado.

A Presidência da Mesa fez distribuir a todos os membros da Comissão, tanto titulares como suplentes, 54 exemplares do edital de privatização da Embraer, exatamente para que todos tomassem conhecimento da forma como foi feito este edital sobretudo por ele ser muito analítico.

O convite para esta reunião de hoje deveu-se a uma sugestão do Senador Eduardo Suplicy, que desejava trazer mais conhecimento para as duas partes: a parte que representa o Governo, o Presidente do Programa Nacional de Desestatização, e a parte contratada, como consultoria, pelos funcionários da Embraer, para prestar seus esclarecimentos e sua visão sobre a privatização.

A Presidência acredita que esta reunião elucidará opiniões, tanto da parte dos funcionários da Embraer como da parte do governo, para que os senadores possa ter conhecimento mais amplo na hora de decidir, na hora de dar o seu voto sobre o pedido de privatização do Governo.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – O Professor André Franco Montoro Filho mencionou a questão de que não importaria tanto a avaliação mínima que se faria do patrimônio líquido da empresa uma vez que o leilão resolveria isso. Será que essa afirmação sempre é válida? Se ela é válida, qual é a finalidade, nos diversos processos de privatização, de o BNDES e a própria Comissão considerarem como tão importante a avaliação mínima? Essa é uma primeira indagação de natureza teórica que eu... mas se quiser...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Até seria melhor. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Compreendo que, em um leilão, chegue-se a um valor que a todos os envolvidos interessaria. Mas qual é o propósito, então, de se ter uma avaliação mínima? Sobre esse tema, gostaria de completar a primeira pergunta. No caso, qual é a avaliação mínima que a Comissão de Desestatização chegou com respeito à Embraer? Se à luz de estudos, por exemplo, formulados pelos representantes dos trabalhadores, pelos sindicatos que apontaram outros valores, se, porventura, o BNDES ou a Comissão Nacional de Privatização chegou a examinar se não seria o caso de analisar o que foi apontado pelos economistas, dentre os quais o economista Amir Khair, se não houve algo que também deveria ser considerado?

Tendo em vista o valor estimado de patrimônio líquido, perguntaria: qual é esse valor? Qual a expectativa que tem a Comissão Nacional de Desestatização com relação ao que vai ser alcançado no dia do leilão? Se a data do leilão está confirmada para o dia 20 de maio ou se se está prevenindo algum adiamento, e em função de quais circunstância?

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Eu gostaria de começar pelo fim.

Do ponto de vista da Comissão não existe nenhuma expectativa de se alterar a data do leilão. Aproveito a oportunidade para me referir a essa resolução do Senado, que era do nosso conhecimento. Os consultores nos alertaram, e tivemos um parecer jurídico, no sentido de que essa exigência não tinha base legal. Não sou jurista, não sou advogado, não quero discutir isso. Falei recentemente com o Senador Humberto Lucena e S. Ex^a disse-me que encaminhou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que irá definir.

Exatamente em função disso que, logo que a Comissão deliberou sobre o preço mínimo, a modelagem, encaminhei à Presi-

dência do Congresso, ao Senador Humberto Lucena, a resolução da Comissão Diretora que fixa as condições da venda da Embraer. É um documento, Senador, até mais condensado, que, talvez – para a informação dos Senadores –, fosse mais importante do que esse edital que é bastante analítico, tem informações bastante amplas sobre a empresa, que são inquestionáveis do ponto de vista que é denominação social, capital e coisas do tipo. As coisas realmente deliberativas do processo estão naquela decisão da Comissão Diretora que estabelece todas as condições. É um documento menor que talvez facilite, dá mais informações condensadas aos Srs. Senadores.

Também decidimos publicar o edital porque, mesmo havendo essa controvérsia, na verdade, o objetivo final seria, realmente, o leilão, que só se dará em 20 de maio. Então, nesse tempo, poderia haver, e como certamente haverá tempo para dirimir essas dúvidas, de forma que não ocorreria, com a publicação do edital, nenhum prejuízo para as partes. Essa é a razão pela qual definimos o edital nessa data.

Então, com exceção desse problema, existem algumas questões negociais que estão sendo tratadas, mas estão indo relativamente bem, de forma que todas indicações são de que o leilão poderá acontecer no dia 20 de maio.

Não tenho nenhuma expectativa a respeito de preços, de ágio ou coisa do tipo. Espero vender. Se conseguir vender, já é uma vitória. Não espero goleadas. Acho que com dois pontos se vence, pois se ganha mesmo que seja de um a zero. Não é preciso ganhar de quatro a zero ou de quatro a três, como o time de V. Ex^a. Bastaria um a zero e estariam os dois pontos contabilizados. Não tenho nenhuma expectativa.

Com relação à avaliação, o valor total da empresa foi estimado em 510,3 milhões de dólares. Esse seria o valor econômico calculado a partir do fluxo de caixa, já retirados alguns ativos que estavam na Embraer que, na verdade, passariam para o Ministério da Aeronáutica. Ficou na Embraer uma dívida de valor nominal de 234 milhões de dólares, com o valor presente de 215; portanto, o valor de 100% das ações da Embraer, reduzida essa dívida de 215, seria de 295,3 milhões de dólares. Ao invés de dólares, vamos falar em reais, confiando na breve introdução do Real. Aproximadamente 60% desse valor é o valor do leilão. Dez por cento serão vendidos aos empregados, com um subsídio de 70%, pago por quem comprar. Trata-se de um subsídio cruzado, de forma que não há avaliação com relação ao preço mínimo e 10% serão colocado em oferta pública de acordo com a modelagem.

Eu não tenho conhecimento da outra avaliação feita. V. Ex^a, num telefonema, havia se referido a essa questão. Não recebi nenhuma avaliação. Devo esclarecer que essa avaliação não é feita por mim nem pela Comissão Diretora. Segundo determina a legislação, é feita por duas empresas de consultoria tratadas mediante licitação pública, com especialistas que fazem todo o levantamento, que têm acesso a toda a documentação da empresa. As informações são fornecidas pela empresa e acompanhadas pelo BNDES e, depois, discutidas numa reunião da qual participaram os representantes dos empregados, das empresas, do Ministério da Aeronáutica, consultores técnicos do BNDES. Nessa discussão, a posição da Comissão Diretora é aprovar ou não os laudos de avaliação.

A opinião unânime foi a de que os laudos de avaliação, as projeções de fluxo de caixa e de condições são adequadas aos dados que nos foram encaminhados, inclusive com a concordância dos administradores da Embraer, do Ministério da Aeronáutica. Acredito que os trabalhadores não fizeram grandes ressalvas a respeito dos dados que lá foram apresentados.

O processo de avaliação – e refiro-me ao preço mínimo e ao leilão – como V. Ex^a sabe muito bem, sendo um doutor em economia, é um estudo de futurologia. Para se avaliar, segundo a metodologia universalmente aceita, quanto ao fluxo de caixa descontado da empresa, é necessário calculá-lo para os próximos dez, quinze ou vinte anos.

Torna-se necessário, então, saber a posição da empresa, da indústria, do País, do mundo, como se desenvolverá a demanda no mundo, o comércio internacional, a tecnologia, as inovações e uma série de elementos extremamente subjetivos. É impossível eles serem afirmados com segurança. São hipóteses abalizadas de especialistas. Inclusive, estudos do mais alto gabarito são consultados para que se chegue a essa definição do fluxo de caixa. Mas não deixa de ser um exercício, por mais competentes que sejam aqueles que o realizam.

Da mesma forma, como eventuais compradores, também irão fazer esse exercício e estimar qual o fluxo de caixa, os retornos, os resultados da empresa. Para isso, vão ter que ter idéias a respeito de como se comportará a empresa, o setor, a indústria no Brasil e o no mundo, os concorrentes, para saber a sua avaliação. Nesse sentido, é um valor, um intervalo de confiança que tem um componente de incerteza que é abordado.

Qual a função do preço mínimo? Em muitos países, como já comentei, esse preço mínimo é o referencial. E se não houver quem compre a preço mínimo, a Comissão Diretora tem oportunidade de vender a um preço menor. O Senador Ronan Tito ficou entusiasmado com o caso da Alemanha. Lá é assim: esse preço mínimo é depois negociado e se pode vender abaixo dele. A legislação brasileira não permite. Qual a razão – e acredito que isto tenha um fundamento correto – e aí, rigorosamente, o processo de leilão garante o segundo melhor preço, algo fácil de ser explicado. Porque, se se entra no leilão, mesmo que alguém esteja disposto a pagar 150, na hora dos lances, se o concorrente sugere 110, a outra parte sugere 115, e ele sugere 120 e aí pára, claro que não ofereceria 150, mas 125.

Assim, foi garantido o segundo melhor preço. Isso é algo que, ao menos na literatura sobre leilões que andei consultando, fica claro. Garantindo-se o segundo melhor preço não é impossível garantir o melhor preço, tanto em negócios privados quanto em negócios públicos, porque na negociação existem estratégias do comprador e do vendedor.

Dentro dessas estratégias o que ocorre é que muitas vezes a diferença entre o maior preço e o segundo melhor preço é substancial, porque existem grupos ou interessados que têm o maior interesse naquela empresa na medida em que existe uma sinergia, são pessoas do ramo, que poderiam completar suas atividades com aquela empresa que está sendo privatizada de forma que a diferença entre o preço que eles estariam dispostos a pagar e o segundo melhor preço seria razoável. Nesse sentido, a fixação do preço mínimo, segundo esses critérios e essa metodologia, procura, ou procura garantir, que se tenha algo próximo ao que seria esse melhor preço. Esta é a razão. Em vários casos observamos que, onde houve leilão e só houve uma oferta, o preço mínimo foi muito importante.

Faz-se necessário lembrarmos entretanto, que em outros casos não houve oferta, ou seja, erramos para mais. Assim, o preço mínimo fixado pela Constituição era maior do que o maior preço que algum grupo estaria disposto a comprar. Nesses casos, conforme apontei, dada a subjetividade envolvida, é impossível "acertar-se na mosca". Procuramos, todavia, sempre fazer a melhor avaliação, de forma a garantir algo próximo do melhor preço possível de venda, garantindo sempre que, pelo procedimento, o segundo melhor preço será sempre garantido.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Professor André Franco Montoro Filho mencionou que, em princípio, não tinha convicção sobre a oportunidade de privatização da Embraer e acabou sendo convencido disso – não lembro se disse aqui, mas o disse no diálogo com o Ministro da Aeronáutica e comigo – pelo referido Ministro.

Gostaria de ouvir de V. S^a, nobre Professor, os argumentos que o levaram à conclusão de que seria adequada a privatização com referência aos argumentos apontados no diagnóstico pelos Srs. Amir Khair, Laura Calabi e Lúcia Aparecida de Sousa, especialmente porque sintetizaram, ao final, medidas que poderiam recuperar a Embraer como alternativa.

Vou rapidamente citar, resumizando, para que possa V. S^a fazer uma avaliação do porquê da inadequação de uma e da adequação da privatização. Vou recordar aqui, porque o Sr. Amir Khair mencionou alguns deles. Por exemplo: a eliminação dos impostos internos, isonomia internacional, a redução da comissão da IAC de 12% para 7%, mudanças na comercialização, redução geral de 10% nos custos, gestão de compras, estoques e pessoal, aumento do giro dos estoques, a regularização progressiva no pagamento de fornecedores, a capitalização de US\$70 milhões, a renegociação das dívidas – com prioridade a IDC e debenturistas, a negociação do passivo trabalhista, com pagamentos a partir de 1997; a venda de ativos não essenciais; a forte redução nos custos fixos da IAC; a retomada dos incentivos à venda na IAC; a participação dos trabalhadores na direção, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal; campanha para o apoio e retomada do desenvolvimento da Embraer; e o estabelecimento de relações efetivas com o Governo Federal; e, concluindo, a criação do Conselho Consultivo da Embraer, formado pela direção da Empresa, Ministério da Aeronáutica, Executivo e Câmara Municipal, trabalhadores e empresários, através de entidades representativas. Qualquer que seja o responsável pelo saneamento da Empresa deverá, inclusive, levar em conta alguns desses elementos. Outros seriam próprios de um esquema alternativo de controle pelo poder público.

À luz dessas sugestões, pergunto se V. S^a não considera que elas seriam suficientes, adequadas à recuperação da Embraer. Por que, ouvido o Ministro da Aeronáutica ou a direção da Embraer, V. S^a avaliou que esse caminho da privatização seria o mais adequado?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Sr. André Franco Montoro Filho.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Não foi possível tomar nota e relacionar todos os itens apresentados, mas, pelo geral, parece-me que são exatamente aquelas condições pensadas nos estudos da consultoria para o cálculo do fluxo de caixa existente.

Com exceção da questão da capitalização, a qual me reportarei posteriormente – não se, especificamente, se a comissão é de 12 para 7, algo do tipo –, há vários elementos que fazem parte do cenário previsto pelos consultores, na expectativa de que o grupo privado assim procederá: redução eventual de comissão, redução geral de 10% dos custos, uma gestão mais flexível, renegociação de dívidas, de passivos trabalhistas, providências que, certamente, o grupo privado que irá assumir terá de tomar.

O que me convenceu e me foi mostrado pelo Ministério da Aeronáutica e pelo próprio Presidente da Embraer que essas medidas seriam impossíveis se tomadas enquanto a Empresa pertencesse ao Governo. Isso sem falar no ponto principal, a capitalização

de 70 milhões de dólares, tão bem apresentada pelo Senador Roman Tito. Pela penúria de recursos existente, penso que seria muito difícil a aprovação dessa entrada de recursos na Embraer.

Esse é um ponto importante que me esqueci de comentar. Em todos esses ajustes prévios existentes, o saneamento financeiro feito nas empresas para privatização, que me recorde, em nenhum caso é colocado dinheiro novo nas empresas, mesmo nas capitalizações, o que é feito é executado com as dívidas, que já são da empresa, e, portanto, dívidas velhas, dinheiro velho. Em nenhum processo de privatização foi colocado dinheiro novo para a venda da empresa e, sim, transfere-se a dívida da empresa para outro órgão do Governo – dívida que já era do Governo, uma troca dentro da União, de um setor do Governo para outro. Logo, dinheiro novo não é colocado, o que seria muito difícil.

O Presidente da Empresa, Coronel Ozires Silva, do Ministério da Aeronáutica, do Ministro Batista, Chefe do Departamento de Pesquisa da Aeronáutica e Presidente do Conselho de Administração da Embraer, argumentaram fortemente que medidas nessa direção precisam ser tomadas para o salvamento da Embraer, que essas medidas não poderiam ser tomadas enquanto a Embraer fosse empresa pública, pelas restrições usuais existentes e do conhecimento de todos para essas medidas, fora a questão financeira que, também, o Estado não tem recursos para investir.

Por outro lado, é importante ressaltar que – o que foi demonstrado muito bem pelo Ministro da Aeronáutica, pelo Presidente da Embraer e pelo Presidente do Conselho de Administração – no Mundo inteiro os governos sempre apóiam a indústria automobilística através de compras e isto tem prejudicado a Embraer. Acredito que num futuro muito próximo será difícil que o Estado brasileiro tenha condições de retomar essas compras. Em todo caso, na própria análise feita desse fluxo, supõe-se que essas dificuldades financeiras do Estado brasileiro possam vir ser superadas, de forma que o Estado possa vir a ser um bom cliente na parte militar da Embraer.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço que o Deputado Ernesto Gradella possa fazer perguntas nesta Comissão após as indagações dos Srs. Senadores, já que tem estudado muito este assunto.

Ainda tenho uma pergunta, Sr. Presidente. A imprensa informou hoje que ontem foi um dia de visita aos potenciais interessados na Embraer e que apenas a direção da Sistel, empresa que administra os fundos dos empregados da Embratel, teria tido interesse em verificar a empresa. Sendo assim, formulo as perguntas da seguinte forma: a Comissão Nacional de Desestatização tem conhecimento de um número significativo de potenciais interessados na privatização da Embraer? Se o que está veiculado na imprensa é sinal de falta de interesse, o que teria levado a isto? Que razões levaram a Comissão Nacional de Desestatização, neste caso da Embraer, a limitar a participação de acionistas estrangeiros em 40%?

Gostaria ainda de formular ao economista Amir Khair a seguinte pergunta: se for efetivada a privatização da Embraer, do ponto de vista dos trabalhadores que, inclusive, pediram que fosse feito estudo, que recomendações poderia ter o Congresso Nacional no sentido de preservar interesses dos trabalhadores? Que ações preventivas deveríamos ter a esta altura?

Sr. Presidente, pergunto ainda se a Comissão Nacional de Desestatização pode encaminhar cópia dos estudos, para consulta dos Srs. Senadores, relativamente à avaliação da Embraer ou se se trata de algo extraordinariamente volumoso, se a Comissão pode ir ao BNDES?

Penso que seria adequado que a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos recebesse cópias desses estudos de avaliação e os colocasse à disposição de todos os membros.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Não há dúvida nenhuma. Os estudos no caso da Embraer não são tão volumosos, de forma que...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, gostaria de requerer que fossem colocados à disposição da Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Tão logo chegue às nossas mãos, passaremos às mãos de todos os membros da Comissão.

Com a palavra o Dr. André Franco Montoro Filho.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Respondendo à questão de V. Ex^a, digo que os jornais que li hoje não informavam sobre isto, mas o Dr. Osires está aí e pode prestar um esclarecimento da reunião técnica, já que é o chefe do consórcio encarregado do preço mínimo.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Sr. Osires. Peço que o senhor se identifique.

O SR. OSIRES MENDES RIBEIRO – Meu nome é Osires Mendes Ribeiro, sou coordenador do Serviço B, da privatização da Embraer, sou da Projeta Consultoria Financeira, líder de uma associação formada pela Iacopori, uma empresa de engenharia de São Paulo, o Banco ARBI, e assessorada, na elaboração dos estudos de mercado, pela Avimac, uma empresa de consultoria internacional de aviação e, nos aspectos jurídicos, pelo escritório do Professor Arnoldo Valdi.

Respondendo à pergunta sobre o problema da expectativa de compradores no leilão, que é efetivamente uma pergunta que está sempre na cabeça de todos os interessados na privatização da Embraer...

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Só um esclarecimento: o Serviço B, de acordo com as regras, é o encarregado de fazer estas audiências técnicas, estas consultas e, sob certos aspectos, estimular compradores.

O SR. OSIRES MENDES RIBEIRO – ... desde os trabalhos que foram desenvolvidos à época em que a Embraer foi colocada em PND, em janeiro de 1992, sempre tivemos muitos consultores e bancos de investimento estrangeiros procurando contato com os consultores no sentido de saber o desenvolvimento do processo de privatização.

Na reunião técnica que fizemos na Bovespa, há uma semana, tivemos a presença de cerca de 45 representantes de bancos estrangeiros, de fundos de pensão e grupos empresariais brasileiros.

Apenas tentando fazer um julgamento para essa pouca audiência na visita pública ocorrida na Embraer, eu poderia admitir que, por ser ela uma empresa de grande *charming*, normalmente já é conhecida pelas pessoas interessadas. Trata-se de uma empresa de capital aberto, bastante visitada, e a maioria dos efetivamente interessados em comprá-la já conhece as suas instalações.

Talvez seja essa a razão de não ter havido uma grande audiência. Mas temos sido insistentemente contratados por diversos grupos estrangeiros, que, obviamente, estão interessados no andamento do processo. A partir da publicação do edital, houve uma queda nessa procura, porque agora estão tentando digerir o seu teor. Essa é a informação que eu teria a passar.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Obrigado.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – A última parte era a questão dos 40% de participação estrangeira. Pela legislação, a decisão de aumentá-la para 100% é do Presidente da República, portanto, do Executivo; não é da Comissão. Então, foi encaminhada ao Presidente da República a decisão da Comissão

Diretora sem nenhuma restrição ao capital estrangeiro. O Presidente da República, ouvindo o Ministro da Aeronáutica, fixou esse nível de 40% do capital votante como limite máximo da participação do capital estrangeiro, o que, aliás, determina a lei. É essa a decisão da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao Dr. Amir para responder às indagações do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. AMIR KHAIR – Em primeiro lugar, queria esclarecer sobre a questão dos estudos a e b, que o Senador Eduardo Suplicy solicitou para esta Casa. Na realidade, os sindicatos e nós mesmos solicitamos que esses estudos viessem através da direção da Embraer, que se comprometeu em nos fornecer esses dados. Mas, segundo as últimas informações que temos, nem a direção da Embraer tem esses estudos. Estou colocando isso apenas por uma questão de transparência. Ou a direção da Embraer não quer passar esses estudos para nós – e precisamos entender por quê –, ou a relação da direção da Embraer com o BNDES é mais complicada do que está parecendo.

Estou falando isso porque existe um ponto bastante importante e o mencionarei aqui: o preço de venda está muito ligado à questão da previsão de vendas na empresa nos próximos dez anos. E esse montante foi anunciado pelo Presidente da Embraer aqui nesta Casa, ou na Câmara, não me lembro bem; mas li o discurso, o pronunciamento do Presidente Ozires de que a previsão de vendas da Embraer é da ordem de 10 bilhões de dólares. Essa é a primeira informação. A segunda informação é a de que a direção da empresa, sucessivamente, foi abaixando a sua previsão de vendas até que praticamente empatou com a previsão de vendas feita pelas consultorias a e b, que é da ordem de 6 bilhões e pouco. Recentemente, nesse contato da direção da empresa, através do seu diretor financeiro, no Bovespa, diante dos possíveis pretendentes, a informação que foi transmitida é a de que as vendas da Embraer, nos próximos dez anos, seriam da ordem de 14 bilhões de dólares.

Estou colocando isso, porque não é apenas um exercício de futurologia, é claro que há critérios que são discutidos tecnicamente quando se analisa o preço de um negócio, mas é fundamental para esta Casa e para a sociedade que haja um aprofundamento de informações sobre essa questão, porque se trata de patrimônio público, mesmo que seja para privatizar. Estou falando isso, porque discordo muito do pseudoprocesso de abertura democrática ou de informação que existe, não só na questão da privatização, como no Estado brasileiro de uma maneira geral.

Esta Casa desconhece o que acontece com as suas estatais. Salários de 500 mil dólares na IAC não são situações simples ou coisas de somenos importância. Esta Casa desconhece o que se passa nas estatais; esta Casa não teve acesso, não pôde analisar os estudos a e b, que são a base de avaliação do negócio. Coloco isso porque não sei como são os estudos a e b. Eles podem ser perfeitos, corretos tecnicamente e perfeitamente defensáveis, mas é importante que isso venha à discussão.

Outra questão que acho importante esclarecer é a de que, quando foi mencionado 31 de dezembro de 1982 como data-base de avaliação, pela informação que nos foi trazida dos representantes dos trabalhadores que estavam, nesse dia, reunidos no BNDES, na Comissão de Estatização. O argumento utilizado é que se fosse atualizar a informação levaria dois meses, o que atrasaria o processo de privatização. Então, argumentou-se que isto poderia causar problema junto ao Tribunal de Contas da União.

Quero abordar essas questões por entender que, na medida em que expomos com clareza as informações, não temos que temer nem o Tribunal e muito menos qualquer indagação de caráter técnico, desde que se queira fazê-lo com seriedade.

Entendo que existem etapas que devam ser respeitadas. A pressa ou lentidão de um processo está na razão direta entre a efetiva transparência. Quando digo efetiva transparência, entendo que a imprensa é parte ativa nesse processo. Aliás, o Estado brasileiro e suas estatais estão nessa situação de total caixa-preta. Por causa disso acontecem os descabimentos, porque não é permitida a presença da imprensa em questões centrais. As razões, não sei para quê. Defendo esse ponto de vista porque entendo que temos de ser claros quanto ao que queremos em relação ao Estado. Se queremos um Estado que dê satisfação à sociedade e que as pessoas, como muito bem lembrou o Senador Ronan Tito, possam estar bem informadas do que acontece com as estatais, com as quais a sociedade tem ônus por sustentá-las, nesse ponto é importante que, em primeiro lugar, tanto o Congresso quanto a imprensa sejam altamente bem informados. Caso contrário, continuaremos brincando na feitura de processo de privatização e também na manutenção de uma situação de estatização totalmente insustentável para uma grande maioria de casos das estatais brasileiras.

Com relação a preço mínimo, gostaria de acrescentar ainda algumas questões. Primeiro, é importante ver se nos estudos a e b foram consideradas algumas medidas de caráter saneador, como, por exemplo, a questão da Comissão da EAC; se foram consideradas também medidas do ponto de vista de algum tipo de racionalização da empresa; como fica a questão dos impostos; como são as regras de relacionamento entre a matriz e sua filial; o porquê da taxa considerada como desconto. Penso que esse é um problema sério, pois cremos que o que desvaloriza efetivamente a avaliação é a taxa considerada para efeito de desconto. Observei, nos estudos que fiz, que essa taxa é aproximadamente da ordem de 14 ou 15% ao ano, quando, na realidade, as quinhentas maiores e melhores empresas brasileiras operam com 10%. Gostaria de entender a razão e o porquê desse valor mudar tão bruscamente e saber qual o critério usado, depois dos dez anos, para a perpetuidade – cálculo do valor presente – e outras questões de caráter mais técnico, e que se tivermos a oportunidade de participar, gostaríamos de fazê-lo nesse processo de avaliação.

Mas o fato é que as premissas apontadas no nosso trabalho, e considerando não o saneamento financeiro de 700 milhões de dólares aproximadamente que o Tesouro Nacional teria que fazer, mas um saneamento que poderia ser da ordem de 70 milhões de dólares, portanto 1/10 do valor, permitindo a vida da empresa. Essa questão do Tesouro Nacional não está clara para nós e gostaríamos de entendê-la, porque um dos mais importantes argumentos é que a privatização tem como fim avaliar o Tesouro. Não sei se, de fato, é esse o critério que está ocorrendo na relação das estatais com o Governo. Gostaria realmente que esses pontos fossem abordados.

Foi lembrado pelo Senador Ronan Tito que o Orçamento – na realidade uma peça de ficção em nosso País – nem sequer está no Congresso, quando já estamos na metade do ano. Quero saber, nesse Orçamento, qual a parte da Embraer e se ela está compatível com esse esquema de privatização.

Enfim, há uma série de indagações que, creio, não podem escapar do conhecimento e do debate desta Casa e do Congresso Nacional, assim como não podem passar despercebido na sociedade.

Com relação à questão da EAC, entendo fundamental distinguir – embora seja 100% da Embraer, pois, na medida em que se dá o lucro naquele país, efetivamente os recursos são transferidos para o fisco americano. O que foi referido pelo Dr. André Franco Montoro Filho, aqui, no sentido de que o Governo brasileiro ter recebido dividendos talvez menores, quem sabe, seria possível atribuir como uma das razões a relação de uma comissão, que sempre foi muito alta, chegando até a 18% – se não me falha a me-

mória –, em algumas ocasiões, essa passagem de recursos. Isso foi dito pela direção da empresa.

Cito esse assunto porque, na medida em que aprofundarmos um pouco mais, saindo da formalidade para a questão essencial de mérito, as coisas vão mudar. Fora isso, a vantagem fiscal que a Embraer teve, Senador, em todo esse processo, está contabilizada na empresa como algo em torno de 100 milhões de dólares.

O SR. RONAN TITO – Dólar de quando? A inflação do dólar de 1970 para cá é de mais ou menos 400%.

O SR. AMIR KHAIR – Está no balanço da empresa. No momento não sei responder a V. Ex.^a de que ocasião é o dólar. Esse é um dado interno da empresa e refere-se a 100 milhões de dólares.

Eu acrescentaria o seguinte: na indústria aeronáutica do mundo inteiro, todos os governos, sem exceção, fornecem condições absolutamente ímpares às suas empresas, com proteção às mesmas; porque cerca de 60% das vendas da indústria aeronáutica no mundo são feitas aos próprios governos. A Direção da Embraer tem um trabalho muito bom sobre isso, mostrando a atitude de governo a governo, como é que funciona. Na medida em que o Governo brasileiro discriminou a sua empresa, como discrimina as suas estatais – se V. Ex.^a quiser podemos aprofundar esse debate, começando pela Petrobrás, que é a primeira empresa –, veremos que as coisas são muito diferentes. Penso que, na medida em que isso vem a público, vem para um debate, não se processam mais essas questões de prejudicar ou de beneficiar, ou seja, passa-se a exigir da empresa uma administração profissional. Não me convenço de que é impossível administrar-se uma estatal. Se for isso, todas fecham. E fecha o Governo. Não só a estatal, a administração direta tem também amarrações, às vezes até mais complicadas do que a estatal. Quem participa do setor público e já esteve na administração direta e na indireta sabe perfeitamente disso, que as estatais têm desamarrações muito maiores do que tem a administração direta.

Com relação à Usiminas, Senador, não conheço a sua situação. Mas, pelo que entendi da sua colocação, há um montante da ordem de 2 bilhões de dólares, que vieram a título de subsídio na questão de preço.

O SR. RONAN TITO – Vou explicar a V. S.^a Durante os onze anos que antecederam a privatização da Usiminas, deprimiram os preços mínimos, porque era estatal. Tenho registrado aqui um discurso que fiz quando o Sr. Dilson Funaro era Ministro. Estávamos praticando o preço do aço em 55% do que era praticado na Coreia, no Japão, nos Estados Unidos e na Alemanha. Mande fazer uma pesquisa nesses países; utilizei o preço interno que se praticava lá e fiz o preço interno daqui, e aqui se praticava 55% daquele preço.

Ora, o ICMS era recolhido sobre aquele preço. E os recursos gerados que poderiam ser reinvestidos, não o eram. Por quê? Porque isso era transferido para São Paulo e para o Rio Grande do Sul, que são os dois Estados que mais formatam o aço plano, aqui fabricado. Quando eu questioneei da tribuna – isso tudo está nos Anais – o porquê dessa depressão, o primeiro argumento que nos deram foi o seguinte: "O Brasil está interessado em exportar automóveis e precisa dar um subsídio para as chapas para ver se compete no mercado externo". Fiz um levantamento de quanto custava a chapa na montagem do carro e obtive como resposta que era menos de 5%. Aí, constatei que o problema era de cara-de-pau mesmo, e as estatais estão à mercê disso.

Também não acredito que a estatal seja o paraíso da irresponsabilidade administrativa. Temos, para que todos saibam, a Companhia Vale do Rio Doce, um exemplo de estatal. E por quê? Ela compete externa e internamente.

Não compartilho da idéia de privatizar a Petrobrás. Tenho ainda em mente o slogan: "A Petrobrás é nossa". Eu era estudante naquela época e participei desse movimento; não penso que estivesse errado, nós precisávamos da Petrobrás. Porém, deixar a Petrobrás como um Estado dentro do Estado... O Dr. Itamar está louco para saber quanto ganha um diretor da Petrobrás, mas não tem acesso ao dado. V. S^a tem toda razão com respeito a essa caixa-preta de que falou esse tempo todo. Até hoje, não conseguimos essa transparência. A Mesa faz o requerimento, que é enviado à Presidência da República. A Presidência da República manda-o para a empresa que acaba, na verdade, não fornecendo as informações requisitadas. Isso é chamado de crime de responsabilidade. Mas responsabilizar quem?

Sabemos dos cartéis que existem hoje no Brasil para vender a Petrobrás e outras empresas. Tudo isso criado por quê? Porque temos um Estado dentro do Estado. Por que a Petrobrás vai obedecer ao Governo Central, se ela tem o monopólio? É dela! Sou pelo monopólio do Estado, pelo Estado forte! O monopólio é meu, e eu o concedo à Petrobrás. Aí, vamos brigar. Penso que até poderemos ter uma briga boa. Mas pegar uma empresa, como essa daqui... Telecomunicações – o que está acontecendo com o Brasil hoje? É um crime que brada aos céus! Repito, também: penso como V. S^a Não entendo que esse negócio de lema seja falso, privatizar ou estatizar, mas também não dou o direito à Petrobrás de quebrar a indústria alcooleira brasileira pelo simples fato de que a Petrobrás é nossa e o álcool não é nosso, que é o programa mais extraordinário que apareceu. Dizia-se, na época, que o álcool só competiria a 40 dólares. Hoje, o petróleo está no mercado de exportação a 14,55 dólares o barril, e o álcool está competindo.

Então, é isso – é competir, é criar condições; e uma coisa em que V. S^a tem insistido: transparência! Mas o Congresso Nacional ainda não conseguiu de qualquer estatal essa transparência. Vamos ver se V. S^a e os outros que estão aqui nos ajudam e nos concedam essa transparência tão importante para o povo brasileiro.

O SR. AMIR KHAIR – Agradeço, Senador, os seus esclarecimentos. Entendi corretamente a sua colocação, no seguinte sentido: na medida em que a estatal pratica um preço artificial, que não tem relação alguma com o preço internacional, ela está, efetivamente, subsidiando o setor industrial, no caso...

O SR. RONAN TITO – E o imposto cobrado é mais baixo.

O SR. AMIR KHAIR – Mais baixo. Ou seja, prejudica o Estado; talvez, com o IPI, prejudique o próprio Governo Federal.

Coloco isso porque sou daqueles que entende que a principal relação econômica das estatais se dá não em termos de economia de mão-de-obra; pode-se economizar mão-de-obra. Pode-se discutir, existem inchaços etc. Mas o principal valor agregado nas estatais está na sua relação de insumos e nos seus preços de venda.

Não vejo nenhum estudo que fale sobre a questão de privatização, de estatização, que aborde isso. Tenho lido estudos sobre isso e essa questão ou é de desconhecimento técnico no País ou é uma questão que, não sei o motivo, não vejo à tona. No entanto, sei, com certeza, que as relações fundamentais entre estatal e setor privado se dão através de relação de preços entre, normalmente, grandes grupos econômicos estatais. Tem-se então a transferência efetiva de renda.

Quando se for analisar a estrutura de preços da Petrobrás, ditada, estabelecida, pelo Departamento Nacional de Combustível, ex-CNP, vamos tomar alguns sustos. Coloco isso porque, na realidade, seria importante ter parâmetros internacionais, avaliações, estudos, aprofundamentos, para se entender um pouco melhor por que uma empresa pode dar lucro e por que não. Coloca-se um pre-

ço bom numa empresa, saneando-a do ponto de vista administrativo, estabelecendo regras... Mas, para isso, não acredito...

O SR. RONAN TITO – Mas, Dr. Khair, o questionamento é esse: consegue-se isso, permanentemente, numa estatal?

O SR. AMIR KHAIR – Creio que sim.

O SR. RONAN TITO – Conseguem-se lapsos. Se a administração é boa, vai bem. Vem outra administração, incha. Isso é sazonal. Desgraçadamente, a história nos ensina isso.

O SR. AMIR KHAIR – Senador, V. Ex^a tem toda razão no que vem acontecendo até hoje. Existem raras exceções, como a Vale do Rio Doce e talvez outras estatais. Mas, na medida em que a sociedade possa ter acesso às informações – o que não ocorre hoje, pois, se este Congresso não tem, muito menos a imprensa. Na medida em que exista a presença de entidades técnicas indicadas pela sociedade, garanto a V. Ex^a que mudará radicalmente o quadro. Estou falando de entidades técnicas, não de pessoas que não tenham competência para estar lá participando de um conselho de administração, de um conselho fiscal ou da diretoria de uma empresa. Insisto sobre isso, porque o que falta nesse tabuleiro de xadrez é a presença institucionalizada da sociedade dentro das suas estatais.

E a primeira coisa que virá à baila são os preços públicos. Por que o preço da nafta na petroquímica? Por que o Fundo de Garantia ficou, durante vinte e três anos, levando três meses para começar a contar correção monetária? O floating bancário, ou seja, o dinheiro que fica em poder do banco, era de 42 dias. Era a maior vergonha nacional; isso não é do conhecimento da sociedade, tendo acontecido durante vinte e três anos.

O SR. RONAN TITO – Isso foi denunciado, todo mundo sabe disso. E não era só o Fundo de Garantia, mas também o INPS; tudo isso vem sendo consertado. Esse problema é oriundo da ditadura.

Descobri que a esquerda brasileira e a ditadura militar têm uma coisa em comum: são estatizantes, e pensam que é só consertar que dará tudo certo. Houve uma época em que até me considerei de esquerda – aliás, chamavam-me disso. Hoje, se me chamarem assim, eu brigo, porque ela virou corporativista e mantenedora do status quo. Pelo amor de Deus, quem está pagando essas mazelas que estão aí? Não, mas vamos consertar. Calma, vamos arrumar, pode deixar, vamos arrumar empresa por empresa, e todas elas vão ficar transparentes nesta geração.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Dr. Amir, gostaria que V. S^a concluísse.

O SR. RONAN TITO – Desculpe, Dr. Amir, mas estou deixando a política por causa da minha ansiedade. Estou vendo que ninguém quer mudar nada, todos estão satisfeitos com o que está aí, e que isso, do jeito que está, serve principalmente a alguns partidos políticos, porque vão navegando muito bem. Todo mundo já descobriu que algumas coisas têm que ser feitas, só o Brasil que não. Discutimos, discutimos, mas não fazemos nada.

O SR. AMIR KHAIR – Finalmente, para concluir, vou tentar responder à pergunta do Senador Eduardo Suplicy.

Senador, em primeiro lugar, acredito que o processo de privatização da Embraer não esteja na sua etapa final, penso que tem ainda muito a caminhar. Não compartilho da mesma avaliação do Dr. Franco Montoro Filho com relação à data de 20 de maio.

Entendo que existe uma etapa ainda a ser percorrida. Reflito isso porque a própria direção da empresa nos dá algumas informações com relação às etapas que têm que ser vencidas. Há um monte de problemas pelo caminho. Fora isso, acredito que, se os

estudos forem efetivamente dados a público e houver possibilidades de uma análise, as questões podem assumir uma análise mais detida, enfim, alguma coisa mais séria para que, pelo menos, esse patrimônio, ao ser transferido de proprietário – eu gostaria que fosse transferido de proprietário; existe a possibilidade de fundos de pensão também participarem desse processo, nós aumentamos essa possibilidade –, mantenha-se a direção do País. Pode ser de uma forma pública, mas que se mantenha no País.

Tenho receio de que esse processo de privatização encubra uma etapa de transferência efetiva da Embraer para algum concorrente internacional. Essa é a base do nosso receio, por toda avaliação que temos: se isso ocorrer, existe a lógica que falei de se fazer lucro na matriz; o que não se aplica, evidentemente, à Rhodia; não se aplica, evidentemente, à indústria automobilística, que tem controle e lucro integrais aqui, não tem que partilhar isso com nenhum outro sócio.

Digo isso porque quem trabalhou em multinacional sabe como isso se processa. Tive uma presença bastante intensa em toda essa etapa de ligações de crescimento dos grupos nacionais e das relações com grupos multinacionais na área petroquímica, participei muito disso, e sabemos como isso se opera. Insisto para que atrás de um processo de privatização não ocorra, de fato, um processo de desmantelamento de uma empresa que levou mais de vinte anos consolidando uma tecnologia.

Essa é a preocupação central nossa. Para que isso fique preservado, não existe outra saída, Senador, a não ser maior transparência, insisto, para que se possa, efetivamente, analisar isso com mais cautela.

Por exemplo, não sei, efetivamente, em que nível se encontra essa colocação de que empresas concorrentes não podem entrar. Ou seja, qual a forma, será que isso é garantido, efetivamente, nos termos em que está ou existem formas? E as formas são muito engenhosas, pois quem participa internacionalmente desse tipo de concorrência tem que driblar isso e conseguir efetivamente uma troca de controle usando as próprias regras do jogo.

Insisto sobre isso porque imagino que ninguém aqui deseja que a Embraer, sob o pretexto de ser privatizada, de racionalizar algumas ações administrativas, caia nas mãos de nossos concorrentes internacionais.

Penso que esse é o cuidado que o Ministério da Aeronáutica está colocando, que a direção da empresa está colocando e que o próprio BNDES está procurando, na sua modelagem, colocar. Concorrência existe, a disputa é muito violenta.

O SR. RONAN TITO – Não é BNDES, é a Comissão Diretora.

O SR. AMIR KHAIR – Desculpe-me, a Comissão Diretora. Mas estou falando isso porque se formos fazer uma privatização onde o resultado final acabe tendo uma desnacionalização, a passagem da empresa para outras mãos, para outros controles, acredito que será uma perda, pois são raras as empresas do País que acumularam tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Tem a palavra o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON – Nobres colegas, o Senador Eduardo Suplicy participou comigo, há alguns meses, de um ato público em São José dos Campos, em defesa da Embraer. Não me considero um romântico, mas um realista.

Devo lembrar, primeiro, a minha condição de leigo em matéria de aeronáutica. Mas se continuarmos a raciocinar sempre nessa base – se alguma coisa está dando prejuízo na área estatal, vamos aliená-la, vamos vender –, podemos chegar a conclusões

realmente traumatizantes. Não há nada mais importante num país do que a educação. O corajoso Ministro da Educação, Murílio Hingel, outro dia proclamou que a educação brasileira está falida e a situação tende a piorar cada vez mais. Mas não passa pela cabeça de nenhum de nós que, estando a educação falida, deveremos entregá-la inteiramente à iniciativa privada.

Mas, e a saúde? A saúde, também, segundo palavras proferidas nesta sala, por um dos mais notáveis médicos deste País, Adib Jatene – vou recordar essas palavras extremamente chocantes: "Hospital, neste País, é negócio de empreiteiro. Os empreiteiros elaboram projetos e executam-nos para ganharem cada vez mais dinheiro". Mas sem saber que muitos hospitais ficam incapacitados, inclusive aquele gigantesco hospital no Galeão, perto do Aeroporto Santos Dumont, que até hoje não foi inaugurado. Então, correríamos um risco muito grave. Faço uma outra consideração – não me chamem de romântico, a esta altura, sou até muito realista: alguns países, uns muito importantes, cultivam o orgulho nacional. Não quero lembrar Santos Dumont; o Brasil teve este nosso patriota, a quem foi atribuída a introdução do avião, do mais pesado que o ar.

A partir de nós, agora, existe uma iniciativa de alienação da Embraer, porque ela dá prejuízo. Nem tudo deve ser levado sob esse aspecto – se dá prejuízo vamos vender.

Sou leigo também nessa matéria, mas o Concorde é um orgulho francês, um jato muito veloz, e penso que dá prejuízo até hoje; continua a voar, e agora estão abrindo uma nova linha de Paris para Tóquio, com cinco horas. Alguma coisa, além do vil metal, deve ser levada em consideração.

Francamente, não creio que a venda da Embraer seja um problema de salvação nacional – é imperativo, é urgente. Afinal, temos que ainda nos apegar a alguma coisa, em termos de orgulho nacional. Santos Dumont foi o pioneiro, foi inventor. Não vamos logo privatizar, vender, tudo que dá prejuízo. A Embraer produziu o Brasília. Às vezes, num momento de desânimo, tenho o ímpeto de dizer – não como o Conde Afonso Celso – Porque me ufano do meu País –, e o fiz, da tribuna do Congresso Nacional, num momento, talvez, de excesso de emoção, que me sinto com ímpeto de escrever um livro, "Porque me envergonho do meu País". Agora mesmo, este País decidiu, por iniciativa do Governo Federal, reduzir os recursos para a educação, que já são insuficientes. Não preciso nem me estender: há escolas com uma sala de aula, não há merenda escolar. Há poucos dias, perto de Recife, a Veneza brasileira, lá em Olinda, crianças estavam tirando comida do lixo hospitalar e comendo um seio de mulher. É um assunto tão chocante que só focalizo-o aqui porque é notícia no mundo inteiro. Não adianta ficarmos, às vezes, com a nossa sensibilidade ferida, abalada, com a revelação desse detalhe.

Creio que essa situação não deveria ser encarada, para que se tomasse uma solução, como um problema de transcendental importância. As coisas mudam.

Todos nós temos um imenso orgulho da Companhia Vale do Rio Doce. Fui Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Vale do Rio Doce. Seu eminente pai, Dr. Franco Montoro Filho, era Senador nessa época e um colega dele foi quem tomou a iniciativa. E naquela época se descobriu, e isso foi apontado, que a Vale do Rio Doce não era mais uma empresa estatal, pois 49% das suas ações estavam em poder de grupos privados. Isso constitui-se num espanto, e por isso mesmo foi pedida essa CPI. E eu, na época, como Relator, obviamente, coloquei-me ao lado da Companhia Vale do Rio Doce, que é um orgulho do nosso País, sem dúvida nenhuma.

Agora, segundo li nos jornais, ontem ou anteontem, ela entrou no vermelho. Não por inépcia dos seus administradores, mas

porque o Japão decidiu fazer uma desvalorização do iene em 4 ou 5%. Resultado: a Vale do Rio Doce vai entrar no prejuízo.

Creio que não bastam esses argumentos – está perdendo dinheiro, vamos aliená-la –, sem considerar nada mais; nada de romantismo, de Santos Dumont; apenas, a título de curiosidade, entendo que precisaríamos pensar um pouco mais, depois do traumatismo da redução dos recursos para a educação, e ver se é realmente imperativo, indispensável alienarmos a Embraer, passando da área governamental, da área pública, para o setor privado. Nosso Senador Suplicy e outros Parlamentares, inclusive este que vos fala, esteve em praça pública, atendendo a um apelo dramático da comunidade. O Coronel Ozires Silva, para mim, – que sou, ainda, apesar de idade, romântico, cultivo um pouco das coisas do passado – é um homem que tem algumas características de acordo com a minha ótica, que lembra até o Marechal Rondon; ele é realmente uma figura extraordinária.

Creio que, mesmo nesta hora em que a educação foi golpeada, que está numa situação extremamente difícil, nem por isso há alguma cogitação de privatizar-se a educação, passar essa responsabilidade para o setor privado. A saúde está nessa situação, também calamitosa, proclamada aqui por Adib Jatene. E sem nenhum dado técnico, estou preso até por um argumento, digamos de ordem sentimental, em praça pública, onde nosso Senador Eduardo Suplicy, eu e vários Parlamentares assumimos esse compromisso.

Não há nenhum romantismo nisso, mas penso que cada país deve cultivar um pouco do orgulho nacional. Tenho impressão que mais um esforço pode ser feito na tentativa, de evitar-se a privatização da Embraer. Santos Dumont inventou o avião e, agora, os americanos estão comprando aviões construídos pela Embraer, com resultado realmente muito auspicioso.

Peço, humildemente, perdão, ao meu Presidente, aos meus colegas e aos convidados por esse acesso, talvez, de sentimentalismo. Mas ele é baseado – creio, não sei se é excesso de pretensão – no que considero um interesse nacional, porque orgulho nacional, às vezes, ajuda a batalha da sobrevivência de um país. E o Brasil está realmente no limiar de um *débâcle*, de uma convulsão social com essa desumana distribuição da renda no País. Então, deveríamos diminuir um pouco o ritmo dessas decisões, começando com grande prioridade em relação à Embraer.

Faço esse registro e fico em paz com a minha consciência. Não tenho nenhuma base técnica, mas me sinto na obrigação, para ficar em paz com a minha consciência e com a finalidade de defender o que imagino, talvez erradamente, ser o interesse do nosso País, manifestar essa minha opinião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. André Franco Montoro Filho, Dr. Amir.

Dr. Amir, V. Sr.^a disse que esta Casa desconhece o que se passa nas estatais. Acredito que não é verdade. Esta Casa sabe, perfeitamente, o que se passa nas estatais. Estamos cansados de saber que as estatais têm corpos técnicos, às vezes excepcionais, pessoal de carreira excelente, mas entra uma variável muito estranha quando um político indica os diretores das estatais. Não acredito, e hoje posso dizer que os Senadores aqui presentes também, porque tenho certeza que ninguém aqui nesta Comissão indicou alguém para qualquer cargo no Governo Federal. Eu me sinto muito à vontade, apesar de ser do PMDB, pois não indiquei nenhuma pessoa para cargo algum, mas sabemos quando o Presidente da República loteia todas as estatais e coloca diretores financeiros, presidentes, diretores técnicos, um sujeito lá de Juiz de Fora, outro

lá do Acre, outro do Amazonas, outro de não sei onde, não venha me dizer que é para administrar bem essa estatal, mas sim, única e exclusivamente para se locupletar, para se aproveitar dela.

E o que temos visto, estamos cansados de ver, e os Senadores, bem como os Deputados também, estão cansados de denunciar essa situação. Agora, ficamos assustados quando o Presidente da República, o Governo é dono da estatal, é o maior acionista, precisa fazer contrato de co-gestão. Sou industrial, sou Parlamentar, ocupando a vaga de Senador deixada por Amazonino Mendes, que se elegeu Prefeito da Cidade de Manaus. Tenho, como princípio, não fazer contratos de co-gestão com ninguém em minhas empresas, nas que sou dono e nas que detenho controle acionário.

O que estamos cansados de ver é a corrupção brutal que existe nas estatais. Estamos cansados de ver o que aconteceu na Cosipa. Se ela tivesse tido a oportunidade de funcionar por mais cem anos, não teria a necessidade, se for o PMDB ou se for o PT, essas estatais estarão cheias de acordos políticos, e a corrupção vai continuar. Quem não sabe quando a Petrobrás compra um navio, quando a Petrobrás aluga um navio, quando ia no mercado spot, na crise 74, comprar petróleo, o que acontecia? Todo mundo fica rico. Fica o amigo do Presidente, do Diretor, de todo mundo. É um mar de lama. Um mar de corrupção. Se a população soubesse o que tem dentro das estatais, realmente, já teríamos tido talvez até uma guerra civil. É uma vergonha!

Agora, o Presidente da República sabe. Não faz nada.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Presidência da Mesa recebeu pedido do Senador Eduardo Suplicy para que fosse transferida a palavra ao Deputado aqui presente. Mas é uma reunião exclusiva da Comissão de Assuntos Econômicos, não é nada contra a pessoa do Sr. Deputado; os nossos convidados estão aqui a convite e sugestão do Senador Eduardo Suplicy. Vieram para discutir e prestar esclarecimentos aos Srs. Senadores.

Portanto, a Comissão, sem ter nada contra e por se tratar realmente de reunião de comissão, indefere o pedido do Senador, sugerindo que quaisquer novas informações o próprio Senador busque através da Comissão, que está à disposição para procurar, através do Presidente da Comissão de Desestatização, qualquer esclarecimento que se julgue necessário sobre a privatização da Embraer.

Para finalizar, logo após passar a palavra para o Senador Gilberto Miranda, a Comissão coloca o tempo de 5 minutos para o Dr. Amir Khair e 5 minutos para o Dr. André Montoro Filho, para as considerações finais.

E, se novos esclarecimentos a Comissão exigir e pedir, faremos chegar ao Presidente da Comissão, para nos munir de maiores informações.

Tem a palavra o Senador Gilberto Miranda; logo após, será dada ao Dr. Amir Khair.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Com todo respeito, Senador João Rocha, meu colega de Mesa, gostaria de pedir a V. Ex.^a que concedesse realmente ao Deputado 5 minutos também. Penso que mais 5 minutos, dos 10 que faltam, não faz diferença.

De vez em quando, aparecemos de surpresa nas comissões da Câmara dos Deputados e acabamos tendo direito ao uso da palavra. Seria um prazer para todos nós ouvir o Deputado.

Se V. Ex.^a abrisse uma exceção, acredito que o Deputado teria muito que colaborar com esta Comissão.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

Creio que às vezes ouvimos, como ouvimos ainda há pouco um assessor do Presidente Montoro, o que só nos traz enriqueci-

mento. O Deputado é daquela região e talvez tenha informações a nos dar.

O SR. PRESIDENTE (João Alves) – Estamos seguindo porque era uma reunião de Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, uma reunião ordinária.

Mas se a maioria pede, a Presidência da Comissão acata e passa a palavra ao Sr. Deputado, virando agora uma comissão mista.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, não vou, de fato, brigar com o Senador Ronan Tito, porque alguém porventura pode avaliá-lo como sendo uma pessoa de esquerda.

Mas quero hoje afirmar que S. Ex^a juntamente com o Senador Gilberto Miranda, estão tendo uma atitude democrática, que considero positiva.

O SR. RONAN TITO – Só não abria mão de ser de esquerda quando isso era perigoso, Senador, quando havia ameaça do AI 5. Quando os militares estavam no poder, me chamavam na televisão e nunca desmenti. Mas agora com os companheiros que se dizem de esquerda, com os Tavares que estou vendo da esquerda, se me chamarem de esquerda, brigo.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Senador Eduardo Supply talvez V. Ex^a não saiba, mas, na época da Revolução, passei 6 meses bem guardado, em São Vicente, num navio em Santos.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. ERNESTO GRADELLA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou o Deputado Federal Ernesto Graddella, sou de São José dos Campos, onde está localizada a Embraer.

Gostaria de, inicialmente, agradecer a gentileza da Presidência e dos Membros desta Comissão de Assuntos Econômicos por esta oportunidade, e começar até a comunicar que o Procurador-Geral da República, em São Paulo, o Dr. Januário Paluto, entrou com uma ação na Justiça Federal solicitando a suspensão do leilão da Embraer, alegando várias irregularidades no edital desse processo. Agora foi estar numa das Varas da Justiça Federal de São Paulo, e acreditamos que isso veio mostrar, realmente, que a própria análise da Procuradoria-Geral comprova que o assunto não está tão transparente e nem tão esclarecido, conforme declarações do Dr. André Franco Montoro Filho.

Inicialmente, gostaria de ressaltar que a questão – vamos assim dizer – deste País é que temos crianças passando fome, sem escola, e que vamos continuar tendo esse panorama se este País não desenvolver a tecnologia.

E a Embraer tem como principal ponto, quer dizer, tem como principal denominador para este País justamente ser uma empresa importante ao desenvolvimento tecnológico do País.

Na verdade, de maneira nenhuma podemos dizer que a Embraer, depois de privatizada, será a mesma de hoje.

A Embraer, que hoje desenvolve tecnologia, que faz desde o projeto até o produto, até a venda, comercializa o seu produto, sabemos que depois de privatizada vai ser uma Embraer linha de montagem, como é a Fiat, como é a GM, na indústria automobilística. Estaremos, justamente destruindo toda essa iniciativa da Embraer que funciona como uma espécie de universidade, dando oportunidade aos próprios cérebros nacionais de se desenvolverem.

A Embraer é uma das poucas que faz isso, e acredito que este País, se quiser superar a falta, a miséria que existe hoje, precisaria ter 20 empresas como a Embraer, precisaria ter muito mais investimentos em tecnologia. A Embraer não é uma fábrica de pregos.

Durante esses últimos anos, e creio que aí cabe estudar, a própria empresa vem denunciando que foi asfixiada pela legislação do próprio Governo.

Na verdade, o fato de uma empresa ter que pagar impostos para vender os seus produtos, enquanto o produto de fora, importado, não pagava imposto algum, não aconteceu só com a Embraer.

A Tecnasa, que é uma outra empresa de São José dos Campos, fez esta mesma denúncia no ano passado, quando a Secretaria de Tecnologia do Estado de São Paulo comprou um radar meteorológico de uma empresa de fora, em detrimento de um radar meteorológico que podia ser produzido pela Tecnasa. O radar meteorológico da Tecnasa tinha 20% de impostos, e o de fora nenhum imposto.

Quer dizer, esse tipo de discriminação ao produto estrangeiro existe na Embraer concretamente e existe na questão da própria Tecnasa.

O fato também foi denunciado à época e tem sido um dos motivos de dificuldades da empresa.

No ano passado, para se vender 4 aviões Brasília para uma empresa nacional, foi necessário fazer um leasing através de uma empresa norte-americana.

Para vender aqui o avião, esse financiamento não seria feito pelo BNDE, mas através de leasing de uma empresa norte-americana para fugir da carga de impostos e para conseguir mais facilidade no financiamento.

Temos que importar e exportar novamente o mesmo avião. Ele é produzido aqui, fabricado por uma empresa nacional, para ser vendido por uma empresa nacional.

Então, houve uma aqui, fabricado por uma empresa nacional e para ser vendido por uma empresa nacional. Houve uma política clara de sucateamento da empresa. A própria direção da empresa, através do Eng^o Ozires Silva, que foi Ministro do Governo Collor, tinha interesse na privatização da mesma. Parece que houve um processo de demolição da empresa, senão se justificaria a existência de gráficos como esses de vendas; ou seja, até 1990 houve crescimento das vendas e depois elas caíram. Isso é o que nos mostra esse gráfico feito pelo Dr. Amir Khair.

Com relação à questão da transparência do estudo, quem leu, por exemplo, o relatório sobre o Lloyd vai constatar que o Ministro do TCU disse que várias vezes o BNDES não enviou em tempo os documentos para que fossem estudados. Por isso, esse Ministro recomenda, com relação à questão do Lloyd, que enquanto não estiver completo o relatório sobre o mesmo, não se deve realizar a privatização; quer dizer, alega que não recebeu as informações a tempo, a fim de dar o seu parecer e diz também que esse procedimento é geral, no que diz respeito ao encaminhamento de relatórios ao TCU. Isso faz parte do relatório; infelizmente não estou com ele em mãos, mas se trata de um documento cujo acesso é fácil para qualquer um dos presentes.

Com relação aos próprios estudos A e B, nós solicitamos essas informações no ano passado. Na ocasião, fomos informados de que esses estudos estavam sendo analisados pela Comissão Diretora do Programa de Desestatização e que essas informações seriam encaminhadas a esta Casa posteriormente. Todavia, até o momento não recebemos esses estudos. Os próprios consultores não conseguiram ter acesso aos mesmos. Até o momento não há qualquer pessoa, seja do Senado, seja da Câmara, que tenha tido acesso a esses processos, que tenha recebido esses estudos A e B que tratam daquela concorrência feita para se levantar o valor real da Embraer. Segundo esses estudos, o valor é de 600 milhões e o preço de venda é de 295 milhões: há também um valor aproximado de 1,3 bilhão de dólares, segundo o relatório dos consultores. Portanto, há uma diferença muito grande entre ambos.

O SR. AMIR KHAIR – Sem esse equacionamento financeiro de 700 milhões de dólares. É bom citar essa diferença porque se trata de algo significativo no que diz respeito ao diferencial de preço. Por isso propus uma reunião técnica nossa com o pessoal do BNDES e o pessoal da consultoria A e B. Essa foi a primeira proposta que fiz aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Eu não entendi sua observação.

O SR. ERNESTO GRADELLA – Nós temos aqui um estudo feito pelos consultores. Eles estabelecem um valor aproximado para a empresa, com essa ressalva feita pelo Dr. Amir Khair, de 1,3 bilhão de dólares. Todavia, o relatório e os estudos A e B estabelecem o preço da empresa em aproximadamente 600 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Aproximadamente 500 milhões de dólares.

O SR. ERNESTO GRADELLA – O valor de venda é de 295 milhões e o restante é convertido em despesa. Desse total, o Governo gastaria 800 milhões de dólares para privatizar a empresa e receberia em troca 175 milhões de dólares em moedas podres. Isso seria referente aos 60% desse valor que seriam colocados em leilão; 20% ficariam com o Governo; 10% ficariam com os funcionários e 10% ficariam reservados à oferta pública.

Concluindo, parece-nos que um dos motivos levantados pelo procurador diz respeito a falhas no edital; ou seja, há várias pendências trabalhistas. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, há quatro mil pendências trabalhistas em Primeira, Segunda e Terceira Instâncias e as mesmas não constam do edital. Quero dizer, não está confirmado no edital esse volume de pendências. A empresa inclusive reconhece que as pendências poderiam chegar ao valor de 55 milhões de dólares; os estudos A e B estabelecem esse valor em 22 milhões de dólares, mas há cálculos que estimam essas pendências trabalhistas em 70 ou 90 milhões de dólares. Entretanto, nada disso faz parte do edital. Quer dizer, o edital não é transparente no que diz respeito a essa questão.

Creio que cabe aqui um elogio à Comissão de Assuntos Econômicos, pois se trata da primeira empresa estatal que começa a ser discutida antes da privatização. Acho de grande importância esta reunião, mas é necessário que se analise mais a fundo esses dados e também o próprio edital. Seria preciso que se tivesse acesso a esses estudos A e B para que se pudesse concluir, ao nível do Senado e do próprio Congresso Nacional, uma informação maior a respeito; senão, podemos na verdade estar aqui atacando o patrimônio público deste País.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, esse espaço que me foi oferecido e gostaria de saber do Dr. Amir Khair e do Dr. André Franco Montoro Filho se vale a pena gastarmos 800 milhões de dólares. Para o Governo assumir todo este processo, parece-nos que terá que mandar mais uma medida provisória, ainda, já para acertar as dívidas com o IBC, de mais de 200 e poucos milhões, a fim de fechar o acordo com os debenturistas. Portanto, vai ficar um pouco maior, ainda, do que se estava prevendo e receber disto daí apenas uma parte.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Já estava incluído.

O SR. ERNESTO GRADELLA – Já estava incluído. De qualquer maneira, não mudam os cálculos, mas parece que nós vamos, por assim dizer, jogar fora o que nós construímos com investimentos e, claro, com subsídios do Governo que nós construímos de tecnologia nacional, e ter de retorno, realmente, algumas moedas podres, sem nenhuma condição até de melhorar o Estado, de

melhorar a questão da educação, da saúde ou de qualquer outro aspecto que se diga da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Dr. Amir por 5 minutos, ou um pouco mais, a fim de responder as colocações e considerações finais. Logo após, a palavra estará com o Dr. André Franco Montoro Filho.

O SR. AMIR KHAIR – Queria apenas agradecer a oportunidade de poder vir a esta Comissão do Senado debater a questão da Embraer e dizer que me sinto muito satisfeito em ver que há a possibilidade – pelo menos eu sinto – de que se possa aprofundar essa discussão. Na medida em que nós fizemos isso, eu creio que é vantagem para todos e não apenas para esta Casa, mas é vantagem, também, para o Governo Federal, através do Tesouro, no qual o equacionamento de cerca de 800 milhões de dólares, do ponto de vista financeiro, tem que ser cotejado com a nossa alternativa, que é extremamente mais vantajosa.

Além disso, é fundamental que a própria direção da empresa se coloque um pouco mais a público em relação à questão da privatização, fornecendo um pouco mais de dados para discussão pública, que esclareça as questões relativas a IAC, que é um ponto central, que se esclareçam os dados do balanço, com relação a quem a Embraer deve – e eu gostaria que esse balanço chegasse ao conhecimento do Senado – o Balanço de 31 de dezembro – porque nós já examinamos um pouco esse Balanço e tem coisas interessantes que deverão ser debatidas aqui dentro, e mais: nós gostaríamos de insistir na formulação de que nós nos encontramos à disposição, seja da área técnica da própria Embraer, seja da área técnica da Comissão de Desestatização, para debater e aprofundar as informações. Nós acreditamos que esse processo é sadio e pode avançar na direção que entendemos correta.

Finalmente, sobre a questão levantada pelo Senador Gilberto Miranda com relação à questão da CMTC, Senador, quando nós tivemos o problema da CMTC, nós fizemos uma auditoria pública, contratando Arthur Anderson e aprofundamos, chegamos às conclusões daquilo que inviabilizava a empresa, chamamos a imprensa, demos o Relatório completo para a imprensa, para todos os Vereadores, para o Tribunal de Contas e esse Relatório expunha as víceras da CMTC, mostrava as fragilidades dela porque, do nosso ponto de vista, para transformar uma estatal, ou você coloca a público o que se passa dentro dela ou ela continua a operar dessa maneira lesiva ao interesse público.

Eu falo isso porque é uma inovação, dentro da área pública, você dar transparência às estatais como primeira forma de controlar os monopólios privados. Se nós não agirmos, em relação aos monopólios públicos, com transparência, não temos o direito, sequer, de agir em relação aos monopólios privados que são os grandes algozes – vamos dizer assim – do setor privado brasileiro.

Eu coloco essa questão porque são pontos de vista que, na medida em que esta Casa que tem a responsabilidade da representação da sociedade possa, efetivamente, contribuir para um processo mais democrático, mais aberto e, com isso, todos saem ganhando: o Governo, os técnicos que participam do processo, a coletividade e o processo democrático.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Sr. André Franco Montoro.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Eu gostaria – e não me contenho – de começar, pegando o caso da CMTC que acho que é um caso bem ilustrativo. O Presidente da CMTC, Professor Paulo Sandroni, a quem conheço desde o tempo de Faculdade, segundo informações de que foi Presidente da CMTC,

durante algum tempo – e um grande Presidente – ele, hoje, segundo me informou o Professor Paul Singer que é um dos intelectuais de maior respeitabilidade no PT, companheiro do Secretariado da Prefeitura Erundina, junto com o Dr. Amir Khair, ele, hoje, depois da experiência que teve na CMTC, segundo a informação do Professor Paul Singer, é o mais privatizante dos membros da Comissão Econômica do PT. Este é um dado que merece reflexão. Não quero entrar nas considerações internas do PT. Já tenho, infelizmente, dentro do PSDB, também, muitas considerações e discussões exatamente nessa linha, mas me prontifiquei com o Professor Paul Singer de apresentar as exposições – a questão da privatização – para uma comissão dentro do PT.

Sobre a ação judicial que o Deputado Ernesto Gradella informa que foi levantada, e com isso argumenta que existem falhas, devo informar que em todos os processos de privatização o Ministério Público sempre entrou com ações e em todos os processos as liminares que eles pediram ou não foram concedidas ou se foram concedidas foram suspensas. E devo informar que, logo que assumi a Presidência da Comissão Diretora, estive com o Dr. Aristides Junqueira e, numa conversa franca, esclareci que queria coordenar esse processo com a maior transparência e dentro da maior legalidade, e dentro daquilo que fosse a exigência da legislação. E pedi a S. Ex^a que se houvesse alguma coisa que estivesse sendo conduzida de uma forma equivocada que me informasse, que providenciáramos as mudanças necessárias, se entendêssemos que aquilo fosse adequado, ou se iríamos discutir e apresentar as razões. Estou esperando, até hoje, essas informações, para que possamos – se houver alguma coisa equivocada, e temos o maior prazer e teremos mais do que isto: a obrigação – fazer a mudança.

No entanto, infelizmente, a Procuradoria entra na Justiça, quando abriu o caminho para que apresente, antecipadamente, à Comissão quais são as dificuldades, que providenciaremos as mudanças.

Quanto à questão da transparência, informo que não apenas – isso já foi informado a todos e informado aqui à Comissão – o Edital está explícito: "Estarão à disposição dos interessados para consulta ou obtenção de cópia, mediante o pagamento dos custos, os Relatórios elaborados pelo Consultor para atendimento, contatar a Gerência e Documentação – GEDOC do Gestor, Avenida República do Chile, nº 100, 2º andar, Rio de Janeiro, Telefone (021)-277-7574" – e dá outros telefones.

Essa foi aquela determinação que a Comissão Diretora tinha feito e que está publicada no Edital – está aberta à consulta de quem se interessar. Basta ir fazer essa requisição e terá total acesso a esses Relatórios elaborados pelo Consultor para atendimento, contatar a Gerência e Documentação – GEDOC do Gestor, Avenida República do Chile, nº 100, 2º andar, Rio de Janeiro, Telefone (021)-277-7574" – e dá outros telefones.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Não há impedimento de ter, até porque foi distribuído, nesta Comissão, há duas semanas atrás. Mas pelo que percebi, o Assessor do BNDES estava com uma cópia na mão.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Eu não tenho conhecimento do Relatório.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Com a permissão de V. Ex^a, eu queria fazer uma sugestão.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Demos até o telefone, como procurar. As custas foram aqui estabelecidas porque começou a aparecer uma demanda muito grande e esses Relatórios são muito grandes, ou seja, em defesa do Patrimônio. E

isto está sendo utilizado, inclusive, para trabalhos escolares e outras informações. Cobramos então só o xerox da cópia; não, evidentemente, para os órgãos públicos. Acredito que deve ter sido encaminhado, inclusive, para a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O Senado não recebeu.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Mas foi requerido hoje.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO – Existe a Subcomissão de acompanhamento das Estatais e acho que será, evidentemente, encaminhado, acredito que todos os relatórios de todas as privatizações possam ser encaminhados.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Como nós pedimos, haverá o envio à Comissão de Assuntos Econômicos dos documentos.

Mas eu até faria a sugestão à Comissão Nacional de Desestatização, em vista da importância desse estudo, não sei se foi feito em outras empresas pelos trabalhadores, mas eu faço a seguinte sugestão: que o Presidente da Comissão Nacional de Desestatização possa não apenas receber isso, que eu encaminho a minha cópia, depois tenho outra ao Presidente, mas sugiro que a Comissão Nacional de Desestatização possa dar acesso aos economistas que fizeram o estudo e trocar informações, idéias, porque há aqui sugestões positivas, relativas ao destino da Embraer.

Então, quem sabe o intercâmbio de informações... essa cópia dou ao Presidente André Franco Montoro; depois, só peço que me dê uma outra, uma outra cópia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Dr. André Franco Montoro, para o encerramento.

O SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO – Eu creio que esse debate tem que ser conduzido com total transparência e total honestidade, inclusive honestidade intelectual.

Eu devo dizer que fiquei muito triste e muito decepcionado com a avaliação que o Dr. Amir Khair fez, talvez por ter sido mal informado, a respeito da questão da eventual atualização do relatório de 12/92, para 93.

Esse foi um assunto discutido na Comissão; foram levantados diversos aspectos e o que foi afirmado e o que foi definido, e, inclusive, há um documento por escrito dos consultores, é que durante o ano de 93 não aconteceu nenhum fato relevante que justificasse a eventual alteração ou melhoria do preço da empresa. Nós pedimos, inclusive, que houvesse documento por escrito, e nos foi concedido pelos consultores, a esse respeito.

Não foi questão de Tribunal de Contas, ou coisa assim do tipo, como foi aqui relatado. A questão básica foi que a informação é que não houve fatos relevantes durante 92 ou 93 que justificassem essa avaliação, o que essa avaliação representaria. Aí está correto.

Algum tempo a mais, que é o tempo dessa avaliação, pagamentos a mais para os consultores que tiveram o desprendimento de afirmar – poderiam dizer: "Não, preciso estudar", e vir com argumentos desse tipo, "não posso afirmar", os consultores abriram mão dos trabalhos suplementares, onde eles iriam receber por esse trabalho, evidentemente, com essa afirmação de que não havia essa necessidade de fazer a avaliação, que levaria algum tempo.

Aí é que foi colocada a questão de que nessa avaliação toda essa documentação, de novo, deveria ser encaminhada para o Tribunal de Contas, exatamente em virtude desse problema que o Tribunal de Contas tem, realmente apresentado: eles estão entendendo que têm pouco tempo para fazer essa análise.

Nós estamos procurando, o mais rápido possível, encaminhar os documentos, até adiantadamente, logo que algo é aprovado ou encaminhado, para poder facilitar o trabalho do Tribunal de

Contas. E, algumas vezes, esse prazo acaba sendo exíguo para a análise e é uma negociação que nós temos tido permanentemente com o Tribunal de Contas, eu já estive diversas vezes lá, e temos até tomado providências no sentido de dar mais tempo para que o Tribunal de Contas possa fazer a análise que ele faz e que tem feito em todos os casos, antes do leilão, com grande esforço, com grande dedicação – e aqui é um reconhecimento público que eu faço –, e tem sempre aprovado esses estudos antecipadamente ao leilão da privatização.

Às vezes, e eu penso que eles têm razão em se queixar, isso força, e deve estar nesse relatório a que V. Ex^a se referiu, um esforço maior dos seus consultores, dos seus funcionários, dos seus técnicos para essa apreciação, mas têm cumprido o cronograma e essas avaliações têm sido feitas com tempo suficiente para que fosse feita antes do leilão de privatização.

Com relação a outras objeções que foram colocadas, devo esclarecer que, dentro da modelagem da venda da Embraer, muitas das preocupações aqui levantadas por vários estão contempladas.

Então, essa ação de classe especial dá os seguintes poderes de vetos para a União Federal, que estará representada pelo Ministério da Aeronáutica: mudança do objeto da razão social – isso é exatamente para impedir que a Embraer se torne uma simples oficina de reparos e foi a condição colocada; depois, a criação e alteração de programas militares – tem três, quatro temas sobre programas militares; outro, poder de veto que é dado: transferência do controle acionário e alteração dos poderes da Golden Share.

Então, exatamente em função de preocupações dessa natureza é que foram estabelecidos esses poderes especiais para a União, que exatamente impedirão que a Embraer deixe de ser uma empresa localizada em São José dos Campos, sendo uma empresa aeronáutica e de produção de aviões e de desenvolvimento tecnológico, e não se transformar, como há o risco, alegações de risco de que ela poder-se-ia transformar apenas numa oficina de reparação de motores aeronáuticos, e coisa assim do tipo.

Essa providência foi tomada e essa Golden Share foi aí estabelecida exatamente com esse objetivo.

E, finalmente – pena que o Senador João Calmon não esteja aí –, e parodiando o que o Senador Gilberto Miranda colocou, eu estou como Presidente da Comissão Diretora, mas eu sou – aliás, até o Senador Gilberto Miranda e o antigo Ministro Eduardo Portella... eu estou como Presidente da Comissão, mas eu sou professor universitário. E meu entusiasmo pela privatização é exatamente no sentido de liberar o Estado de uma série de amarras, prejuízos, recursos financeiros, recursos administrativos, recursos humanos, preocupações, pedidos de emprego, de colocações, etc., para que o Estado possa se dedicar àquilo que é essencial e no qual ele é insubstituível, que é a coordenação e a articulação geral da política econômica brasileira na estabilização, política de crescimento, políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, e a área social, onde Educação, Saúde, Menor, Segurança Pública assumem grande destaque.

Exatamente para que o Estado possa ser especialista, possa ser eficiente nessas atividades que são próprias do Estado, no qual é insubstituível, que eu me entusiasmo com o programa de privatização, deixando que outros segmentos da sociedade civil desenvolvam aquelas atividades que eles podem desenvolver, liberando o Estado dessas tarefas para que ele possa se dedicar com brilho, com entusiasmo, com eficiência, para a resolução desses graves problemas sociais de crescimento, de distribuição de renda que tem a nossa Nação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Agradecemos a presença do Dr. André Franco Montoro Filho, Presidente da Comissão do Programa Nacional de Desestatização, e do Dr. Amir Khair, para prestar esclarecimento a pedido, a convite da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e agradecemos a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h41min.)

14ª Reunião realizada em 28 de abril de 1994

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e oito de abril de mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador João Rocha e com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Jonas Pinheiro, Esperidião Amin, Josaphat Marinho, Ronan Tito, José Richa, Onofre Quinan, João Calmon, Magno Bacelar e Mansueto de Lavor, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, comunica que a reunião destina-se à exposição do Doutor Pedro Malan, Presidente do Banco Central do Brasil, sobre o acordo da dívida externa brasileira. Usam da palavra para questões de ordem os Senadores Eduardo Suplicy e Esperidião Amin, e, em seguida, o Senhor Presidente convida o Doutor Pedro Malan a fazer sua exposição. Encerrada a fala do convidado, tem início o debate. Participam os Senadores Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Ronan Tito e Josaphat Marinho. Não havendo mais perguntas, o Senhor Presidente agradece a presença do Doutor Pedro Malan, encerrando a reunião às treze horas, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador João Rocha, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Declaramos aberta a 14ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado, com a presença do Dr. Pedro Malan, Presidente do Banco Central do Brasil, para prestar esclarecimentos aos membros desta Comissão sobre o acordo da dívida externa brasileira.

Inicialmente, passamos a palavra ao Dr. Pedro Malan, para os esclarecimentos que julgar necessários e, em seguida, passaremos à arguição pelos Srs. Senadores presentes.

Concedo a palavra ao Dr. Pedro Malan.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, apenas gostaria de verificar se esta reunião está realmente sendo transmitida, como geralmente acontece, aos gabinetes dos Srs. Senadores. Sugiro ao Sr. Presidente que faça um apelo aos Srs. Senadores, membros da Comissão presentes na Casa, para comparecerem a esta reunião uma vez que está se iniciando a audiência do Presidente do Banco Central, Dr. Pedro Malan.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A informação que recebi é que temos a presença de 51 Srs. Senadores – uma presença expressiva – e está havendo sessão do Congresso. Acreditando a sugestão do Senador Eduardo Suplicy, apelamos aos Srs. Senadores para que compareçam à reunião, que é muito importante para esclarecimentos gerais, amplos sobre a renegociação da dívida externa brasileira, através de exposição do Dr. Pedro Malan.

Gostaria de saber se o Senador Esperidião Amin recebeu o resumo que encaminhei a todos os gabinetes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Lamento, mas não recebi.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O Senador Josaphat Marinho, não sei se recebeu anteriormente?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se foi encaminhado antes, a responsabilidade é do meu pessoal.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Mas a informação que temos da Secretaria-Geral da Mesa é que foi encaminhado a todos os gabinetes.

Com a palavra o Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado. É um prazer estar aqui de novo.

No começo da semana passada, dois dias úteis após a conclusão do acordo da dívida externa em New York, estive aqui com o Senador João Rocha, acertando exatamente a data do meu comparecimento perante esta Comissão. O objetivo era explicar aos Srs. Senadores os termos em que concluímos na sexta-feira, dia 15, em New York, o acordo da dívida e a emissão dos bônus que substituíram a dívida velha, além de responder às perguntas que nos foram formuladas há um mês, quando aqui estivemos, o ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso e eu, para um relato do estágio das negociações.

Naquela ocasião, recebemos perguntas dos Senadores Gilberto Miranda, Esperidião Amin e Eduardo Suplicy, às quais gostaria de responder hoje, sem prejuízo de eventuais voltas a esta Comissão.

Do ponto de vista formal, as nove perguntas do Senador Gilberto Miranda, por exemplo, devem ser encaminhadas por escrito ao Senado Federal pelo Ministro da Fazenda; esse encaminhamento terá lugar antes do final desta semana, vou ler as respostas aqui hoje. Obviamente, estamos à disposição, como sempre estivemos, desta Comissão e dos Srs. Senadores, para uma volta para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Esse texto a que se referiu o Senador João Rocha foi entregue na semana passada e, como o Presidente acabou de dizer, foi distribuído a todos os gabinetes dos Senadores; tem cópias extras disponíveis aqui que podem, inclusive, ser distribuídas para a imprensa posteriormente. Quero chamar a atenção para alguns aspectos principais do acordo que concluímos na sexta-feira, 15 de abril, em New York.

Esse texto apresenta o total da dívida coberta pelo acordo, cerca de 49 bilhões de dólares, com a seguinte composição: 32,5 bilhões de dólares a dívida com bancos estrangeiros; 7 bilhões de dólares a dívida com bancos brasileiros; 3,8 bilhões de dólares de uma dívida representada pela aporte do chamado dinheiro novo do acordo de 1988, que teve um tratamento especial no âmbito; e os juros atrasados de 1991, 1992, 1993 e 1994, até 15 de abril, no valor de 5,7 bilhões de dólares, que foram convertidos em bônus de 12 anos de prazo, no âmbito deste acordo também.

Apresentamos ainda a distribuição da dívida para com credores estrangeiros entre os cinco instrumentos financeiros do acordo, que são as duas colunas a que se referem o § 2º da nota, que mostram a distribuição da dívida – os 32,5 – entre o bônus ao par, o bônus de desconto, o bônus com redução de juros, de conversão e capitalização e o que emitimos efetivamente para bancos estrangeiros.

A dívida que foi alocada em termos de valor de face para o bônus com desconto foi da ordem de 11,240 bilhões de dólares. Como sobre ela incide um desconto de 35%, os bônus que emitimos efetivamente não foram 11,24 bilhões de dólares, mas 7,310 bilhões de dólares, que representam o deságio de 35% sobre os 11,310 bilhões de dólares, que representam o deságio de 35% sobre os 11,2 mencionados.

De modo que o total da dívida para com bancos estrangeiros sofreu um deságio imediato, no momento da troca, de cerca de

4 bilhões de dólares, no dia 15 de abril, na medida em que emitimos 7,3 e não 11,2 do que foi alocado ao bônus com deságio. Os demais instrumentos não tinham o deságio no momento da conversão.

Essa a razão pela qual insistimos, desde o início da negociação, com o total apoio do Senado Federal, que deveríamos ter uma participação mínima do bônus com o deságio neste acordo que permitisse que essa redução imediata, no momento da conversão, tivesse lugar.

Assim, os bônus emitidos para com bancos estrangeiros foram da ordem de 28,5 bilhões de dólares, apesar do valor de face da dívida, antes do acordo ser de 32,5. Além desse desconto imediato no estoque, ressaltamos também que temos um desconto adicional sobre o serviço da dívida, ao longo dos instrumentos, também da ordem de 4 bilhões de dólares, em termos de valor presente, na medida em que uma operação dessa natureza envolve redução do estoque e redução do serviço da dívida, além, de que os valores são equivalentes. Temos, portanto, como alívio proporcionado por esse acordo, cerca de 8 bilhões de dólares, metade no estoque e metade no serviço da dívida.

Apresentamos, nesse mesmo texto, o valor total da garantia do acordo. Este foi definido também no dia 15 de abril de 1994. São 3,880 bilhões de dólares, dos quais 2,740 bilhões de garantia de principal e 1,14 bilhão de garantia de juros.

As garantias de principal e de juros têm naturezas distintas. A garantia de juros é apenas uma aplicação de reservas internacionais do país, que ficam depositadas numa conta e são recursos nossos, considerados parte integrante de nossas reservas internacionais; os juros que eles vendem são nossos, são apropriados pelo Brasil a cada semestre e voltam para o País na medida em que continuamos adimplentes com o pagamento de juros do acordo.

A garantia do principal tem uma característica distinta: não pagamos amortizações ao longo dos próximos 30 anos; o pagamento será feito de uma só vez, em pagamento *bullet*, como se diz em inglês, no ano 2.024. A garantia de que esse pagamento será feito no dia 15 de abril no ano 2.024 é dada pela compra que foi feita e apresentada no dia 15 de abril de bônus de 30 anos de cupom zero, que asseguram que os recursos lá estarão, na data determinada, para o pagamento do principal.

Então, esses 3,88 bilhões de dólares dividem-se entre 2,74 bilhões de garantia de principal e 1,14 bilhão de garantia de juros.

Apresentamos também, na página 2 deste texto, um quadro comparativo das negociações brasileira, mexicana e argentina, com uma dívida negociada, no âmbito de cada um desses acordos, de 49 bilhões de dólares, no caso do Brasil. 47,7 bilhões de dólares, no caso do México, e 29 bilhões de dólares no caso da Argentina. As garantias no caso brasileiro são de 3,88 bilhões de dólares; no caso mexicano, 7,16 bilhões de dólares e, no caso argentino, 3,3 bilhões de dólares.

E mostramos que, em termos de relação garantia/total da dívida negociada, a relação no Brasil é 7,7%; no México, 15%; e na Argentina, 10,3%. Vale dizer que, em termos de unidade-dólar negociada e o custo da garantia por unidade-dólar negociada, o Brasil representa a metade do México e 50% inferior à Argentina.

O acordo brasileiro tem uma vantagem adicional que é a diferença dos acordos mexicano e argentino em que essa garantia no caso do México é de 7,16 milhões; no caso da Argentina, 3,3 milhões foram entregues de uma só vez na data das trocas respectivas. No caso brasileiro, dos 3,88 bilhões de dólares, entregamos, no dia 15 de abril, 2,8 bilhões, e a diferença, 1,8 bilhão de dólares, será entregue ao longo dos próximos dois anos, o que penso ser uma vantagem adicional do acordo brasileiro. De modo que, no dia 15 de abril, desses 2,8 2,4 correspondem à garantia de princi-

pal e 370, à garantia de juros – estou arredondando; os números exatos estão no texto distribuído.

Devo dizer que houve um aporte de dinheiro novo de bancos comerciais nesse acordo, que é praticamente equivalente às necessidades e garantias de juros; 353 milhões de dólares de dinheiro novo que praticamente cobriram as garantias de juros desse acordo, que foram na data da troca 373 milhões de dólares. O restante da garantia, que é de 1,83 bilhão, será entregue ao longo de quatro anos em quatro aportes semestrais de recursos.

Mencionamos o aporte de dinheiro novo de bancos, indicando que todas as controvérsias derivadas do acordo da dívida, inclusive aquelas relacionadas às garantias, serão solucionadas por arbitragem, como determina a Resolução nº 82 do Senado Federal.

Dissemos também que o acordo brasileiro, de forma diferente de outros acordos como o mexicano, uruguaio e costarriquense, por exemplo, não envolve qualquer cláusula de recaptura derivada de melhoria da situação brasileira; e dissemos também que os títulos do acordo podem ser utilizados no programa de privatização.

O restante da nota descreve mais uma vez as características dos cinco instrumentos, e devo notar que, nos 32,5 de dívida convertida de bancos estrangeiros ou nos 49, está excluída a nossa dívida para com a família Dart, que foi um grupo de credores que preferiu ficar de fora do acordo e que tem um total de dívida de 1,38 bilhão de dólares, que não está computada aqui neste total, nos 32,5, nem nos 49.

Estou aberto a qualquer pergunta sobre essa questão.

Gostaria, com a permissão dos senhores, de passar agora às perguntas que nos foram apresentadas há um mês pelos Senadores Gilberto Miranda, Esperidião Amin e Eduardo Suplicy. Vou ler cada pergunta e as respostas.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pois não, nobre Senador.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Pedro Malan, V. S.^a trouxe por escrito essas respostas? O Senador Gilberto Miranda segundo soube não está na Casa e ele gostaria muito de tomar conhecimento.

O SR. PEDRO MALAN – Tenho as respostas por escrito, Senador. Só que, pelo formalismo dessa questão e pelas regras do Senado, as perguntas têm de ser encaminhadas ao Ministro da Fazenda, e cabe ao Ministro encaminhar diretamente ao Senado as respostas. Posso deixar apenas em caráter informal.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Não há problema, porque estamos gravando.

O SR. PEDRO MALAN – Portanto, passo às perguntas formuladas no requerimento nº 169, de pedido de informações do Senador Gilberto Miranda ao Ministro da Fazenda, e que serão encaminhadas ao Senado formalmente por S. Ex.^a, ainda esta semana.

1ª – Qual o valor total dos bônus do Tesouro norte-americano adquiridos pelo Brasil por exigência dos credores internacionais, por ocasião do fechamento do acordo firmado nos últimos dias nos Estados Unidos da América do Norte?

A resposta é a seguinte:

No dia 15 de abril de 1994, o Brasil depositou junto ao custodiante, o Banco de Compensações Internacionais, bônus de emissão do Tesouro Americano no valor a que me referi anteriormente, que está na nota distribuída a todos os Senadores, de 2,427 bilhões de dólares, correspondentes à garantia de principal dos dois instrumentos financeiros de acordo que contemplam a garan-

tia de principal. Esse valor assegura o pagamento do principal, em 15 de abril de 2.024, dos bônus emitidos em 15 de abril, que contém a cláusula de garantia de principal.

Na resposta que o Ministro está encaminhando ao Senador Gilberto Miranda e ao Senado, há um comentário que eu gostaria de ler aos Senadores, que diz o seguinte:

Deve ser notado que esses bônus foram adquiridos não por – cita-se aqui o texto da pergunta – “exigência dos credores internacionais”, mas como parte integrante do processo de implementação do acordo, tal como negócio e tal como aprovado pelo Senado Federal.

2ª – Que critérios nortearam a escolha das corretoras, bancos ou agentes financeiros que intermediaram as supracitadas operações?

A resposta que está sendo encaminhada pelo Ministro de Estado da Fazenda ao Senado é a seguinte:

A – As instituições participantes do esquema de compra dos títulos teriam que ser, reconhecidamente, instituições de primeira linha, a fim de reduzir o risco comercial das operações ao mínimo.

B – Teriam também que ser grandes operadores no mercado internacional e, particularmente, no mercado de títulos do Tesouro norte-americano, para que as nossas operações pudessem se confundir com a sua normal participação nos negócios em geral, não despertando curiosidade de outros participantes e evitando-se, assim, a identificação do comprador e a quebra do sigilo.

C – Deveriam ser parceiros habituais e de longa data do Banco Central, isso para funcionar como incentivo, para que os requisitos básicos da operação – segurança e sigilo – não fossem colocados em perigo.

D – Deveriam, tanto quanto possível, estar ao abrigo de possíveis tentativas de arresto e, se houvesse algum risco nesse particular, deveria ser eliminado pelo esquema das aquisições.

3ª – De que entidades corretoras foram adquiridos os títulos em questão; as datas das respectivas operações; os valores pagos e a variação de preços entre a primeira e a última operação de compra?

Resposta: Os títulos em questão foram adquiridos no mercado através de operações de compra a termo, com a intermediação do Banco de Compensações Internacionais. As operações tiveram lugar em dezembro de 1993 a março de 1994, e o preço unitário médio ficou em 15,3 cents por dólar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. S.^a poderia repetir a parte final da resposta?

O SR. PEDRO MALAN – As operações tiveram lugar no período de dezembro de 1993 a março de 1994, e o preço unitário médio ficou em 15,3 cents por dólar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não sei qual o critério que o Presidente vai adotar, mas queria deixar registrado que pergunta era sobre a variação do preço e não sobre o preço médio.

O SR. PEDRO MALAN – Tenho um comentário de natureza geral a fazer sobre essa questão, que eu gostaria de deixar para depois que tivesse lido as respostas a todas as perguntas, inclusive as de V. Ex. e as do Senador Eduardo Suplicy.

4ª – De que autoridade partiu a autorização para as operações de compra de títulos do Tesouro norte-americano?

A autoridade maior no contexto pode ser como a autoridade do Senado Federal, que aprovou o acordo que contempla, tal como negociado e tal como aprovado, a compra de títulos de 30 anos para a garantia colateral dos dois instrumentos do menu que a determinam.

Não há – como tivemos a oportunidade de explicar aqui, o ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso e eu, há um mes-, no

acordo tal como aprovado pelo Senado, qualquer menção à forma de que esses títulos deveriam assumir: se deveria ser uma emissão especial do Tesouro americano ou se serão títulos comprados em mercado. De modo que uma interpretação geral é a de que a autorização já estava dada pelo Senado Federal ao aprovar o acordo tal como negociado e que contempla a necessidade dessas garantias.

O ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso afirmou aqui, há um mês, ter autorizado essa compra no final do ano passado. A Diretoria do Banco Central, em uma reunião, também deu autorização para que a Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco fizesse as compras a partir do final do ano passado.

Portanto, sobre de que autoridade partiu a autorização, eu diria que a resposta deve ser dada em três níveis: em primeiro lugar e mais importante, o próprio Senado Federal; em segundo lugar, o Ministro da Fazenda, autorizando a operacionalização das compras no final do ano passado; em terceiro lugar, a diretoria do Banco Central, que autorizou a sua Diretoria de Assuntos Internacionais a operacionalizar a compra das garantias.

A compra desses títulos constituiu, nesse primeiro momento, uma aplicação das reservas internacionais do País. Quer dizer, na data do fechamento do acordo, o Tesouro Nacional efetuou o pagamento ao Banco Central, com base nas dotações orçamentárias previstas na proposta orçamentária.

5ª – Qual a fonte de recursos prevista e utilizada para suprir os custos com a compra dos títulos aludidos nos itens anteriores? Perdão, foi a que eu acabei de responder. A compra desses títulos constituiu, nesse primeiro momento, a aplicação das reservas internacionais do País.

6ª – Informar sobre todos os eventuais custos referentes às mencionadas operações, tais como corretagens, comissões ou quaisquer outros encargos, assim como o preço unitário dos títulos adquiridos em cada operação e a taxa embutida no respectivo preço.

Fazem parte da gama de investimentos das reservas em moedas estrangeiras pelo Banco Central compras e vendas de títulos emitidos pelo Tesouro americano. Em nenhuma circunstância são pagas, nessas operações, taxas, comissões ou corretagens, nem incidem sobre o valor acordado para cada operação quaisquer encargos. Embora as operações de que se trata tivessem caráter singular, pela aplicação que seria dada aos títulos adquiridos, isso não constituiu motivo para alterar a regra acima descrita. Eventuais ganhos por parte do vendedor de tais títulos são limitados a sua capacidade de adquiri-los no mercado a um preço inferior ao determinado pelo operador do Banco Central em sua ordem de compra. De resto, os mercados funcionam sempre com dois preços, compra e venda, sendo o diferencial entre eles a remuneração intermediária. Isso vale para toda e qualquer tipo de operação financeira.

7ª – Qual é o prazo de resgate nos papéis supracitados?

Os títulos depositados junto ao custodiante tem prazo de resgate de 15 de agosto de 2.021, 15 de novembro de 2.021 e 15 de novembro de 2.022.

8ª – Discriminar, uma a uma as remessas de recursos destinadas às entidades financeiras que realizam a venda dos bônus ao Governo brasileiro; A resposta é a seguinte: não houve remessas diretas para quem realizou as vendas originais do bônus ao Governo brasileiro, de vez que o esquema utilizado baseou-se na colocação de depósitos a prazo para cada compra, junto ao custodiante dos títulos. Com esse, o Brasil tinha um contrato de compra futura dos papéis em causa, cujo preço já estabelecido era a soma do principal do depósito, acrescido, de juros, pelo período decorrente entre a data de cada compra e 15 de abril de 1994, data da troca, conforme definido nos Acordos de estruturação aprovados pelo Senado Federal.

Nesta data, venceram-se os depósitos e foi efetivada a venda direta àquele preço pré-estabelecido ao Tesouro Nacional, sendo os títulos transferidos da conta do custodiante, junto ao Federal Reserve Bank de Nova Iorque, para a conta especial de custódia de garantia, procedimento este que evitou qualquer tentativa de arresto desses ativos.

Essa transferência foi correspondida no Brasil por contratos de câmbio de vendas dos recursos em moeda estrangeira do Banco Central ao Tesouro Nacional sendo as parcelas em cruzeiros reais debitadas na conta única que o tesouro Nacional mantém no Banco Central do Brasil.

9ª – Indicar as instituições nas quais se acham, na atualidade, custodiados os títulos adquiridos. A resposta é: o Banco de Compensações Internacionais, que é o Banco Central dos Bancos centrais, cuja sede é em Brasília, na Suíça.

Queria passar, agora, às perguntas que nos foram formuladas pelo Senador Esperidião Amin. Há cerca de um mês, quando aqui estivemos o ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso e eu. Devo ressaltar a diferença das perguntas encaminhadas pelo Senador Gilberto Miranda, que foram feitas formalmente através de um requerimento de informações e as perguntas dos Senadores Eduardo Suplicy e Esperidião Amin que, tanto quanto eu saiba, não nos chegaram como um requerimento formal de informações, que deve ser respondido por escrito pelo Ministro da Fazenda.

Mas, de qualquer maneira, gostaria de referir-me às mesmas aqui. As perguntas do Senador Esperidião Amin são as seguintes: quem autorizou e quando foi dada autorização para a operação de compra dos títulos no mercado secundário?

Quero crer que é uma pergunta equivalente à pergunta formulada pelo Senador Gilberto Miranda e acredito que já tenha sido respondida. Caso contrário, estou à disposição do Senador para maiores esclarecimentos.

A segunda é: quem ou quais as corretoras ou distribuidoras participaram da operação? Qual foi a comissão paga ou ganha por tais corretoras e distribuidoras e quem as pagou?

Na resposta que virá por escrito, assinada pelo Ministro Rubens Ricupero, ao Senado, vai ficar claro que não houve qualquer comissão paga ou ganha por corretoras e distribuidoras. Portanto, creio que a pergunta já tenha sido respondida.

Quem e quais corretoras ou distribuidoras participaram da operação? Definimos, na primeira resposta à solicitação do Senador Gilberto Miranda, os critérios que norteiam a escolha feita pelo Banco Central?

Se o Senador Esperidião Amin insiste em saber exatamente o nome, ou pediria, apelaria aos senadores para que pudessemos revelar isso numa sessão secreta aos Senadores, na medida em que preferiríamos evitar a identificação pública dessa instituição. Mas, a esse respeito, estou nas mãos dos Srs. Senadores.

A terceira é: houve algum reflexo sobre os títulos do Governo brasileiro no exterior ao longo desse período? Não ficou bem claro se o período é outubro ou novembro. O período em que nós efetivamente iniciamos essas compras teve lugar, como foi dito, em dezembro de 1993 – não sei se a referência aqui é outubro ou novembro, na pergunta do Senador Esperidião Amin, se se refere a quando a autorização havia sido dada... já expliquei que quanto à autorização, consideramos que sempre tivemos autorização do Ministro da Fazenda, dada por volta do final de outubro, começo de novembro. A compra efetiva, a partir de dezembro.

Quanto ao reflexo o preço dos títulos do Governo brasileiro no exterior não há um reflexo claramente identificável. Entretanto, estaremos encaminhando uma análise técnica ao Senado, em que se demonstra a relação entre o título de 30 anos e alguns títulos

brasileiros no exterior. Todavia, não há nenhuma relação que se possa estabelecer um vínculo causal entre as operações.

Como é sabido, as flutuações e cotações desses títulos, tanto brasileiros quanto norte-americanos, são derivadas de uma série de influências do mercado internacional, percepções de toda a ordem, e não há uma relação clara que possa ser identificada.

É possível identificar corretores e distribuidores que, no mesmo período participaram de operações de compra de títulos brasileiros?

A resposta é extremamente difícil, Senador. Esse é um mercado extremamente ágil, com milhares de participantes. Em operações de balcão não é possível identificar corretores e distribuidores que participaram de operações de compra e venda de títulos brasileiros. Isso ocorre no dia-a-dia do mercado.

As perguntas do Senador Eduardo Suplicy que nos chegaram manuscritas são as seguintes:

1ª – O Programa de Estabilização e, em especial, as regras de emissão do real, a data de sua introdução, o lastreamento, se com base nas reservas internacionais, em artigos domésticos públicos ou privados.

Senador, sobre a data de introdução do real, o compromisso público que temos assumido é que ela será comunicada à sociedade brasileira com uma antecedência mínima de, pelo menos, 35 dias. Não tenho nenhuma razão para dizer algo diferente do que tem sido o nosso discurso público, coerente, já há algum tempo.

Sobre as regras de emissão de lastreamento, também não posso dizer mais nada além do que temos dito, ou seja, que elas estão em processo de discussão e detalhadamente e que temos dito, ou seja, que elas estão em processo de discussão e detalhamento e que serão apresentadas à sociedade no momento oportuno. A discussão a esse respeito já vem ocorrendo há algum tempo – e esta é uma característica importante desse programa – de forma proveitosa e construtiva. A imprensa tem reproduzido muito bem o debate que vem sendo estabelecido nesta Casa, que tem desempenhado um papel importante ao convidar economistas, os mais diferentes entre as nações, para que apresentem a maneira pela qual vêem essa questão.

Portanto, o debate já está incurso. Caberá ao Governo anunciar, à época oportuna, o que está propondo como regra de emissão. Em última análise, quanto ao regime monetário e cambial da nova moeda, no momento, eu não terei qualquer detalhamento a fazer.

A segunda pergunta diz respeito ao impacto das exigências decorrentes do acordo com os credores externos, bem como da dívida pública interna sobre a necessidade de emissão de moeda em 1994 e 1995. Em que medida a emissão requerida será compatível com o programa de estabilização?

Encaminhamos ao Senador Eduardo Suplicy, em resposta a um pedido informal que nos fez, uma estimativa com que estava trabalhando dos quadros de fontes e usos de recursos do setor público consolidado, em que temos usos de recursos, gastos totais do Governo, consolidado, em vários níveis, inclusive Previdência e estatais, pagamentos de juros de dívida interna e externa e custos de aquisição de reservas internacionais. E, do lado das fontes, as receitas totais desses vários níveis do Governo, o aumento de endividamento interno líquido de amortizações, e os ganhos de senhoriação associados à emissão de moeda e ao aumento real de bases. Esses números foram entregues ao Senador Eduardo Suplicy. Cremos serem compatíveis os dados, consistentes como o acordo e os termos do acordo.

Naquele quadro, se me lembro bem, está a estimativa dos pagamentos de juros sobre a dívida externa, um valor que é inferior a 0,85% do produto quer dizer, menos de 8/10 de um ponto de

porcentagem do PIB. E a emissão requerida, na verdade, é ganho de senhoriação associado em que parte ao imposto inflacionário, em parte ao aumento real de base que esperamos tenha lugar com a remonetização da economia após a introdução do Real. Algo que, se me lembro, cito de cabeça, 1,33% do PIB. Pensamos que são números compatíveis e consistentes, tanto com a implementação do acordo da dívida externa quanto com a emissão e a remonetização da economia. A terceira e última pergunta do Senador Eduardo Suplicy é a seguinte: Como o Governo federal pretende compatibilizar o Programa de Estabilização como os objetivos de erradicação da miséria e melhoria da distribuição de renda?

Devo dizer que é uma pergunta absolutamente fundamental para definir o nosso futuro como economia e sociedade a curto, médio e longo prazos. É uma pergunta que, sugiro, seja objeto de discussão por ocasião da presença do Ministro Rubens Ricupero, que deveria estar aqui hoje, mas infelizmente não pode vir. S. Ex. já comunicou ao Senador João Rocha que está disposto a comparecer a esta Comissão para responder a algumas das perguntas que não dizem respeito diretamente ao acordo da dívida e sua implementação. Em meu nome pessoal, posso dizer que essa é uma questão fundamental, mas que não pode ser tratada a curto prazo, no bojo de um Programa de Estabilização cujo objetivo é reduzir de forma drástica e sustentada a inflação brasileira.

No bojo desse programa, nele mesmo, medidas de curtíssimo prazo para erradicação da miséria e melhoria da distribuição de renda podem e devem ser contempladas. Temos dito e reiterado aqui que a contribuição de renda podem e devem ser contempladas. Temos dito e reiterado aqui que a contribuição mais efetiva que podemos fazer para a erradicação da miséria e melhoria na distribuição de renda neste País é uma tarefa que demandará tempo. Não tenhamos ilusões a esse respeito, embora, como se sabe, uma marcha longa sempre começa com o primeiro passo, e no nosso caso esse primeiro passo deveria ter sido dado há muito tempo.

A contribuição mais efetiva que podemos dar a essa questão, a nosso juízo, é um ataque frontal à inflação. Temos dito – e vou reiterar aqui – que é o mais cruel, o mais iníquo e o pior objetivo que tem um mérito em si mesmo: não que seja um único objetivo, mas que a sua consecução permitirá que o País, livre dessa poeira, desse ruído, dessa dificuldade de percepção dos verdadeiros desafios e problemas a enfrentar que a inflação propicia, possa se dedicar, sim, a pensar de forma mais efetiva nas questões fundamentais que são essas, Senador. Mas acreditamos que o combate à inflação e a sua redução drástica e sustentada permitirá que a sociedade se concentre nesses problemas fundamentais, em vez de perder tanto tempo, energia e recursos em tentar lidar com essa obscena inflação que atrofia a vida nacional há tanto tempo. Era o que eu tinha a dizer sobre as perguntas.

O comentário geral que queria fazer sobre o desejo de informações mais detalhadas sobre datas específicas de compras, cada uma das compras realizadas, o custo, o valor respectivo, a composição da carteira precisa do Brasil de títulos de 30 anos, é algo que só podemos revelar numa sessão secreta do Senado, e vou dizer a razão: existem, hoje, títulos de 30 anos no mercado, no período posterior ao ano de 2020, de apenas oito maturidades, de fevereiro de 2020 a agosto de 2023. São oito maturidades apenas. Seu valor de mercado total é de cerca de 41 bilhões de dólares. O Brasil tem um volume significativo disso, pela própria natureza do acordo. Nós temos uma vantagem das compras que realizamos, em relação ao que seria uma missão especial do tesouro, para o que já chamei a atenção, mas quero reiterar.

Uma emissão especial do Tesouro norte-americano, que é um título de 30 anos, é não comercializável, quer dizer, o Brasil faz a compra e ele e tem que ficar imóvel durante 30 anos, a não

ser que haja uma autorização especial, que tem que passar pelo Congresso norte-americano, para que o Brasil possa fazer alguma alteração ou reduzi-lo. Caso algum desses títulos, bônus ao par e bônus com desconto, fosse utilizado, como é possível, ao longo dos 30 anos, num programa de privatização, teríamos todo interesse em retirar parte dessas garantias, porque a garantia não precisa mais estar lá, o título deixou de existir, vale dizer, foi convertido numa participação acionária em alguma empresa privatizada. De modo que não precisa mais ter uma garantia para que o seu principal seja pago no ano de 2024, na medida em que o título não estará mais sendo apresentado para resgate em 2024. Teríamos, portanto, interesse em reduzir o volume de garantias, porque não seria mais necessário. Se tivéssemos uma emissão especial de títulos do Tesouro americano, precisaríamos pedir autorização ao Tesouro americano, que precisaria pedir autorização ao Congresso norte-americano para que pudéssemos que precisaria pedir autorização ao Congresso norte-americano para que pudéssemos reduzir o valor do título de 30 anos. Com o que temos hoje, podemos fazer, ao longo dos próximos 30 anos, dependendo da evolução, operações de substituição de colateral, previstas no acordo que podem ser de nosso interesse. O que não é de nosso interesse, exatamente para que possamos fazer essas operações com vantagens para o País, é comunicar agora aos operadores de mercado qual é exatamente a composição dos nossos títulos, qual a maturidade específica. Esta é uma informação relevante ao mercado que pode antecipar o tipo de operações que o Brasil pode desejar vir a fazer, em função das oscilações e variações de mercado.

De modo que faço um apelo que já havia feito há um mês aos Senadores: não temos nenhum problema em ler, numa sessão essas informações; mas temos problemas, sim, em divulgá-las por escrito para a imprensa e, portanto, para os operadores internacionais. Isso é algo que não interessa ao País e reitero o meu apelo aos Srs; Senadores.

Estou à disposição para qualquer pergunta;

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Peço a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE – (João Rocha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu considero, em grande parte, atendidos os quesitos, alguns comuns entre o Senador Gilberto Miranda e as indagações que formulei na nossa sessão de 24 de março de 94, referidas aqui pelo ilustre Presidente do Banco Central, de forma que pretendo aqui apenas três comentários, além de agradecer a oportunidade.

Eu vou me considerar mais apto a avaliar o conjunto das respostas com algum tempo para estudá-las, mas de modo geral considero satisfatória a disposição que o Sr. Presidente do Banco Central aqui revelou.

Os três comentários que quero fazer são da seguinte ordem: em primeiro lugar, sobre as perguntas e respostas. Apesar de não ser uma indagação de minha autoria, insisto em que seja a pergunta de número três, do Senador Gilberto Miranda, na sua parte final, quando S. Ex. indaga sobre a variação de preço entre a primeira e a última operação de compras, não está formalmente satisfeita.

Quanto às minhas indagações, digo que a primeira pergunta formulada foi muito específica: Quem autorizou e quando foi dada a autorização para a operação de compra dos títulos no mercado secundário? Partimos do princípio de que a autorização para a aquisição de títulos, genericamente, tenha sido dada pelo Senado. Em princípio concordo. Agora, autorização para que a variante – foi uma variante – e toda a explicação dada aqui pelo Ministro da Fazenda e por V. Ex. é no sentido de que foi adotada uma va-

riante em função de não ter obtido acordo com o FMI e, por consequência, de não se ter como reivindicar a emissão específica, personalizada, dos títulos norte-americanos. Foi a partir daí que se estabeleceu uma variante de procedimento. Foi a respeito desse procedimento de autorização da adoção dessa variante que indaguei. Parece-me que as respostas são no sentido de que a autorização para essa variante foi dada em outubro, com base na faculdade concedida pelo Senado. Em princípio, admitamos que sim. Mas foi dada, então, pelo Ministro da Fazenda e pela Diretoria do Banco Central, iniciando-se em dezembro de 1993. Gostaria de associar isso à pergunta do Senador Gilberto Miranda que diz: nesse período, qual foi a variação? A minha pergunta diz: qual foi a variação? O Banco Central certamente tem um gráfico mostrando a oscilação da cotação dos nossos títulos também. Quer dizer, o que o Senador Gilberto Miranda pede é a variação de preço dos títulos norte-americanos e o que eu peço, na minha terceira pergunta, é a oscilação dos nossos títulos nesse período entre a autorização, o início do exercício da autorização de compra no mercado secundário e a específica operação no mercado secundário. Quem ou quais corretoras jogaram? Acho que isso pode ser objeto de nossa indagação. Reconheço e não faço nenhuma objeção. Deixo registrado, caso a Comissão decida se haverá ou não nova reunião. Talvez em razão da ausência do Senador Gilberto Miranda, Vice-Presidente desta Comissão, poderá converter a reunião em sessão secreta para colher esta ou eventualmente outra informação. Entretanto, considero a respostas satisfatória nesses termos.

Finalmente, reitero as observações que fiz, ainda naquela reunião, sobre as nossas diligências em relação ao FMI, já que permanece praticamente inalterada. Quer dizer, continuamos sem ter o Orçamento e sem a fixação da data para adoção do Real.

Pergunto, então, ao Dr. Pedro Malan, se há ou não uma taxa de embutida no preço do título, a qual o Senador Gilberto Miranda – aliás, usando a expressão adequada mencionou em sua pergunta que é o yield.

São essas as colocações que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) Concedo a palavra ao Dr. Pedro Malan;

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado, nobre Senador.

A respeito da pergunta formulada por V. Ex., tenho aqui, e não vejo problema em incluir como anexo da resposta que será formalmente encaminhada pelo Ministro da Fazenda, o gráfico relacionado com o comportamento de títulos do Tesouro americano e dívidas brasileiras. Assumo, portanto, o compromisso de adicionar o gráfico e os números à resposta.

Sobre a questão da autorização, penso que V. Ex. resumiu bem os diferentes estágios ou períodos. Gostaria apenas de fazer um pequeno comentário sobre a distinção entre emissão especial do Tesouro, compras no mercado primário e compras no mercado secundário.

Quanto à emissão especial do Tesouro, que já é conhecida, trata-se de uma emissão que tem destinação específica. Foi o que o Tesouro americano fez para garantir o principal dos acordos mexicano, venezuelano e argentino, e não da totalidade, devo dizer. Há im mes, lembramos aqui que, no acordo argentino, eles compraram cerca de metade no mercado e, para a outra metade, houve sim uma emissão especial para aquele propósito específico, pelo tesouro americano. Na Venezuela, a maioria foi emissão especial, havendo apenas uma pequena compra em mercado secundário.

De modo que não estamos falando aqui de uma emissão especial. A postura do Tesouro americano foi no sentido de que essa possibilidade continua em aberto, se for de interesse do Brasil – e

a decisão é nossa, em função de considerações de mercado. Eles estão prontos para fazer uma emissão especial, assim que tivermos um acordo stand-by com o FUNDO. Essa possibilidade existe. Mas, no dia 15 de abril, fechamos sem essa emissão especial.

Quanto à compra no mercado primário de títulos de 30 anos, o Tesouro americano vem reduzindo consideravelmente não só o valor como a periodicidade dos seus leilões primários de títulos de 30 anos. Esses leilões eram feitos quatro vezes ao ano, atualmente são feitos apenas duas vezes e em volumes menos significativos.

O problema não é esse. O problema é que não existe, na emissão primária do Tesouro americano, uma emissão de **zero coupon bonds**. O Tesouro emite um título de 30 anos, que contempla pagamento do principal e de cupons de juros. O que o mercado faz é o próprio mercado que faz. Depois da emissão desses títulos de 30 anos, que têm principal e cupom de juros, o que o mercado faz é uma operação de **strip**, ou seja, o mercado separa o principal dos juros e os transaciona separadamente. Daí surge o zero, porque, com a separação do principal e dos juros, surge no mercado o título de 30 anos, sem cupons de juros, que são negociados separadamente. Esse **stripping**, essa operação de separação do principal e dos juros, o mercado não faz com títulos de 30 anos no momento de sua emissão. Essa operação é feita com títulos de 28, 28,5 e 29,5. Isso é o que está disponível no mercado. São os zeros de maturidade mais baixas que 30 anos. Não existe no mercado um **zero coupon** de 30 anos que possa ser comprado numa emissão primária do Tesouro americano, porque ele não a emite como tal. O que existe é o mercado secundário.

De modo que tínhamos duas alternativas para cumprir o acordo: esperar a decisão do Tesouro americano, no sentido de fazer a emissão especial, ou fazer o que fizemos. Acho que foi uma decisão adequada, correta. A grande vantagem à qual me referi anteriormente é dar ao Brasil uma total flexibilidade ao longo dos próximos 30 anos em fazer qualquer substituição da sua carteira de títulos que tenham 30 anos, hoje em custódia no BIS, permitindo, em caso de privatização, que reduzamos facilmente a quantidade de colateral requerido, na medida em que não é mais necessário.

Quero dizer que entendo a preocupação do Senador Gilberto Miranda em relação à questão de número três, sobre a variação de preços entre a primeira e a última operação de compra. Faremos o possível, na resposta escrita do Ministro de Estado, para apresentarmos a informação solicitada.

Sobre FMI, lendo a intervenção de V. Ex^a, quero lhe dizer que não foi uma pergunta formulada no contexto da dívida. Entretanto, há uma referência – à União Soviética e considerações que o ex-Ministro teria feito, com a qual o senhor expressou concordância. Sobre a questão da falta do Orçamento de 94, eu só posso dizer que, como Presidente do Banco Central, obviamente preferiria que o nosso Orçamento de 94 já tivesse sido apresentado e votado.

Quanto à questão do stand-by com o fundo, a nota divulgada no dia 17 de março diz que nós continuamos com a possibilidade, trabalhando a direção de um stand-by com o Fundo, mas que isso só poderá ter lugar quando estiver definida ou após a data de introdução da nova moeda.

Sobre a sua última pergunta, não há qualquer pagamento de taxa e comissão, e a sua pergunta aqui sobre o **yield**, não temos problema algum, porque nós damos o preço e aquele preço tem um **yield** correspondente: um é o inverso do outro. Nós não temos problema algum em apresentar o **yield** junto com o preço.

A única questão que nós temos é essa nossa preocupação de não dar informações para operadores de mercados que possam ser contrárias aos interesses do País. Eu espero que os Senadores entendam essa nossa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, avalio que, em especial, a Comissão de Assuntos Econômicos hoje vem cumprindo com um dever de responsabilidade muito importante na medida em que torna bastante transparente o conjunto de informações relativas ao acordo brasileiro. Acho importante essa disposição do Governo brasileiro, na pessoa do Presidente Pedro Malan, do Banco Central, de trazer essas informações da forma mais completa possível.

Eu gostaria de fazer algumas observações e perguntas: no item 3, relativo às informações encaminhadas e lidas há pouco pelo Dr. Pedro Malan, está a informação relativa ao desconto imediato no estoque da dívida e no desconto adicional. O desconto total somando 4 bilhões de desconto imediato mais o desconto adicional, 4 bilhões, é da ordem de 8 bilhões de dólares. Em relação aos 49 bilhões de dólares, ou seja, ao total da dívida afetada pelo acordo, nós temos, portanto, um desconto total efetivo da ordem de 8 bilhões de dólares sobre 49. Correto?

O SR. PEDRO MALAN – Correto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Portanto, da ordem de 16%.

Eu gostaria apenas de fazer uma observação: quando o Senador apreciou e votou o acordo com o Comitê de Bancos credores, havia – e isto constou do parecer do Relator, Senador José Fogaça – um cálculo do desconto efetivo captado pelo Brasil, informando que ficaria em torno de 22 a 28%, portanto, menor do que originalmente havia sido estimado pelo Ministro Marcílio Marques Moreira, da ordem de 35%. À época, eu havia feito uma estimativa, Senador José Fogaça, um cálculo do desconto efetivo captado pelo Brasil, informando que ficaria em torno de 22 a 28%, portanto, menor do que originalmente havia sido estimado pelo Ministro Marcílio Marques Moreira, da ordem de 35%.

À época, havia feito uma estimativa de que o desconto líquido captado pelo Brasil sobre a dívida afetada seria da ordem de 16%, que é o que, aproximadamente, foi agora efetivado.

Gostaria apenas de aqui registrar que naquela ocasião alguns dos Srs. Senadores disseram que a minha estimativa não era adequada ou não poderia ter maior credibilidade do que a do Governo, mas quero apenas registrar que a informação agora dada oficialmente confere que a estimativa efetuada, nos meus cálculos, é que foram concretizadas.

O SR. PEDRO MALAN – Senador, me permite fazer um comentário?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois não.

O SR. PEDRO MALAN – V. Ex^a, aparentemente, está de acordo com a estimativa que está ali que nós, no bojo desse acordo, tivemos uma redução – isso é um fato – imediata, de 4 bilhões de dólares, que são os 35% aplicados aos 11,2 do valor, face ao desconto, houve um deságio de 35 e o que emitimos de bônus efetivamente foram 7,2. Essa passagem de 11,2 para 7,2 significam 4 bilhões de dólares de desconto imediato na dívida.

Além disso, V. Ex^a, pelo que percebo, está de acordo também que em termos de valor presente o desconto do serviço é equivalente, são outros 4 bilhões, embora ao longo da vida dos instrumentos venha a representar 8 bilhões de dólares. Nós achamos que 8 bilhões de dólares é um valor significativo, não é para ser menosprezado à luz dos deságios obtidos em outras negociações.

Agora, se vamos focalizar a discussão em percentual, percentual exige um numerador e um denominador, e depende do que colocamos no denominador. Se o numerador é 8, o percentual será

em função do que colocamos no denominador. Nós podemos colocar ali o total da dívida que estava sujeito à redução, que era a dívida, o número que usamos desde o início era algo em torno de 35, 40 milhões de dólares. Esses 8 aplicados como numerador a um denominador de 35 dá os 20 e tantos por cento que dissemos que era a dívida, se o denominador fosse aquele. É óbvio que se o denominador for o total da dívida coberta pelo acordo, inclusive juros atrasados, por nós não computados para o cálculo do deságio, o percentual baixa. Se nós colocarmos o total da dívida externa brasileira, incluímos aí o Clube de Paris, o percentual vai, por definição, baixar mais ainda.

De modo que acho mais produtivo se nós concentramos a discussão no valor absoluto de dívida que nós conseguimos no ano desse acordo – 8 bilhões de dólares – e podemos ter várias hipóteses: se esse é o numerador, quais são os vários denominadores que poderemos utilizar? Se são 100 bilhões de dólares a 8%; se são 50, dá 16; se são 40...

Então, acho que é mais produtivo encaminhar a discussão nesse contexto, se não vamos perder um tempo enorme discutindo se eram 23,5, 26 ou 22,5. Vamos falar nos valores absolutos, acho que é o que conta, se posso dar uma sugestão.

O SR. RONAN TITO – Quero comentar também o ganho relativo. Não só o ganho absoluto, mas o ganho relativo.

Eu fui, no passado, pequeno empresário, e como todo empresário neste País, tive momento de entrar em inadimplência e depois recompor a dívida. Melhorar o perfil da dívida, ou seja, jogar a dívida para frente, abaixar a taxa de juros e abaixar o valor absoluto – com toda sinceridade, sempre me considere um bom empresário porque ao chegar no final do ano o balanço era positivo, além disso sempre paguei Imposto de Renda – agora, o que não se pode é também comparar os ganhos que teve o Brasil com o de países absolutamente falidos, como o caso da Polônia, mas nunca consegui isso na minha vida.

Agora, também não se pode comparar os ganhos que teve o Brasil com os dois países absolutamente falidos, como é o caso da Polônia. Por quê? Nós mesmos fomos obrigados a dar 50% de desconto à Polônia, porque sabíamos que não iríamos receber nunca. E nos dava 300 milhões de dólares, o que era alguma coisa. Eu, como empresário, dizia o seguinte: "Poxa, está ótimo pegar isso aí, a história das polonetas é por demais conhecida!"

Agora, com a credibilidade que tem o Brasil e com a sua extraordinária situação econômico-financeira, se compararmos relação de dívida, PIB, reservas, etc., com qualquer outro país do mundo, vamos dizer que este era um negociador que chegava com possibilidade de pagar. E o banqueiro, todos o conhecemos, principalmente o particular.

Por isso, entendo que o ganho é pouco mensurável que questão de número. Alongarmos uma dívida, diminuirmos a taxa de juros, diminuirmos o principal e dizer que "foi tantos por cento apenas que ganhamos", creio que é muito difícil. Mesmo se recorremos ao numerador ou ao denominador, vamos ficar aqui o dia inteiro discutindo: "Se enfocarmos por esse objetivo, o ganho é maior por isso ou por aquilo". Ora, pegamos inadimplência e, junto com isso, estoque de dívida, pegamos juros e fizemos uma renegociação.

Não estou dizendo, Dr. Paulo Malan, Sr. Presidente do Banco Central, que estou inteiramente satisfeito com todas as contas. Desde o princípio, dei um cheque em branco, porque confio nas pessoas e nos negociadores. Mas, depois, como Senador, tenho obrigação de fazer uma negociação.

Agora, creio que, quanto a essa quantificação, principalmente a priori, quando vamos dar uma delegação com vistas a ne-

gociar, das duas uma: ou se quer protelar, ou inviabilizar, porque não sei como chegar e dizer: "Olhe, vá lá, etc., mas não faça isso ou aquilo..." Então, volta outra vez o negociador: "Olha, só consegui 7,5, quando você queria 7,3". E vai por aí afora!

Por outro lado, falo tudo isso por uma razão muito simples, a de que todas as vezes que vamos mexer na questão nodal, na questão fulcral que V. Sª enfocou extraordinariamente bem, maneiras de se coibir a inflação e desamarrar o País para criar-se o desenvolvimento, temos de permanecer discutindo a matéria. Então, aleluia!

Hoje, estou vendo que há poucas pessoas aqui. Há poucos jornalistas. Aqueles que estavam fotografando e filmando quando havia o anúncio mentiroso de que a maior dívida do mundo é a brasileira, estavam todos aqui! Eu poderia dizer que até os abutres estavam aí. Agora, na hora de festejarmos e nos alegrarmos, porque fizemos um acordo, isso não ocorre. Ruim? Não sei, é acordo! Foi feito um acordo, e o Brasil não é inadimplente.

Porém, para mensurar, repito, Senador Eduardo Suplicy, por mais boa vontade que eu tenha, levaria dias e dias. Não seria apenas com uma regra de três simples que eu chegaria a uma conta que me satisfizesse!

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra continua com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – (Inaudível) ... dos Estados Unidos, a possibilidade de ter títulos emitidos especialmente, como ocorreu no caso do México e da Argentina.

Se tivesse ocorrido a emissão especial, qual teria sido a diferença provável, do ponto de vista de vantagens para o Brasil ou do custo dos títulos?

É correta a observação feita em alguns órgãos da imprensa, como na *Gazeta Mercantil*, de que o custo adicional, por não ter havido esta emissão especial de títulos, seria da ordem de 60 milhões de dólares? Que vantagens teria ocorrido?

Poderia o Presidente Pedro Malan informar se as autoridades do governo norte-americano, ao serem contactadas a respeito, colocaram algum condicionante? Ou por que disseram que, nesta ocasião, não aceitariam emitir títulos, especialmente em função daquilo que interessaria ao Governo brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Pois não, Senador!

O Tesouro americano deixou claro, desde o início, devo dizer, que também tem de passar pelo seu respectivo Congresso essa autorização para a emissão especial, porque todas as autorizações especiais para a emissão de títulos do Tesouro para propósitos específicos de garantia de dívida haviam sido feitas num contexto que não era em *stand by*, mas de uma "facilidade de financiamento ampliado" com o Fundo Monetário Internacional. É um acordo em que há um monitoramento por, no mínimo, três anos da economia do País pelo Fundo. Foi assim no caso do México, da Argentina e da Venezuela.

Em todas as emissões especiais havia uma facilidade de financiamento ampliado: três anos de monitoramento do Fundo. E eles teriam dificuldade em apresentar ao Congresso norte-americano um pedido de emissão especial para o Brasil sem que tivéssemos pelo menos um *stand by*. Não precisava ser ampliado, estavam dispostos a bancar o *stand by*.

Eles disseram isso de uma maneira muito clara, muito transparente, desde o início. E temos que levar em conta o que dizem representantes autorizados de um governo soberano, que alega di-

ficuldades com o seu respectivo Congresso. Dizemos isso também a eles com muita frequência.

De modo que a razão principal pela qual não tivemos antes ou no dia 15 de abril é clara, quando fechamos o acordo, uma emissão especial. E nós a expusemos com muita transparência ao Senado ao longo de várias reuniões.

É importante notar que essa possibilidade continua a existir. O Tesouro nos deixou claro que, se for do nosso interesse — uma vez obtido, em algum momento, no futuro, um stand by com fundos —, se desejarmos uma emissão especial, eles o farão. Portanto, avaliaremos o nosso interesse em ter essa emissão no momento oportuno.

Devo dizer, Senador, que esta emissão é objeto de uma negociação com o Tesouro norte-americano, em que se discute qual é a comissão — porque eles cobram uma comissão que é, pelo menos, em cinco pontos básicos mais cara, além de cotações de mercado que estão prevalecendo, num período em que ele também é objeto de negociação —, quais são as maturidades e qual é o período que eles vão usar de referência de mercado para cobrar a sua comissão. Foram diferentes no caso mexicano.

O Sr. David enfrentou problemas com o Congresso americano, porque este considerou que ele havia dado um tratamento privilegiado aos mexicanos na negociação com a emissão especial, que eles tiveram o cuidado de não repetir nas negociações posteriores, devido a objeções do Congresso americano, do seu General Counting Office, o escritório bipartidário que analisa detalhadamente essas questões.

De modo que essas especulações sobre quanto teria sido a diferença entre a emissão especial do Tesouro americano e aquilo que compramos são infundadas, porque aqueles que as fazem teriam de saber exatamente as épocas específicas, a composição das compras brasileiras. Eles teriam de calcular as suas implicações, compará-las com uma hipótese sobre o que seria o resultado de uma negociação com o Tesouro americano e derivar, por diferença, um número ao qual o V. Ex.^a se referiu, que é 60. Isso é um "chute", devo dizer, que tem tanta validade quanto qualquer outro, porque depende de puras especulações sobre as nossas compras, sobre as quais a pessoa não tem informação e sobre o que seria um hipotético resultado de uma negociação com o Tesouro americano.

Portanto, lamento dizer que não atribuo nenhum valor a essas estimativas. Volto a insistir: há uma vantagem para o País no método que usamos em relação à emissão especial que desejo enfatizar. A emissão especial, a expressão inglesa é *non-marketable*, não-comercializável, ou seja, em 30 anos o título está lá custodiado e não há acesso a ele, a operações de mercado. Mesmo que haja uma privatização, que haja interesse em reduzir, precisamos fazer um pedido formal que pode ser aceito ou não, eles precisam solicitar a autorização do Congresso americano para tal.

Através da fórmula que temos, o Brasil pode, a qualquer momento, a seu juízo, fazer uma substituição em função das condições de mercado. Inclusive se, no futuro, considerarmos que é de nosso interesse ter sim uma emissão especial, que possamos negociá-la bem com o Tesouro, poderemos fazer uma substituição. Estará em aberto esta possibilidade ao longo dos próximos 30 anos, o que não aconteceria se tivéssemos a emissão especial. E esse fator tem que ser levado em conta em qualquer análise que se venha a fazer, comparando com o Tesouro, podemos fazer uma substituição. Está em aberto esta possibilidade ao longo dos próximos trinta anos. O que não estaria se estivéssemos em missão especial. E esse fator tem que ser levado em conta em qualquer análise que se venha a fazer, comparando os custos e os benefícios relativos às duas opções.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) — Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Nos itens 4 e 5, relativos ao custo das garantias, acredito que, tendo em vista 2,8 bilhões de desembolso atual e 2,5 de reservas de pronto imobilizadas, isso significa que aproximadamente 13% das reservas atuais serão colocadas em garantia, correspondendo a 8% das reservas...

O SR. PEDRO MALAN — V. Ex.^a falou 13%, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Seria isto, aproximadamente.

O SR. PEDRO MALAN — Mas o senhor está falando em 2,427 bilhões, que é a garantia de principal.

O SR. EDUARDO SUPLICY — É.

O SR. PEDRO MALAN — Isso não é 13%.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Dois bilhões e meio de reserva serão de pronto imobilizadas, não é?

O SR. PEDRO MALAN — Isso não é 13% das reservas relacionadas.

O SR. EDUARDO SUPLICY — São 8% aproximadamente. Que proporção seria?

O SR. PEDRO MALAN — Menos de 8%. Mas de qualquer maneira...

O SR. EDUARDO SUPLICY — Na medida em que o governo brasileiro tem procurado — isso foi publicado num artigo do Ministro Ricupero, na Folha de S. Paulo — lastrear o Real nas reservas, em que medida esta proporção significativa das reservas imobilizadas vai implicar em alguma limitação com respeito aos objetivos do programa de estabilização? O Presidente Pedro Malan poderia aqui nos dizer se seriam, portanto, as reservas consideradas suficientes e adequadas para o propósito de lastreamento. Ainda mais levando-se em conta que uma outra parte das reservas tem um aspecto de volatilidade bastante acentuado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) — Com a palavra o Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN — Pois não, Senador. Nós achamos que num país que tem 35 bilhões de dólares de reserva, alocar-se 2 bilhões 427, na verdade, implementando um acordo tal como o negociado e aprovado pelo Senado Federal para permitir que nós recuperemos a nossa credibilidade externa e virfemos essa página da dívida, a nossa avaliação, do lado do Executivo, foi que era um uso plenamente justificável e aprovado pelo Senado. Não acredito que usar 2,427 de 35 para esse propósito coloque em risco as reservas internacionais do país e as resoluções do Senado, que obrigam o país a ter 4 meses de importações com valor mínimo de reservas. Nós temos uma larga margem aí.

E sobre a questão de eventuais formas de lastreamento, isso será discutido e apresentado no momento oportuno, mas eu acho que o nosso nível é bastante adequado para tal.

O SR. EDUARDO SUPLICY — O Dr. Pedro Malan tem hoje uma larga experiência em instituições internacionais, inclusive como representante do governo brasileiro. E agora ele está no Banco Central. Neste momento em que o Poder Executivo e o Poder Legislativo pensam na questão da instituição que preside em eventual modificação de regras sobre o Banco Central, algumas pessoas têm aqui considerado que grau de independência deveria ter o Banco Central com respeito principalmente ao desenvolvimento da política monetária e outros aspectos envolvidos e de tra-

balho das autoridades monetárias. Eu gostaria de ouvir a reflexão de V. Sª sobre a questão relativa aos diretores do Banco Central.

O Presidente Itamar Franco, quando Senador, havia proposto, e foi aprovado no Senado, um projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados, relativamente a períodos em que uma pessoa, para ser diretor do Banco Central, presidente ou qualquer dos seus diretores, deveria estar desvinculado de instituição privada.

V. Sª, hoje, com sua experiência, como avaliaria os critérios de não-vinculação ao setor privado de pessoas que ocupam cargos tão importantes e possuem conhecimentos estratégicos, relativos aos negócios de Governo? Formulo essa pergunta a partir de um caso concreto, por isso pediria a avaliação de V. Sª a respeito. Quando V. Sª, ao tempo do Ministro Márcilio Marques Moreira, negociava a dívida externa brasileira, sabe-se que V. Sª tinha com um dos seus principais assessores – pediria que confirmasse – o economista Armínio Fraga. É correta a informação?

O SR. PEDRO MALAN – O Dr. Armínio Fraga era Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Exato. Consta que, uma vez tendo deixado o Banco Central, estaria ele trabalhando numa empresa nos Estados Unidos e que hoje estaria assessorando a família Dart. V. Sª teria conhecimento de que a família Dart, conforme V. Sª informou, que tem apresentado uma postura diferente dos demais credores, estaria ela recorrendo à assessoria dessa Empresa George Soros? Estaria, portanto, o ex-Diretor de Assuntos Internacionais assessorando a própria família Dart? V. Sª tem conhecimento dessa informação.

O SR. PEDRO MALAN – Sobre a primeira pergunta, critérios para desempenho desses cargos de Presidente e Diretores de Banco Central, Senador Eduardo Supply, vou lhe dar a minha opinião pessoal. Penso que os critérios fundamentais são: competência profissional, experiência de vida, maturidade, integridade de caráter e padrões éticos de conduta. Acredito que esses são os critérios fundamentais que devem presidir a escolha de Diretores e Presidente de Banco Central.

A arguição pelo Senado Federal, que é uma determinação constitucional, que acho extremamente significativa, é uma oportunidade única para que os candidatos – não são senão candidatos antes de serem aprovados pelo Senado Federal – possam ser submetidos ao crivo do Senado e da opinião pública, na medida em que são arguições públicas, com a imprensa presente, onde é possível aquilatar essas características, a que me referi.

Em termos de competência profissional, experiência e as questões referentes a caráter e padrões éticos de conduta, acredito que estão associadas à biografia de cada uma das pessoas que chega a ser encaminhada ao Senado, porque têm que ser aprovadas pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente da República, que encaminha os nomes ao Senado.

Penso que estabelecer restrições de que esses indivíduos não podem ter tido qualquer tipo de experiência nas atividades "a", "b" ou "c", principalmente quando são relevantes para o tipo de tarefa a ser executada no banco, pode fazer com que desempenhem melhor aquele papel, a meu juízo significa introduzir uma restrição que talvez seja desnecessária, à luz dos critérios mais amplos aos quais me referi anteriormente. O currículo, a biografia e as pessoas são conhecidas, depois de alguns anos têm alguma história pela qual são responsáveis. É o que tinha a dizer sobre a primeira pergunta.

Sobre a segunda, é verdade. Durante parte da negociação da dívida, o Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central era o Dr. Armínio Fraga, pelo qual tenho enorme respeito profissional, apreço pessoal, foi meu aluno na PUC, é um dos mais brilhantes

economistas da sua geração, não só em experiência de mercado como competência macroeconômica profissional. Achei que foi uma perda lastimável para o serviço público, que dele tivesse saído. É verdade, o Armínio hoje é um dos *partners* do Soros Found em Nova Iorque, para o qual foi convidado pela sua competência específica.

Devo dizer que é a primeira vez que ouço qualquer referência relacionando os nomes Soros ou Soros Found à família Dart. Desconheço isso absolutamente, nunca tendo ouvido qualquer comentário a respeito. A esta altura, penso que isso teria chegado ao meu conhecimento, porque estou envolvido em negociações com a família Dart já há algum tempo, em negociações diretas e indiretas através de várias outras instituições, as quais estamos querendo envolver numa busca de uma solução que convenha aos interesses do País. E os nomes Soros ou Fraga jamais surgiram em qualquer momento em relação a isso.

É o que tinha a dizer em relação à sua pergunta.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sobre as negociações com a família Dart, que têm sido objeto de diversas reportagens, gostaria que V. Sª nos transmitisse o porquê dessas dificuldades; e se poderia o Congresso e, em especial, o Senado, tomar algum caminho que ajudasse o Governo brasileiro nas suas difíceis negociações com os portadores dessa quantia tão significativa de títulos do Governo brasileiro.

O SR. PEDRO MALAN – Agradeço muito à oferta de envolvimento do Senado Federal nessa questão, mas quero crer que, no momento, isso não seja necessário, Senador.

Anteriormente, tínhamos quase 50 bilhões de dólares, quantia esta que foi equacionada no dia 15 de abril deste ano. Agora, temos 1,38 bilhão de dólares com a família Dart.

Penso que é um grande progresso a redução da magnitude do problema, o qual é derivado, basicamente, do fato de que esse tipo de acordo não é totalmente voluntário. Na verdade, o objeto da negociação é exatamente o de convencer os credores de que a redução do estoque da dívida de seus serviços é do interesse do País e de que eles têm que aceitar alguns parâmetros e restrições, os quais, no caso, são impostos pelo Senado Federal e por nós cumpridos; há outros parâmetros que também decidimos impor, com o total respaldo do Senado Federal.

Dissemos claramente que estaríamos dispostos a não ir adiante com o acordo, caso não houvesse uma distribuição equilibrada entre os instrumentos do cardápio de opções que foi oferecido. Não era uma escolha totalmente voluntária, em que aceitaríamos qualquer resultado. V. Exª deve estar lembrado de que rejeitamos a primeira escolha dos bancos, porque era extremamente custosa para o País em termos de garantia, na medida em que houve uma grande concentração no bônus ao par, que é o mais custoso em termos de garantia. Tivemos um longo processo de negociação, em que resultou aquela distribuição equilibrada.

O problema é que a família Dart se recusou a aceitar essas restrições às escolhas individuais, que foram acordadas por 750 credores do País, os quais concordaram com isso, com o intuito de que o acordo fosse adiante e de que houvesse restrições à total liberdade de suas escolhas entre os instrumentos do cardápio. E insistiram que gostariam de ter 100% da sua dívida convertida num instrumento particular, o que não foi permitido a nenhum outro credor. De modo que ficaram fora do acordo por essa razão.

Temos dito – é o nosso estilo, o nosso feito – que estamos abertos a conversações e a negociações. O próximo pagamento de juros do Meet Found, onde eles ficaram, não terá lugar antes de 15 de setembro ou, talvez, antes de 15 de outubro. Estou confiante de que até lá chegaremos a um acordo, do qual não pode resultar um

tratamento privilegiado à família Dart, em relação ao tratamento que receberam os outros 750 credores do Brasil. Não precisa ser um tratamento pior, mas também não deve ser melhor. Estou convencido de que será possível, através de uma negociação, chegar a algum tipo de acordo, mas também estamos preparados para outras eventualidades.

O SR. EDUARDO SUPLICY – De acordo com as estimativas de uso de recursos, que, na última vez em que aqui esteve, V. S^a encaminhou a mim próprio e que foram distribuídas aos membros desta Comissão, em 1994, a estimativa de juros da dívida externa era de 0,75% do PIB; os juros da dívida interna 3,75%. Portanto, somando 4,5% em relação ao PIB, algo em torno de 20 bilhões de dólares, aproximadamente, para um PIB da ordem de 450 bilhões de dólares. No Orçamento para 1994, que está sendo encaminhado, em nova versão, para o Congresso Nacional, essa estimativa é a que já estava no Orçamento da União ou é ela bastante maior?

O SR. PEDRO MALAN – Quero crer que há uma estimativa semelhante, Senador. Não vi os detalhes do último número – como o senhor, sabe cheguei de viagem ontem –, mas aqueles são os parâmetros com os quais o Governo está trabalhando.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Finalmente, o Governo espera um aporte de recursos das instituições multilaterais de crédito, como o BIRD, FMI. Existe alguma vinculação entre as regras de emissão do real, que vêm sendo objeto de discussão por parte do Governo brasileiro com essas instituições e eventual disposição, seja do BIRD, do FMI, de aportar recursos para o Governo brasileiro?

O SR. PEDRO MALAN – Continuamos trabalhando, Senador, com a hipótese de que ainda teremos alguns anos do chamado período de entrega escalonado de garantias. Ao longo desse período, teremos, sim, um acordo *stand by* com o Fundo. E teremos, sim, os recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que contemplamos desde o início e que estão segregados nessas instituições à espera do acordo com o Fundo.

É peculiaridade dessas instituições, que têm os mesmos governos como acionistas e, portanto, uma política compartilhada, o fato de que o que deslança recursos para esse propósito específico do Banco Mundial e do Banco Interamericano é um *stand-by* com o Fundo, pelo qual estamos trabalhando.

O senhor há de estar lembrado que no *stand-by* anterior, negociado pelo Ministro Marcílio, o qual, por razões conhecidas, não pôde ter continuidade a partir do segundo semestre de 92, estava contemplado cerca de 25% do total do programa – naquela época 2 bilhões de dólares – para operações de redução de dívida do seu serviço. Isso continua, faz parte das regras operacionais do Fundo. Num próximo acordo *stand-by*, cujo valor guarda alguma relação com a cota do Brasil – que aumentou, desde então, com o FMI –, poderemos ter cerca de 25% separados para esse propósito. De modo continuamos contando com essa possibilidade no futuro.

Sobre a relação dessa questão com regras de emissão, vê-se que não há nenhuma relação entre ela e regras de emissão ou regime monetário e cambial da nova moeda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra está franqueada ao Sr. Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sr. Presidente, quero apenas declarar que me considero satisfeito, no momento, com as informações prestadas pelo Dr. Pedro Malan. Acrescento que, neste instante, dispensei conhecer os pormenores a que ele se referiu e

que os mantém em caráter sigiloso. Se são do interesse do País, do Governo, e se não há um motivo ponderado para que os conheça neste momento, prefiro que fiquem como do conhecimento exclusivo do Governo. No momento próprio, se necessário for, poderemos, então, tomar conhecimento deles.

A propósito do problema relativo à estrutura do Banco Central, quero assinalar que é possível que seja necessária uma legislação mais atual. Mas quero concordar com o Presidente do Banco Central, quando pondera sobre o problema fundamental da qualificação dos que forem designados para dirigi-lo. Sou muito convencido de que as formas legais são úteis, mas elas valem razoavelmente se não forem adequados os homens que devam prestar o necessário serviço ao interesse do país.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra continua franqueada aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO – O assunto inflação não estava em pauta, mas saiu. E eu quero falar um pouquinho. Eu não acho que a inflação seja um grande imposto, e nem o maior imposto que existe. A inflação é uma desgraça, porque justamente paga mais quem pode menos. Quem sofre mais com a inflação? Quem sofre mais com a inflação é o desempregado, porque a perspectiva de emprego dele é muito remota. Quem vai investir numa inflação de 45%? Qual o empresário? Depois, os assalariados. Quanto menor o salário, mais sofre com o salário, o assalariado. Quanto menor o salário, porque um grande assalariado recebe o salário, procura o Fundão, procura CDB, sabe proteger o resto do seu dinheiro ou salário da inflação. Seria isso possível ao meu irmão assalariado do Vale do Jequitinhonha? Para começar, nem banco existe lá.

Sofre também mais, na inflação, com as imposturas, com os demagogos, porque investem naqueles elementos que fomentam a inflação, os vendedores de ilusão. Querem ver um projeto extraordinário para incentivar a inflação? Vamos dobrar o salário mínimo de todo mundo, agora, no Brasil? Isso tem um *appeal*, um chamamento extraordinário. Nós todos sabemos que isso é de uma demagogia profunda, principalmente porque anuncia-se numa Casa, a outra segura, e o efeito inflacionário já acontece no momento em que se anuncia. E os jornais sempre anunciam assim: "O Congresso Nacional aprovou a inflação". O Governo vetaria, o Senado cercaria e etc. Mas o efeito perverso já aconteceu. Lenine, Wladimir Lenine disse, certa vez: "Dêem-me um pouco de inflação e eu derrubo qualquer governo". Ou não disse? Ou en estou inventando isso aqui?

Agora, uma coisa devo constatar: os nossos revolucionários são muito incompetentes, porque estão apostando na inflação, estão apostando na revolução, mas não são capazes de efetivá-la, porque, pela sua tendência, na política, estou só apostando na revolução. Mas são incompetentes, porque Lenine só queria um pouco de inflação. Na hora em que se desse a ele 40% de inflação ao ano, ele faria a revolução. Aqui, nós estamos dando 40% ao mês e os nossos revolucionários não conseguem implementar. Graças a Deus!

Eu quero falar um pouquinho agora do assunto utópico, mas, primeiro, eu gostaria de anotar, quando V. S^a, Presidente do Banco Central, Dr. Pedro Malan, disse que os critérios para V. Ex^a são da competência, experiência profissional, dignidade, caráter, padrões éticos de conduta, maturidade e aprovação e arguição pública pelo Senado Federal, após seleção pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente da República. Porque nós, às vezes, queremos, aqui, que um diretor do Banco Central, primeiro, não pertença ao esquema. Portanto, não tenha nenhuma experiência e, depois que ele sai, eu tenho que morrer de fome, porque lá, no Federal Reser-

ve, nos Estados Unidos, é verdade, o sujeito fica quatro ou oito anos, depois que deixa a Presidência, não pode ter nenhum emprego na área bancária. Tem que ficar à-toa, mas recebe o salário do Tesouro, o mesmo salário que ele recebia quando era Presidente do Fed. Aqui, não pagamos nada e queremos que o sujeito morra de fome.

Mas, Sr. Presidente, a pergunta vem agora: nós estamos questionando há muito tempo o Ministro da Fazenda e também V. S^a, porque estamos com uma reserva da ordem de 35 bilhões de dólares. Há, inclusive alguns órgãos oficiais que estão falando em 38 bilhões de dólares. Nós pagamos o depósito de nossas reservas. O ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso, nosso colega, disse que estaria no BIS, porque seria uma garantia contra arresto e seria também um grande estoque de reservas que nos daria fortalecimento para a negociação. Aceitei a argumentação. Os negócios estão fechados, a não ser o da família Dart. Eu não teria presa, nem do pagamento dos juros. Não teria muita pressa para acertar com eles. Quem avança à lua, esperando ser queijo, vai verificar que é lua. Levaria do jeito que estão fazendo V. S^a, da forma como está a negociação.

Também sabemos pela Resolução nº 11, que antigamente levava o nº 36, que há necessidade de reservas, e creio que quatro meses de importação são mais do que suficientes. Se temos 35 bilhões de dólares e estamos recebendo do BIS em tomo de 2,8% ao ano, em contrapartida, os nossos empresários, até nossas estatais, vão lá fora e tomam dinheiro a 14%, 15% e até mais, pagando um overhead muito grande desse mesmo dinheiro, porque o dinheiro não fica parado no BIS. O BIS repassa para o Deutsche Bank, este empresta para outro banco e este para aqui, sendo que esse dinheiro acaba sendo, lá fora, comprado pelos brasileiros para fomentar o crescimento de nossas empresas, etc. Fechamos o negócio. Esse residual da família Dart não me assusta. O que pretende fazer o Presidente do Banco Central com as nossas reservas? Continua pensando em ficar no BIS, recebendo 2,8%, enquanto isso pagando 7%, no mínimo, de juros, e submetendo os nossos empresários a um custo de dinheiro lá fora em torno de 14%, 15% ao ano?

O SR. PEDRO MALAN – Senador, vou responder a sua pergunta, antes agradecendo aos seus comentários sempre extremamente oportunos. Sobre a questão das reservas, o pessoal do Banco Central vem se preparando há algum tempo para a possibilidade de termos uma administração muito mais eficiente e competente de reservas, sem ter essa preocupação que remonta à moratória de 87, que foi o que nos obrigou, exatamente para evitar arrestos e ações, a tê-las em bancos onde estariam rendendo uma remuneração seguramente superior àquelas que podemos obter no BIS. Quer dizer, há um *trad-off* entre remuneração e segurança, redução dos riscos. Creio que um dos aspectos positivos da conclusão do acordo é exatamente este: poderemos ter uma administração muito mais eficiente de reservas, aplicá-las com uma remuneração muito superior pelo país. Essa questão Dart tem que ser vista com muito cuidado, porque, apesar de o problema estar reduzido, hoje, a um bilhão trezentos e oitenta, ainda existe a possibilidade – creio que vem daí o nosso interesse em equacionar essa questão de uma maneira satisfatória para o País, num prazo não muito longo, porque seria eliminar exatamente as possibilidades que possam vir a existir de uma ação legal, desse tipo de credor, argumentando que o Brasil está inadimplente em relação ao (?), e é verdade. Não estamos cumprindo nada do (?), que foi um dos objetivos desse acordo. Tomamos todas as providências necessárias para tal. Mas seria do interesse do País equacionar essa questão num prazo relativamente rápido. A conclusão do acordo permite que, a partir de agora, o Brasil tenha uma administração mais eficaz não só dos seus ativos, que são suas reservas interna-

cionais, mas dos seus passivos. O Brasil tem, e foi negociado no âmbito do acordo aprovado pelo Senado, o Brasil pode fazer operações do lado dos seus passivos também. Podemos fazer trocas desses títulos. Quando nos for conveniente transformar instrumentos de taxas fixas em flexíveis, à luz da evolução do mercado internacional, podemos fazê-lo. Abrimos um espaço para a administração não só de ativos internacionais do País, como também do seu passivo, através da alteração na composição das nossas obrigações, na composição desses títulos. Eles estão cotados em mercado, hoje, e o Brasil pode, discretamente, fazer as alterações que pareçam mais conveniente ao País, em termos de administração de passivo.

Não sei se essa é uma resposta à sua pergunta, mas a resposta é sim. Vamos ter condições de remunerar melhor as nossas reservas internacionais a partir de agora.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente do Banco Central, caros companheiros, Srs. Senadores:

Talvez os Srs. Senadores e o Sr. Presidente tenham notado sempre que quando falo do relacionamento do Brasil com a banca internacional, com os credores internacionais, sou aparentemente muito desprendido. Foi assim com o Embaixador Jório Dauster, foi assim com o Dr. Pedro Malan e todos os nossos negociadores. Vou agora confessar por quê. Certa vez, eu me encontrava nos Estados Unidos, em Nova Iorque, com o Ministro Bresser, que estava lá naquela empreitada terrível, negociando a dívida externa. Numa conversa muito informal, ele disse para mim: – Ronan, só uma coisa vou te aconselhar a nunca aceitar na vida: ser negociador da dívida externa brasileira. Perguntei: Por quê? – Porque você apanha porque é Maria e apanha porque não é Maria. Você chega aos Estados Unidos, e a imprensa planta contra você todo tipo de notícias. Você vai conversar com o Presidente do FED ou com o diretor-gerente do FED, do FMI ou dos credores e é porrete de tudo quanto é lado. As notícias são plantadas por eles para justamente te sitiar. Você chega no Brasil e vira o inimigo público nº 1. Toda a imprensa brasileira sempre estará contra você.

Eu falei que achava que era um exagero da parte dele. Ele disse que não e tirou de sua mala os quatro jornais mais importantes do Brasil: O Globo, o Jornal do Brasil, o Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo. Justamente no dia em que ele ia conversar com os nossos credores, numa reunião ampla, os quatro jornais brasileiros, estampando declarações dos parlamentares, tinham todo tipo de notícia para desacreditar o nosso negociador da dívida.

Ainda tinha mais, um negócio interessantíssimo, que eram aquelas notícias que os credores plantaram nos jornais, contra o nosso negociador e contra o Brasil, há uma semana atrás, o que os jornais brasileiros reproduziam. Ora, que os jornais norte-americanos aceitassem aquelas notícias plantadas, acho até patriótico, porque eles estão negociando em causa própria, eles estão defendendo o interesse deles. Agora, que os nossos jornais reproduzam aqueles mesmos boatos, aquelas notícias plantadas...

Um dia, fomos ao ministério, essa negociação estava correndo, e na saída alguém disse: É, mas a imprensa norte-americana disse isso assim assim. Eu disse: A imprensa norte-americana é muito patriota. Aí um dos jornalistas estampou no jornal que eu disse que a imprensa brasileira é traidora da pátria. Eu nunca disse isso. Quem disse isso foi a revista IstoÉ, através do jornalista Bob Fernandes. Eu nunca disse isso na minha vida. Eu quis fazer, naquele momento, um alerta de que quando se está negociando interesse nacional, e por isso quero aqui enaltecer as colocações que fez o Senador Josaphat Marinho, se é alguma coisa que é do interesse do meu País, do Governo – porque eu não tenho nenhuma razão para estar apoiando, a não ser a razão de ser o governo do meu País, e que não deve vazar para a imprensa. Não quero ne-

nhuma reunião – secreta, não, porque se é secreta acaba vazando –, sigilosa. Não quero.

Agora, Presidente Pedro Malan, vou pegar os números todos, a carta foi dada em branco, da minha parte. Sempre disse, uma vez até – quero pedir perdão aqui ao Senador Eduardo Suplicy – de maneira até um tanto ríspida para ele, dizendo que ele estava se apresentando como um homem de oposição, eu disse: aqui só tem duas posições, o Brasil e a banca. Então, precisamos definir de que lado estamos: se do Brasil ou dos credores internacionais.

Por entender dessa maneira que quero congratular-me com V. Ex^a por essa negociação. Mas vou examinar. Estou satisfeito com o relatório, mas vou examinar os fatos juntamente com minha assessoria. E vou cobrar, pois acho que é obrigação minha. Como Senador de Minas Gerais, eu diria que é uma obrigação indelegável essa de verificar se verdadeiramente toda essa negociação coincide com o meu ponto de vista e com a exação ou com a correção. Em princípio creio que sim. Portanto, em princípio, V. Ex^a tem todos os meus cumprimentos, meus parabéns. Aliás, não é V. Ex^a que está de parabéns, é o Brasil que está de parabéns.

Novela custosa! Ainda há um último capítulo, que é esse da família Dart, que espero que seja também resolvido. Da minha parte não tenho pressa. Sou empresário, e empresário é meio malandro. Eles não estão querendo avançar? Então, agora, um cozimento não faz mal; se é o caso de entrar em juízo também é de se avaliar – quem sabe é bom? Não sei. Apenas não quero colocar o pescoço do Brasil no cutelo. Toda vez que colocamos o pescoço do negociante no cutelo, o adversário corta o pescoço; é evidente.

A luta foi grande, mas acredito que valeu a pena. Diz-se que "o sonho não é grande quando a alma não é pequena". De maneira que acho que valeu a luta. Outras virão pela frente, mas acho que a mais importante agora, Presidente Pedro Malan, é administrarmos muito bem as nossas reservas. São sobejas, estão custando um preço muito alto ao nosso povo, mas podemos transformar esse imenso limão numa extraordinária limonada.

E mais do que isso: a negociação do nosso passivo interno também tem de ter outro enfoque completamente diferente. Se pensarmos bem, verificaremos que toda a nossa dívida interna está lastreada com recursos externos. Não é tão grande assim o nosso débito interno. É claro que tem de haver a virada do Real; que venha tão logo seja possível. Mas não pode acontecer açodadamente, temos de esperar uma certa estabilização na URV. Se a URV estiver muito excitada, quando houver a virada pode acontecer a inflação no Real e isso não será nada bom para nós.

Mas cumprimento-o e a sua equipe e afirmo-lhe que sei em parte o que os senhores e os companheiros de V. S^a passaram nessa luta. Os banqueiros lá fora, os negociadores não são anjinhos; não estão lá para colocar azeitona na nossa empada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Dr. Pedro Malan para as considerações finais.

O SR. PEDRO MALAN – *Gostaria de agradecer, nobre Senador, suas palavras. Em relação ao que o senhor mencionou na sua intervenção sobre o ex-Ministro Bresser Pereira, a quem me ligam velhos laços de amizade, não queria deixar passar a oportunidade, já que o senhor se referiu a ele, para dizer que no passado algumas pessoas me perguntaram: então, o Brasil fez um Plano Brady? A que respondi: não, o que o Brasil fez foi um Plano Bresser.*

Na verdade, é preciso registrar uma homenagem ao Luís Carlos e ao Fernando Bracher que estavam trabalhando juntos nessa época. Em agosto de 1987 eles apresentaram a proposta de redução da dívida através de dois instrumentos; um que envolvesse a redução do estoque e o outro, a redução do serviço ao longo da vida do instrumento.

A proposta, adiante do seu tempo, foi considerado um *nonstart*, quer dizer, não é um ponto de partida para nada. E o Senador tem razão: o Bresser foi muito ridicularizado na imprensa internacional sobre o fato.

O que o Plano Brady colocou na mesa em 10 de março de 1989 foi exatamente, sem tirar nem pôr, o que o Bresser havia sugerido em agosto de 1987. Queria registrar aqui minha homenagem a ele. É uma lição para o futuro: há certas coisas que parecem difíceis ou impossíveis, mas, se as pessoas tiverem persistência, perseverança e convicção de que é por ali que se tem de caminhar, elas às vezes acabam se materializando. A história é cheia de exemplos desse tipo. *Uma postura de inércia, ceticismo e de cinismo que diz que "o possível é só isso aqui".* A meu ver é equivocada, temos vários exemplos na história da humanidade e neste País de que a política, na verdade, não é a arte do possível, é a arte de tentar transformar coisas viáveis, amanhã, aquilo que parece difícil ou impossível hoje.

Queria prestar aqui, mais uma vez, minha homenagem ao ex-Ministro Bresser Pereira e ao Fernão Braga.

Sobre a questão da imprensa brasileira, Senador, devo dizer que, no geral, acho que a atitude da imprensa brasileira, ao longo de todo esse processo, foi uma atitude extremamente correta. Houve por vezes aqui e ali alguma interpretação que talvez não era a mais, digamos, compatíveis com os fatos objetivos, mas quero crer que talvez se desse a deficiência de informação de nossa parte, que nem sempre é possível e às vezes não é desejável que no bojo de um processo de negociação as coisas venham à público, não é possível antecipar movimentos, não é desejável estar revelando coisas que estão no permanente estado de mutação, pela natureza mesmo do processo de negociação. Isso pode ter levado aqui e ali, às vezes, alguns mal entendidos, algumas especulações que não correspondiam aos fatos, mas quero aqui que, no geral, a imprensa brasileira teve uma atitude correta ao longo de todo esse processo e informou razoavelmente ao público brasileiro.

O SR. RONAN TITO – V. Ex^a me permite?

Acho que houve um amadurecimento extraordinário da imprensa do Bresser para cá – quero endossar isso com toda sinceridade – houve um amadurecimento extraordinário da imprensa daquele processo para cá, aquela fase emocional em que a imprensa atirava pedra em todos os negociadores. Não era só Bresser não, era em todos os negociadores.

Houve um amadurecimento. Quero registrar isso para fazer justiça à imprensa brasileira.

O SR. PEDRO MALAN – Estou de total acordo com V. Ex^a e quero reiterar aqui, mais uma vez, na medida em que o Senador João Rocha disse que essa era minha última intervenção, o papel crucial que o Senado Federal teve ao longo de todo esse processo. Já reiterarei às várias instâncias que, para mim, como negociador, foi fundamental dizer, às vezes até avançando um pouco o sinal como um elemento negociador. O Senado brasileiro não concordará com isso; isso é contra resoluções do Senado Federal, portanto terei dificuldades em conseguir aprovação do Senado Federal para determinadas propostas dos bancos. Acho que esse trabalho conjunto foi da maior importância.

Quanto à transparência e prestação de contas, é óbvio que estou à disposição para voltar aqui depois que V. Ex^s tiverem recebido as respostas por escrito do Ministro Ricupero, mas vou assegurar aqui a V. Ex^s mais uma vez: tudo que fizemos e a conclusão do acordo no dia 15 de abril é absolutamente compatível e está dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Senado Federal em várias das suas resoluções e pelo Senado Federal ao aprovar o acordo. O que nós fizemos no dia 15 de abril, foi implementar e

concluir o acordo tal como aprovado pelo Senado Federal. Estou disposto a defender isso a qualquer momento.

Por último, Senador, V. Ex^a se referiu a minha equipe. Eu não podia concluir sem chamar a atenção, aliás aparece a figura do negociador, foi assim com o Embaixador Jório Dauster, às vezes aparece assim uma menção que me deixa muito emocionado. Mas é muito importante que todos percebam que essa é uma operação de vulto, que envolve dezenas de pessoas. Queria prestar mais uma vez aqui uma homenagem aos vários departamentos do Banco Central, o jurídico, o econômico, o da dívida externa, a Diretoria de Assuntos Internacionais, que envolveu algumas dezenas de pessoas só no Banco Central, para não falar nos advogados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dos técnicos do Tesouro Nacional de funcionários do Itamarati, aqui e no exterior. Sem o concurso, a dedicação, o profissionalismo desse grupo de pessoas não teria sido possível chegar ao ponto que chegamos. Não posso citá-los a todos nominalmente, mas é importante saber que existe

muita coisa por trás e muita gente envolvida nesta questão, e é a única fórmula de levá-la a bom cabo.

Queria mais uma vez prestar aqui minha homenagem a uma equipe de excepcional qualidade de servidores públicos deste País.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) – Pediremos ao Senador Gilberto Miranda, que foi autor do requerimento, que faça chegar ao conhecimento de todos os membros da comissão.

A Comissão agradece a presença do Dr. Paulo Malan, como convidado. Acho que seu esclarecimento, sobre incentivos, foi satisfatório, suficiente para esclarecer os Srs. Senadores.

Agradecemos também a presença de todos os Srs. Senadores.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h)

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabôr Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Afonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekél Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elicio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Espírião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sábóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	Vago
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marcio Maciel	PE-3197/99	Hydekél Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elicio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Direceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
PTB			
Mariuzo Pinto	RO-4062/63	Vulmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia			
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341			
Sala de reuniões: 3652			
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.			
Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa			

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elicio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josephat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80
---	---	--	--------------------------

PTB

Afonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63
--	---	--	--

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PB-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92
-------------------------------	--------------------------	-------------------------------	--------------------------

PDC

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

PDS

Espeditão Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
----------------	------------	-------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL - CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Suruagy João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PB-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65
--	--	---	--

PFL

Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Alvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rollemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PB-3197/98
--	--	---	--

PSDB

Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20
-------------------------------	--------------------------	------------------------------	--------------------------

PTB

Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07
-----------------------------------	--------------------------	----------------------------------	--------------------------

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA - CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dário Pereira
Vice-Presidente: Teolônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo Mauro Benevides Aluizio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30	Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvêncio Dias Antonio Mariz Wilson Martins Vago	RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46
--	--	---	--

PFL

Dário Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Bello Parga Hydekel Freitas	RN-3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83	Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago	PB-3201/02 TO-4071/72 TO-4068/69 AL-3245/46
--	--	--	--

PSDB

Dirceu Carneiro Teolônio V. Filho José Richa	SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64	Beni Veras Jutahy Magalhães Vago	CE-3242/43 BA-3171/72
--	--	--	--------------------------

PTB

Lourenberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Afonso Camargo Vago	PR-3062/63
-----------------------------------	--------------------------	------------------------	------------

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/56	Espeditão Amin	SC-4206/07
------------------	------------	----------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

Secretário: Celson Parente - Ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	PR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral 23,53 URV

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral 23,53 URV

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

Outros títulos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 Volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Comentários por João Barbalho U. C.

Edição fac-similar dos comentários à Constituição Federal de 1891.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar. Cep 70165-900, Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589. Fax.: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

n.º 118 — abril/junho 1993

Leia neste numero:

O perfil constitucional do Estado contemporâneo: o Estado democrático de direito

Inocêncio Mártires Coelho

As limitações ao exercício da reforma constitucional e a dupla revisão

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Controle externo do Poder Judiciário

José Eduardo Sabo Paes

Loucura e prodigalidade à luz do direito e da psicanálise

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Osmar Brina Corrêa Lima

Na mesma edição:

O Distrito Federal nas Constituições e na revisão constitucional de 1993. *Gilberto Tristão*

A Constituição de 1988 e os Municípios brasileiros. *Dieter Brühl*

A Justiça Militar estadual. *Álvaro Lazzarini*

A declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade da lei — *Unvereinbarkeitserklärung* — na jurisprudência da Corte Constitucional alemã. *Gilmar Ferreira Mendes*

Da responsabilidade do Estado por atos de juiz em face da Constituição de 1988. *A. B. Cotrim Neto*

Serviço público — função pública — tipicidade — critérios distintivos. *Hugo Gustavo Bernardes*

Considerações atuais sobre o controle da discricionariedade. *Lutz Antonio Soares Hentz*

Sistema brasileiro de controle da constitucionalidade. *Sara Maria Stroher Paes*

O controle interno de legalidade pelos Procuradores do Estado. *Cleia Cardoso*

Tutela jurídica sobre as reservas extraterritoriais. *Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Lutz Daniel Felipe*

Legislação ambiental brasileira — evolução histórica do direito ambiental. *Ann Helen Watner*

Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira. *Paulo Afonso Lima Machado*

Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. *José Flávio Sombra Saraiva*

História das idéias penais na Alemanha no pós-guerra. *Wolfgang Haasemer*

Aspectos do discurso jurídico-penal (material e formal) e sua ilegitimidade. *Sérgio Luiz Souza Araújo*

Processo, democracia y humanización. *Juan Marcos Rivero Sánchez*

O combate à corrupção e à criminalidade no Brasil: cruzadas e reformas. *Geraldo Brindetto*

Liderança parlamentar. *Rozemayr Monteiro Soares*

Considerações acerca de um código de ética e decoro parlamentar. *Rubem Nogueira*

Entraves à adoção do parlamentarismo no Brasil. *Carlos Alberto Bittar Filho*

Usucapão urbano. *Rogério M. Leite Chaves*

O Código do Consumidor e o princípio da continuidade dos serviços públicos comerciais e industriais. *Adriano Perácio de Paula*

Dos contratos de seguro-saúde no Brasil. *Maria Leonor Baptista Jourdan*

A nova regulamentação das arbitragens. *Otto Eduardo Vizeu Gil*

Os bancos múltiplos e o direito de recesso. *Arnoldo Wald*

O dano moral e os direitos da criança e do adolescente. *Roberto Santos Lisboa*

A Aids perante o direito. *Licínio Barbosa*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheques nominais à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

Para solicitar catálogo de preços, escreva para
Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar
70165-900 Brasília, DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 • Telex: (061) 1357

Venda direta ao usuário no Senado Federal:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 108

(outubro a dezembro de 1990)

Está circulando o nº 108 da **Revista de Informação Legislativa**, período trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 330 páginas, contém as seguintes matérias:

Direito, Estado e Estado de Direito – *Inocêncio Mártires Coelho*

As eleições de 1990 – *Ministro Sydney Sanches*

A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras – *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

A reforma monetária e a retenção dos ativos líquidos no Plano Brasil Novo – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Novas funções e estrutura do Poder Judiciário na Constituição de 1988: uma introdução – *Sílvio Dobrowolski*

O mandado de injunção, os direitos sociais e a justiça constitucional – *Paulo Lopo Saraiva*

Norma constitucional e eficácia (ângulos trabalhistas) – *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas – *Odete Medauar*

Meio ambiente e proteção penal – *René Ariel Dotti*

A Constituição Federal de 1988 e as infrações penais militares – *Álvaro Lazzarini*

Administração na Constituição – *Sebastião Baptista Affonso*

Servidores públicos – regime único – *Eurípedes Carvalho Pimenta*

Da exigibilidade de limites de idade e da eleição de critérios de desempate fundados em idade, em concurso público de provas ou de provas e

títulos para preenchimento de cargo ou emprego público – *José Leone Cordeiro Leite*

Princípios básicos da administração pública – *Jarbas Maranhão*

Auto-regulação e mercado de opções – *Arnoldo Wald*

Os contratos de adesão e o sancionamento de cláusulas abusivas – *Carlos Alberto Bittar*

A Carta e o crime – *N. P. Teixeira dos Santos*

O direito da personalidade como direito natural geral. Corrente naturalista clássica – *Iduna E. Weirnt*

Pesquisas em seres humanos – *Antonio Chaves*

Prolegômenos para la reflexión penal-criminológica sobre el derecho a culminar la vida com dignidad (la eutanasia) – *Antonio Beristain*

Kirchmann e a negação do caráter científico da ciência do Direito – *Elza Roxane Álvares Saldanha*

As chamadas prescrições "negativa" e "positiva" no Direito Civil Brasileiro e Português, semelhanças e diferenças – *Luiz R. Nuñez Padilla*

A constitucionalização da autonomia universitária – *Edivaldo M. Boaventura*

Um projeto de desenvolvimento sócio-econômico integrado para a Região Oeste do Paraná – *Rossini Corrêa e Nelton Friedrich*

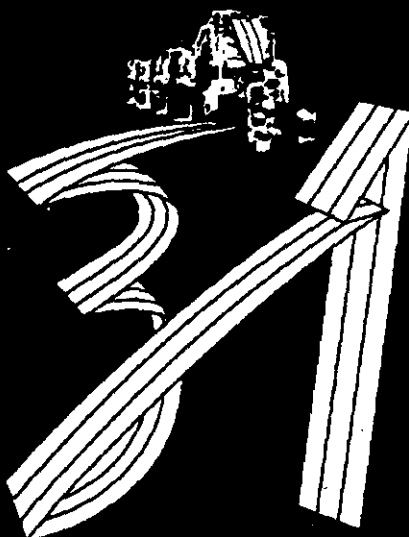
À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas –
Senado Federal, Anexo I, 22º andar –
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal – CGA 470775.

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS